



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**LIÉLIA BARBOSA OLIVEIRA**

**MOVIMENTO COMUNITÁRIO EM CAMPINA GRANDE: trajetória e  
memória da União Campinense das Equipes Sociais (1950/1970)**

ABRIL DE 2012

**LIÉLIA BARBOSA OLIVEIRA**

**MOVIMENTO COMUNITÁRIO EM CAMPINA GRANDE: trajetória e  
memória da União Campinense das Equipes Sociais (1950/1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande, Linha de Pesquisa: Cultura e Cidades, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Dr. Luciano Mendonça de Lima

ABRIL DE 2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

O482m Oliveira, Liélia Barbosa.  
Movimento comunitário em Campina Grande: trajetória e memória da União Campinense das Equipes Sociais (1950/1970) / Liélia Barbosa Oliveira. - Campina Grande, 2012.  
208f.: il., color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima.

Referências.

1. Campina Grande - História. 2. SABs (Sociedades de Amigos de Bairro). 3. UCES (União Campinense das Equipes Sociais). I. Título.

CDU 94(813.3)(043)

BANCA EXAMINADORA

**MOVIMENTO COMUNITÁRIO EM CAMPINA GRANDE: trajetória e  
memória da União Campinense das Equipes Sociais (1950/1970)**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012

---

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – (UFCG)  
Orientador

---

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha - (UFCG)  
Examinador interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Cristina de Aragão Araújo – (UEPB)  
Examinadora externa

---

Prof. Dr. Severino Cabral Filho – (UFCG)  
Examinador interno - Suplente

---

Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva – (UEPB)  
Examinador externo - Suplente

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Maria Francisca Barbosa Oliveira (Santana) e Valdemar Sizino de Oliveira; à LUZ de minha vida (*sua presença*) e irmã (*in memorian*), a quem dedico a alegria desse momento.

## AGRADECIMENTOS

Percorrendo os caminhos da minha vida, pessoas iluminadas chegaram e marcaram em definitivo os meus passos. Nesse momento tão significativo em minha vida só me resta agradecer a cada um que no específico de sua condição de ser humano contribuiu, em grande medida, para a minha trajetória.

Hoje se encerra uma etapa acadêmica na qual fui bastante feliz e conheci pessoas maravilhosas que levarei com muito prazer em minhas memórias.

A Deus por tudo.

Aos meus queridos pais, Maria Francisca (Santana) e Valdemar, pelo incentivo que sempre me fizeram acreditar que conseguiria e pela vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima, presença marcante e decisiva em minha formação, pela sensibilidade e paciência na condução deste trabalho.

Aos membros da comissão examinadora, pela leitura e colaboração.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, atualmente na pessoa de sua coordenadora, Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário.

À secretaria do PPGH, nas pessoas de Arnaldo e Felipe, pela cordialidade no atendimento.

A Thomas Bruno Oliveira, companheiro, amigo com quem partilhei todos os momentos da escrita, presença marcante em minha trajetória de vida, cuja admiração e amor impulsiona-me a seguir em frente.

À minha família, dos quais destaco Liélia Lunguinho, Isolda Lunguinho e Maria das Neves Lunguinho, que vibraram em todas as minhas conquistas, agradeço.

À Vaneide Lima Silva, madrinha e amiga que sabe o significado de todos os meus passos.

À União Campinense das Equipes Sociais - UCES, meu objeto de estudo, pelo qual tenho bastante respeito: aprendi muito com todos que fazem o movimento comunitário campinense, na pessoa do atual presidente João Batista Pereira da Silva, que me acolheu e ajudou no possível.

Aos amigos, pelo incentivo e apoio nas horas em que achava que não daria conta, especialmete Cibelle Jovem Leal, que faz juz ao seu nome, leal porque me incentivou nos momentos de angústias na escrita deste trabalho. A Aparecida (Cida), com quem partilhei momentos de grande aprendizagem.

A Iordan Queiroz Gomes, grande historiador grande amigo com quem aprendi muito sobre a escrita da história. A Luiz Carlos, amigo que pela sua mansidão nos ajudou a ter equilíbrio e fé.

A Sâmala Sonally, com quem dividi grandes momentos - desde a graduação uma amiga muito querida. José Emerson Tavares de Macedo, amigo de longa data com quem desde a graduação partilhamos a vida acadêmica até esse momento. A Emeson Tavares, amigo que nesses dois anos nos ajudou por “correspondência”, visto que cursava o Mestrado na UNIOESTE. A ele agradeço pelo carinho de irmão e dedicação na amizade.

À minha turma, que guardarei com muito carinho cada rosto, cada momento, cada amargura, mas sobretudo os momentos felizes que levamos ao longo desses dois anos de convivência.

A todos que direta e indiretamente participaram desta trajetória acadêmica.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar historicamente as Sociedades de Amigos de Bairros – SABs e a União Campinense das Equipes Sociais – UCES, procurando entender a atuação e as tramas políticas social destas entidades no campo dos movimentos sociais e de forma particular no movimento comunitário da cidade de Campina Grande entre as décadas de 1950 a 1970. Pretende-se fazer uma discussão da trajetória do movimento comunitário em Campina Grande buscando identificar sua raiz com o curso de Serviço Social, com a Igreja Católica e com o poder público. Trabalhamos com paradigma indiciário em interface com a história oral, balizados pela historiografia social pautada em Thompson. A pesquisa se circunscreve a partir as análise da questão social no município e algumas formas de organização assistencial, bem como a presença de técnicos da assistência social nos bairros populares do município promovendo o surgimento de organizações populares baseadas na técnica de comunidade como as SABs e posteriormente da UCES. Trazemos neste trabalho uma trajetória do movimento comunitário em Campina Grande na década de 1960 e suas interfases com a conjuntura política, demonstrando os laços estabelecidos entre o movimento social e a Ditadura Militar na cidade através das organizações representativas de bairro. Desta forma, destacamos a importância desta pesquisa, cujas contribuições são relevantes aos estudos acadêmicos relativos aos movimentos sociais, bem como para o próprio movimento, consistindo em outro olhar sobre sua trajetória e sua historicidade, além de possibilitar a compreensão da história de Campina Grande a partir da organização dos seus habitantes.

**Palavras-chave:** SABs. Movimento comunitário. UCES.



## ABSTRACT

This paper aims to examine historically the Sociedades de Amigos de Bairros - SABs and the União Campinense das Equipes Sociais - UCES, in which we seek to understand the workings and the plots of these socio-political entities in the field of social movements and the particular way in the community movement of Campina Grande between the decades from 1950 to 1970. We aim to make a discussion of the history of the community movement in Campina Grande trying to identify its root with the Social Service course with the Catholic Church and the government. We work with the evidentiary paradigm interface with the oral history, marked out by the social history based in Thompson. The research is limited from the analyzes of social issues in the city and some forms of social assistance, as well as the presence of technical social care in poor neighborhoods in the city promoting the emergence of grassroots organizations based on the experience of community as the SFNs and later the CUST. We bring in this work the history of the community movement in Campina Grande in the 1960s and their interphases with the political situation demonstrating the links between the social movement and the Military Dictatorship in the city through the representative organizations of the neighborhood. Thus, we emphasize the importance of this research whose contributions are relevant to academic studies related to social movements, as well as the movement itself, consisting of another look at its history and historicity enabling the understanding of the history of Campina Grande from the organization of its inhabitants.

**Keywords:** SABs. Community Movement. UCES.

**LISTA DE MAPAS**

**Mapa 1:** Crescimento urbano de Campina Grande – 1937,1943 e 1960.\_\_\_\_\_90

**Mapa 2:** Planta de Campina Grande elaborada pelo Engenheiro Augusto de França Costa em 1961.\_\_\_\_\_91

## ÍNDICE DE FOTOS

<b>Foto 1:</b> Carteira de sócio da Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro_____	101
<b>Foto2:</b> Solenidade da entrega da Biblioteca Campos Sales na SAB de José Pinheiro_____	103
<b>Foto 3:</b> Frente do Estádio Municipal, em José Pinheiro_____	107
<b>Foto 4:</b> Rua Silva Jardim, também em José Pinheiro, totalmente coberta pelas águas_____	108
<b>Foto 5:</b> Viela no bairro de José Pinheiro_____	109
<b>Foto 6:</b> Rua da mangueira, em Monte Castelo_____	110
<b>Foto 7:</b> Convite: Ação integrada entre as entidades do bairro_____	112
<b>Foto 8:</b> Comemoração dos quatro anos de existência da SABJP_____	113
<b>Foto 9:</b> Convite: I Encontro de Presidentes de SABs_____	114
<b>Foto 10:</b> I Encontro de Presidentes de SABs_____	114
<b>Foto 11:</b> I Encontro de Presidentes de SABs_____	115
<b>Foto 12:</b> Momento de assinatura do termo de compromisso da realização da obra da Praça Joana D'Arc_____	116
<b>Foto 13:</b> Visão da Praça Joana D'Arc em José Pinheiro_____	116

**Foto 14:** Consultório Médico: momento de um atendimento \_\_\_\_\_ 131

**Foto 15:** Assistência médico dentária \_\_\_\_\_ 132

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1. Campina Grande e as tramas da questão social</b>	41
1.1 Igreja, Estado e assistência social em Campina Grande	41
1.1.1 Igreja Católica e ação social no nordeste	43
1.1.2 Primeiras organizações assistenciais campinenses	51
1.2 Círculos Operários e a Doutrina Social da Igreja Católica	56
1.3 Institucionalidade da assistência social: criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande	60
1.4 A Faculdade de Serviço Social e os Campos de Estágio	72
<b>2. Trajetória do Movimento comunitário em Campina Grande</b>	76
2.1 Surgimento das reivindicações populares urbanas	76
2.2 Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro - SABJP	91
2.3 União dos Moradores do Bairro de Monte Castelo – UMBMC	114
2.4 A União Campinense das Equipes Sociais – UCES	131
2.5 A experiência dos Clubes de Mães em Campina Grande	156
<b>3. As tramas políticas e a fundação do Movimento Comunitário em Campina Grande -</b>	<b>166</b>
3.1 A política na Paraíba de 1945 a 1964	166
3.1.1 PCB em Campina Grande: presença nas organizações sociais	170
3.2 Anos de chumbo e o Movimento Comunitário campinense: as SABs e a UCES	176
<b>4. CONCLUSÃO</b>	<b>204</b>
<b>5. REFERÊNCIAS</b>	<b>208</b>

## INTRODUÇÃO

**O que é escrito, ordenado, factual nunca é suficiente para abarcar toda a verdade: a vida sempre transborda de qualquer cálice.**

**(Boris Pasternak)<sup>1</sup>**

Esta proposta origina-se na pesquisa realizada pelo Programa de Iniciação Científica na cota 2008/2009 da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) tendo seu desdobramento em um trabalho monográfico<sup>2</sup>, no qual trabalhamos a União Campinense das Equipes (UCES) de forma a fazer uma prospecção de fontes documentais e empíricas que possibilitassem o conhecimento do objeto e fomentasse indagações cujas fontes nos possibilitaram a feitura do projeto para ingressar no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande (UFPB).

Deste modo, parece apropriado discutir questões desta natureza numa pesquisa cujo foco temático seja a comunidade a partir da atuação de um Movimento Social Urbano. Tal estudo contribui para a compreensão da história de vidas e experiências de pessoas que, muitas vezes, ficam à margem do poder público e passam a ter sua visibilidade ressaltada a partir da atuação no coletivo.

A contribuição que este trabalho oferece é focalizar o movimento comunitário campinense, trazendo luz à discussão do movimento a partir da atuação da União Campinense das Equipes Sociais (UCES) em Campina Grande e suas afiliadas, as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs). Tratam-se de órgãos de grande representatividade para o contexto local, já que congregam no seu entorno as reivindicações dos populares nos bairros da cidade. Estas entidades

---

<sup>1</sup> Romancista e poeta russo (10/2/1890-30/5/1960). Mundialmente famoso pelo romance *Doutor Jivago*, em 1958 é agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, mas as autoridades de seu país o impedem de recebê-lo.

<sup>2</sup> O resultado desta pesquisa foi a produção de um relatório. Ver: OLIVEIRA, Liélia Barbosa. **Experiência e memória do movimento comunitário em Campina Grande**: a trajetória da União Campinense das Equipes Sociais – UCES- (1990/2006). Relatório de pesquisa de iniciação científica. UEPB, cota 2008/2009, 53 pgs. A pesquisa se desdobrou em uma Monografia, para detalhes ver: OLIVEIRA, Liélia Barbosa. **Experiência e memória do movimento comunitário em Campina Grande**: um olhar sobre a União Campinense das Equipes Sociais nos seus 45 anos de história. Monografia em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande, 2009, 56 p.

foram conhecidas e reconhecidas como representantes dos bairros, de seus moradores, de seus dilemas e problemas.

Neste sentido, dimensionar um olhar voltado para a comunidade e os sujeitos que participam das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) se torna importante, sobretudo para a compreensão e discussão das tramas em torno das relações comunitárias, na organização de seu ideário, seus objetivos, bem como de suas insatisfações. Na contemporaneidade, torna-se urgente pensar nos trabalhos colaborativos, cooperativos, comunitários, como formas de perceber o protagonismo popular e suas tramas e conexões com o sistema capitalista vigente.

Ao optarmos por investigar a instituição UCES, pretendemos entender como os membros de comunidades dentro de uma conjuntura social, política e cultural se inserem em Sociedades que agregam populares na busca por melhorias sociais e qualidade de vida para aos moradores dos “subúrbios”, tentando identificar os laços que fundamentam a criação de associações desse porte. Nesse sentido, compreender o papel da Igreja Católica e do Estado na criação deste Movimento Social se torna fundamental e assim entender a conjuntura da *questão social* e as tessituras políticas inseridas nesse movimento comunitário.

Nossa preocupação se encaminha no sentido de analisar, a partir das condições de criação da União Campinense das Equipes Sociais (UCES), o sentido de valorização da esfera comunitária social. Assim a pesquisa apresenta como aporte referencial uma abordagem centrada na historiografia social sobre as vicissitudes das ações sócio-políticas da UCES junto às comunidades de bairro, pelo viés do trabalho político de atuação, relacionando-o com a dimensão e a dinâmica social de participação do movimento nos espaços-micros das comunidades visando, sobretudo, a construção efetiva dos direitos sociais à moradia, saúde, lazer, trabalho, transporte, educação, entre outros.

Registrar a história dos que fazem a cidade de uma maneira geral é reconhecer o agenciar humano e, assim, a importância da luta no cotidiano daqueles que constroem diariamente a história da cidade.

Assim, entendemos o valor de um trabalho com esse tema, tendo em vista que, ao discutir, refletir e historicizar sobre as comunidades, a partir do olhar focado em suas instituições representativas, põe em evidência aspectos do local, do lugar onde estes moradores estavam inseridos, fazendo emergir, através da pesquisa, captado a partir dos relatos orais e documentos

oficiais pesquisados, o que têm a nos dizer sobre suas lutas cotidianas por melhorias no espaço onde habitavam e seu engajamento com a esfera política.

Torna-se pertinente destacar que as SABs e a UCEs durante a constituição de sua história, foram marcadas por influências do contexto político local e nacional, ou seja, as entidades, no início da década de 1960 foram sendo gestadas em um plano político considerado “populista” e após a fundação da UCES - órgão coordenador- evidenciamos o contexto da ditadura militar no Brasil. Nesse sentido, as modificações do entendimento nas relações com o poder político se tornam relevantes na constituição da história da entidade.

A cidade, em seus vários aspectos e sua forma complexa, oferece várias interpretações a seus observadores. De forma que, historicamente, a cidade vem sendo tratada como um lugar de sociabilidade importante para os indivíduos, uma vez que suas construções sociais se acentuam consideravelmente neste lugar que também vem sendo objeto de análise de construções historiográficas<sup>3</sup>.

Esta proposta é motivada pelas crescentes questões envolvendo a cidade, as quais vem sendo motivo de análise como um lugar de construção historiográfica, constituindo-se objeto de pesquisa no campo da história desde a década de 1980, o que para nós se torna ainda mais instigante, pois pretendemos vê-la pelo prisma dos Movimentos Sociais. Em certa medida, torna-se desafiador estudar essa temática em um momento em que o campo historiográfico passa por um período de “refutação” ou diminuição quanto aos estudos nessa perspectiva. Partimos do entendimento de que as tensões e os conflitos sociais influenciam a formação do espaço urbano onde ocorrem predominantemente as relações capitalistas.

As cidades nos séculos XVIII e XIX na Europa provocaram uma renovação na vida social dos indivíduos, que paulatinamente reinventavam suas ações e suas formas de permanecerem nas cidades. O contexto da Revolução Industrial ocasionou o crescimento abrupto de muitas cidades onde a ocupação do espaço urbano foi majoritariamente liderado pelo comércio em ascensão. Os trabalhadores, influenciados pelo processo industrial, passaram, segundo Engels, a habitar em

---

<sup>3</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. ANPUH. São Paulo, vol.27, nº 53, jan.-jun, 2007, p.11-23.



lugares destinados aos trabalhadores, ou seja, lugares próximos ao local de trabalho, as fábricas, visto que estes dois espaços estavam intimamente ligados.<sup>4</sup>

Exemplos de cidades inseridas nesse contexto e que são referência dentro das prerrogativas aqui tratadas temos Londres e Paris, ambas experimentam no século XIX o processo de sobreposição da cidade em contraposição a vida campestre e, sobretudo, a aventura da industrialização e do excesso das multidões e suas contradições sociais.

A Londres do século XIX nos fornece a percepção das transformações em curso, onde em suas ruas circulavam uma multidão. Os populares viviam em condições muitas vezes de precariedade, morando em casebres onde “a miséria dos salários, aliada à inexistência de alternativas a este tipo de habitação, obrigava os operários a aceitarem as condições impostas pelos patrões”<sup>5</sup>, isto se circunscrevia na relação entre local de trabalho e moradia, onde ambos apresentavam a condição de vida de uma parcela dos habitantes da cidade, os operários. Ao lado desse crescimento acentuava-se também a miserabilidade onde mendigos e toda população “desviante” ocupavam e “perambulavam” as ruas de Londres.

O plano visual da cidade pela perspectiva dos populares nos apresenta “construção de casebres enfileirados, destinados às classes trabalhadoras, com bairros exclusivamente operários, marcados por precária situação de higiene e, conseqüentemente, desvalorizados financeira e moralmente”<sup>6</sup>. Para Bresciani (1994) e Bosi (2003), Engels apresenta as características de um bairro operário que teria “sujeira, os montes de entulho e de cinzas, os charcos nas ruas”, onde tais aspectos denotam a falta de estrutura e as condições em que viviam os populares dentro do processo de valorização da cidade. A partir das conjunturas londrinas as contradições e distinções entre pobres e ricos se faziam mediante o olhar “afiado” de seus observadores. Bosi (2003), na análise sobre Engels, afirma que “o homem urbano é, sobretudo, o homem da multidão”<sup>7</sup>. Bresciani (1994) reforça a análise de Engels demonstrando a vida cotidiana londrina a partir da experiência dos populares em seus locais de moradia. Desta forma destaca que:

---

<sup>4</sup> BRECIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Contexto, 1994, e BOSI, Antônio Pádua. História urbana. In: **Revista Territórios e Fronteiras**. PPGH-UFMT, v. 4- nº2, julho/dezembro de 2003, p. 79-100.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Ibidem.

Nesse centro de Londres, numerosas ruelas de casas miseráveis entrecruzam-se com as ruas largas das grandes mansões e os belos parques públicos; essas ruelas lotadas de casas abrigam crianças doentias e mulheres andrajosas e semimortas de fome. As péssimas condições de moradia e a superlotação são duas anotações constantes sobre os bairros operários londrinos<sup>8</sup>.

A presença de indivíduos neste espaço urbano trouxe problemas de cunho estrutural e de forma peculiar de moradia, de saúde, trabalho, entre outros, que provocaram mudanças culturais em hábitos, gostos e vida de milhões de pessoas, sendo assim importantes fatores para a contingência populacional das cidades<sup>9</sup>.

George Simmel, problematizando as transformações que Berlim passou, apresenta uma compreensão da vida conturbada e frenética que os indivíduos passaram e assim entraram em conflito com a própria vida moderna, ou seja, a vida em uma sociedade efetivamente urbana, onde os limites psicológicos são alterados mediante a intensidade e estímulos e ritmos apressados de viver em grandes cidades.<sup>10</sup>

Sobre Paris, podemos percebê-la através de Stella Bresciani (1994) e Walter Benjamin (2000) cujas imagens produzidas se pautam na ótica de Charles Baudelaire, poeta que escreve sobre Paris mostrando a partir de seus escritos o fenômeno da modernidade, suas observações acerca do processo de modernização e reforma urbana realizada por Haussmam, em que a cidade é reformulada e construída sobre a égide do capitalismo, onde as práticas e os indivíduos serão alterados. Benjamin apresenta a riqueza encontrada nos escritos poéticos ao dizer que “os poetas encontram na rua o lixo da sociedade e a partir dele fazem sua crítica heróica”<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> BRESCIANI, Maria Stella. A descida aos infernos. In: **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 25.

<sup>9</sup> BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258.

<sup>10</sup> SIMMEL, Georg. **Psicologia do Dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Edições de Texto & Grafia, 2009.

<sup>11</sup> BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Tradução de Heindrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito e Tânia Jatobá. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2a edição, 2000, p. 14.

Os escritos de Benjamin, dentro da temática de cidades, é fundamental. Mediante suas possibilidades diversificadas do olhar múltiplo oferecidas pelo autor, através das muitas vezes o cotidiano dos populares aparece na forma em que os sujeitos urbanos experimentam a cidade “A cidade em Walter Benjamin exhibe, porém, invenções e novidades próprias a sociedade nascente. As passagens de Paris se destacam como soluções urbanísticas, como um novo engenho do luxo industrial”<sup>12</sup>. Aranha (2003), discorrendo sobre a interpretação de Benjamin sobre Baudelaire afirma que:

O fenômeno da multidão na rua, por exemplo, ganha aos olhos do poeta uma dimensão toda especial. É que o fenômeno não só indica um novo estilo de vida, próprio da cidade grande já no século XIX, com o corre-corre característico dos milhares de transeuntes que afluem às ruas todos os dias, como indica que ele se dá aos olhos do poeta, como espetáculo capaz de provocar um “efeito inebriante” sobre todos os que vivenciam essa experiência.<sup>13</sup>

Assim como Londres, Paris enfrenta os problemas sociais, onde os populares se “deterioram” vivendo em péssimas condições e em bairros precários, sofrendo os efeitos das transformações ocorridas com a vida moderna.<sup>14</sup> Desta maneira, essas duas cidades apresentam experiências importantes dentro do aspecto urbano moderno, apresentando suas tensões e construções dentro de uma “ordem” econômica, política e social da época oitocentista sendo “peça chave para fins de sua caracterização de sua condição de cidades grandes”<sup>15</sup>.

No Brasil, vamos ter a experiência do Rio de Janeiro, que pode ser percebida pelo olhar de Sidney Chalhoub. Este escreve sobre a cidade nas últimas décadas do século XIX, abordando as complexas conexões elaboradas pela elite no tratamento para com os populares, tendo o aporte temático o viés higienista, que problematiza a criminalização dos cortiços. Nesse horizonte, demonstra a política estabelecida no Rio de Janeiro em higienizar a cidade que o “Estado [...]”

---

<sup>12</sup> RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 197.

<sup>13</sup> ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Paraíba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas. In: AGRA DO Ó; SOUZA; SOUSA, *et al.* **A Paraíba no império e na república**. Estudos de história social e cultural. João Pessoa, Idéia, 2003, p. 83.

<sup>14</sup> BRESCIANI, Maria Stella. A descida aos infernos. In: **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 76.

<sup>15</sup> Idem, 84.

enxergava as casas como feias, não funcionais e insalubres, as ruas como sendo estreitas, desalinhadas e impraticáveis para o transporte”<sup>16</sup>. Este é um exemplo brasileiro que se aproxima da experiência européia.

Com relação às demais experiências brasileiras, Aranha (2003) nos indica que o Recife é a principal referência urbana do Nordeste<sup>17</sup>. Mesmo assim, Recife não pode ser considerada metrópole no início do século XX, tendo em vista as particularidades históricas da região onde “a idéia de modernidade, no espaço regional em apreço, se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com se *rusch* característico”<sup>18</sup>, mas, para isto se concretizar, Recife deveria apresentar algumas dessas características, o que não foi o caso. Portanto, a experiência nortista com relação à modernidade ocorre pelo viés do uso dos “símbolos modernos” o que é mais apropriado considerar e se aproxima da realidade das cidades da região no início do século XX.<sup>19</sup>

A questão das cidades no Brasil ganha notoriedade a partir da década de 1950, vinculada à problemática referente ao aspecto econômico e à mudança social. Bosi (2003) explica que “os estudos que trilharam este caminho retomaram em parte a perspectiva marxista da subordinação do campo à cidade colocando em questão – ou transformando em problema – a presença de uma população rural no meio urbano.”<sup>20</sup> A área que predominantemente iniciou os estudos dessa temática no Brasil foi a Sociologia, com estudos de interesse para o entendimento do desenvolvimento social e principalmente no que diz respeito a relação urbano-industrial, bem como a experiência de exclusão social.<sup>21</sup> Sobre a inserção desta preocupação nos meandros da História temos:

Sumariamente, se nas décadas de 1950, 1960 e 1970 as cidades e a constituição do espaço urbano foram objeto de preocupações, principalmente sociológicas, referenciadas num extenso processo de

---

<sup>16</sup> BOSI, Op. Cit, p. 86.

<sup>17</sup> Assim a chamamos hoje, o que no início do século XX era Norte. Para compreender as diferenças estabelecidas entre as cidades do Norte/Nordeste e Sudeste ver: ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande, EDUFPG, 2006.

<sup>18</sup> ARANHA, 2003, Op. Cit, p. 87- 88.

<sup>19</sup> Idem, 88.

<sup>20</sup> BOSI, Op. Cit, p. 88

<sup>21</sup> Idem, 90.

industrialização e urbanização da sociedade brasileira, a década de 1980 será dominada por estudos particularmente da área da História, que problematizariam as formas de exclusão social das classes trabalhadoras na cidade.<sup>22</sup>

A historiadora Maria Stella Bresciani propôs um estudo sistematizado sobre cidades, levantando questões sobre a presença dos populares nos núcleos urbanos na década de 1980, o que estimulou o desenvolvimento de pesquisas e despertou o olhar das diversas tendências historiográficas a lançar um estudo com relação à vida urbana e sobre a “arte de viver” na cidade.<sup>23</sup>

Com relação aos estudos vinculados à presença dos populares e suas formas de manifestação no cenário urbano, vão ter em 1980 “a formalização de uma preocupação com o significado dos interesses de grupos de moradores de periferia que se mobilizavam para reivindicar melhorias estruturais em seus bairros.”<sup>24</sup>

Dentro dessas perspectivas, temos a Socióloga Maria da Glória Gonh, que escreve um livro em 1982 sob o título “Reivindicações populares urbanas”, onde analisa e discute a emergência das Sociedades de Amigos de Bairros em São Paulo. Em sua introdução, a autora afirma seus propósitos, que são de registrar a experiência de criação das SABs em São Paulo, se apresentando “num registro da memória histórica das classes populares na sociedade brasileira.”<sup>25</sup> Para a autora, esse tipo de movimento se apresenta como de caráter reivindicativo dentro da conjuntura urbana e, por extensão, do crescimento do perímetro urbano, ou seja, da cidade..

Outro expoente é Paul Singer, economista e sociólogo que se inscreve dentro de uma perspectiva de tradição marxista para pensar as ações populares dentro da cidade, observando os embates políticos e sociais a partir da contradição entre classes. Na coletânea de textos em que este autor é um dos organizadores, a temática de relação entre as lutas populares e as políticas se

---

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> BOSI, Op. Cit, p. 91

<sup>25</sup> GONH, Maria da Glória. O movimento das Sociedades Amigos de Bairros em São Paulo: histórico. In: **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, p. 9

torna elemento fecundo nas folhas do livro que tem por análise a experiência de São Paulo, uma publicação do ano de 1983<sup>26</sup>.

O sociólogo Eder Sader, em seu estudo “Quando novos personagens entram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)”, realiza um estudo sistemático dos populares de forma a tentar compreendê-los sobre o prisma da reelaboração das experiências dos populares e os seus deslocamentos de significados.<sup>27</sup>

Nesse sentido, pensar a cidade a partir das experiências dos trabalhadores torna-se um recurso no campo da historiografia. Sobre a questão Bosi (2003) afirma:

A descoberta da cidade pelas vivências de grupos subalternos pode representar, como esforços acadêmicos e num primeiro momento, a descoberta de inúmeros territórios constituídos socialmente por esses grupos na dinâmica de seu exercício cotidiano de se reconhecerem em meio ao urbano e suas marcas.<sup>28</sup>

É bom destacar que as lutas sociais por melhoria das relações trabalhistas foram o início das lutas por melhorias na cidade e com elas surgem grupos que reivindicam melhorias nos aglomerados residenciais da cidade, surgindo, então, os Movimentos Sociais Urbanos. No século XIX temos um crescimento vertiginoso das cidades e uma redução do campo, de suas extensões e das culturas a ele associadas. No caso do Nordeste, as particularidades no entorno das cidades se tornam evidentes na metade do século XX, quando as cidades da região vão crescendo paulatinamente.

Campina Grande, dentro deste canário, apresenta uma característica particular desde o século XIX e início do XX, período em que a cidade começa a se desenvolver enraizada na cultura do algodão, ganhando maiores proporções com a aquisição de equipamentos modernizantes, como um dos seus símbolos significativos é o trem chegando em 1907,<sup>29</sup> visto o valor, econômico, político e social deste equipamento. Desta maneira, o acentuado valor do

---

<sup>26</sup> SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Editora Vozes em co-edição com CEBRAP, 1983

<sup>27</sup> SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em cena**. Experiências e Lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo. 2 ed. Paz e Terra.1995.

<sup>28</sup> Idem, p. 95

<sup>29</sup> ARANHA, 2006, Op. Cit.

algodão provoca um crescimento populacional da cidade de Campina Grande que se estende até início da década de 1960, quando a economia de base no algodão entra em declínio.

Dentro da literatura sobre a cidade de Campina Grande destacamos as contribuições efetivas de historiadores que lançaram mão de pesquisas cruciais para se compreender a cidade, como é o caso de Aranha (2006), que se debruça sobre as transformações urbanas em cidades do Norte entre 1880 a 1925, apresentando os elementos de modernidade e a sua introdução nas cidades da região como símbolos da modernidade, ou seja, trabalha as experiências de fenômenos urbanos de cidades nortistas. Desta maneira, Campina Grande se insere dentro do contexto trabalhado.<sup>30</sup>

O estudo de Sousa (2006), que escreve a partir da observação das tensões e formas de viver dos moradores de Campina Grande entre 1920-1945, apresentando um momento importante dentro da história da cidade que no período recortado passa por uma importante reforma no seu perímetro central, apresenta os padrões de vida da elite local e principalmente dos populares, enfatizando as tensões de parcela de seus habitantes que convivendo no centro da cidade experimentavam os equipamentos modernos, contudo, apresentavam algumas condutas consideradas “desviantes”, o que os leva com o processo de reforma central para a margem do centro.<sup>31</sup>

Severino Cabral Filho (2007) nos apresenta a cidade a partir do olhar imagético, onde o uso da fotografia se torna seu recurso principal, porém, este autor nos conduz por uma cidade que experimenta os recursos da modernidade a partir dos equipamentos coletivos na busca da “aproximação das práticas sociais com a sua dimensão simbólica, considerando as tensões e conflitos”<sup>32</sup>. Destarte, esta leitura nos proporciona uma análise de Campina a partir das temáticas referentes à água, trabalho e da cultura relacionada as tessituras da elite e os anseios populares de inclusão dentro do projeto modernizador.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> ARANHA, 2006, Op. Cit.

<sup>31</sup> SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confronto: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

<sup>32</sup> CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007, p. 12

<sup>33</sup> Idem.

Por último, destacamos a pesquisa de Souza (2002), que nos propõe uma leitura da cidade a partir dos lazeres e divertimentos dos populares, onde a apresentação da cultura e suas interfaces com as tramas políticas nos possibilitam evidenciar o cotidiano dos populares na cidade.<sup>34</sup>

Sobre a temática cidade, enveredamos em sua problemática procurando compreendê-la a partir de uma análise dos Movimentos Sociais Urbanos, tendo o recorte no movimento comunitário e pretendendo analisá-lo dentro das prerrogativas de sua existência na cidade e seus vetores dentro da experiência popular em Campina Grande. Assim, “apreender os múltiplos desenhos da cidade, uma cartográfica que não é puramente geográfica, mas que é também afetiva, política, socialmente construída.”<sup>35</sup>

Por tais prerrogativas, caminhamos à luz da teoria da história social, tendo por base os pressupostos de seu grande expoente Edward Palmer Thompson, que nas palavras de Eric Hobsbawm era “historiador, socialista, poeta, ativista, orador, escritor – em seu tempo- da mais fina e polêmica prosa do século XX, provavelmente gostaria de ser lembrado pelo primeiro termo dessa lista.”<sup>36</sup>. Este autor e demais escritores, como Eric Hobsbawm e Christophe Hill, são inspirados no Marxismo. Portanto, percebem a história para além da esfera econômica das relações entre os sujeitos sociais e o Estado e passam a considerar a relação dos movimentos produzidos pelos populares em seus ambientes de convívio social, como por exemplo, a sua constituição dentro do espaço urbano e suas organizações populares.<sup>37</sup>

Sobre Thompson, Bosi (2003) discorre sobre a possibilidade de estudo dos populares a partir de suas experiências de luta e organização, que vão para além da compreensão do embate entre o aspecto puramente econômico com as tensões políticas, destacando que “reações políticas de grupos sociais não seriam nem derivadas e nem simples e unicamente estimuladas por

---

<sup>34</sup> SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazer Permitidos, Prazeres Proibidos:** sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de doutorado. História do Brasil: UFPE, 2002.

<sup>35</sup> BOSI, Op. Cit, p. 98.

<sup>36</sup> THOMPSON, Edward P. Introdução. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson:** as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 1998. n. 10, v. 1, 3. ed (Coleção Textos Didáticos), p. 15.

<sup>37</sup> Idem, 92.



conjunturas econômicas ou estruturas sociais, mas construídas e referenciadas nas circunstâncias históricas concretamente experienciadas.”<sup>38</sup>

Para Thompson, “A Classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.”<sup>39</sup> Este conceito é importante nesse estudo mediante a possibilidade de perceber os conflitos sociais da vida cotidiana dos populares em Campina Grande, sob a ótica de mobilização popular no entorno dos problemas vivenciados por estes sujeitos nos bairros onde residem e suas formas de organização em movimentos sociais.

Thompson examina o “fazer-se” da classe operária inglesa de 1790 a 1832, mostrando que a classe operária não foi determinada de uma hora para outra, mas que se constituiu e participou ativamente deste fazer-se no processo histórico. Sobre tal afirmação Thompson diz que:

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se [...] Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.<sup>40</sup>

Desta maneira, Thompson considera que a classe é constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais produto da relação histórica. A classe se define pela sua história e como formação social e cultural, que só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências dos trabalhadores em seu auto fazer-se.

Thompson, ao analisar a formação da classe operária inglesa, inaugura a noção de experiência se diferenciando da matriz marxista ortodoxa. Neste sentido, ao enfatizar a experiência, o autor adentra ao campo da cultura para entender a história dos populares, que ele

---

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> THOMPSON, Edward P. Prefácio. In: **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

<sup>40</sup> Idem, p: 9-10.

chamou de “os de baixo”, ou seja, analisar as experiências sociais históricas do ponto de vista da população como ela experimentava os contextos históricos e como ela participava como protagonista.

Assim, Thompson introduz a noção de agenciamento, através da qual os populares a partir de suas experiências partilhadas e vivenciadas no coletivo experimentariam a reflexão e consciência de classe. Sobre a experiência, o termo ausente dentro da perspectiva clássica da ortodoxia marxista, nos permite perceber e reconhecer as ações humanas no processo histórico. Com este conceito de experiência, Thompson problematiza o conceito de consciência de classe, entendendo-o dentro do percurso histórico. Assim, a classe é parte de uma experiência histórica vivenciada no contexto social. A consciência seria parte desse processo de relações sociais em que estão inseridos:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais<sup>41</sup>

Para além da compreensão pelo viés econômico, Thompson nos propõe uma visão de cultura em que as experiências populares indicam o contexto social em que estão inseridos. Seria uma história baseada nos “de baixo”, ou seja, daqueles que estão sendo os protagonistas do desenvolvimento histórico, construindo no cotidiano suas práticas de atuação social, bem como a consciência de classe.

Na obra “Costumes em Comum”<sup>42</sup>, Thompson (1998) analisa a cultura popular partindo do plano simbólico, os costumes dos populares. Ao analisar os termos utilizados para a identificação de “fidalgos” e “pobres”, o autor sugere que existe uma rede de significados normativos que podem ser analisados “acriticamente por historiadores”, isto se não observar as tramas, os interesses em tais “generalizações” e “naturalidades” disfarçadas de sentidos. Falando sobre a caracterização do pobre, Thompson (1998) apresenta a seguinte análise:

---

<sup>41</sup> Ibidem, p.10

<sup>42</sup> THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Quanto a “os pobres” esse termo inteiramente indiscriminado contém a sugestão de que o grosso da população trabalhadora merecia a condescendência da *gentry*, e talvez sua caridade (como se fosse de alguma forma sustentados por ele, e não exatamente o contrário). E o termo agrupa, numa mesma categoria pela *gentry*, miseráveis, pequenos fazendeiros vigorosamente independentes, pequenos camponeses, criados da fazenda, artesão rurais e assim por diante.<sup>43</sup>

O autor nos sugere a análise crítica do contexto social, bem como a grade cultural e simbólica que os populares na Inglaterra estão imersos e assim verificamos a sugestão de Thompson em problematizar a visão estabelecida oficialmente, indicando e caracterizando as experiências culturais dos populares dentro de seu cotidiano.

O aporte teórico e metodológico de Thompson contribuiu para a renovação historiográfica marxista ortodoxa, influenciando uma revisão das leituras marxistas no que se refere à relação entre a História Social e a Historiografia brasileira, principalmente após a década de 1970, lançando a História Social como redimensionando na escrita da História do Brasil e do mundo. Redimensiona, em particular, a compreensão dos Movimentos Sociais a partir de uma perspectiva do protagonismo popular enraizado no processo de experiência social de organização, seja no campo ou na cidade. Cresceram as adesões às propostas teóricas e metodológicas thompsonianas na perspectiva de História Social.

Os caminhos aqui escolhidos perpassam por uma compreensão dentro da história social, onde os populares, participando de grupos associativos, exercem a sua experiência de maneira compartilhada e, portanto, constroem uma consciência de seu lugar na sociedade.

Neste percurso, problematizar as formas em que ocorrem as relações sociais na sociedade capitalista se torna importante. Na mesma proporção, identificar as intervenções de agentes imbuídos de uma perspectiva governamental na sociedade e, de modo especial nos movimentos populares, é algo imprescindível para compreensão de sua história. As distinções entre classes sociais se tornam visíveis a partir da observação sob vários aspectos, como, por exemplo, a partir da espacialidade urbana e seus vetores, como a educação, a moradia, o lazer, a saúde, aquisição

---

<sup>43</sup> THOMPSON, Edward P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 26.

de bens coletivos modernos, entre outros, se apresentam como solo fecundo para a compreensão das interferências e influências de agentes institucionais externos dentro dos movimentos sociais.

Historiografar a cidade pelo viés dos Movimentos Sociais pressupõe discutir o que se entende por esse campo social e sua abrangência.

É bem verdade que os estigmas construídos sobre o tema Movimentos Sociais se tornam elementos importantes para iniciarmos uma conversa sobre o valor historiográfico e sua produção no campo da história, onde o tema é considerado “sucateado” por grande parte dos historiadores após a virada cultural empreendida a partir de 1970 no caso da Europa e no Brasil em idos de 1980, mais precisamente após a década de 1990.

A temática dos Movimentos Sociais tem um índice de rejeição, dando lugar a temas oriundos das especificidades cotidianas dos sujeitos sociais, enraizadas em discussões pautadas no plano cultural e no que se refere às identidades.

Destacamos que a temática dos Movimentos Sociais estava associada até 1960 a um paradigma marxista que empreendia um método dialético de análise macro societário, tendo por base a observação através da economia<sup>44</sup>. Na mesma proporção, os movimentos sociais eram compreendidos e associados, até o século XX, a questão operária, destacando a relação entre capital e trabalho.

Importante observar que parte dos populares envolvidos em associações eram orientados por uma perspectiva comunista e socialista, que para o século XX foram motivos de grandes contradições e mudanças para a história mundial e para a história dos países em suas particularidades.

Neste sentido, no Brasil a conjuntura social, política e econômica do início da década de 1960 apresenta um acentuado crescimento das organizações populares que apoiavam reformas políticas do governo que aglomeravam os anseios populares como, por exemplo, a Reforma Agrária. Em contrapartida ao projeto anunciado pelo governo de João Goulart, os opositores ao projeto reformista do governo organizaram uma contra reforma ofensiva, instituindo no país a Ditadura Militar em 1964.

Nesse momento de conturbação social, inúmeros movimentos sociais e organizações políticas vão se organizando no entorno de uma reação ao regime militar e entre as décadas de

---

<sup>44</sup> Para compreender o interesse pela temática dos movimentos sociais torna-se interessante a leitura de: GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

1970 e 1980 a força popular ganha maior legitimidade dentro de uma expectativa democratizante.<sup>45</sup>

Alguns movimentos sociais são significativos para se compreender a atuação e articulação social frente às propostas políticas empreendidas no Brasil anterior a 1964. Entre os inúmeros exemplos de movimentos existentes no país destacamos alguns: Movimentos de Associações de Moradores desde a década de 1940, como reflexo de desenvolvimentos das cidades; Movimentos dos Agricultores Sem - Terra no Rio Grande do Sul, em 1961, que se reuniram para o enfrentamento das dificuldades relacionadas à questão agrária; Movimento de Educação de Base – MEB- em 1961, vinculada ao método de educação do educador brasileiro Paulo Freire, que se baseava na aprendizagem a partir da vivência cotidiana das pessoas; Movimentos Estudantis que entre 1957 a 1964 obtiveram um grande impulso organizativo, com a participação política de estudantes vinculados a União Nacional dos Estudantes – UNE- criada em 1937, com disputas entre as alas ligadas à esquerda e as alas ligadas à democracia cristã, tendo a Juventude Universitária Católica- JUC- e a Juventude Operária Católica - JOC como estímulo; de 1961 a 1964 temos Movimentos Grevistas em todo o país, nesse período verifica-se um acentuado número de manifestações no entorno da possibilidade de reforma política e social no Brasil, o que gerou instabilidade e insegurança para a elite brasileira.<sup>46</sup>

A década de 1960 foi de extremo crescimento dos Movimentos Sociais, que na tentativa de reordenar política e socialmente o Brasil, empreende uma vasta organização popular de diversas ramificações, contudo a luta pela reforma agrária foi uma das bandeiras de segmentos populares no Brasil que foi se transformando no maior movimento agrário do país.<sup>47</sup>

É no contexto da segunda metade do século XX que o projeto socialista defendido por marxistas presentes em sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos é “derrotado” pelo regime militar, ocasionando uma decepção teórica e prática, visto que o projeto de um país em vias de adequação à proposta socialista sofre um “atentado” financiado pelo capital estrangeiro e

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 96-100.

<sup>47</sup> Idem.

abraçado pela elite brasileira e por vários setores da sociedade como, por exemplo, a parte conservadora da Igreja Católica.<sup>48</sup>

Os Movimentos Sociais passam a se (re)compor em um cenário de resistência e luta balizada por teorias revolucionárias que disseminadas pelos vários segmentos sociais foram sendo desenvolvidas e aprimoradas as concepções de luta para subsidiar uma resistência.

Na academia brasileira, o conflito teórico do marxismo só se faz sentir em grandes proporções em finais da década de 1980 a 1990, quando os estudos culturais vão tomando maior abrangência. Nesse mesmo período, vamos presenciar no Brasil uma conjuntura político-social diferenciada, onde a participação popular no controle social das políticas públicas se torna uma prática de governo garantida pela Constituição em 1988.<sup>49</sup>

Após a redemocratização do Brasil os movimentos sociais entram em crise e um dos motivos é a forte entrada da militância para o exercício profissional nos cargos administrativos de governo, perdendo, portanto, a força combativa, o que pode ser analisado como estratégia da elite política como forma de cooptar e desarticular as organizações sociais.

Assim como mudaram os movimentos sociais durante essas últimas décadas, mudou também a percepção da história por parte de sua escrita e metodologia. Porém, não desconsideramos o marxismo como forma de análise social, mas concebemos também outras formas de apreensão verossímil da realidade. Desta maneira, a reinterpretação do marxismo propõe uma leitura do cotidiano dos populares considerando-os como sujeitos ativos dentro dos acontecimentos históricos, promotores de intenso labor histórico.

Diante de tais problemas, nos indagamos sobre os motivos que nos fizeram pensar sobre essa temática. Assim, lançamos alguns questionamentos interessantes sobre a problemática em questão. Qual a importância de estudar nesse século XXI os movimentos sociais, já que são numerosas e profundas as transformações ocorridas na dinâmica da sociedade, e aparentemente “todos” os aspectos foram trilhados e estudados?

Elaborar um trabalho a partir de um movimento social é uma aventura desafiadora para qualquer historiador contemporâneo. No entanto, se por um lado o fato constitui um desafio, por outro, é também algo que estimula e excita a imaginação e audácia no cenário historiográfico

---

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

onde os estudos culturais se acentuam e se sobrepõem aos estudos ditos clássicos, como os movimentos sociais.

Para tanto, consideramos ser de extrema necessidade retomar antigos campos de análise da história no intuito de reelaborar, a partir da nova conjuntura científica, bases para o estudo dos temas clássicos. Com esta intenção, percebemos ser de valiosa contribuição o estudo do movimento social urbano da cidade de Campina Grande, como forma de entender as particularidades históricas de seu povo e de sua história, como também obter uma visualização da história da cidade a partir dos populares que nela viveram e vivem.

Este trabalho apresenta um estudo realizado dentro da temática dos movimentos sociais, chamando atenção para uma forma particularizada, o movimento comunitário na cidade de Campina Grande, objetivando compreender a formação desta organização dentro das particularidades históricas da cidade e por extensão dos agentes diretamente nela envolvidos, problematizando, assim, a emergência da *questão social* dentro da preocupação política e fomentadora de algumas formas de organização social.

Um questionamento torna-se pertinente, talvez a questão pudesse ser colocada em termos para se pensar os conflitos entre o capital e o trabalho, que de alguma forma persistem como parte da dinâmica social dentro da temporalidade em que nosso objeto se enquadra.

Mas o que são movimentos sociais?

Difícilmente vamos encontrar uma definição pronta e acabada acerca do que vem a ser movimentos sociais. Para tanto, alguns autores anunciam algumas prerrogativas sobre esse conceito. Sem, tampouco, fechá-lo e acabá-lo, os movimentos sociais são de uma dimensão ampla.

Dentro das expectativas teóricas do marxismo revisitado, trabalhamos com a conceituação de classe a partir de Thompson (2004), em que o entendimento perpassa a idéia da consciência e experiência no pertencimento a um espaço social ou cultural. Vejamos o entendimento do autor com relação a essa questão:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma serie de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como

uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.<sup>50</sup>

Nesse contexto, Thompson elabora uma conceituação de classe a partir do processo de interação dos indivíduos com a sociedade em que vivem, partilhando suas experiências e produzindo suas consciências sociais, entendendo que “as classes acontecem à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes dentro de um conjunto de relações sociais [...]”<sup>51</sup>. Dentro desta visão, as classes populares deixam de ser meros coadjuvantes nas mãos dos “poderosos” (Estado, classe dominante) para assumirem um papel principal de criação de seu próprio cotidiano.

Desta maneira, inúmeros autores utilizam o pensamento de Thompson para realizarem seus estudos na história social e, assim, contribuir para uma literatura que parta de tais estruturas analíticas sobre o mundo social.

De acordo com Marilena Chauí, no prefácio da obra “Quando Novos Personagens Entraram em Cena”<sup>52</sup>, os movimentos sociais produzem um novo sujeito; um sujeito coletivo; um sujeito diferente do moderno que é um sujeito individualista e racional; Sader mostra o “cotidiano popular”, novos lugares para o exercício da política.

Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São as experiências que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes ‘dá a dignidade de um acontecimento histórico.’<sup>53</sup>

Qual é a linguagem dos movimentos sociais? De que lugares falam? Que valores defendem? Qual é a originalidade do fenômeno? O movimento social é uma afirmação de setores da sociedade. Para falar da função dos movimentos sociais, Sader (1995) coloca que “Nessa representação a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento,

---

<sup>50</sup> THOMPSON, E. P. Prefácio In: **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>51</sup> Ver: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria** – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 181.

<sup>52</sup> SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em cena**. Experiências e Lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo. 2 ed. Paz e Terra.1995, p. 12

<sup>53</sup> Ibidem.



convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.”<sup>54</sup>

Corroborando com essa idéia, os movimentos sociais sinalizam quanto às condições das classes no Brasil. Sader (1995) destaca que:

A constituição dos movimentos sociais implica uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente.<sup>55</sup>

Acerca dos movimentos sociais na década de 1970 no Brasil, Sader (1995) argumenta:

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência.<sup>56</sup>

Essas análises são importantes na medida em que elas apresentam condições e realidades concretas, favorecendo um arcabouço para pensarmos tal problemática. Segundo Sader (1995), “o movimento vai tecendo uma ligação entre o mundo do cotidiano e o mundo da política”.<sup>57</sup> E, ao estudar as organizações não governamentais coloca que a noção de conquistas difere da noção de resultados nas atuais Organizações Não Governamentais- ONGS, mostrando a diferença do protagonismo social. Com as ONGS, na maioria das vezes, os atores são outros, a noção de crescimento também é de outra escala valorativa e acrescenta: “os movimentos cresciam em cima das conquistas obtidas”<sup>58</sup>.

Não se pode perder de vista que a história dos movimentos sociais é a história da

---

<sup>54</sup> Idem, p. 29

<sup>55</sup> Idem, p.48

<sup>56</sup> Idem, p. 199

<sup>57</sup> Idem, p. 215

<sup>58</sup> Idem, p. 216

formação de classes, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas: associações, partidos, sindicatos, greves, são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia.

Eder Sader valoriza a concepção de sujeito social como sujeito histórico. Esse sujeito é criado a partir das experiências coletivas na sua participação em organizações sociais, onde ali os populares se descobrem mutuamente passando a integrar uma identidade coletiva de atuação social.

Para tanto, é importante destacar o que Sader (1995) aponta ao fazer o estudo das classes populares em São Paulo, onde estas se organizam a partir de sua realidade, portanto, de planos diversos, “segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que os motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega.”<sup>59</sup> E que, “os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política e perdem sua substância na medida em que não dão conta dessa nova realidade.”<sup>60</sup>

Com relação a caracterização dos movimentos sociais urbanos, Santos (2008) nos proporciona uma reflexão afirmando que:

[...] ao ocorrer nas cidades, colocam em xeque aspectos relacionados às formas de apropriação da cidade, lutam contra a concentração da terra urbana, ou pelo acesso à habitação ou aos equipamentos urbanos, também chamados de bens de consumo coletivo (redes elétrica, de água e de esgoto, telefonia, serviços de saúde, educação, transportes coletivos etc.).<sup>61</sup>

Sobre a emergência desses movimentos na cidade, Santos (2008) continua destacando que “as reivindicações emergem no cenário urbano em virtude do processo de empobrecimento das camadas populares e das contradições produzidas pela urbanização capitalista.”<sup>62</sup>

Sader (1995), se referindo aos movimentos instituídos após a década de 1970, período de constante movimentação social no Brasil, retrata que os populares engajados nas lutas sociais da

---

<sup>59</sup> Idem, p. 313

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> SANTOS, Regina Bega. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 12.

<sup>62</sup> Idem, p. 15

época buscaram protagonizar uma história diferente para o país. A Ditadura Militar já apontava fissuras em sua organização e bases importantes de sua sustentação, como a Igreja Católica, já demonstrava insatisfação com relação ao governo, contribuindo, desta forma, para a organização de sua base religiosa para travar uma luta no meio social pela democracia, em que a concepção de política perpassaria as questões do cotidiano:

Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros.<sup>63</sup>

E por falar em cotidiano, Sader (1995) coloca que:

[...] não pode ser pensado como um lugar mítico onde, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambigüidade de “conformismo e resistência”, expresso na “consciência fragmentada” da cultura popular.<sup>64</sup>

Os movimentos populares na cidade adquirem características variadas, principalmente os relacionados à infra-estrutura, que são em sua maioria classificados como reivindicatórios. Contudo, o processo histórico nos aponta que a interferência de agentes políticos da repressão infiltrados no cotidiano dos movimentos no momento em que o país vivenciava a Ditadura Militar limitou o protagonismo social de vários movimentos sociais nascidos na década de 1960.

Porém, com o percurso histórico decorrido pós 1970 os movimentos sociais experimentam outras formas de participação social, onde o protagonismo popular vai se definindo de outras maneiras, principalmente na metade da década, onde a troca de experiências entre os movimentos sociais se torna uma constante, almejando a conquista de liberdade democrática para o país. Santos (2008) sugere que na medida em que os populares se organizam a consciência de sua condição social é posta em evidência.

Os movimentos populares elaboram seus projetos na prática cotidiana, no

---

<sup>63</sup> SADER, Op. Cit, p. 313

<sup>64</sup> Idem, p. 141

desenrolar das lutas, pela moradia ou pela posse da terra, por serviços de saúde, por meios de transportes eficientes.... Durante esse processo, os participantes dos movimentos descobrem seus direitos sociais, se conscientizam das causas da segregação sócio espacial, identificam os espaços socialmente diferenciados. Assim, durante a luta é que vão se explicitando as diferentes formas da apropriação da cidade pelos diferentes grupos sociais.<sup>65</sup>

Entre várias abordagens dos movimentos sociais urbanos vamos ter a contribuição da historiografia inglesa que enfatiza a história dos populares em sua vida cotidiana, observando o processo histórico a partir da experiência como elemento definidor das relações sociais. Para Santos (2008), as contribuições desse campo analítico se pautam, entre outras características, na proposição propostas por Thompson em que ele:

[...] recupera questões clássicas como valores, cultura e teoria política. Para essa corrente são fundamentais as experiências do cotidiano, de acordo com o conceito de *práxis* de Lukács e incorporando, ainda, a contribuição de Gramsci a respeito de *campo de forças*.<sup>66</sup>

Torna-se importante entender que a preocupação principal é verificar como as pessoas experimentam, vivem e se mobilizam para o enfrentamento das carências inerentes as suas realidades de vida, levando-as à formação de organizações diversas para “combater” as situações em que estão inseridos e ao mesmo tempo insatisfeitos.

Desta forma, unem-se a partir das experiências em comum, sendo, portanto, conscientes de seu *status* social.

Com relação a experiência de organização em Campina Grande, vamos ter um desdobramento do movimento social urbano, o movimento comunitário. Este tipo de mobilização social agrupa as SABs da cidade, onde os problemas de infra-estrutura são os mais evidenciados. Deste modo, são caracterizados como um movimento reivindicatório, principalmente na primeira década de sua fundação, que ocorre em a partir de meados de 1960.

Como podemos destacar, o núcleo primeiro que lança as sementes dessa instituição social está nos bairros, que, no caso de Campina Grande, apresenta uma especificidade, visto que este

---

<sup>65</sup> SANTOS, Op. Cit, p: 16

<sup>66</sup> Idem, p: 21

movimento social nos bairros é agenciado pela Igreja Católica e pela Faculdade de Serviço Social, criada pela necessidade de pessoas treinadas para trabalhar com a questão social na cidade, obedecendo a uma tendência nacional.

Desta forma, o curso de Serviço Social apresenta como campos de estágios os bairros, considerados “problemas na cidade”. A partir de tais experiências nos bairros os populares foram sendo organizados em “grupos”, através da técnica de intervenção própria do Serviço Social em meados da década de 1960. Assim, consideramos que esse tipo de movimento social na cidade acontece mediante a tutela religiosa pelo viés da Igreja Católica, em consonância com a profissionalização da assistência com o financiamento do Estado.

Sobre o movimento comunitário em Campina Grande vamos ter o livro “Movimentos da Vida”, de Luiz Gonzaga de Souza (2006), que é professor do curso de Economia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Neste livro reúne artigos jornalísticos por ele escritos para o Diário da Borborema na coluna “Tudo”, onde procurava escrever sobre a vida orgânica da cidade, discutindo a partir de uma análise sociológica aspectos da cidade de Campina Grande. Desta maneira, o livro torna-se elemento de análise sobre o movimento comunitário da cidade, uma vez que o autor relata em alguns artigos sobre a vivência deste movimento na cidade, bem como suas interlocuções com a política municipal.

Para articular o plano metodológico deste trabalho nos aproximamos da história oral como facilitadora e viabilizadora desta pesquisa histórica.

Para efeito metodológico, nos norteamos pela perspectiva de Ginzburg (1989), ao pensarmos o método indiciário, que valoriza os rastros, indícios, as pistas e os sinais intercalados entre a análise promovida pelo arcabouço para com as fontes, sejam eles orais ou documentais dos diversos tipos, como atas, matérias jornalísticas, fotografias, entre outras. As lembranças manifestadas nas entrevistas são articuladas com os demais tipos de fontes, na busca pela aproximação verossímil da realidade social vivida.

A metodologia da História Oral tem se disseminado por diversas disciplinas e ao mesmo tempo provocado simpatias e adversidades quanto ao seu uso. Em nosso caso, tentamos demonstrar como os indivíduos que tomamos como fonte original de informação alcançam a condição de sujeitos sociais. A partir de sua prática, contribuem para a produção da História e do espaço urbano.

Cabe aos Historiadores, na sua ampla tarefa, reconhecer e tratar estes indivíduos como capazes de serem sujeitos da História. Buscando nesse novo projeto da escrita da história reelaborar o pensamento com relação aos movimentos sociais, principalmente no papel desenvolvido pelos populares que aparecem como desordeiros, sendo negligenciados na historiografia e sendo negada sua participação na construção da memória histórica.

Com um novo olhar, esses mesmos populares são concebidos como produtores de representações sobre si próprios, se inserindo no mundo, na história. Esta é uma tarefa científica, política e educativa de quem assim procede, optando pelo uso da História Oral. Para Alberti (2010), a história oral tem a “possibilidade de registrar a vivência de grupos cujas histórias dificilmente eram estudadas, representando um avanço para as disciplinas das Ciências Humanas.”<sup>67</sup>

Partindo deste pressuposto, pensar o uso desse método nos remete à observação de que o trato com a fonte oral pressupõe uma técnica e ao mesmo tempo exige do pesquisador a compreensão de que toda a memória é construída em um tempo, cuja análise é influenciada pelo tempo posterior ao acontecimento, ou seja, o sujeito entrevistado está distante temporalmente do fato, do acontecimento, o que denota uma visão diferenciada sobre a época vivenciada pelo entrevistado. Assim, no momento de relato oral, o entrevistado, ao se referir aos fatos passados, apresenta valores da época contemporânea, o que demonstra os diálogos que o sujeito faz com o seu passado, ou seja, com sua própria história de vida. Desta maneira, as ponderações e as interlocuções entre fontes se torna importante para a apreensão verossímil dos fatos pesquisados, para não perder o rigor dentro do fazer historiográfico.<sup>68</sup> Conforme o exposto, Alberti (2010) afirma que:

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem acolhe, interpreta e divulga

---

<sup>67</sup> ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a, p. 158

<sup>68</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010b, p. 155 - 202.

entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um “retrato” do passado.<sup>69</sup>

Cabe aqui citar o historiador E. P. Thompson, que após fazer reflexões críticas ao marxismo ortodoxo, empreendido nos construtos históricos e dentro das militâncias sociais elabora uma perspectiva teórica metodológica da história proporcionando uma criticidade da participação popular e sua compreensão de classe social.

Os populares, a partir deste olhar, têm uma participação indissociável dos acontecimentos que constituem a história e a cidade. É possível afirmar que o uso da História Oral representa uma contribuição metodológica valiosa para a compreensão do espaço urbano.

No que se refere aos procedimentos nas entrevistas em História Oral, alguns elementos convém destacar. Importante ressaltar, por exemplo, que estamos partindo de uma concepção do espaço urbano como espaço social, bem como da história como resultado das transformações produzidas pelos homens e mulheres que nela estão inclusas. A partir dessa perspectiva, as lutas sociais urbanas adquirem significativa relevância para a produção da história da cidade de Campina Grande, partindo do olhar de seus habitantes.

Como é na cidade que vive hoje a maioria dos campinenses, as lutas sociais urbanas se tornam ainda mais importantes para a compreensão do crescimento e transformações, pois permitem compreender como os indivíduos estão produzindo a cidade. Para isso, torna-se interessante a utilização de uma metodologia adequada, ou seja, capaz de contemplar o papel dessas lutas para a produção e compreensão da história da cidade a partir de seus moradores.

A construção da bibliografia tradicional sobre a Paraíba e de forma especial sobre Campina Grande é escrita sob a ótica elitista na concepção do espaço urbano. No caso da História do Brasil, isto é demasiado conhecido, predominam os interesses em termos gerais de uma parcela da população que em certa medida ocupa espaços de poder político. Assim sendo, grande parte da população desprovida dos bens sociais tenta garantir seus direitos a partir da organização social expressada através dos movimentos sociais, em especial o movimento comunitário, como forma de manter canais de manifestação e decisão na administração pública. E é dessa organização e de suas mediações adequadas que depende a produção de uma cidade mais acessível e mis justa a seus habitantes.

---

<sup>69</sup> Idem, p. 170.

Evidencia-se o comprometimento da metodologia para que, seja na academia, na pesquisa ou na vida cotidiana, reconhecidos os atores sociais, a fim de que se destaque que a cidade é produzida por todos os moradores, e não apenas para uma parcela deles.

Com o intuito de demonstrar, a partir da prática social, que os sujeitos organizados no Movimento Comunitário da UCES contribuem para a produção do espaço urbano, transformando-se assim em sujeitos da História, procedemos e optamos pelo uso da História Oral. A partir desta decisão, em primeiro lugar, fizemos a escolha das pessoas para serem entrevistadas, ou seja, aquelas que vivenciaram os fatos estudados. Acreditamos que fosse necessário que os entrevistados tivessem conhecimento da finalidade e importância do projeto de investigação que foi desenvolvido, bem como da posição que nele irão ocupar. A data e o local da entrevista ficaram a critério dos entrevistados, permitindo assim que eles estivessem à vontade. As entrevistas foram gravadas e transcritas, se transformando assim em documento.

A transcrição das falas é a tarefa mais delicada da História Oral, pois exige várias fases. Na primeira fase, a principal preocupação deve ser a transferência da fala da gravação para o papel, sem haver preocupação com a pontuação ou ortografia correta, como também preocupação com a limpeza do texto, incluindo, assim, palavras repetidas, vícios de linguagem, entre outros aspectos. A segunda fase, chamada de limpeza do texto, se destina a dar forma adequada ao texto, ou seja, pontuação e ortografia corretas. Realizada essa segunda fase, a entrevista deve ser revisada pelo entrevistado, e só depois disso é que deve ser feita a versão final, totalmente limpa e corretamente digitada. Ainda cabe lembrar que a transcrição deve ser fiel à gravação, não alterando a fala do entrevistado. Finalmente, dependendo da forma como for sendo desenvolvida a investigação, a última etapa é a autorização do entrevistado para que a entrevista possa ser usada.<sup>70</sup>

A utilização das entrevistas orais proporciona à investigação o contato com a multiplicidade de experiências de vida, de sentimentos criados, pois cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras.<sup>71</sup> Desta forma, amplia-se uma questão que parece fundamental, de que as narrativas orais devem ser tratadas como textos e enredos construídos por seus próprios sujeitos.

---

<sup>70</sup> ALBERTI, Op. Cit, 2010a.

<sup>71</sup> PORTELLI, Alessandro. A. Tentando aprender um pouquinho sobre historia oral. In: **Projeto História**. São Paulo. Educ., n°. 15, abril. 1997.



Para esse caminho, nos guiamos pelas seguintes fontes: relatos orais de memória, que totalizam sete; fotografias e literatura alusiva à história de Campina Grande; ata de fundação do curso de Serviço Social; atas de reuniões da UCES; ficha de sócios; ata de reuniões e frequência; estatutos da entidade; regimento interno, entre outros que estão sob o poder da entidade. Como também os jornais de circulação da época, como o *Diário da Borborema*.

No entanto, a percepção das especificidades das fontes orais e o reconhecimento de que essa memória, muitas vezes, acaba sendo construída no decorrer das entrevistas, como nos alerta Alessandro Portelli (1997), indicaram a necessidade de que o pesquisador deve se manter aberto às alterações necessárias no encaminhamento das entrevistas.

Acreditamos que é possível fazer uma história da cidade de Campina Grande com base no olhar dos seus habitantes e de forma especial aqueles que se organizavam no entorno de seus problemas tendo em vista a sua resolução. Sendo assim, concordamos que deve-se:

[...] dar voz aos esquecidos, às pessoas comuns, ouvir o outro e ser sensível a ele, às suas experiências, as suas representações e a sua história de vida. É possível escrever a trama humana através de fontes orais. São elas que enriquecem, dão vida à narrativa e que estão permeadas do sabor das vivências.<sup>72</sup>

Nessa perspectiva, o trabalho encontra uma instigante força de produção, visto que os resultados são produções da comunidade que traduzem suas experiências de vida através dos seus relatos orais de memória. Conforme aponta Antônio Torres Montenegro “muitos entrevistados vão unir o saber cotidiano de experiências vivenciadas intensamente a uma compreensão da vida e do mundo, que transcende as determinações imediatas. Eles se descobrem narradores [...]”.<sup>73</sup>

O texto que resultou do estudo foi estruturado em três capítulos. No primeiro discorremos sobre a relação entre igreja católica, estado e assistência social no que se refere no trato da questão social em curso no século XX, demarcando as expressões da questão social no cenário urbano da cidade de Campina Grade e apontando as respostas filantrópicas e o trato político de tais problemas. Nesse sentido, trazemos algumas das primeiras instituições assistenciais

<sup>72</sup> LUCHERSE, Terciane Ângela. **História Oral e memória**: possibilidades para a compreensão do outro. Estudos Leopoldenses. Série História, 2000, p. 45

<sup>73</sup> Ver: MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992, p. 44.

campinenses, os Círculo Operário e o processo de institucionalização da Faculdade de Serviço Social no município.

No segundo capítulo, tratamos da trajetória do movimento comunitário na cidade de Campina Grande apresentando o surgimento das primeiras reivindicações populares, bem como a criação das primeiras Sociedades de Amigos de Bairro da cidade e a criação da coordenadoria dessas SABs - a União Campinense das Equipes Sociais (UCES), além de apresentarmos brevemente a experiência dos Clubes de Mães da cidade que nascem dentro da experiência associativa das SABs.

E por último, apresentamos o terceiro capítulo, que trata da política local na Paraíba e sua articulação com o contexto nacional apresentando a experiência popular das associações de bairro e sua articulação política principalmente no momento de instauração da Ditadura Militar no Brasil. Nesse momento trabalhamos com os relatos orais de memória sob a influência comunista entre os populares e dentro do movimento comunitário e suas repercussões em momentos de ressessão política.

A nossa discussão pretende demonstrar que a prática social comprova a capacidade dos populares, através do movimento comunitário, de proporem e desenvolverem lutas e atuações sociais em prol das transformações da realidade social dos indivíduos e, por extensão, da cidade. Portanto, um compromisso com a memória do movimento comunitário para se entender a história de Campina Grande sob o olhar de seus habitantes. Para muitos deles, é bastante claro o papel que desempenham na luta por uma cidade/sociedade mais desejável, e a idéia de realizarmos um trabalho de caráter científico e a partir dos relatos orais foi bem-vinda.

**Capítulo I:**  
**Campina Grande e as tramas da questão social**

## 1. Campina Grande e as tramas da questão social

### 1.1 Igreja, Estado e assistência social em Campina Grande

A ocupação populacional dos bairros tem, desde a década de 1920, um crescimento constante, o que se reflete na ocupação e criação dos bairros, que vão se caracterizando como populares e seu perfil se enquadra como bairros de feição proletária. Com as alterações no plano econômico a cidade passa por uma diminuição no seu fluxo migratório já entre fins de 1960, adentrando as décadas seguintes, reflexo do declínio do algodão. Nessas décadas verificamos a existência de Indústrias que comportavam os trabalhadores dentro de suas instalações; é o caso da SANBRA, ANDERSON CLAYTON, RIQUE, entre outras.<sup>74</sup> Assim, esses populares vão criar formas de exigir da administração municipal medidas de melhoramento estrutural para suas localidades. Alguns bairros existiam até 1940 e outros foram sendo criados. Assim:

A partir de 1948, foram iniciados os planos de loteamento que deram origem a muitos bairros que circundavam o velho núcleo da cidade. Tais bairros foram se diferenciando econômica e socialmente no decorrer das duas décadas seguintes, sendo que no início dos anos 60 eles poderiam ser caracterizados da seguinte forma: havia bairros tipicamente proletários, como Monte Santo, Moita, Cruzeiro, Liberdade, José Pinheiro, Bodocongó e Jeremias. Outros que poderiam ser classificados como de “classe média”, como Palmeira, São José, Alto Branco e finalmente, aqueles onde já predominava desde o início dos anos 50 uma classe mais abastada que se diferenciava das antigas aleites produtoras de algodão que moravam no Centro, estes bairros eram principalmente, a Prata, Jardim Lauritzem e Jardim Tavares.<sup>75</sup>

Contudo, os principais problemas sociais não são resolvidos e sim transferidos para o subúrbio da cidade e, assim, com o acentuado desenvolvimento de Campina, ampliam-se os seus problemas sociais que vão se tornando cada vez mais presentes, sobretudo com o aumento da

---

<sup>74</sup> SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Palavras também constroem cidades: os discursos e a construção da imagem de cidade grande. In: **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado. História do Brasil: UFPE, 2002, p. 35.

<sup>75</sup> Idem, p. 32

população pobre nos arrabaldes da cidade, acentuando os dilemas de infra-estrutura e de sociabilidade.

É dentro deste problema que o governo municipal se aproxima do poder religioso representado pela Igreja Católica, que desenvolvia trabalhos filantrópicos de ajuda à população pobre. Esta aproximação é resultante do processo de acúmulo da pobreza na periferia da cidade, onde a preocupação com os problemas da *questão social* se tornava um problema administrativo, ou seja, um problema que dizia respeito ao governo municipal, pois envolvia a falta de condições mínimas de sobrevivência como, por exemplo, o acesso a saúde de qualidade. Desta maneira, o Estado se aproxima da Igreja como parceira para viabilizar estratégias de ações e instituições de caráter caritativo.

Assim, podemos perceber que o centro de Campina Grande foi reorganizado obedecendo aos pressupostos requeridos pela elite da cidade. Em 1958 o *Diário da Borborema* traz as impressões deste cenário urbano:

Aos olhos cheios de curiosidades do visitante o aspecto que mais impressiona à primeira vista na vida de uma cidade é o seu aspecto urbanístico. São as ruas alinhadas e limpas, as praças bem arborizadas e os seus edifícios de linhas modernas elegantes, depois então é que vem os outros aspectos, aqueles que somente após um contato mais demorado podem ser surpreendido pelo observador mais perspicaz. Porque nada se expõe tão publicamente quanto a fisionomia urbanística da cidade. Em Campina Grande, o visitante ao chegar tem a surpresa de encontrar uma cidade em constante desenvolvimento, com todas aquelas características próprias dos grandes centros cosmopolitas de que somos uma síntese das mais perfeitas do Nordeste.<sup>76</sup>

Percebe-se que a linguagem jornalística se aproxima das imagens produzidas sobre Campina Grande a partir da elite, ressaltando o seu aspecto econômico, o seu desenvolvimento, seus traços positivos, que chamam a atenção para um lugar “limpo,” moderno, elegante. Colaborando, portanto, para a imagem que Campina demonstrava no cenário internacional como modelo de crescimento devido a comercialização do “ouro branco” pertencente a uma elite que a cidade detinha na primeira metade do século XX. De certa maneira, a imprensa campinense contribuiu historicamente para a construção dessa imagem de desenvolvimento sobre a cidade de

---

<sup>76</sup> Coluna: Instantâneos da Cidade. *Diário da Borborema*, 11 de março de 1958, p. 07.

Campina como GRANDE. Então persistir na idéia de cidade interiorana desenvolvida é por vezes minimizar as tensões de caráter popular em conflito com tais aspectos modernizantes.

A idéia contida no texto demonstra a “beleza” da cidade e contém nas entrelinhas o seu processo de modernização aos moldes requeridos na época, na tentativa governamental de igualar Campina Grande a lugares como Rio de Janeiro e até sob inspiração de cidades européias.

O processo de modernização pretendida pela elite cidadina, que foi de grande expressão nas décadas de 1930 e 1940, na década de 1950 acontece menos acelerada, evidenciando problemas de caráter estrutural onde o crescimento populacional desordenado gerava demandas sociais nos quesitos de habitação, saúde, trabalho, higiene, transporte, abastecimento de água, lazer entre outras que fazem parte do cotidiano social.

### 1.1.1 Igreja Católica e ação social no Nordeste

Torna-se interessante perceber o significado do papel do leigo e sua proximidade com a Igreja, mostrando um enlace entre a Igreja e a sociedade. A valorização do leigo se torna preponderante para o avanço da ala progressista, que começou a desenvolver suas práticas e teorias a partir dessa valorização, conclamando o povo a perceber que cada um é parte constitutiva da Igreja. A Ação Católica<sup>77</sup> contribui de forma definitiva para o avanço do trato religioso para com a sociedade. Nesse sentido, a partir da experiência da Ação Católica, outros organismos vão sendo criados com a preocupação de proporcionar um diálogo em prol da resolução dos problemas sociais brasileiros, como podemos perceber na criação da CNBB<sup>78</sup>:

A Ação Católica [...] contribuiu de forma relevante para romper com a rigidez e o imobilismo das posições da instituição católica. Pode-se dizer que a mesma teve influência sobre a CNBB em dois sentidos. Em

---

<sup>77</sup> A Ação Católica tem seus precedentes na Itália, em 1922, na década seguinte seria fundada no Brasil a ACB (em resposta a Aliança Nacional Libertadora – ANL, que reunião a esquerda), aglutinando associações católicas já existentes, dentro de um ideal de serviço aos propósitos dos clérigos e de obediência a estes. Para detalhes ver: AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir no novo: Tomo II/3-2: Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 255

<sup>78</sup> Em 1952 entre 14 a 17 de outubro realizou-se a assembléia de Instalação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para maiores detalhes sobre a CNBB vê: MATTOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 153-154.

primeiro lugar, permitindo aos bispos que atuassem mais diretamente na organização e direção dessa entidade, estabelecendo um contato direto com o laicato, e dessa forma, voltando-se à vida concreta da sociedade brasileira [...]. Em segundo lugar [...], os prelados passaram a ter maior interesse pelas questões sociais, [...] Além disso, os secretariados nacionais da CNBB, fundados em 1952 e posteriormente, estavam em continuidade com os próprios departamentos da Ação católica. [...] A própria divisão da Ação Católica em regionais foi um prenúncio da própria divisão da CNBB em regionais facilitando uma ação pastoral diversificada. [...]<sup>79</sup>

A partir da especialização da Ação Católica Brasileira no século XX, a sua ação frente as disparidades sociais presentes no Brasil, a Igreja passa a ligar-se com o Estado buscando colaborar com as políticas governamentais e na mesma medida estabelecer laços para obter subsídios para o desenvolvimento das ações sociais promovidas pela Igreja na busca do crescimento assistencial prestado à sociedade.

A partir de 1930 Getúlio Vargas assume o poder. Ele, que estava à frente de um movimento armado que reuniu parcela da oligarquia, as classes médias urbanas e jovens oficiais insatisfeitos com os rumos da República Oligárquica e desejosos de maior participação no governo. Apesar de inúmeras desavenças e revoltas que enfrentou para conduzir seu governo, contou com o apoio das Forças Armadas, tendo por base o autoritarismo político, centralização econômica, controle do movimento operário e acentuada propaganda do seu governo.<sup>80</sup>

O governo de Vargas exerceu forte controle sobre o movimento sindical, oferecendo concessões aos trabalhadores como salário mínimo, jornada de oito horas, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, entre outros. Sendo assim, ficou conhecido como o “pai dos pobres,” instaurando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que a partir delas o Estado passou a ter o controle dos sindicatos que se aproximando da política empreendida perde o seu aspecto combativo deixando-se influenciar pelas idéias do governo.

Torna-se importante pontuar a forte aproximação com as idéias internacionais em curso, com relação às mudanças, tendo o caráter modernizador como referente e modelo a ser implantado nos países em desenvolvimento.

---

<sup>79</sup> AZZI, Op. Cit, p. 623-624

<sup>80</sup> Ver: SANTOS, João Marcos Leitão; RODRIGUES, Cláudio José Lopes; RODRIGUES, Inês Caminha Lopes [et al] . **1930**: a revolução que mudou a história do Brasil. Campina Grande, UEPB, 2007.

No início da década de 1950 é notória a participação da Igreja nos projetos governamentais. Um exemplo está na criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, embrião do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento, onde alguns dos técnicos foram assessores do Pe. Helder Câmara, isto explica o porquê da CNBB ter se tornado próxima e influente dentro do governo.<sup>81</sup>

Foi no governo de Juscelino Kubitschek que o ideário desenvolvimentista ganha proporção. Em seu lema de governo é proferida a idéia de desenvolver o país em “50 anos em 5”, frase emblemática e portadora de todo um plano de governo. Diante deste fato, há setores progressistas do episcopado que apóiam veementemente o plano de governo proposto por JK.<sup>82</sup>

Neste momento, o setor progressista da Igreja busca reunir soluções para a *questão social* e assim para o desenvolvimento das regiões brasileiras onde as mazelas sociais tinham-se acentuado. Os espaços de maior presença da Igreja, no primeiro momento, se deram com a questão agrária, indígena e no combate às secas. O Nordeste ganha acentuado destaque nesse cenário, mediante as condições naturais e sociais que esta região apresentava. Esta condição específica da região fundamentou uma indústria da seca desde o século XIX e se estendeu durante o século XX, sustentando uma imagem de Nordeste com financiamento de políticas governamentais baseadas nesse discurso político.

O episcopado nordestino esteve à frente de várias atuações desenvolvimentistas, tendo, portanto, atuação pioneira. A base fundamental era a concepção de que os desequilíbrios regionais seriam uma ameaça à unidade nacional.

É bem verdade que a atenção para com o Nordeste não advém a partir da década de 1950 do século passado. Na realidade esta preocupação se apresenta desde meados da segunda metade do século XIX, com o uso da retórica governamental em apelar para a criação de um imaginário relacionado a seca onde cria-se um jogo político de viabilização de recursos para o Norte -na época- que eram investidos em áreas de posses da elite. Os discursos parlamentares sobre a região se centravam principalmente com relação aos estragos humanos e sociais provocados pelas secas. Sobre estas tramas políticas Aranha (2006), referindo-se a implantação do trem em terras

---

<sup>81</sup> AZZI, Op. Cit.

<sup>82</sup> Idem.



do Norte, mergulha no entendimento das conexões políticas e econômicas envolvidas da questão e assim nos esclarece:

Todo um imaginário da seca foi emergindo, a partir do final da década de 1870, como parte do jogo parlamentar e/ou da intervenção de letrados na imprensa. Aos poucos a produção imagética em torno de um Norte “sofrido” foi se sedimentando ou tomando corpo [...] Assim, quando se argumentava em nome do potencial econômico desse ou daquele lugar, a tendência era essa argumentação vir mesclada com o próprio discurso da seca, uma vez que tinha sua validade quando se tratava de mostrar que a estrada de ferro teria uma função essencialmente econômica nos anos em que a “calamidade” não se fizesse presente.<sup>83</sup>

Historicamente o Nordeste sempre foi considerado uma região de escassez hídrica por seus governantes. Contudo, esta é a região mais antiga e em outros tempos exerceu importante papel na dinâmica social, política e econômica do Brasil, sendo no século XVII portadora de uma economia exuberante. Nos séculos seguintes as transformações conjunturais de elementos externos e internos provocaram transformações do eixo econômico do Nordeste para as demais regiões do país.

As ações desenvolvidas na região marcam a tentativa de convivência com o fator natural, porém, as políticas empreendidas por vezes não são as mais eficazes para garantir o convívio com a natureza local.

As ações políticas para o Nordeste muitas vezes se pautam em medidas emergenciais e paliativas sem grandes transformações na solução do problema das secas. A concentração de grandes reservatórios não beneficia grande parte dos pequenos produtores, que por questões econômicas não conseguem custear os valores para aquisição e a manutenção dos reservatórios. Podemos verificar na citação a seguir a política desenvolvida pelo governo Imperial:

Atribuindo-se às secas a causa maior dos problemas do Nordeste, surgiu a idéia de que a solução seria o armazenamento de águas em grandes reservatórios a fim de resolver ou, pelo menos, minorar a sua escassez na época de grandes estiagens. Para executar essa política, já no século XIX, devido à seca de 1877, que provocou a mortandade de 500.000 habitantes do Ceará e vizinhanças, o imperador Pedro II, afetado pelo problema,

---

<sup>83</sup> ARANHA, Op. Cit, 2006, p. 102.

criou, por ato de 7 de dezembro de 1877, uma comissão de inquérito. Essa recebeu a missão de percorrer a província do Ceará, para solucionar durante as estiagens, o problema do abastecimento de água para as populações assim como, para a manutenção do gado e estabelecimento de um sistema de irrigação que tornasse possível a cultura das terras, isto é, examinar os meios de prevenir semelhante calamidade no futuro.<sup>84</sup>

A partir desta iniciativa inúmeros órgãos foram criados no intuito de realizar, coordenar programas e projetos para o desenvolvimento do Norte, até o início do século XX, que em seguida passou a ser Nordeste, e combate a seca como, por exemplo: Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909, que foi posteriormente transformado em 1919 na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1945 foi transformado em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS); Comissão do Vale do São Francisco em 1948; Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1959; institui-se no ano de 1959 o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO); em 1959 cria-se também a Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).<sup>85</sup>

A Igreja dentro deste contexto se enquadra enquanto assessora religiosa no trato das questões que dizem respeito a seus fiéis, principalmente pela onda migratória ocorrida principalmente após 1930, quando a industrialização do sul do Brasil se tornava realidade, enquanto o Nordeste em grande proporção estava submersa no problema agrário e particularmente com o problema da seca que havia se transformado em uma “indústria” rentável para os políticos locais, que se aportavam no problema das estiagens prolongadas para obter recursos para a região, o que por vezes não era destinado em benefício para todos principalmente os que mais sofriam com a cessação de chuva.

Mediante esta realidade, a Igreja adota uma postura no sentido de reivindicar a inserção do Nordeste dentro do quadro das riquezas produzidas pelo país, isto devido o seu caráter representativo do “povo de Deus”. E diante deste contexto ela se sustenta em seu prestígio junto ao Governo Federal e se coloca como representante e pressiona para que se implante medidas reformistas no combate à pobreza, no intuito de diminuir, portanto, as injustiças sociais vividas

---

<sup>84</sup>MARTIN, Cipriano Calvarro. “**Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas**”. João Pessoa: Imprell, 2006, p. 28-29

<sup>85</sup> Idem, p. 30.

pelo povo nordestino. Assim, a Igreja torna-se porta voz da miséria evidente na região e desta maneira se coloca à frente exigindo soluções para tais problemas.<sup>86</sup>

A Igreja Católica, preocupada com a sua perda de influência e motivada pelos problemas sociais que assolavam o Nordeste, trava uma luta pela resolução dos problemas nordestinos, lançando o olhar do governo para tais questões.

A instância católica, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é de extrema importância, pois expressa o interesse do episcopado brasileiro em se aglutinar em uma organização que lançasse bases para a discussão do trabalho religioso em proporções nacionais. Assim, a criação da CNBB resulta da necessidade de se traçar os problemas da sociedade brasileira, e diante das circunstâncias promover um debate com instâncias políticas para a devida solução.<sup>87</sup>

Embora o incentivo para criação obtivesse interesse da Santa Sé, que estimulava a criação de Conferências Episcopais Nacionais, a rápida aceitação por parte dos bispos brasileiros demonstra o interesse em âmbito nacional pela organização. A partir da CNBB a Igreja se lança como promotora de iniciativas de assessoria assistencial às comunidades, principalmente se tornando presente na realidade rural.

O órgão assume total importância para o Nordeste, pois este se lança como porta voz em escala nacional, promovendo junto com o Governo diálogos na busca por soluções para os problemas do Nordeste. Assim, aos dias 26 de maio de 1956 Campina Grande, no interior da Paraíba, recebe o I encontro dos bispos do Nordeste, presidido pelo arcebispo do Rio de Janeiro D. Hélder Câmara, secretário geral da CNBB, o qual objetivava o “estudo dos problemas nacionais e econômicos da região nordestina”.<sup>88</sup>

Desse modo, torna-se importante entender que o século XX apresentou constantes necessidades de enfrentamentos para as questões sociais que assolavam o povo brasileiro. Seja de forma mais específica, com os problemas designados pela transformação da importância produtiva do campo para a cidade, seja pelas modificações ocorridas no cotidiano das relações diante dessas situações sociais, o fato, porém, é que a dinâmica social estava em processo de

---

<sup>86</sup> Idem, p. 17.

<sup>87</sup> MATTOS, Op. Cit, 2003, p. 153-154.

<sup>88</sup> LIVRO DE TOMBO – Cúria Diocesana de Campina Grande, 1956 apud MARTINS, 2006, p. 50-51.

mudança e a Igreja Católica, através de sua influência e filosofia, se une ao Governo no intuito de promover um desenvolvimento observando e intervindo nas questões sociais vivenciadas pela população.

Em Campina Grande, no ano de 1956, a Igreja e o Estado se reúnem na perspectiva de debater programas de desenvolvimento para o Nordeste, de forma específica para solucionar as tensões sociais decorridas do processo de estiagem da região. Esse momento foi liderado pelo Secretário Nacional da CNBB, D. Hélder Câmara, que coordenou antes e depois o processo executivo da Conferência. Na ocasião se fez presente o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que no início do mesmo ano da Conferência, em 1956, tinha assumido o governo brasileiro com a intenção de desenvolvê-lo “50 anos em 5”. Na oportunidade, o Presidente proferiu as seguintes palavras:

bispo e apóstolo **moderno**, padre dividido harmonicamente e não dilacerado entre a contemplação e a ação [...] oferecemos ao mundo, no entanto, em espetáculo de respeito mutuo e **perfeita colaboração** entre o Poder Espiritual e o Poder Temporal, entre a Igreja Eterna, que é de vossas Excelências e da quase totalidade dos Brasileiros e os Governos como este a quem tenho a honra de presidir [...] e isto bem significará a importância excepcional que atribuímos a este Encontro dos bispos do Nordeste, a ponto de promovermos no Palácio do Catete as reuniões preparatórias que permitiram ao Governo, pela primeira vez na história da República, trazer para um congresso planos de conjunto, abrangendo vários ministérios e praticamente todos os órgãos federais que atuam em uma determinada região. Neste I Encontro, 19 projetos apresentados pelos técnicos e bispos do Nordeste foram transformados em decretos, não obstante alguns ficarem no papel, outros vingarem e, durante a sua existência apresentarem resultados positivos.<sup>89</sup> (**grifos nossos**)

Neste trecho do discurso do presidente, destacamos dois aspectos que consideramos interessantes para análise conjuntural. Os termos em destaque demonstram a proposta de governo de JK com suas aspirações ao processo modernizador e desta forma se congratula com a proposta de cooperação entre Igreja e Estado para com os trâmites governamentais do progresso.

Desta maneira, a incorporação das demandas do evento ao projeto político representou legitimidade representativa da Igreja nordestina no enfrentamento da questão social da região. Evidencia-se que no II Encontro dos Bispos do Nordeste em Natal, mencionavam os resultados

---

<sup>89</sup> MARTIN, Op. Cit, 2006, p. 18-19.

obtidos no I Encontro em Campina Grande e apresentavam, portanto, seus resultados, como a instalação da hidrelétrica no açude Coremas e da Adutora de Boqueirão, responsável pelo abastecimento de água da cidade de Campina Grande, que foram inauguradas pelo próprio Presidente Juscelino Kubitschek no ano de 1958. (MARTINS, 2006, p. 19) <sup>90</sup>

Para tanto, os objetivos de tal reunião foram registradas no livro de Tombo da Cúria Diocesana que discorre da seguinte maneira:

[...] a 26 de maio de 1956, houve o encontro dos bispos do Nordeste, na sede episcopal de Campina Grande, tendo início logo após a posse do novo bispo. Este primeiro encontro foi promovido pelo secretário geral da CNBB, em cuja frente se encontra o Exmo. Senhor arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, D. Hélder Câmara [...] O encontro teve por objetivo o estudo dos problemas nacionais e econômicos da região nordestina, havendo participado dos trabalhos representantes de diversos órgãos oficiais, entre os quais o DNOCS, departamento nacional de produção animal, departamento nacional das estradas e rodagem, departamento de imigração e colonização, serviço de informação agrícola, Banco do Brasil, Banco do Nordeste [...] O encerramento teve caráter solene e contou com a presença do Exmo. Senhor Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, senadores, deputados, prefeito municipal e participantes dos trabalhos, famílias que superlotaram o salão do Campinense Clube.<sup>91</sup>

Torna-se possível perceber que a presença do governo municipal propõe o indicativo do comprometimento no engajamento político na resolução dos problemas sociais de cunho local, que doravante se enquadram dentro da conjuntura social da época.

Os órgãos advindos posteriormente para combater os problemas e desenvolver a região Nordeste se ancoram na idéia implementada nesta Conferência que reforçou mediante as pesquisas técnicas sobre a problemática regional e na mesma medida lançou bases para a promoção e estreitamento dos vínculos com a proposta governamental empreendida pelo governo JK.

Nesse sentido, evidenciar os problemas vivenciados pela cidade sede da Conferência nos possibilita compreender as prerrogativas específicas da época e suas formas no trato político, econômico e social para a resolução das acentuadas questões sociais provocadas pelo contexto

---

<sup>90</sup> Idem, p. 19

<sup>91</sup> Idem, p. 50-51

macro societários e evidentemente pelos desdobramentos humanos para o enfiamento do cotidiano.

### **1.1.2 Algumas organizações assistenciais campinenses**

A Igreja católica empreende uma prática caritativa secular. Porém, relacionando ao entrave da questão da sociedade campinense, destacamos sua tradicional atuação assistencial aos pobres. Nesse sentido, a Igreja obedece à hierarquia eclesiástica e suas diretrizes para a atuação social.

Com o advento das mudanças ocorridas com a industrialização e a reorientação da Igreja Católica para com os trabalhadores, a Igreja de Campina se inscreve nesse contexto de mudanças na sua atuação social. Porém, torna-se importante referenciar a trajetória das organizações em prol da caridade desenvolvida pela igreja ou pela sociedade a ela vinculada.

Os precursores da assistência social na Paraíba são de forma secular o clero, que sustentados pelo pilar religioso e da caridade realizam práticas assistencialistas desde o período colonial. Essa assistência se dava mediante a colaboração com hospitais e casas de acolhimento para os populares. Verifica-se que inúmeras casas de acolhidas de crianças foram patrocinadas pela Igreja, onde o ensino religioso era o mote associado ao trabalho assistencial.

As mudanças e apropriação pelo poder público das responsabilidades sociais para com os populares desprovidos de assistência social, passam a se relacionar nas primeiras décadas do século XX com o Serviço Social, este entendido como a prática mais elaborada de assistência que envolvia o Estado e a Igreja em um trabalho conjunto. Não seria diferente aqui em Campina Grande. As Santas Casas de Misericórdia refletem a presença da Igreja no meio popular, onde a idéia de caridade social praticada pela Igreja ainda obtinha grande importância no serviço prestado à comunidade local “Aí está a Santa Casa de Misericórdia, fundada por Duarte Gomes da Silveira, sob os auspícios da Igreja”<sup>92</sup>.

No ano de “1912 foi fundada a Sociedade Beneficente Deus e Caridade, localizada a Rua 13 de Maio aos moldes das Santas Casas de Misericórdia, obedecendo, portanto, ao sentimento

---

<sup>92</sup> Ver: CÂMARA, Epaminondas. Assistência Social. **Evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravelas, 2000, p. 101-102.

de assistencialismo ao pobre”<sup>93</sup>. Em 25 de setembro do ano de 1931 foi inaugurada o “Asilo de Mendicidade Deus e Caridade, cuja direção foi confiada à Conferência Vicentina local e no mesmo ano foi instalado o Dispensário São Vicente de Paula, na rua do progresso,”<sup>94</sup> que na época era a rua da matriz. No ano seguinte, em 1932, inicia-se a “construção da Igreja de São Vicente de Paula junto ao Asilo da Mendicidade Deus e Caridade e no ano de 1933 o Dispensário São Vicente de Paula”<sup>95</sup> se instala junto ao prédio do asilo, constituindo-se assim um complexo assistencial importante na cidade.

Outra iniciativa importante de ser referenciada nesse momento é a fundação da Sociedade Beneficente dos Artistas, fundada em 26 de fevereiro de 1929 por artistas e demais profissionais que tinham por finalidade oferecer aos populares cursos de alfabetização e profissionalizante na tentativa de condicionar a sociedade uma qualificação da mão de obra e a possibilidade de aquisição de bens culturais e econômicos advindos dos estudos e do trabalho qualificado.

Esse tipo de organização social voltava-se para a coletividade como forma de disseminar entre a camada popular ações de caráter educacional e profissional, abrangendo os trabalhadores de maneira geral e por extensão os seus filhos, garantido uma assessoria assistencial na busca por um convívio social e uma aprendizagem voltada ao trabalho onde a lógica de intervenção dessas organizações perpassava a idéia pautada na lógica do capital.

Esta entidade fez parte da história da assistência aos carentes na cidade de Campina Grande, fruto da mobilização diante das questões sociais evidentes dentro da sociedade. Essas são ações que proporcionam um desenvolvimento das mobilizações no tocante à questão que nas décadas posteriores vão ganhando outras configurações, levando a criar em grande parte da população uma sensibilidade para os problemas da realidade em que estão inseridos, o que provoca um sentimento de consciência da importância da organização coletiva das tensões por eles vividos.

Em 1936 esse complexo assistencial passou a ser administrado pelas freiras vicentinas da congregação de São Vicente de Paula e Santa Luzia de Marillac.<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup> FILHO: Lino Gomes da Silva, **Síntese Histórica de Campina Grande 1670-1963**. João Pessoa. Editora Grafset, 2005, p. 114.

<sup>94</sup> Idem, p. 146.

<sup>95</sup> Idem, p. 147.

<sup>96</sup> Idem, p. 154.

Adicionada a essa iniciativa por parte da Igreja, a Associação Comercial, que acompanhou as reformas urbanas em Campina Grande, se mostra preocupada com questão social presente na cidade, que mesmo passando pelo projeto higienizador e pelo “maquiamento” do seu centro, apresenta índices crescentes de mendigos; para tanto, a Associação Comercial da cidade resolve, no ano de 1930, se organizar no sentido de diminuir ou acabar com o problema que lhes afetava:

A comissão alludida pelo prefeito Lafaeytte Cavalcanti oferecendo-se este para sair em companhia do coronel Demosthenes Barbosa, cadastrando os comerciante que, de livre e espontânea vontade queiram auxiliar aos mendigos sem que elles às suas portas venham interromper suas occupaões, e quicçar transmittir à casa de suas famílias o micróbio infeccioso de que se acham contaminados quase todos pela falta absoluta de hygiene.<sup>97</sup>

O texto é claro quando as pretensões se baseiam em ajudar para afastar os “micróbios” que esses indivíduos representavam para a sociedade local. Na realidade eles se tornaram um problema de higiene pública. A organização de uma comissão que pleiteava a transformação do cenário público central, onde o “medo” das infecções tomou repercussão na elite campinense e, portanto, esse pressuposto servira de embasamento para as reformas que se seguiram nas décadas subseqüentes. Pensar a mendicância era associá-la ao aspecto de desgosto de feiúra, de sujeira, de doença.

A partir dessa iniciativa, inúmeros comerciantes se empenharam a ajudar as obras caritativas desenvolvidas na sociedade campinense. Assim, mesmo com toda a apelação religiosa da caridade outros aspectos subsidiavam tais atitudes da elite local.

Com toda essa movimentação, o governo municipal também acionou suas formas de contribuição com a questão social de então. Esta ajuda vinha em termos econômicos, com a viabilização de recursos destinados às instituições. Torna-se importante destacar que a política de Estado empreendida por Vargas se enquadra em um Estado “bem feito”, ou seja, tenta conduzir paliativamente o que se chama de tentativa de adequar a realidade brasileira ao que vinha sendo

---

<sup>97</sup> Socorro aos mendigos, **Brasil Novo**, nº 13, 1 de abril de 1931 apud Araújo (2010). Para detalhes ver: ARAÚJO, Silveira Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960). Dissertação de Mestrado pelo PPGH/UFCG, 2010, p. 96.



efetivado internacionalmente como Estado de Bem Estar Social,<sup>98</sup> onde a assistência às camadas trabalhadoras se torna um fato de governo e por esta maneira o auxílio popular recaía sobre tais indícios de governabilidade, porém, tal projeto no Brasil não se efetivou, visto que a realidade brasileira e conjuntural não se adequou a tal proposta de governabilidade.

A conjuntura política e as particularidades sociais e econômicas brasileira não adentrou a tais propostas, visto que na mesma proporção internacionalmente estaríamos envolvidos em uma tendência ao capitalismo liberal, no qual o Estado deveria ter participação mínima na economia.

Desta maneira, algumas diretrizes nesse sentido foram introduzidas no país, como, por exemplo, a absorção governamental da questão social, ou seja, os problemas derivados das tensões entre os trabalhadores e o governo no que se refere as suas necessidades sociais de existência e sobrevivência.

Em Campina Grande, o que convencionalmente se compreendia como pobre estava associada a grupo perigoso, sujo, sem educação e, conseqüentemente, desprovido de bens econômicos. Comumente observamos a junção da imagem dos trabalhadores com adjetivos relacionados à sujeira, à pobreza, periferia, bagunça e toda uma grade de informações deturpadas da imagem destes populares que divergiam da “moral” e decoro estipulado pela elite campinense.

Compreender os pobres nessa cidade é relacionar a compreensão de que estes não possuíam, ou não estavam enquadrados dentro do sistema capitalista, ficando, portanto, a margem do sistema econômico de produção política, econômica, social, cultural produzido. Periodicamente os populares vão ocupar espaços sociais na cidade que são destinados a circulação da elite e, assim, vão gerando tensões que se relacionam com o processo de modernização da vida urbana. Lugares reclamados pela elite como sendo espaços de “higiene”, de desenvolvimento, enquanto os pobres são associados ao atraso, ao arcaico, ao sujo, sem qualificação para ocupar o centro comercial, cultural e social da cidade.

Constantemente os letrados expressavam tais posições em espaços como o meio de comunicação escrito e falado, como forma de disseminar na sociedade um rótulo sobre o que era

---

<sup>98</sup> Sobre essa discussão ler: PEREIRA, Potyara. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania In: **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-107.

pertencer à elite e o que era pertencer à classe popular ou com uma definição ampliada que incorporam vários agentes sociais, os populares.<sup>99</sup>

Para subsidiar tais aspectos, Pesavento (2001) nos indica que a exclusão promovida pela elite é elaborada como forma de demarcar o território e a espacialidade de uma classe que se afirma promissora e detentora de hábitos modernos, “civilizados” e assim termina por criar uma forma analítica de enquadramento dos populares associando-os a tudo de pejorativo e de péssima conduta social, terminando na tentativa de afastá-los do seu convívio social. E Campina, por exemplo, se evidencia na tentativa de reordenamento social onde a remoção dos populares do centro para a periferia remonta tais idéias de “limpeza” social.

Os bairros populares se ordenavam mediante o tipo de trabalho que a maioria dos seus moradores exercia, por exemplo, os bairros localizados ao leste e ramificações do sul da cidade eram lugares de moradias para trabalhadores que tinham ocupações no complexo algodoeiro, a exemplo o bairro de José Pinheiro, que também era ocupado por feirantes e a Liberdade. A oeste, perto do Açude de Bodocongó, a característica industrial era alicerçada no ramo dos curtumes e no seu entorno os bairros da Bela Vista e Monte Santo eram moradias de seus trabalhadores. No norte tínhamos, no ponto Cem Réis, armazéns de couro que exalavam um odor desagradável.

Embora a prefeitura e a elite tenham pretendido embelezar o centro da cidade retirando os populares que, segundo suas justificativas na imprensa e o que circulava no “zumzumzum” dos becos, botecos, comércios e demais ambientes, a cidade esbanjaria ares correspondentes aqueles vividos por grandes cidades como as do sul/sudeste do país. Todavia, a realidade se mostrou de maneira diferente, a presença de mendigos e pobres pelas ruas do centro da cidade sempre demonstrou ausência de solução para as tensões sociais agravadas com o declínio econômico campinense e a falta de trabalho para o número de habitantes vindos pelas propagandas realizadas pela elite falando da cidade progresso que Campina foi durante a primeira metade do século XX. Assim, inúmeras notícias foram veiculadas sobre a presença de populares pobres que continuavam sendo um problema para a elite comerciante local que os ignorava.

Tomando a situação de mendicância na cidade, os comerciantes passaram a promover campanhas caritativas, participando de eventos em prol da assistência:

---

<sup>99</sup> SOUZA, Op. Cit, 2002.

Para fortalecer as entidades assistenciais, o segmento dos comerciantes passou a atuar efetivamente nas campanhas de caridade em prol da mendicância em geral, ou seja, sem a distinção de velhos, adultos ou crianças. Além da contribuição em dinheiro às entidades assistenciais, os comerciantes atuavam nessas campanhas através da participação em festas sociais, organizadas principalmente pela Igreja Católica local. Entre os tipos de festas, tinha-se a Festa da Violeta, almoços, jantares e sessão de cinema, com o intuito de angariar fundos para o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade, abrangendo a chamada “Campanha da violeta” que surgiu em 1937, no momento em que as primeiras irmãs sofriam a grande crise, ao receber os velhinhos numa situação de penúria.<sup>100</sup>

Outras contribuições também eram presentes no cenário campinense, onde encontramos registro relativo ano de 1945, em que a diretoria da Legião Brasileira de Assistência Social – LBA, localizada no Rio de Janeiro, disponibilizaria a quantia de dois milhões de cruzeiros para serem aplicados na Paraíba em obras de assistência social. Campina Grande seria beneficiada com essa ajuda, visto que possuía importantes instituições com obras caritativas direcionadas a população pobre.<sup>101</sup>

## **1.2 Círculos Operários e a Doutrina Social da Igreja Católica**

Os Círculos Operários foram fundados pela Igreja Católica com o objetivo de se inserir no mundo do trabalho; ao mesmo tempo, colocou-se próximo do governo de Getúlio Vargas e da política nacional.

Ao longo das décadas, a Igreja Católica participou com vigor do processo de construção da chamada cultura trabalhista, tendo como perspectiva estratégica a paz social baseada na aliança com o Estado e, desta forma, contribuindo para a viabilização do pacto social que terminou por configurar aquilo que os estudiosos têm chamado de populismo, isto é, prática de por no centro do discurso político a massa social na aproximação do governo com as demandas de cunho social.

---

<sup>100</sup>ARAÚJO, Op. Cit, p. 100.

<sup>101</sup>FILHO, Op. Cit, p. 180.

O catolicismo social é fruto dos confrontos da Igreja com o liberalismo do século XIX e instrumento teológico da sua inserção no mundo do trabalho nas fábricas. A *Rerum Novarum* foi o primeiro passo da Igreja quanto à deterioração das condições de vida dos trabalhadores submetidos às relações de trabalho capitalistas. Foi o primeiro de uma série de alertas, consubstanciados em Encíclicas que, ao longo desse século, compõem a chamada doutrina social; a Igreja se preocupou com o novo campo de lutas instalado no espaço do trabalho.

Esta Encíclica, lançada em 1891 pelo Papa Leão XIII, fez o primeiro diagnóstico católico da nova situação que havia:

É com tôda a confiança que nós abordamos êste assunto, e em tôda a plenitude de Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, e impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispersão do que é de domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços: isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. É a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes ou de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que não se contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do concurso. Não luta, mas concórdia das classes. (*RERUM NOVARUM*, Encíclica do Papa Leão XIII, p. 5-6)

A intelectualidade católica procurará se subsidiar nas encíclicas sociais da *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*, esta divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931, como forma de comemorar os quarenta anos da *Rerum Novarum* e reafirmar alguns princípios anteriores e acrescentando novos, dentre os quais é de se citar a valorização da sociedade civil, da família, dos grupos, das associações, dos espaços locais, da necessidade das sociedades desenvolvidas ajudarem os menores, oferecendo subsídio, nas relações entre o Estado e o setor privado. Contudo, tais indicações presentes nas encíclicas acabavam por refutar as idéias socialistas

presentes entre as massas, o que levou a Igreja a traçar suas ações para afastar o perigo comunista.

Os Círculos Operários pretendiam não só lutar pelos direitos dos trabalhadores, mas buscava educação, integração entre trabalhadores de diferentes áreas, momentos de lazer para si e sua família; tornando-se influente e um dos movimentos com mais apoio por parte da Igreja. Os Círculos Operários desenvolviam atividades culturais e sociais, marcando presença no cenário trabalhista da época. Todas essas ações e iniciativas eram balizadas dentro do pensamento social da Igreja, ou seja, dentro dos padrões indicados nas encíclicas.

O Círculo Operário de Campina Grande, por exemplo, tem por data de fundação 15 de maio de 1931, pelo Monsenhor José de Medeiros Delgado, então Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Matriz do município. Sua localização se enquadra dentro dos parâmetros de seus objetivos, que em grande medida se expressa no atendimento dos trabalhadores. Nesse sentido, os Círculos Operários mantinham as Escolas Operárias<sup>102</sup> que garantia educação para os filhos de operários e da população pobre de maneira geral. Como presente nas recomendações religiosas, a caridade é o elemento preponderante onde o aspecto puramente assistencialista é a base das atividades.

O Círculo Operário tinha por função empreender a assistência eclesiástica destinado a proteger o operariado envolto na luta do dia a dia, abrangendo-lhe a pessoa, a família e todos os que dele precisasse, porque em sua maioria os circulistas eram trabalhadores sem atuação sindical ou política. Um fato importante é a articulação existente entre o Círculo Operário e o poder político local que destinava uma verba para funcionamento da instituição, o que denota o financiamento do poder público na mediação da questão social que na época era administrada por Elpidio de Almeida.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições de acôrdo com a autorização contida na Lei nº 104 de 04 novembro de 1959.

---

<sup>102</sup> Em Campina Grande no momento de Criação dos Círculos Operários foram criadas sete Escolas Operárias que são: “Escola Diurna em São José da Mata, com 84 alunos; Escola Diurna em Lagoa de Dentro, com 60 alunos; Escola Diurna em Jaru, com 40 alunos; Escola Diurna em Genipapo com 50 alunos; Escola Noturna, no Edifício da União de Moços Católicos, com uma matrícula de 150 alunos; Escola Diurna em Covão com 60 alunos e Escola Noturna no Grupo Escolar Sólon de Lucena com 50 alunos. Todos matriculados nas escolas do Circulo Operário de Campina Grande.” Ver: UCHÔA, Boulanger. Paróquia de São José. In: **Subsídios para a história eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro, 1964, p. 413-414.

DECRETA:

Art. Único – Fica aberto o Crédito Especial de .....4.000,00 (quatro mil cruzeiros), para cumprimento da Lei nº 104, de 4 de novembro de 1959, que concede aumento de subvenção ao Círculo Operário de Campina Grande.<sup>103</sup>

Na década de 1940 os circulistas em reunião acharam por bem desvincular das instâncias da Igreja e possuir uma Sede Própria. Sendo assim, se articularam e decidiram que:

Sendo, realmente uma associação operária, de orientação e com assistência católica, mas de ação secular, enquadrava-se a nova ordem paroquial muito bem no pensamento do Padre Severino Mariano Aguiar. Êste adquiriu terreno do Bairro de José Pinheiro, perto da Igreja, também construída pelo Padre Mariano e que, atualmente, é uma grande Paróquia, criada pela visão apostolar do nosso 1º Bispo Dom Anselmo Pietrula. Ofm<sup>104</sup>.

Em 1949, a Assembléia Geral do Círculo Operário decidiu o local para sede no Bairro de José Pinheiro, lugar de expressiva manifestação da questão social e propícia para a realização dos trabalhos da entidade, visto que seu público alvo era a massa operária e por extensão, os demais populares.

Outro exemplo de instituição de caráter caritativo puramente assistencialista é a Casa de Caridade Padre Ibiapina que historicamente abrigava meninas órfãs e até aquelas advindas de famílias com problemas como, por exemplo, dentro do quadro de miserabilidade.

Esta instituição existe desde 1865 nascendo com o nome de Casa de Caridade Nossa senhora da Piedade, que por mudanças administrativas por parte da Igreja passa a ser denominada de Casa de Caridade Sagrada Família. Em 1946 volta a modificar o seu nome, devido a nova administração, e fica com o nome de Casa de Caridade Dom Aduino, o que não dura muito tempo, visto que uma instituição de João Pessoa solicita a mudança de nome alegando que a mesma coincide com uma existente na capital. Finalmente em 1954 a instituição passa a se chamar Casa de Caridade Padre Ibiapina, tendo personalidade jurídica em 3 de maio de 1958. Esta instituição é localizada na rua Sargento Sales, nº 627, bairro de José Pinheiro caracterizado

---

<sup>103</sup> Decreto nº 74 de 26 de novembro de 1959. **APMCG**.

<sup>104</sup> UCHÔA, Boulanger. Paróquia de São José. In: **Subsídios para a história eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro, 1964, p. 421.

por um bairro carente e possuídor em sua grande maioria de trabalhadores e cheio de problemas sociais.<sup>105</sup>

Assim, com o crescimento populacional em Campina Grande, populares desprovidos economicamente foram ocupando os arredores da cidade e alguns bairros já existentes receberam os novos moradores e assim foram desenvolvendo-se e expandindo seus territórios. Com tais mudanças evidentemente as mazelas sociais foram sendo intensificadas, pois o poder público estava preocupado de forma intensiva em embelezar e modelar o centro da cidade. Os arredores foram sendo ocupados e transformados em moradas dos populares. Para exemplo deste contexto temos o bairro de José Pinheiro, palco de intensas manifestações das mazelas sociais e fecundo da organização popular.

Enquanto a cidade se modernizava, com um novo traçado urbano e amplas avenidas, a população nos subúrbios construía suas casas em terrenos da periferia de forma desordenada e sem estrutura. Mediante a proximidade de “Zé Pinheiro” ao centro da cidade, grande parte dos populares se instalaram em terrenos aforados no referido bairro, cuja população cresceu consideravelmente.

### **1.3. Institucionalidade da assistência social: criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande**

No cenário de desenvolvimento de ações sociais na cidade de Campina Grande, evidenciamos a participação fecunda da Igreja Católica como fomentadora de iniciativas de assistência aos carentes como princípio constitutivo dos seus dogmas cristãos, bem como de uma prática secular da igreja onde a caridade torna-se princípio importante dentro do percurso histórico da igreja como forma de externalizar a “fé em Cristo”.

Para tanto, como traçamos no tópico anterior, a demarcação da pobreza e da mendicância em Campina Grande tem expressões importantes e incomoda em grande parte a elite e os homens de letra da cidade. Nesses termos a iniciativa ou promoção de mecanismos de intervenção nessa

---

<sup>105</sup> ASFORA, Anna Maria. **O serviço social de grupo**: valioso colaborador na realização do ser humano. Monografia apresentada a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 1964.

realidade encontram sustentação e financiamento da elite cidadina, dos letrados e do governo que pressionado por essas duas forças, toma algumas posições na busca por soluções, tendo a Igreja Católica como parceira e promotora das ações para “contenção” da realidade social em que se encontrava a população pobre ou paupérrima da cidade, lembrando, portanto, do seu princípio caritativo.

Com a problemática da miséria que assolava a realidade não só campinense mas de todo o Brasil (salvo as particularidades de cada recôndito do país), a sociedade campinense conclama a resolução de ações nos sentido de retirar do centro da cidade esta imagem de pobreza, se baseando em idéias higienistas e de embelezamento social associada com as tramas do progresso e desenvolvimento caras a realidade de Campina Grande, esta idéia era conclamada e referenciada pela elite intelectual e econômica da cidade.<sup>106</sup>

Desta maneira, alguns centros de caridade foram sendo criados<sup>107</sup> e em grande parte administrados pela Igreja Católica ou pelas damas de caridade pertencentes à elite local.

Torna-se importante destacar que a prática da caridade exercida como fruto da bondade humana para com os necessitados, como pregava a Igreja Católica, foi se desenvolvendo e se desprendendo do berço religioso do decorrer do século XX. O fato foi decorrente da acentuação da questão social vivida pelos trabalhadores no sistema capitalista. O aumento considerável da pobreza e carência social foi se alastrando por toda a realidade não só brasileira, mas no plano mundial.

O Estado, mediante tamanho problema, busca soluções visto o número crescente de manifestações principalmente ou inicialmente do mundo operário onde as condições sociais de trabalho e de sobrevivência eram de extrema precariedade. Aliada a essa realidade, temos o grande índice populacional que não se encontrava encaixado no mundo do trabalho, vivendo assim em estado de extrema pobreza, principalmente evidenciado em centros urbanos que estavam em crescimento.

No caso de Campina Grande, sua trajetória histórica aponta os pressupostos de lugar privilegiado geograficamente, que funcionou e funciona como ponto de passagem para todo o

---

<sup>106</sup> Podemos verificar estas proposições nos seguintes trabalhos: SOUZA, Fábio Gutenberg Ramos de. **Territórios de confrontos**: Campina Grande 1920 – 1945. EDUFCG, 2006; e em ARAÚJO, Silveira Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção de higiene estética em Campina Grande (1930 – 1960). Dissertação de Mestrado do PPGH/DFCG, 2010.

<sup>107</sup> Alguns desses locais foram referenciados no tópico anterior.



território do estado. Esse é um dos diversos pressupostos que levaram a Campina Grande receber um numeroso contingente populacional durante sua história e principalmente em épocas de desenvolvimento econômico como o ouro branco.<sup>108</sup>

Assim sendo, Campina Grande partilha das tensões sociais recorrentes no cenário nacional com relação ao processo de tratamento assistencial aos carentes da cidade. Nesse sentido, torna-se pertinente apresentar o processo inicial de institucionalização de uma prática assistencial técnica na cidade, fruto do desenvolvimento da questão social na cidade e das políticas de enfrentamentos de tal realidade.

Para nós este ponto torna-se relevante mediante a importância da institucionalização da assistência social, feita através da Faculdade de Serviço Social para a criação e desenvolvimentos do Movimento Comunitário em Campina Grande, principalmente na assessoria prestada pelo Serviço Social aos populares nos bairros considerados de grandes problemas sociais, com altos índices de pobreza, necessitando, portanto, de um “ajustamento” social à realidade da época.

É interessante enfatizar, portanto, que as fontes nos levam a crêr que o Serviço Social, através de sua concepção da prática interventiva, incita os populares à organização em sociedade, principalmente no que se refere às Sociedades de Amigos de Bairro, experiência organizativa já presente em outras realidades no Brasil.

Assim, imbuídos desse pressuposto pretendemos demonstrar o processo organizativo e institucional do Serviço Social como forma de compreender sua atuação filosófica e técnica no tratamento da questão social e de forma especial sua atuação na criação de Sociedades de Amigos de Bairro em Campina Grande, bem como a União Campinense das Equipes Sociais, órgão articulador e coordenador das SABs no município.

Inicialmente, antes de nos determos a questão específica da assistência social em Campina Grande, vamos analisar as condições históricas que permitiram a tecnicidade desta prática até então tida como eminentemente caritativa para o início da institucionalização técnica profissional se enquadrando, portanto, como uma profissão especializada dentro da divisão do trabalho.

As condições históricas presentes no século XX evidenciam o desenvolvimento do capital e, por conseqüência, a expansão da técnica industrial com novos equipamentos modernos e por

---

<sup>108</sup> Ver: ARANHA. Gervácio Batista. **Trem e empório do algodão em Campina**: notas para a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. Campina Grande: UFPB, 1993, mimeo.

consequência a absorção da mão de obra barata e ao mesmo tempo a produção de um “exército de reserva”, ou seja, um grande contingente de mão de obra em grande proporção desqualificada trazendo à tona o cenário da cidade como receptora de um elevado número populacional que migrava do interior rural a procura de uma melhor possibilidade de sobrevivência.

No plano social, vemos o crescente fascínio pela cidade: esta se transformava símbolo da modernidade e se tornava atraente aos olhos dos populares. Exemplo desse momento destaca-se o caso da Inglaterra do século XVIII, berço do processo capitalista que à época modificou a sua forma de produção interna e promoveu as alterações no processo econômico interno, onde o urbano se sobrepôs ao rural e onde as relações sociais e cotidianas foram sendo modificadas no decorrer dos séculos.

No Brasil o século XX aponta as primeiras mudanças advindas do processo capitalista em curso, desde fins do século XIX. Com a mudança da nomenclatura política do Império para República, o traço desse novo momento histórico estava sendo delineado nas práticas políticas, econômicas e sociais da época do capital. Certamente as mudanças não ocorreram de maneira mágica, mas de maneira contextual, onde os valores, costumes e práticas ditas antigas ainda permaneciam de forma a caracterizar as mudanças ao molde brasileiro e específico de cada realidade dos recônditos do país.

Porém, de maneira geral, pode-se caracterizar alguns aspectos que sobressaiam a análise geral dos acontecimentos históricos da época como forma de apresentar um panorama da realidade e tensões provocadas pelo impacto da mudança.

Na primeira metade do século XX as expressões dos problemas sociais se tornaram cada vez mais graves, visto o processo organizativo dos trabalhadores no enfretamento das tensões com seus empregadores e o Estado enquanto órgão mediador das relações em sociedade. Nesse momento a acumulação da miséria e o crescente quadro de pobreza assolam o Brasil e a política agrária estava perdendo espaço para o processo capitalista urbano onde a cidade seria o grande palco das novas relações econômicas, política e social.

A “Revolução” de 1930 promove uma alteração política importante no tratamento das questões sociais no Brasil. O que anteriormente se verificava a resolução das tensões como um caso de polícia, ou seja, a repressão social era constante e presente. Após 1930 o país passaria

com Vargas a obter um tratamento político em resposta as demandas sociais, para além da prática caritativa religiosa e da própria repressão.<sup>109</sup>

A primeira resposta foi afirmar uma reaproximação religiosa com a Igreja Católica com seu poder religioso de persuasão e promover a qualificação do seu trabalho caritativo, transformando em uma especialização técnica a serviço do “bem social” de recondução dos indivíduos as normas sociais, tendo por base teórica o funcionalismo<sup>110</sup> social, ou seja, a assistência prestada pela Igreja ganharia um foro de institucionalidade e tutela compartilhada entre o Estado e a Igreja Católica. O primeiro tentava resolver as tensões sociais pela via da mediação assistencial e a Igreja Católica recomporia seu poder perante o Estado e sob a sociedade, lançando seus ensinamentos religiosos e sua Doutrina<sup>111</sup>.

A busca pela harmonia no cenário social levou o Estado a se aproximar da Igreja Católica em um período de reformas e mudanças políticas no Brasil, quando o reconhecimento dos problemas sociais exige do governo uma política específica voltada para sua resolução. É em 1930 que começa a se criar escolas de Serviço Social,<sup>112</sup> constituindo-se um espaço de formação técnica de pessoal habilitado para o tratamento das tensões sociais que décadas a frente se

---

<sup>109</sup> Sobre esse aspecto ver IAMAMOTO, Maria Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. São Paulo, Cortez: CELATS, 2009.

<sup>110</sup> Procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para sociedade como um todo. É uma corrente sociológica que tem como expoente a obra de Émile Durkheim. Para ele cada instituição exerce uma função específica na sociedade e seu mau funcionamento significa um desregramento da própria sociedade. Sua interpretação de sociedade está diretamente relacionada ao estudo do fato social. Para maiores detalhes ver: FILLOUX, Jean-Claude. [Trad.]. CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de; RUSSO, Miguel Henrique. **Émile Durkheim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

<sup>111</sup> Lembrando que nesse momento a Igreja passava por modificações em sua estrutura filosófica onde as duas alas, os progressistas e os reformadores se divergiam. Ainda a Igreja encontrava-se sob domínios da *Rerum Novarum* que definia o tratamento para com os trabalhadores, ou melhor, o operariado. A constituição de 1934 demonstra uma reaproximação entre Estado e Religião é nesse momento que o ensino religioso torna-se obrigatório nas escolas públicas bem como o reconhecimento do catolicismo como religião oficial do país.

<sup>112</sup> A primeira escola de Serviço Social foi criada em São Paulo em 1936 e a segunda em 1937, no Rio de Janeiro, essas escolas são fruto de um trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela Igreja Católica. As instituições estatais e privadas logo ganharam espaço visto à demanda, tais como Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), entre outras, particularmente a partir da década de 1940, desembocando posteriormente a institucionalização do Serviço Social, para saber mais ler: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez: CELATS, 2009.

constituirá em processo de profissionalização e institucionalização do Serviço Social pertencendo à divisão técnica do trabalho.

Outro agente que merece destaque nesse cenário de instituições assistencialistas é a criação do sistema “S” na década de 1940, ou seja, o Serviço Social do Comércio - SESC; o Serviço Social da Indústria – SESI, entre outros, que de maneira geral objetivava auxiliar as famílias inseridas no comércio e na indústria promovendo aos filhos dos trabalhadores qualificação profissionais para seguirem uma profissão que por vezes era a mesma de seus pais. Essas instituições mantidas por organizações privadas não têm fim lucrativo, porém o lucro se estabelece de outra maneira, o retorno de uma mão de obra qualificada e a satisfação dos trabalhadores incluídos dentro dessa que assim trabalhavam com uma maior satisfação.

Na Paraíba, escolas de Serviço Social surgiram a partir da década de 1950, sendo em 1952 implantadas em João Pessoa, Capital do estado, e em 1957 em Campina Grande, no interior, sendo uma das mais importantes cidades na época por seu desempenho e reconhecimento econômico não só no estado mas, regional, nacional e internacional sendo, portanto, reconhecida e referendada pela elite local e demais autoridades intelectuais.<sup>113</sup> Tal fato rendeu a Campina Grande referências como à de “Liverpool Brasileira”, na época do algodão, “Rainha da Borborema” e “Capital do Trabalho”, essas últimas relacionadas a seu desempenho econômico principalmente referido à sua importância no comércio algodoeiro.<sup>114</sup>

Os condicionantes que proporcionaram a Campina Grande obter uma escola de Serviço Social também se insere no contexto de desenvolvimento político e econômico como a necessidade de mediação política e social das instâncias governamentais no que se refere a questão dos problemas sociais vivenciados pela população campinense, de forma especial sentida pelos trabalhadores e populares que viviam em condições de pobreza e por vezes estavam à margem do gozo provocado pelo poder econômico e prestígio social.

É bem verdade que o olhar do poder público se centrava sobremaneira sobre o centro da cidade como forma de embelezar e tornar a cidade digna de um desenvolvimento e de sua elite, sustentáculo de tamanho empreendimento político, econômico e social.

---

<sup>113</sup> Para mais detalhes indicamos ver: ANDRADE, Marta Denise Pereira de. **O curso de serviço social em Campina Grande – PB: trajetória e desafios.** Monografia do Curso de Serviço Social. 2008, p. 88.

<sup>114</sup> Destacamos a importância do algodão no Nordeste e toda a trama política envolta de sua comercialização. Para compreender estas questões ver: ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925).** Campina Grande: ESDUFCG, 2006.

As diferenciações no tocante as condições de vida, trabalho e sobrevivência dos moradores do centro em relação aos moradores dos ditos “subúrbios” foi real e notória, como apontam alguns trabalhos de historiadores paraibanos, a exemplo dos estudos de Eliete Gueiroz Gurjão<sup>115</sup>, que analisa de forma sistemática o bairro de José Pinheiro; Fábio Gutemberg Ramos de Souza<sup>116</sup> o qual debruça em seu doutoramento procurando compreender a vida de algumas categorias profissionais, trilhando assim os caminhos da cidade, indicando, desta forma, alguns lugares ocupados pelos populares à margem do centro. Outro trabalho não menos importante que destaque é a tese de Antonio Clarindo Bezerra de Sousa<sup>117</sup>, que percorre as maneiras de lazer e divertimento dos populares em Campina Grande, demonstrando valores do cotidiano em suas formas de sobrevivência na cidade.

Na década de 1950, Campina Grande destacava-se por seu dinamismo econômico e vivenciava uma fase industrial, se colocando a frente da Capital do Estado, João Pessoa. Tal realidade nos indica que o número de trabalhadores inclusos nas indústrias era um número que crescia mediante a instalação de indústrias na cidade e, por conseguinte, a perspectiva da população dos arredores de Campina Grande alimentava a imaginação ou consideravam que em Campina se viveria melhor, levando em consideração a maior oportunidade de trabalho. O fato é que a cidade crescia quantitativamente e o município não estava preparado para abarcar o contingente populacional que só fazia crescer.

A falta de planejamento por parte do governo municipal se evidencia mediante os bairros que vão crescendo sem um acompanhamento sistemático do governo municipal, que só a partir de 1960 é que começa a estabelecer um corpo técnico com urbanistas e engenheiros preocupados com o Plano Diretor da Cidade<sup>118</sup>

Desta forma, o crescimento desordenado da cidade, a sua colocação política e econômica conclamava a necessidade de construir um projeto que desse respostas a população que estava

---

<sup>115</sup> GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje**. João Pessoa: SEC, 1999.

<sup>116</sup> SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos de. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920 – 1945**. EDUFCG, 2006.

<sup>117</sup> SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado. História do Brasil: UFPE, 2002.

<sup>118</sup> FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernização e modernidade: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970)**. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Carlos. São Carlos, 2010.

inserida em uma problemática social, ou melhor, a proposta desenvolvimentista a qual Campina estava inserida exigia resolutividade por parte do governo municipal das tensões presentes na sociedade campinense<sup>119</sup>.

É nesse quadro que o Serviço Social se enquadra dentro da realidade brasileira, ou seja, no tocante a sua implementação. A Igreja, que já experimentava uma trajetória no campo da caridade, vai ser parceira em primeiro grau na busca pelo “ajustamento social dos populares a ordem vigente,” tendo por base o apelo religioso. A Igreja Católica abraça a causa em benefício próprio através de sua afinidade e aproximação com a política local e seus representantes.

É, desta forma, que no ano de 1957 se institui a Faculdade de Serviço Social, de caráter privado, mantida pela Associação de São Vicente de Paula Província do Norte, tendo sede em fortaleza no Ceará que tem uma ordem religiosa sob sua tutela na cidade de Campina Grande.<sup>120</sup>

Diante da realidade local, fez-se necessária a implementação e desenvolvimento de áreas que desse respaldo ao processo em curso, sendo investidos recurso e esforços, por exemplo, no campo da educação. Destacamos o Serviço Social que formava agentes<sup>121</sup> preparadas para serem inseridos no mercado de trabalho, agenciando o discurso religioso e do governo municipal fazendo, portanto, mediações entre a população e o Estado.

Assim descreve Freitas (2008) sobre este momento:

Foi nesse contexto, que surgiu a idéia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa de Edvaldo de Souza do Ó, diretor da Diretoria de Educação e Cultura do Município, de sua Secretária Luisa Erundina Carvalho, e das Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, através de sua superiora, Irmã Elizabete Porto. É importante ressaltar que esta congregação apresentava larga experiência em assistência social no município [...]<sup>122</sup>

---

<sup>119</sup> FREITAS, Paloma Ribeiro. **Resgate histórico do curso de Serviço Social no município de Campina Grande**: surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário. Programa Institucional de Iniciação Científica – PROINCI/UEPB. 2008.

<sup>120</sup> ANDRADE, Op. Cit, 2008.

<sup>121</sup> O quadro de alunos de Serviço social, mediante um elemento histórico, era praticamente constituído por alunas e estas freqüentemente eram “selecionadas” mediante sua “conduta moral”, ou seja, em grande parte eram moças de famílias renomadas e ditas de respeito social, grande parte nesse momento pertencia à elite local visto que outro fator também contribuía para este fato, a faculdade era particular sendo cobrada uma mensalidade e só quem tinha poder aquisitivo podia pagar os estudos.

<sup>122</sup> FREITAS, Op. Cit, p. 41.

No trecho acima, percebemos a aproximação entre a Igreja Católica e Prefeitura Municipal de Campina Grande sob a representação de sua Diretoria de Educação e Cultura, demonstrando as afinidades de interesses na implantação da Faculdade de Serviço Social.

Para melhor entendermos os motivos e finalidades da criação desta faculdade, podemos analisar de forma atenta a ata de criação da Faculdade de Serviço Social, documento que registra este feito e contém expressa a finalidade primeira a que se destinam os propósitos à época sistematizados. Vejamos o texto a seguir:

Aos dezesseis (16) dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), no salão nobre do Dispensário São Vicente de Paulo, às 14 hs. Com a presença da Revda. Irmã Porto, do Dr. Edvaldo Sousa do Ó, Diretor da Diretoria de Educação do Município e da Srta. Luisa Erundina Carvalho, realizou-se a sessão para a criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que será propriedade da Associação de São Vicente de Paulo – Província do Norte. Com base na Doutrina Social da Igreja, são as seguintes as finalidades da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande: a) promover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativos as Serviço Social; c) contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais. Nesta mesma reunião foram propostos os nomes de alguns professores: Dr. Fosé Lopes de Andrade - para a cadeira de “Sociologia”, Dr. Manoel Figueiro – para a cadeira de noções de Direito e “Legislação”, Pe. Francisco mais – para a cadeira de “Psicologia”, Dr. Bonald Filho – para a cadeira de “Higiene e medicina social”. Para as outras cadeiras a Associação de São Vicente de Paulo se encarregará de prover os respectivos professores. A Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, moldada nos ideais cristãos de cultura, se propõe a preparar trabalhadores sociais que possam atuar positivamente na estruturação de uma ordem social mais humana, oferecendo ao homens meios para um melhor desenvolvimento de sua personalidade. A Faculdade de Serviço Social de Campina Grande deverá funcionar, tão logo seja oficializada pelo governo federal. Ficou a cargo da Irmã Porto o trabalho de preparação e encaminhamento do processo de autorização para funcionamento da mesma Faculdade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata. Campina Grande, 16 de julho de 1957. Luisa Erundina Carvalho. (grifos nossos)<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> **Livro de atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande.** P: 1. Para melhor entendimento histórico da profissão achamos necessárias algumas considerações acerca do labor profissional do Assistente Social. A primeira característica do surgimento desta prática na America Latina – como em outras experiências no mundo- está diretamente relacionada com a profissão médica, onde o assistente deveria ser um subtécnico, isto no início do século XX por volta de 1929. A preocupação central dessas atividades estava subsidiada no aspecto

Como afirma o presente documento, o primeiro destaque apresenta uma das finalidades da criação desse curso, que é proporcionar a criação de “ambientes esclarecidos” que por ventura estejam aptos a contribuir para a resolução dos problemas sociais. Nesse trecho podemos analisar o seu caráter interventivo característica desta profissão, onde na época tinha como técnica o estudo de caso e que no início da década de 1960 começa a alargar sua técnica de estudo de grupo e comunidade, ou seja, a experiência nas comunidades proporciona uma reflexão da técnica empreendida na atuação profissional desses agentes sociais. Contudo, a necessidade de prática profissional do curso em destaque associada a necessidade de uma mediação das comunidades tidas periféricas com a prefeitura da cidade de Campina Grande foram sendo transformadas em campo de estágio e atuação de assistentes sociais em formação.

Nesse sentido, o trabalho das estagiárias estavam pautadas no acompanhamento técnico das comunidades empreendendo as suas técnicas e promovendo o contato entre os habitantes e seus problemas mais acentuados; chegando a denominar a sua área de atuação como área problema, ou seja, a atuação do serviço social é eminentemente em áreas de risco social acentuado, logo na década de 1950 e 1960 a grande área de destaque dessa questão era o então bairro de José Pinheiro, considerado área rural da cidade em vias de transformação, visto o seu desenvolvimento econômico, social e cultural<sup>124</sup>.

O segundo aspecto nos indica que a aproximação com os ideais cristãos são fecundos, e a marca secular da Igreja Católica se apresenta de forma a nortear a ação deste curso e sua estrutura curricular e filosófica.

As organizações nascidas sobre a tutela do Serviço Social prestado pela Faculdade de Serviço Social não foram formadas despretensiosamente e de maneira advinda eminentemente de uma experiência das comunidades ou bairros da cidade, mas foram inspiradas em experiências existentes em outras realidades não só no Brasil, mas em países latino americanos. Logo, o

---

da vocação e da junção da ciência e da técnica. Neste período alguns requisitos de admissão se apresentavam de tamanha necessidade como, por exemplo: ter 21 anos, e menos de 35; atestado médico de boa saúde; antecedentes probatórios de honorabilidade e recomendação paroquial; bom aproveitamento nos estudos fundamentais de ciências humanas; apresentação de um texto manuscrito, contendo um resumo da sua história pessoal. Sobre a questão recomendamos a leitura de: CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América latina**. Editora Cortez, CELATS, 1988.

<sup>124</sup> Ver: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje**. João Pessoa: SEC, 1999.



modelo, por exemplo, de Sociedades de Amigos de Bairro foi importado para a cidade de Campina Grande através do trabalho do Serviço Social nas primeiras comunidades em que estas atuaram.

A Faculdade de Serviço Social tem sua fundação em 08 de outubro de 1957 e só obtêm seu funcionamento oficial em 05 de dezembro de 1959, quando tem a permissão para início de seus trabalhos em definitivo, como aponta o documento abaixo:

Aos (5) cinco dias do mês de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), no auditório da Associação Comercial de Campina Grande, as 20,00 hs., realizou-se a sessão solene de Instalação Oficial da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande. Estiveram presentes ao ato o Sr. Bispo Diocesano - D. Otávio Aguiar, o Sr. Prefeito municipal – Severino Bezerra de Cabral, o Dr. Orlando Azevedo – conferencista, o Sr. Diretor de Educação do município – Dr. Amir Gaudêncio, o Delegado do Ensino – Prof. Cleodon Urbano, o sociólogo Lopes de Andrade, além de outras autoridades e pessoas representativas da comunidade de Campina Grande. A solenidade foi presidida pelo Sr. Bispo Diocesano que, inicialmente, salientou a contribuição a ser dada a Paraíba pela Faculdade de Serviço Social, na formação de uma mentalidade nova e elevação intelectual do meio.[...] Continuando, disse ‘a nova Faculdade vem somar-se às duas já existentes, revelando-se, assim, o interesse de Campina Grande, não só pelo progresso material, mas também seu desenvolvimento no campo das ciências e das letras.’ Prosseguindo, referiu-se a contribuição da Igreja neste aspecto, ‘com a contribuição da Faculdade Católica de Filosofia, e agora, com a Faculdade de Serviço Social, iniciativa da congregação das Irmãs de Caridade, com as bênção, o aplauso da Diocese. As Irmãs tornam-se credoras de mais um benefício a ser reconhecido pela Cidade.’ Concluindo, parabenizou os jovens que cursarão a nova Faculdade para a qual desejou não faltar as bênçãos do céu e, pela qual, disse, já antever-se uma nova fase de progresso para a cidade.<sup>125</sup>

A presença do caráter religioso católico é explícito, demonstrando a tutela religiosa e de certa maneira a participação ou vínculo do Estado como co-autora do processo reconhecendo a importância deste trabalho e conhecimento técnico para “resolver problemas de vivência” em sociedade. Desta maneira, o reconhecimento oficial da assistência como uma área relevante dentro do plano de governo da máquina Estatal e sobremaneira a cooperação das instâncias que tratam desta questão como parte importante no processo de institucionalização profissional e assim propõem formas de atuação ou intervenção política na expressão da questão social. Assim

---

<sup>125</sup> Livro de atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, p. 3-4.

a viabilização e inclusão da assistência social como política de governo decorrente do sistema político econômico e social da sociedade brasileira e, de forma particular, de Campina Grande inserida, portanto, no processo de desenvolvimento econômico, político e social torna-se uma realidade dentro do plano de governo do município.

Para coordenar as atividades da Faculdade de Serviço Social foi escolhido em reunião da diretoria da Associação de São Vicente de Paulo o nome da diretora da Faculdade em questão, como podemos analisar no texto a seguir:

Aos 21 dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove, às (10) horas, em sua sede provisória – Colégio da Imaculada Conceição, sito a praça Figueira de Melo, Fortaleza – Ceará, reuniu-se em sessão extraordinária, a diretora da Associação de São Vicente de Paulo, sob a presidência da Revda. Irmã Hélène Daney de Marillac. [...] Em seguida a Irmã presidente indicou o nome de Irmã Maria Dulce de Moura Beleza, assistente social, para diretora, em Campina Grande, visto ter sido oficializada pelo decreto nº 47.245 de 16 de novembro do corrente ano.<sup>126</sup>

A escolha do nome da diretora Irmã Maria Dulce de Moura Beleza, que por motivos que nós acreditamos ser de caráter religioso, ficou conhecida como Ângela Beleza<sup>127</sup>, marcou em definitivo a história desta faculdade como por extensão a história de inúmeros habitantes deste município que tiveram a oportunidade de compartilhar alguns momentos de trabalho desta assistente social nos bairros de Campina Grande.

A Faculdade de Serviço Social, no ano de 1962, passa a receber uma verba do governo Federal para realização de obras e manutenção da instituição, como afirma a matéria vinculada no Diário da Borborema no ano de 1961. Vejamos:

Vultoso auxílio foi incluído no Orçamento Federal para ...1962, destinado a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, mantida pelas Irmãs de São Vicente de Paulo. [...] De acordo com os telegramas a Irmã Ângela, diretora daquela Escola Superior, acaba de receber do deputado

---

<sup>126</sup> **Livro de atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande:** livro para lançamento dos “Termos de Posse” dos diretores da faculdade, aberto em 16 de julho de 1957. P: 1.

<sup>127</sup> As Irmãs religiosas dependendo de sua congregação se utilizam de um nome religioso após se tornarem freiras, portanto cremos que a substituição do nome da Irmã Maria Dulce de Moura Beleza para como assim a conheciam Irmã Ângela Beleza devesse a esse fator acima exposto.

Plínio Lemos, a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande terá, em 1962, o auxílio de 3 milhões de cruzeiros para sua manutenção e obras.<sup>128</sup>

A sua atuação se dava através dos campos de estágios de assistentes sociais junto a algumas comunidades carentes. A Faculdade de Serviço Social, sob a direção desta Irmã, desenvolveu trabalhos junto aos populares, bem como promoveu algumas formas de associativismo como, por exemplo, as Sociedades de Amigos de Bairro – SABs; a União Campinense da Equipes Sociais – UCES e os Clubes de Mães.

#### **1.4 A Faculdade de Serviço Social e os campos de estágio**

De acordo com o Diário da Borborema, de 1965:

As equipes surgiram em Campina Grande com o desenvolvimento da Cidade, assistidas tecnicamente nos seus trabalhos pelas estagiárias da Faculdade de Serviço Social. Hoje estão difundidas pela maioria dos bairros campinenses. O povo, que tem sensibilidade para compreender as boas iniciativas, dirigidas no sentido do seu aprimoramento e de seu bem-estar, atendeu prontamente à convocação do Serviço Social, unindo-se às estagiárias da Faculdade, na luta pelas reivindicações dos seus bairros.<sup>129</sup>

A necessidade de campo de estágios para alunos da Faculdade de Serviço Social e a grande demanda de assistência social existente nos bairros à margem do centro da cidade, leva a Diretora da Faculdade abrir campos de estágios em comunidades ditas carentes. As atividades desenvolvidas tinham caráter de diagnóstico da realidade do campo de estágio em suas técnicas de estudo de caso, primeiramente e posteriormente em inícios da década de 1960 o acentuado desenvolvimento de técnicas renovadas como o estudo de grupo e de comunidade.

---

<sup>128</sup> Diário da Borborema. Faculdade de Serviço Social: vultoso auxílio incluído no Orçamento Federal. 05 de outubro de 1961.

<sup>129</sup> Diário da Borborema. Equipes de Bairros. Editorial, 17/17/1965.

Essas formas de análise conduziram pesquisas e relatórios de estágio que procuravam indicar uma possível prática interventiva junto à comunidade

Os primeiros trabalhos desenvolvidos pela assistência social são relatados a partir do final da década de 1950, se expandindo na década de 1960, quando os trabalhos se disseminam por vários bairros da cidade.

Desta forma, a área que na época traduzia toda a necessidade de acompanhamento do serviço social conforme suas prerrogativas era a que chamamos de zona leste, o que compreende os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo, que se destacavam por inúmeros problemas sociais. Esses bairros eram considerados localizados na zona rural de Campina Grande, vindo a existir na metade do século XX, mediante as transformações e necessidades de desenvolvimento que o município aspirava.

Os primeiros contatos com os campos de estágios revelaram uma área carente com índices de precariedade no desenvolvimento humano, social e econômico dos seus moradores. Os aspectos de suas análises se pautavam na busca por índices que as enquadrassem em uma área de risco social, ou seja, uma “área problema”, como assim ficou conhecida a região. Geralmente procuravam identificar os índices de natalidade e mortalidade infantil, analfabetismo, falta de habitação profissional, “promiscuidade”, idosos abandonados, campos de lixo, problemas de habitação, saneamento, esgoto, saúde e demais aspectos que compreende a qualidade da vida de um bairro<sup>130</sup>.

Com este propósito, as comunidades escolhidas para realização do trabalho assistencial foram pilotos para formação de assistentes sociais, bem como para a formação da própria comunidade onde os trabalhos interventivos nas diversas áreas da comunidade e em especial na formação de grupos para a partilha de experiências e lutas em favor de boas condições de vida.

José Pinheiro e Monte Castelo são bairros importantes para a compreensão da organização popular em Sociedades de amigos de Bairros, pois foi a partir dessas experiências comunitárias que se desenvolveu um movimento social urbano na cidade e serviu de referência para os demais bairros em expansão.

Desta maneira, optamos por analisar suas tensões preliminares e seus condicionantes sociais, elementos, portanto, primordiais na efetivação do Movimento Comunitário em Campina

---

<sup>130</sup> Com relação aos índices acima citados podemos identificar esses elementos nos mais variados relatórios de estágios de Serviço Social da década de 1960.

Grande. Sendo assim, compreender a trajetória social desses bairros em seus conflitos estruturantes nos possibilita a aproximação com a “origem” deste movimento social no território da cidade de Campina Grande.

Torna-se necessário frisar que o bairro de José Pinheiro é um dos mais antigos e tem início como parte da zona rural da cidade, o que nos leva a crer que Monte Castelo em seu início era uma extensão de José Pinheiro que com o passar do tempo transformou-se em um bairro independente.

Os seus moradores são em sua maioria assalariados, desempregados, biscateiros, pequenos comerciantes, costureiras, floristas, oleiros, pequenos jornaleiros, motoristas, tipógrafos, músicos, escriturários, jogadores, mecânicos, marceneiros, pintores, pedreiros, alfaiates, barbeiros, professores, sapateiros, engraxates, enfermeiras, parteiras, assistentes sociais, bacharéis em letras, marchantes. Os quais, em sua maioria necessitam por muitas vezes se locomoverem até o centro da cidade para exercer sua profissão, alguns desenvolviam suas habilidades profissionais em seu próprio bairro.<sup>131</sup>

A moradia de inúmeros habitantes era em condições precárias constituída em sua maioria de casebres, bicos com pequenos quartos onde viviam famílias numerosas e ruelas sem grandes condições de infra-estrutura.

---

<sup>131</sup> VIEIRA, Lenira Gomes. **Intervenção do Serviço Social na comunidade “José Pinheiro”**. Monografia de Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 1968.

**Capítulo II:**  
**Trajetória do Movimento comunitário em Campina Grande**

## 2. Trajetória do Movimento comunitário em Campina Grande

### 2.1 Surgimento das reivindicações populares urbanas

Com as constantes mudanças no cenário urbano, a população carente presente nos bairros periféricos começou a se organizar e a realizar cobranças com relação ao direito à cidade. É diante dessa problemática que uma forma específica de movimento social surge na intenção de trabalhar em prol das resoluções desses problemas que afetavam a coletividade e de maneira especial os que estavam em áreas periféricas que, em grande medida, não eram dotados de infraestrutura para edificar um lar com dignidade respeitando, sobretudo, a vida.

Os índices de mazelas sociais no caso de Campina Grande subsidiam a presença dos profissionais da Assistência Social que prestavam um serviço de acompanhamento das comunidades com grande índice de problemas sociais e que possuíam grande contingente de trabalhadores. É a partir da assessoria prestada pela Faculdade de Serviço Social<sup>132</sup> que surge o Movimento Comunitário, tendo nos primeiros anos de existência a característica reivindicatória sem maior atuação e dimensão política, e as cobranças de melhorias de infra-estrutura eram tidas como bandeira de luta. Sobre a importância da criação do curso de Serviço Social podemos ver através da sua ata de fundação:

Com base na Doutrina Social da Igreja, são as seguintes as finalidades da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande: a) promover a formação

---

<sup>132</sup> Sobre a criação da Faculdade de Serviço Social apresentamos um trecho de um trabalho de iniciação científica orientado por uma Professora do Curso de Serviço Social que objetiva conhecer a história do curso em questão: “Assim, verifica-se que o curso de Serviço Social começou a se fazer necessário no momento em que o crescimento urbano de Campina Grande e sua projeção política e econômica na Paraíba na década de 1950 traziam à tona a questão social que precisava ser enfrentada. Sem falar da preocupação de inserir-se no projeto desenvolvimentista propalado no país, o que exigia como estratégia político-ideológica e econômica, investimentos principalmente em educação e industrialização. Foi nesse contexto, que surgiu a idéia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa de Edvaldo de Souza do Ó, diretor da Diretoria de Educação e Cultura do Município, de sua Secretária Luisa Erundina Carvalho, e das Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, através de sua superiora, Irmã Elizabete Porto. É importante ressaltar que esta congregação apresentava larga experiência em assistência social no município, desenvolvendo atividades com idosos, educação infantil, dentre outras, o que certamente a credenciava para estar à frente da estruturação do curso de Serviço Social, levando-se em conta o perfil da formação e prática dos assistentes sociais brasileiros neste período”. Ver em: FREITAS, Paloma Ribeiro. **Resgate histórico do curso de Serviço Social no município de Campina Grande**: surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário. Relatório - PROINCI/UEPB. 2008, p. 41.

do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativos ao Serviço Social; c) contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais.<sup>133</sup>

A criação ocorreu em 16 de julho de 1957, fruto da relação estabelecida entre a Igreja Católica através das Irmãs religiosas de São Vicente de Paula que historicamente vinham desenvolvendo ações de assistência frente às questões sociais postas pelo processo econômico e social vivido por Campina Grande desde o início do século XX e o governo que, pressionado pela elite, se propõe a em realizar ações para solucionar as tensões provocadas pelo crescimento da questão social na cidade. Desta maneira, a Faculdade só ganha foro judicial com o decreto de n°.47.245, de novembro de 1959, e só em março de 1960 começa suas atividades.

Em Campina Grande, grande parcela de seus habitantes constituía a classe trabalhadora, que vindos do interior no processo de migração fez com que a cidade passou a comportar um número cada vez maior de imigrantes que buscavam melhores condições de vida e trabalho. Desta forma, os novos moradores da cidade se aconchegavam no entorno do centro, constituindo moradia em bairros periféricos, acentuando ainda mais os problemas no tocante a habitação e das condições estruturais da região.

O desenvolvimento da cidade de Campina Grande se tornava notório visto o seu crescimento econômico e sua localização geográfica que ajudava no seu avanço enquanto cidade que servia de entreposto comercial do algodão com as demais áreas do estado. No início do século XX a região tem um crescimento econômico que a eleva para categorias de reconhecimento em todo o Brasil e até internacionalmente.

O século XX traz consigo a pujança crescente da industrialização. O Brasil da I República passa a declinar em seu aspecto ruralista, dando espaço para o desenvolvimento e aos ares do urbano. As indústrias passam a necessitar mão de obra e com o declínio do campo as cidades passam a ser a alternativa de sobrevivência.

Com as péssimas condições e altas horas de trabalho os operários começaram a se organizar no entorno dos seus direitos. Devemos lembrar que no exterior inúmeras mobilizações

---

<sup>133</sup> Ata da criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 16/07/1957.



no que se refere às condições de trabalho nas fábricas já eram conhecidas desde o século XVIII impulsionando e servindo de modelo para inúmeras organizações operárias pelo mundo.

O indício das primeiras manifestações do movimento operário no Brasil decorre da segunda metade do século XIX, denominadas de *associações mutualistas* que antecedem os sindicatos. Com este precedente no século XX é que ocorre uma sistematização do movimento operário mais organizado em diversas associações e mais experiente da luta social, se apresentando na década de 1920 no Rio de Janeiro, uma maior organização e mais combatividade. Em fins do século XIX e início do XX o Rio de Janeiro liderou a industrialização que posteriormente é superada por São Paulo no decorrer da década de 1920 em diante.<sup>134</sup>

Paralelamente crescia a industrialização e a formação de organizações em defesa dos operários. A cidade, palco da industrialização e da organização social, vai se transformando em espaço de atuação de conflitos e relações de poder na era do capitalismo.

Os Movimentos Sociais vão se rearticulando no Brasil Republicano, onde as necessidades de organização emanam da nova realidade social, e a *questão social* está enraizada com o desenvolvimento do capitalismo.

É a partir dessa conjuntura que várias organizações de defesa e permanência dos populares na cidade vão começando a existir. Uma derivação importante dentro dos movimentos sociais é a que articula as experiências cotidianas dos moradores no entorno de seus problemas diários, o que é denominado de movimento comunitário. O movimento comunitário tem indicativo de sua presença a partir da década de 1930, em São Paulo, influenciado por europeus que vieram para o Brasil trabalhar na agricultura após o período da abolição, estes trouxeram imbuídos de idéias socialistas e pautado na história européia de conquista de direitos. A primeira organização registrada foi a Sociedade de Amigos da Cidade – SAC – que teve papel na reivindicação de construção de um metrô, abertura de avenidas e coisas desse gabarito, sendo, portanto, uma atividade de melhoria social dos bens coletivos. Juridicamente esta organização é de 1936, tendo como objetivo participar do plano político da cidade em sua atuação nos bens sociais da coletividade, como no movimento emancipatório da capital paulista, como podemos verificar no texto a seguir:

---

<sup>134</sup> AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa; AGOSTINO, Carlos Gilberto Werneck; [et al]. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2011. 992p.

As SABs surgiram em São Paulo no Após-guerra e tiveram grande desenvolvimento a partir da década de 1950. Entretanto, o surgimento de movimentos reivindicatórios urbanos data da década de 1930. Considera-se que a primeira entidade que surgiu em São Paulo com tais objetivos foi a Sociedade de Amigos da Cidade, SAC, em 1934. Ela era formada por moradores dos melhores bairros de São Paulo e reivindicava, que entre outras coisas, grandes avenidas ligando os bairros ao centro e a construção do metrô. Este primeiro tipo de entidade foi fundado por personalidades influentes da época e tinha como preocupação básica a necessidade de um planejamento urbanístico para São Paulo. A SAC constitui o modelo inspirador das demais organizações reivindicatórias que se lhe seguiram, coexistindo com as mesmas. Em alguns momentos, a SAC tentou assumir a direção destes movimentos. Ao final da década de 1940 e início da de 50, a SAC teve participação ativa em campanhas e debates que se desenrolavam em São Paulo, visando a obtenção da autonomia política da capital paulista.<sup>135</sup> (*grifos nossos*)

Como podemos perceber nos destaques acima, esta organização tem características específicas sendo influenciada por pessoas da elite que almejavam a melhoria da cidade e como a própria nomenclatura indica eram os “amigos da cidade”, ou seja, aqueles que queriam o melhor para a cidade e por extensão para aqueles que dela desfrutavam. Neste caso específico, os seus participantes eram oriundos de uma elite seja ela intelectual e financeira, que possuíam uma idéia de ordenamento do espaço urbano como forma de embelezamento, acessibilidade e melhoria social da cidade.<sup>136</sup>

Este tipo de organização surgiu a partir de uma iniciativa de uma parcela da elite de São Paulo que incomodados com o planejamento da cidade se reúnem em grupo para solicitar da prefeitura local um ordenamento e planejamento do espaço urbano que ao mesmo tempo embelezava a cidade e a colocava dentro de um padrão moderno, visto na Europa como beneficiária em certa medida os imóveis da elite, visto que os benefícios eram requeridos para os melhores bairros da cidade de São Paulo. Este tipo de movimento social serve de exemplo que a elite se organiza na busca de benefícios no que se refere a sua imposição social, política,

---

<sup>135</sup> Ver: GONH, Maria da Glória. O movimento das Sociedades Amigos de Bairros em São Paulo: histórico. In: **Reivindicações populares urbanas**: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, p. 35.

<sup>136</sup> Idem.

econômica e cultural dentro da cidade. A denominação de “amigos da cidade” sugere a participação aquisitiva e social da elite seja econômica ou intelectual dentro da urbe.

A partir da experiência desenvolvida pela elite cidadina, os populares também requerem o direito à cidade e aos equipamentos de conforto desenvolvidos nos ares urbanos. Desta forma, os populares também se organizam em seus bairros para buscarem os direitos sociais relativos a vida urbana.

Diferentemente da SAC, os participantes são em sobremaneira advindos da classe dos trabalhadores. As suas demandas são diferentes das solicitadas pelos integrantes da SAC. Para os populares as necessidades emergiam desde a falta de assistência a alimentação, moradia, saúde, lazer, transporte, educação, entre outros aspectos que circulavam o cotidiano da população. Com uma nomenclatura parecida com SAC os populares desenvolveram as Sociedades de Amigos do Bairro, que reuniam no seu entorno os trabalhadores para juntos buscarem soluções para seus problemas.

De maneira geral, esta experiência durante os anos foi se alastrando por vários estados no Brasil, como forma de fomentar esperanças de atuação e mudança da qualidade de vida dos habitantes de diversas das cidades e foi se difundindo em várias experiências, redefinindo seus participantes, que a partir de suas vivências cotidianas ocuparam esse espaço outrora criado por certa camada da elite em outras realidades e contextos.

Na Paraíba, e de forma especial na cidade de Campina Grande, o movimento comunitário chegou com características específicas na década de 1950, sob a orientação do Serviço Social prestado pela Irmã religiosa Ângela Beleza<sup>137</sup>.

A atuação da Irmã Ângela Beleza junto à população, trabalhando os princípios básicos de cidadania e dignidade, fomentou entre seus atendidos nos bairros campinenses em construção um despertar para a preocupação com a qualidade de vida, bem como com a coletividade, conforme aponta Souza (1996).

Nesse sentido, os primeiros indícios desse movimento foram reuniões em prol da solução de problemas junto ao poder político local e posteriormente uma formação de uma espécie de conselho comunitário como forma de congregar pessoas que queriam discutir e solucionar problemas que afetavam suas vidas em sociedade e, de forma especial, os que mais incomodavam

---

<sup>137</sup> Ata de fundação da Faculdade de Serviço Social. 16/07/1957.

a coletividade na espacialidade de suas habitações como, por exemplo, o bairro de José Pinheiro, a localidade que evidenciava inúmeros problemas de infra-estrutura.

De acordo com Mayol (2008), o bairro traz consigo inúmeras possibilidades de tramas sociais que põem em evidência a dicotomia entre o público e o privado, externalizando as contradições mais proeminentes de seus habitantes. Desta forma, ele diz que:

Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irreduzível continua sendo sempre a esfera do privado.<sup>138</sup>

Conforme o texto acima, os sujeitos que compõem o bairro são, em primeiro momento, movidos pelos desejos particulares de suas residências, ou seja, o princípio do privado, onde a partir das necessidades individuais particularizadas, vividas no interior do seio familiar se externalizando por vezes na coletividade onde o território partilhado por várias famílias com diversas crenças e perspectivas de vida compartilham alguns elementos da vida em comunidade gerando assim, um conhecimento dos problemas que perpassam a vida comunitária. A noção da esfera pública, da coletividade, da experiência compartilhada vivida pelos populares em suas particularidades mergulhadas e expressas em um mesmo contexto coletivo se apresenta como marca constituinte de identificação da lutas coletivas, ou seja, em prol de todos.

Assim, o bairro é esse entrecruzamento diário dos dois pólos, o público e o privado. Um de domínio da coletividade ou administrativamente em nome do coletivo, e o outro sob domínio dos sujeitos residenciais que convivem e formam a cidade e suas divisões espaciais. As experiências de sociabilidade e compartilhamento de problemas e do próprio cotidiano proporcionam momentos de integração e associativismo com idéias inovadoras para solucionar possíveis problemas, bem como promover uma maior integração ou intimidade cotidiana dos seus moradores.

---

<sup>138</sup> MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 2.** Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 42.

Desta maneira, podemos aplicar esta concepção aos bairros campinenses, com suas tramas sociais e uma dinâmica cotidiana eminentemente particular, variando de localidade para localidade, mas que se aproximam para solucionar os problemas comuns e se articulam em rede para propor estratégias de superação das adversidades.

Nas primeiras décadas do século XX o então bairro de José Pinheiro, que a época era conhecido como Açude Velho, se origina exatamente pela ocupação territorial às margem do então Açude Velho, compreendendo a área que vai desde a linha férrea da Great Western em 1907<sup>139</sup> até a área leste, que era cortada pela saída para o litoral. Originalmente os primeiros moradores da localidade foram a família Agra, o senhor José Dantas de Assis e Maria Francisca Agra Dantas, conhecida como Marinheira Agra, isto nos idos de 1919<sup>140</sup>. Vejamos o trecho a seguir sobre a fundação do bairro em questão:

A história urbana do bairro, começa quando o casal acima citado, resolve vir morar em Campina Grande, nos idos de 1919. Marinheira Agra, munida de recursos materiais pede ao irmão Josino Agra qual lhe arranje ‘terras de compra’, onde pudesse fixar residência. Nesta época, havia um imenso terreno inculto nas imediações do Açude Velho que fazia limites com as terras de Josino Agra. Este, em nome da irmã, ou sendo seu intermediário, compra ao cidadão Chico Aprígio, natural de Boa Vista, aquele terreno, que media 15 hectares, ao preço de...3:000\$000 (três contos de réis). O casal recém-chegado, fixa residencial no local, assim discriminado na Ação do Inventário de marinheira Agra: ‘um terreno no bairro do Açude Velho, limitado ao sul e ao poente com a estrada que vai para o Cardoso; ao nascente com terras de Josino Agra e ao norte, com a

---

<sup>139</sup> Sobre o processo de desenvolvimento desta Estação indicamos a leitura do livro: ARANHA, Gervácio Batista. **Trem Imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880/1925)**. EDUFCG, 2006, p. 257. Nas décadas posteriores a 1920, o desenvolvimento no entorno da Estação originou o então Bairro da Estação como podemos verificar a partir da seguinte análise realizada por SOUZA (2003), que diz: “local também conhecido como bairro da Estação, moravam e trabalhavam inúmeros empregados das prensas de algodão, dos armazéns e do setor de reparos da própria estrada de ferro”. E continua sua análise enfatizando as formas de divertimento encontradas pelos trabalhadores no entorno do bairro, “para alimentar, abrigar e divertir este contingente de trabalhadores havia um conjunto de bares, bilhares, cabarés e pequenos hotéis que cercavam aquela área”. Para maiores detalhes ver: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. Arrochar a titela, chambregar e criar um furduço: divertimentos e tensões sociais em Campina Grande (1945 - 1965). In: AGRA DO Ó; SOUZA; SOUSA, [et al]. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultura**. Idéia, João Pessoa, 2003, p. 210.

<sup>140</sup> AMORIM, Leonília Maria de. Urbanização de Campina Grande: o caso particular do bairro de José Pinheiro. Monografia de especialização em Formação Urbana do Nordeste pela Universidade Regional do Nordeste. s/a. 27 pgs.

Lagoa de Bernadino Canário<sup>141</sup>, medindo mais ou menos doze quadras de cinquenta braças<sup>142</sup>.

De acordo com o exposto acima, Marinheira Agra e sua família é a primeira a ocupar terras e fixar moradia desenvolvendo o então bairro do Açude Velho, com aspectos rurais e com a criação de animais. Nos idos de 1920, o esposo de Marinheira Agra é vitimado de câncer, chegando a falecer e deixando uma dívida que sua esposa, para quitar o débito, teve que vender alguns lotes de terras de sua propriedade.

A residência da família Agra se localizava na rua conhecida hoje por Campos Sales, onde contava com poucas casas residenciais no ano de 1926, chegando nessa época ao bairro duas personalidades que marcam definitivamente a vida cotidiana, cultural e econômica do bairro. São os senhores Manuel Sales e José Pinheiro. Um pedreiro e o outro um comerciante, curandeiro. Vejamos:

No ano de 1926, aquele bairro contava com poucas casas residenciais, espalhadas pela rua conhecida hoje pelo nome de Campos Sales, onde residia a famosa viúva Marinheira Agra. E, neste ano, que o pedreiro Manuel Sales chega ao bairro Açude Velho e começa a elevar, em uma rua paralela, diversos casebres, aumentando a composição urbana no local; aí, não há nenhum planejamento, daí surgirem casas em espaços irregulares, sem simetria ou traçado. Também no ano de 1926, aparece ali um curandeiro, que sabia o uso da homeopatia e passa a fazer a ‘medicina do povo’ – era o senhor José Pinheiro – que instala no Bairro uma bodega, onde vendia do remédio à aguardente.<sup>143</sup>

A fama de José Pinheiro como curandeiro passa a ser espalhada pelos arredores do bairro. Este passa a ser procurado por muitas pessoas na busca por curas das variadas doenças, tanto da alma como do corpo. José Pinheiro era um homem versátil, que animava o bairro com um pastoril que funcionava ao lado de sua mercearia em um salão para bailes e festas. Vejamos:

[...] aquele homeopata-curandeiro, cria um Pastoril, representado pelos cordões azul e encarnado, cuja participantes eram de moral duvidosa. Este Pastoril não tinha data fixa para apresentação, mas atraía, de várias

---

<sup>141</sup> Lagoa Bernadino Canários ou simplesmente Lagoa dos Canários, onde era o Estádio Municipal Plínio Lemos e hoje é o Complexo Plínio Lemos.

<sup>142</sup> AMORIM. Ob. Cit, p: 06

<sup>143</sup> Idem, p: 7

partes da cidade, dezenas de pessoas que buscavam divertimento.<sup>144</sup> (*grifo nosso*)

À medida que a população conhecia e reconhecia a pessoa de José Pinheiro como elemento importante, a história do local em que ele morava, o então bairro do Açude Velho vai passando por transformações, não apenas no seu traçado territorial e humano inerentes ao tempo, mas no tocante a sua história e memória.

O reconhecimento da figura de José Pinheiro modela a história de um dos bairros mais antigos da cidade, o Açude Velho vai ficando nas páginas do esquecimento, dando lugar ao nome de José Pinheiro, este devido a referência de quem vinha a procura deste homem no bairro dizendo “vou a José Pinheiro” e assim, um homem de proveniência simples ressignifica a história de um bairro, dando seu nome e construindo uma história junto a seus habitantes.

No trecho acima Amorim (s/d) classifica as participantes como “moral duvidosa”, visto que a própria autora tem laços sanguíneos pertencendo a família Agra que com a chegada de José Pinheiro disputa a memória popular requisitando para si o prestígio de fundadores do bairro.

Desta forma, a popularidade de José Pinheiro era em certa medida, ceifada e refutada pela família Agra que, inconformados com a credibilidade de José Pinheiro, agregam a ele uma carga de elementos negativos veiculados na sociedade como a “boa moral” ou bons costumes difundidos pela Igreja Católica e pela elite local. Outro aspecto diz respeito ao fato do popular, que neste caso faz jus ao nome popular, ser curandeiro da “carne e do espírito”, o que denota possivelmente os laços do senhor José Pinheiro com outras manifestações religiosas principalmente ligadas a de matriz afro-brasileira. Assim, classificavam como os participantes de suas festas e de sua mercearia como de “moral duvidosa”, no intuito de apelar para a não credibilidade do popular perante a sociedade campinense e pela história.

No ano de 1938, com idade avançada, a senhora Marinheira Agra chega ao fim de sua vida, deixando um legado: a fundação do bairro que veio a ser chamado de “Zé Pinheiro” em homenagem a um de seus moradores, um popular acolhido nas terras dos Agras. Porém, deixou seus bens para seus irmãos, visto não possuir filhos. Os herdeiros chegam a ocupar o lugar de benfeitores do bairro, fazendo algumas doações para construção de uma Igreja Católica e para o Círculo Operário no ano de 1949, uma iniciativa do Padre José Delgado, vigário de Campina

---

<sup>144</sup>Ibidem, p. 7

Grande, que solicitou doação para a construção da instituição ligada a Igreja que desenvolveu trabalhos para a população pobre do bairro. Estes benefícios podem ser analisados na descrição a seguir:

Pedro Agra, um dos irmãos, compra as partes dos outros herdeiros e ocupa o lugar de benfeitor dentro do bairro. Loteia os terrenos de sua posse e, faz doação de um deles, para a construção da Igreja Católica. Elevado este Templo, em sua volta vão surgindo casas e mais casas, ampliando o processo e a transformação da rede urbana do bairro. Ainda no caso das doações, o referido senhor fez através de documento existente no Círculo Operário, uma doação para construção do dito Círculo.<sup>145</sup>

A dinâmica vivenciada pelos moradores do bairro vai sendo modificada mediante o seu crescimento urbano. A instalação de novos moradores de maneira desordenada ocasiona o surgimento de casebres e cortiços. Em 1950, o bairro passa a desenvolver um comércio de varejo e atacado, contribuindo sem dúvida para o seu crescimento econômico e cultural. Desta maneira, o papel do bairro de José Pinheiro é de intermediário e referência entre Monte Castelo, Nova Brasília, Cachoeira e o centro da cidade<sup>146</sup>.

A expansão territorial do bairro exige do governo municipal um tratamento adequando para essa realidade, onde a abertura de ruas, rede de esgotos e iluminação vão sendo elementos importantes para a vida daquela população. Na década de 1950 José Pinheiro já vivenciava algumas experiências de mobilização e organização da comunidade. O problema da assistência funerária em que os moradores conviviam com a falta de recurso para pagar esse serviço provoca a criação do Serviço de Assistência Funerária (SAF), tendo a finalidade de atender a necessidade dos seus habitantes no aspecto da assistência a família dos mortos, doando ataúdes. Além da presença de sindicalistas ligados ao ramo de sapatos visto que, existiu, na área, um crescente grupo de sapateiros de “fundo de quintal”.

Outras formas de organização comunitária foi sendo vivenciada pelos moradores do bairro, principalmente ligados a realidade da Igreja Católica, como é o caso do Clube da Mocidade Campinense ou Clube de Jovens. Temos também os times de futebol que desempenhavam papel importante dentro do lazer dos habitantes do bairro, como o Clube do

---

<sup>145</sup> AMORIM, Op. Cit, p. 8

<sup>146</sup> Idem, p. 09



Flamengo, que acolheu e cedeu diversas vezes o espaço da sede à SAB, servindo de local para realização de reunião da assembléia da entidade.<sup>147</sup>

Com relação à Igreja, sua função obtinha grande amplitude sendo pilar fundamental da vida de seus adeptos e funcionando como interlocutora social promovendo a sociabilidade da juventude, como podemos ver a seguir:

A Igreja constitui o ponto de maior convergência para a juventude, servindo de encontro para namoro e outras espécies de palestras, o que podemos considerar uma espécie de diversão. Pudemos justificar porque a Paróquia de José Pinheiro na época contemporânea se empenha em promover na sede social, recreações as mais diversas - filmes, assustados jogos de mesa, bingos e vole-bol.<sup>148</sup>

A partir dessas experiências nos bairros e a atuação de profissionais da assistência social, através da intervenção da faculdade de serviço social foram criadas as primeiras associações de moradores, como a do José Pinheiro. Localizada na zona leste de Campina Grande, em 1961 o contingente populacional na época era de quase 18.475<sup>149</sup> habitantes. Torna-se interessante analisar a abrangência humana de José Pinheiro, visto a sua importância para história cidadina, um bairro de trajetória peculiar onde o desenvolvimento sócio -cultural foi bastante intenso e sua trajetória econômica e popular denotam uma importância no entendimento de vários aspectos dos populares campinenses. Sobre sua população, Wellen e Sá nos possibilitam pensar a intensidade humana do bairro em questão:

O bairro de José Pinheiro se constitui num dos mais antigos da cidade de Campina Grande. Segundo os dados do IBGE, em 1991, possuía uma área de 1.227 Km<sup>2</sup>, abrigando uma população de 15.109 habitantes, correspondendo a cerca de 5,1 % do total demográfico citadino (298.331 hab.). Segundo a mesma fonte, ocupa o 6º lugar em população depois dos bairros: das Malvinas (20.863 hab.), da Liberdade (18.000 hab.), do

---

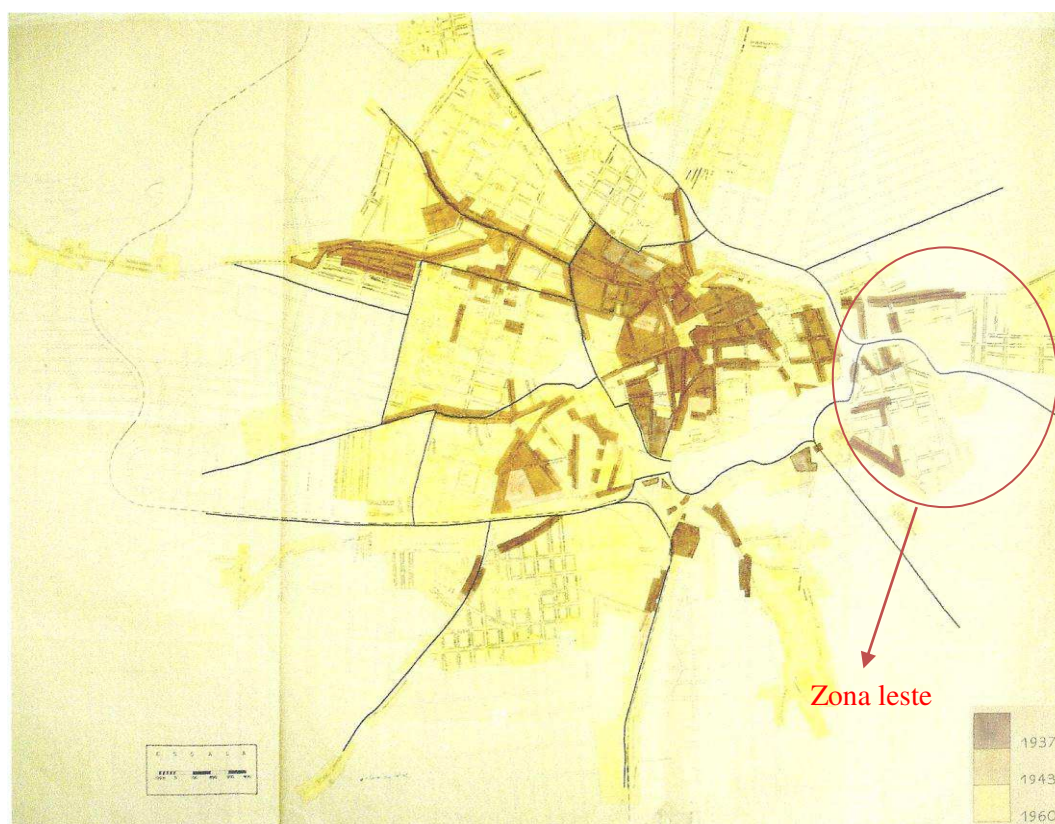
<sup>147</sup> Ver: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje**. João Pessoa: SEC, 1999.

<sup>148</sup> VIEIRA, Op. Cit, 1968.

<sup>149</sup> Ver: WELLEN, Josélia Maria Ramos; SÁ, Marisa Braga de. José Pinheiro faces e formas. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje**. João Pessoa: SEC, 1999, p. 26-27. Neste texto as autoras expressam geograficamente os contornos de José Pinheiro, nos indicando a sua demografia o que nos leva a crer que o seu contingente populacional era elevado mediante os seus contornos territoriais que incorporava a época de 1960, parte do que hoje se conhece como o bairro do Mirante, Cachoeira (parte) e adjacências.

Pedregal (16.644 hab.), de Monte Castelo (16.025 hab.), e do Catolé (15.566 hab.), enquanto que em 1961, detinha uma população de 18.475 habitantes; correspondendo cerca de 15% da população da cidade, no ano considerado, então o mais populoso.<sup>150</sup>

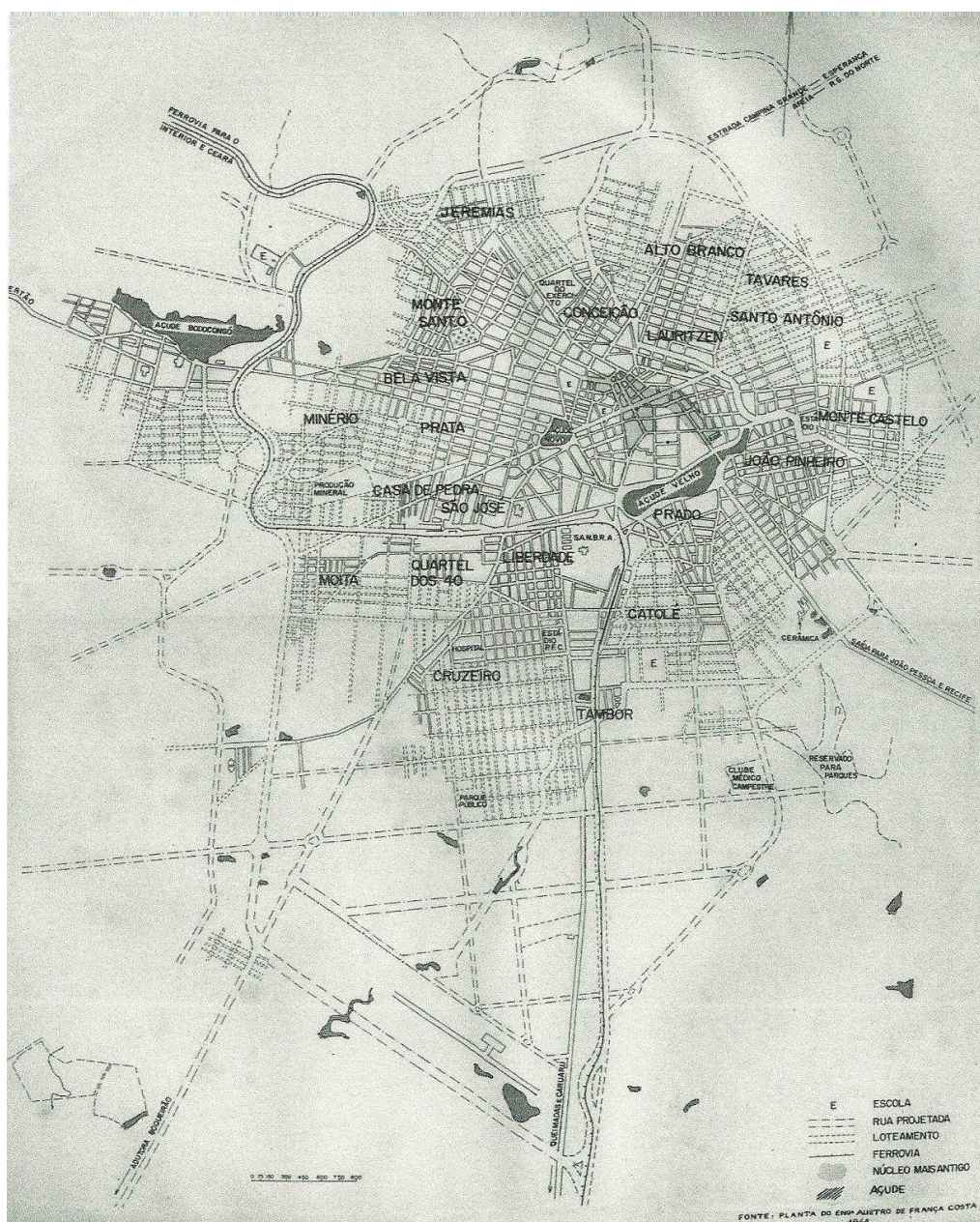
Para uma melhor percepção e análise da problemática sugerida, os mapas abaixo demonstram o crescimento urbano de Campina Grande, apresentando suas dimensões territoriais e por ventura a ocupação humana. Contudo, chamamos a atenção para a observação da zona leste que durante fins da década de 1950 e início de 1960 estava em processo de definição de seus contornos e traçados, o que nos apoia na análise de que a contagem populacional englobava um território amplo e indefinido.



Mapa 1: Crescimento urbano de Campina Grande – 1937,1943 e 1960. Fonte: Almeida, 2010.

<sup>150</sup> Idem.





Mapa 2: Planta de Campina Grande elaborada pelo Engenheiro Augusto de França Costa em 1961. Fonte: Almeida Apud Cardoso, 2010.

Outra experiência associativa importante na época foi a de Monte Castelo, bairro vizinho ao de José Pinheiro (que no mapa encontramos a referência com o nome João Pinheiro, o que não corresponde ao nome verdadeiro), datada sua criação do ano de 1963 com a denominação de União dos amigos do bairro de Monte Castelo, nomenclatura que na prática não se diferenciava das finalidades da SAB do José Pinheiro, porém a denominação põe uma definição na

particularidade dos moradores do bairro em destaque. Melo (2002), em relação a essas equipes sociais enfatiza que:

No ano de 1962, com o incentivo da Igreja Católica e da Faculdade de Serviço Social, um grupo de moradores do bairro de José Pinheiro se reuniu para formar uma Sociedade de Amigos de Bairro SAB. O bairro do José Pinheiro serviu como exemplo e estímulo para que os demais bairros de Campina Grande criassem também a sua entidade nesse gênero. Uma associação de moradores se constitui numa entidade criada e dirigida por moradores de uma mesma localidade que, de forma livre, consciente e organizada decidem enfrentar os problemas comunitários existentes.<sup>151</sup> (*grifo nosso*)

As associações também eram conhecidas como Equipes Sociais, como eram chamadas pelas estagiárias do Serviço Social, ficando assim conhecidas na sociedade campinense. Com o andamento dos trabalhos e êxito da atuação das equipes sociais nos bairros e seu respaldo junto ao poder político local, bem como o momento de ditadura militar no país, houve então a necessidade de criar uma entidade articuladora das equipes sociais dos bairros da cidade, sendo assim, em 02 de agosto de 1964, fundada a União Campinense das Equipes Sociais - UCES, com a tarefa aparentemente, de reunir as associações existentes e promover a troca de experiência e articular não só os problemas dos bairros específicos, mas de toda a cidade.

Melo (2002) apresenta um ponto de vista pautado dentro de uma lógica romântica, não apontando em sua descrição as interferências externas que possibilitaram a formação deste tipo de movimento social na cidade. No trecho em destaque fica clara as intenções de “protagonismo popular” frente à organização das SABs e da própria UCES, o que não ocorre na prática. Quando o autor diz que a SAB se institui de “forma livre, consciente e organizada” está desconsiderando a assessoria da Igreja Católica e da Faculdade de Serviço Social, instituições que exerceram papéis fundamentais dentro da organização e fundação deste movimento em Campina Grande imprimindo no movimento uma lógica baseada nos interesses de estado, ou seja, o controle e assistência aos populares. Continuando, Melo (2002) destaca ainda:

---

<sup>151</sup> MELO, Clodoaldo Oliveira. **História do surgimento dos Clubes de Mães em Campina Grande**. Trabalho Acadêmico Orientado/ UEPB [S.D], p.4. Sobre a criação das SABs indicamos a leitura do texto: SOUZA, Luiz Gonzaga de. A formação das Sociedades de Amigos de Bairro. In: **Movimentos da Vida**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996, p. 156-158.

A UCES foi criada e dirigida por pessoas comprometidas com o movimento comunitário e com as SABs. O movimento comunitário não tinha interesse político partidário. No entanto, esse movimento intermediava suas lutas através de uma ação política junto as poderes públicos para reivindicar em favor melhorias de toda a comunidade.<sup>152</sup> (*grifo nosso*)

É um período bastante específico, visto que nesse mesmo ano instalava-se a ditadura militar no Brasil e foi um momento bastante tenso para as organizações sociais, uma vez que a atuação deste movimento tem como característica promover a integração social e é caracterizado como um movimento reivindicatório sendo, portanto, comedido nesse período de uma formação política específica, oficialmente refutando vínculo com a política partidária. Todavia, dentro do movimento a presença de autoridades políticas do governo sempre se fizeram presentes, o que aponta para uma ligação política de direita para afastar a todo custo a aproximação de partidos de esquerdas ou comunistas.

Com a política de repressão posta pelo regime militar desde 1964, as organizações populares viveram uma época de “paz” forçada visto a presença constante de militares em seu espaço. A partir de 1970, com as novas redefinições políticas e sociais, é que este movimento ganha novas definições e atuações, bem como novos princípios norteadores, principalmente relacionadas as questões democráticas relativas a liberdade. Mesmo com a conjuntura social em 1970 os avanços são de projeção local, ou seja, referentes a atuação dentro do município e das questões a ele relacionados sem perder de vista o ele com apolítica local e principalmente o “bom relacionamento” com o chefe do executivo.

O momento de criação da entidade não pode ser desvinculado das pretensões de contenção aos comunistas presentes no seio popular que em grande medida, rondavam os populares que desprovidos de representação política no governo se agrupavam em luta pela representação política em prol de causas populares.

Portanto, a Igreja Católica como aliada a proposta governamental em curso, intervém com seus aparatos institucionais dentro do meio popular criando estratégias de “contensão” do avanço comunista principalmente do Partido Comunista Brasileiro – PCB, nos bairros. Um recurso encontrado foi o acompanhamento e assistência nos bairros, tento como apoio a Igreja local (paróquia), como meio de interlocução com a comunidade.

---

<sup>152</sup> Idem, p. 5

Torna-se interessante observação que os populares aproveitavam esses espaços como forma de aprendizado político e convívio social em comunidade. Não consideramos que os participantes do movimento foram inertes a todo processo, apenas destacamos os agentes envolvidos na fundação das SABs na cidade como forma de compreender a atuação destas instituições na formação de grupos reivindicativos nos bairros.

No início, as Sociedades de Amigos do Bairro tinham como objetivos coordenar esforços para estimular cooperações, acompanhar processo de desenvolvimento do bairro, bem como servir de elo entre os comunitários e os órgãos governamentais, provocar nos habitantes a consciência dos problemas do bairro.

A partir de tais necessidades de cunho social as SABs vão se firmando como órgão representativo da comunidade, sendo um elo importante no acompanhamento das melhorias do bairro, e conseqüentemente, da dinâmica cotidiana dos moradores.

Para compreendermos o surgimento do trabalho comunitário em Campina Grande, se torna pertinente olhar para o lugar precursor das atividades do movimento comunitário<sup>153</sup> no município: o bairro de José Pinheiro.

## 2.2 Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro – SABJP

Na terra que pertencia à família Agra, morava o senhor José Pinheiro, um homem de grande estima popular. Assim, os populares, ao freqüentarem a localidade se referiam da seguinte maneira: “Vou a José Pinheiro”, ficando assim o bairro conhecido. Com o crescimento populacional e desenvolvimento territorial, tornou-se um dos mais conhecidos e antigos bairros da cidade, visto que sua localização é favorável ao comércio com a feira de Campina Grande e

---

<sup>153</sup> Entendemos que o Movimento Comunitário é uma denominação aplicada as organização sociais urbanas que tem por característica o aspecto reivindicatório e reuni no seu entorno associações bairristas na luta por melhoria urbana. Sobre tais aspectos indicamos a leitura de: GONH, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas**: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, e SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). **São Paulo**: o povo em movimento. Editora Vozes em co-edição com CEBRAP, 1983.

centro comercial. Os moradores mais desprovidos de condição financeira que trabalhavam nesses lugares habitavam o bairro que apresentava uma proximidade com tais locais de trabalho.<sup>154</sup>

O acentuado ritmo de crescimento demográfico não foi acompanhado de infra-estrutura necessária para acolher os habitantes, ocasionando transtornos e um índice de má qualidade de vida e moradia<sup>155</sup>. Para obtenção desses bens a sociedade, através de suas lutas sociais, têm se organizado para garantir em lei tais direitos principais para a sobrevivência humana onde o princípio da vida se torna elemento fulcral na elaboração de uma legislação que regule as relações de um povo.

A partir dessa realidade social o bairro crescia sem o acompanhamento técnico da prefeitura e assim iam sendo criadas residências sem uma preocupação com projeção estrutural que uma comunidade necessita como, por exemplo, a preocupação espacial do tamanho das ruas, ocasionando ruelas, becos, cortiços, entre outros.

O bairro de José Pinheiro, no ano de 1966, apresentava um comércio que procurava atender às necessidades de sua população, possuindo serviços de profissionais prestando os seus serviços aos bairros vizinhos que também estavam crescendo, bem como utilizaram o bairro de José Pinheiro como referência na zona leste de Campina Grande.<sup>156</sup>

O bairro possuía em seu domínio o Campo de futebol Plínio Lemos<sup>157</sup>, que pertencia ao município e que durante bom tempo estava sob o domínio do Clube de Futebol Campinense Clube.

---

<sup>154</sup> Para maiores detalhes sobre os números habitacionais exposto no texto chamamos a atenção do leitor que a época aqui referida as delimitações territoriais dificultavam o censo, visto, por exemplo, que o bairro da cachoeira por ora fazia parte do bairro de José Pinheiro e algumas vezes se dizia pertencer ao bairro de Monte Castelo, o que refletia, contudo, no número de habitantes da região. Apresentamos também como forma de justificar esses números a inclusão do então bairro do Mirante que “a época constituía o território de José Pinheiro. Para maiores detalhes ver: WELLEN, Josélia Maria Ramos; SÁ, Marisa Braga de. José Pinheiro faces e formas. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje**. João Pessoa: SEC, 1999, p. 26-27.

<sup>155</sup> Sobre o entendimento de má qualidade de vida e moradia, nos aportamos na idéia de que o conforto do lar a assistência pública em saúde, educação, habitação e alimentação sejam princípios básicos para a sobrevivência humana digna. Tais aspectos foram contemplados juridicamente com a constituição de 1988, fruto da conjunta política e social decorrente o período pós-ditadura brasileira.

<sup>156</sup> VIEIRA, Op. Cit, 1968.

<sup>157</sup> MEDEIROS, Mário Vinícius Carneiro. Um ano de grandes jogos: Treze x Flamengo do Rio e o primeiro “Clássico dos Maiores”: 1955. In: **Treze Futebol Clube: 80 anos de história**. João Pessoa: União, 2006, p. 118-120.



Durante o processo de ocupação e habitação dos moradores no bairro, no ano 1966, se tinha 46 ruas projetadas e dentre essas apenas 3 não possuíam as chamadas “malocas”, como eram mais conhecidas. Isso denota o problema social que a população do bairro enfrentava, além do mais eram encontradas casas de taipas e grande parte do bairro não dispunha de saneamento básico nem energia elétrica.<sup>158</sup>

No ano de 1970, a SAB de Santo Antônio e José Pinheiro juntamente com a UCES, Clube de Mães e de Jovens da região se organizaram para discutir com a prefeitura sobre o a presença de cortiços no bairro, definindo-se na ocasião que a prefeitura desejava transferir tais moradores para terrenos da prefeitura no bairro de Bodocongó. Na oportunidade, donos de malocas ou casebres se prontificaram em ajudar a prefeitura na realocação da população como também asseguraram à ajuda as entidades sociais do bairro.<sup>159</sup>

Nos aspectos religiosos, o bairro apresenta grande marca da Igreja Católica, onde grande maioria dos moradores professava a fé católica. A presença e frequência de centros espíritas e de cartomantes também são fortes nesse local. A articulação católica no bairro denota a proposta de cristianização da presença de religiões de matriz afro-brasileira como, por exemplo, o próprio José Pinheiro, que era considerado curandeiro porque mexia com medicamentos de manipulação com ervas naturais, o que para muitos ele era um homem vinculado a religiões ditas “suspeitas” chegando até ser chamado de feiticeiro.

Sobre a presença de religiões de raiz africana, Carvalho (2011)<sup>160</sup> apresenta um estudo sobre as religiões agro-brasileiras em Campina Grande, situando e mapeando a territorialidade e práticas culturais religiosas que se apresentam principalmente em bairro considerados de periferia como os da zona leste da cidade – José Pinheiro e Monte Castelo.

No lazer, vamos ter como referência os bailes de forró que são momentos indispensáveis aos moradores: aos sábados, domingos e feriados esse tipo de divertimento é indispensável à convivência comunitária dos moradores. Conforme nos indica Andrade Lima (2008), o início do

---

<sup>158</sup> VIEIRA, Op. Cit, 1968

<sup>159</sup> Outra indicação sobre a presença de malocas ou casebres em José Pinheiro e Santo Antônio esta registrada no Diário da Borborema que na linguagem jornalística aparece como sendo cortiço. Entidades suburbanas interessadas no problema dos cortiços. 30/05/1970

<sup>160</sup> Para maiores reflexões sobre a religiosidade de matriz africana ver: CARVALHO, Amanda Peixoto de. **As reinvenções das religiões afro-brasileiras em Campina Grande – PB (1920-1980)**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da Universidade Federal de Campina Grande, 2011, 148p.



“São João de rua” onde entre 1973 a 1975 se deu a partir das manifestações culturais realizadas nas instituições da cidade e que o prefeito da época, Evaldo Cavalcanti Cruz, direcionou os primeiros patrocínios para as festividades juninas realizadas em SABs, Clube de Mães, Igrejas, Escolas Municipais, quadrilhas juninas e demais associações e clubes locais que festejavam o São João.<sup>161</sup>

Do ponto de vista das equipes sociais, podemos demarcar o surgimento a partir de uma interlocução entre a Faculdade de Serviço Social, que através de seus estagiários procuravam trabalhar com os moradores aspectos de convivência humana de superação das dificuldades sociais, bem como a mediação dos conflitos sociais. Sendo assim, no bairro de José Pinheiro surgiu primeiramente uma sociedade denominada Sociedade de Assistência Funerária – SAF- com a finalidade de ajudar as pessoas carentes que não tinham condições de fazer o velório.

A assistência social prestada pelas estagiárias de Serviço Social presentes na comunidade local criaram grupos de acompanhamento social, requisito da prática profissional. Desta maneira, em 1962, em 13 de maio, através dos esforços da Faculdade de Serviço Social de suas estagiárias e da então diretora da entidade Irmã Ângela Beleza, que acompanhava e participava ativamente das ações no bairro, é fundada Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro, com finalidade de reunir e ajudar os moradores no enfrentamento dos problemas sociais existente na localidade.<sup>162</sup>

As primeiras contribuições da SAB do José Pinheiro - SABJP<sup>163</sup> foram no aspecto de solicitar um depósito de coleta de lixo, realização de palestras com o objetivo de atenuar a mortalidade infantil, despertar a comunidade para necessidade de uma praça para o lazer, a limpeza de uma área demarcada pela precariedade higiênica reconhecida como “beco da lama”, uma campanha higienista no bairro, aquisição de um chafariz com a finalidade de suprir a necessidade de água, exposição cinematográfica, retirada de currais, exposição de telefones

---

<sup>161</sup> ANDRADE LIMA, Elizabeth Christina de. **A Fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano. Campina Grande: EDUFC, 2008, p: 38-39.

<sup>162</sup> GONZAGA, Teresa Neuma; GUERRA, Gélia Neves; OLIVEIRA, Valmira Leandro. **Intervenção do Serviço Social junto aos grupos comunitários**. Universidade Regional do Nordeste/ Faculdade de Serviço Social [ S/D], p: 05

<sup>163</sup> Em alguns momentos iremos mencionar a sigla SABJP para nos referir a Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro, como forma facilitar a fluência do texto.

públicos, terraplenagem de algumas ruas, comemorações de dias festivos como natal comunitário, entre outras comemorações.<sup>164</sup>

Nasce esta sociedade como resultado da mobilização comunitária e o auxílio intelectual e interventivo de estudantes de serviço social e assistentes sociais, que sabedoras da experiência vivida em outras realidades do país resolvem assessorar e partilhar essa experiência nas comunidades ou bairros de Campina Grande.

No princípio o objetivo era coordenar esforços na busca por melhores condições de vida, cooperação da comunidade para um convívio harmonioso e para o desenvolvimento local em seus diversos setores, conscientizar a população de seus deveres e direitos possibilitando uma participação na comunidade de forma ativa e efetiva com qualidade, identificar com a comunidade os seus problemas e suas possíveis soluções, procurando responsabilizar os órgãos competentes sobre seus deveres.<sup>165</sup>

Essas eram as diretrizes norteadoras do trabalho assistencial nos bairros. Os populares que participavam destes movimentos eram provenientes da Igreja Católica, mesmo com o pressuposto de ter um caráter inter religioso, isto se verificava restritamente, pois a predominância era majoritariamente da religião cristã católica, visto seu caráter fundador. Os populares que participaram das diretorias eram trabalhadores que exerciam suas profissões no bairro, na feira, nas fábricas ou prestavam seus serviços no comércio central.

Com a participação e intervenção de estudantes de serviço social oriundas da elite com nível econômico elevado, predominantemente do sexo feminino e “vacionadas” para exercerem um trabalho caritativo, segundo as regras de criação do Serviço Social principalmente pelo seu elo com as Irmãs religiosas<sup>166</sup>. Esta entidade e seus participantes procuravam identificar os problemas mais eminentes do bairro, na intenção de sociabilizar com seus sócios as dificuldades e assim propor formas de enfrentamento. Assim, esta entidade serviu de elemento entre a população e os órgãos governamentais como elos de cooperação e ajuda mútua na resolução dos problemas do bairro.

A entidade também objetivava em seu princípio a criação, mobilização, fortalecimento e integração das diversas organizações sociais da comunidade, como os clubes religiosos existentes,

---

<sup>164</sup> VIEIRA, Op. Cit, 1968

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> FREITAS, Op. Cit, p. 23

Clube de Mães nascentes e os times de futebol através de suas diretorias e atletas, como forma de diálogo da realidade do bairro. Outra entidade era o Circulo Operário que no caso de José Pinheiro foi o seu parceiro, acolhendo a SAB do bairro em seu espaço e desta maneira fazendo parte de sua constituição, bem como também a Igreja Católica de São José que através de seus fiéis partilhou e contribuiu com as discussões e lutas dessa entidade. Sobre seu funcionamento, a historiadora Eliete Gurjão efetua a seguinte consideração:

A SAB de José Pinheiro funcionou, de início, em uma das salas do Circulo Operário, transferindo-se depois para sede própria na praça Joana d'Arc, em terreno desapropriado pela Prefeitura Municipal. A iniciativa de sua implantação partiu da irmã Ângela Beza, como parte de seu trabalho de ação comunitária, bem como, utilizando-a como campo de estágio para as alunas do curso de Serviço Social.<sup>167</sup>

O convívio de interesses dos grupos nem sempre foi harmonioso, como queriam seus idealizadores. A Faculdade de Serviço Social mediava constantemente os conflitos entre ambos os grupos, na tentativa de promover uma luta em conjunto com objetivos amplos, ou seja, a melhoria de José Pinheiro.

O comprometimento da Faculdade com a Igreja Católica aproximava e caracterizava as ações da entidade, com certo caráter religioso, o que por vezes pode inibir a participação de demais grupos sociais da comunidade, mesmo que seu princípio evidenciasse o aspecto multi-religioso da entidade.

Na realidade, o papel da SAB se entrecruzava com os interesses da Igreja Católica, que aproveitava os momentos de reuniões das SABs para divulgar as atividades religiosas e o princípio cristão, na tentativa de catequizar a população, o que destoava do princípio de livre participação religiosa que divergia da prática para com os objetivos de criação expostos no estatuto.

A SAB de José Pinheiro, como compromisso social, obtinha o seu caráter educativo com seus componentes, prestando um trabalho voluntário em benefício da própria comunidade, incentivando assim a vida comunitária, ativando o espírito de solidariedade. Efetivamente a SAB procurou desenvolver áreas de atuação como forma de organização e funcionamento da mesma.

---

<sup>167</sup> GURJÃO, Op. Cit, p. 51.

Para constituir a entidade como uma sociedade de amigos, foi necessário uma organização burocrática de cargos e competências para melhor organizar a entidade.

Sendo assim, constituído de uma Assembléia geral,<sup>168</sup> a escolha dos dirigentes ou da diretoria é feita através de voto secreto, sendo a diretoria composta dos seguintes cargos:

1. Presidente;
2. Vice – presidente;
3. Secretário;
4. Segundo secretário;
5. Tesoureiro;
6. Segundo tesoureiro;
7. Conselho fiscal.

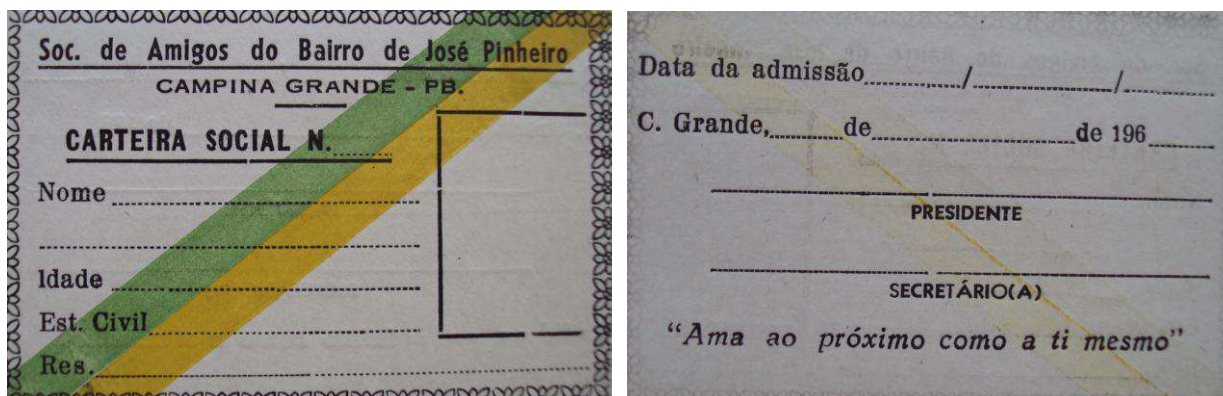
No início da SAB o mandato durava um ano, sendo também parte administrativa da entidade a criação de departamentos. Os nomes dos coordenadores eram escolhidos na reunião de assembléia e entre os sócios.<sup>169</sup>

A entidade foi se consolidando mediante as reuniões de assembléia e suas reuniões de diretoria, as quais eram assessoradas pela Faculdade de Serviço Social e suas pautas procuravam discutir os problemas do bairro, bem como refletir sobre a funcionalidade da instituição. E para dar uma característica associativa desenvolveram elementos identificadores de tal status, como carteirinhas de sócios. Abaixo temos um modelo de carteira e sócio elaborada na década de 1960 pela SAB de José Pinheiro. Analisando-a, podemos observar sugestivamente a presença de duas faixas, uma verde e outra amarela que nos sugere uma inclinação as cores oficiais adotadas como símbolo de nacionalidade, o que indica a presença de idéias pautadas nas diretrizes oficiais do governo militar. Outro aspecto é a frase “amar o próximo como a ti mesmo”, demonstra a presença religiosa dentro das SABs, como também os princípios colaborativos disseminados pela Igreja para a prática da assistência.

---

<sup>168</sup> Este é o espaço onde acontece a reunião de todos os sócios e a comunidade em geral sendo que os sócios da entidade têm direito a voto nas decisões e os não sócios tem direito apenas a voz. Está assembléia tem poderes soberanos na SAB.

<sup>169</sup> Cabe aqui destacar que alguns artigos do estatuto da entidade foram i baseados no da União de Amigos do Bairro de Monte Castelo que só foi fundado em 03 de junho de 1963. Portanto, mesmo sendo fundador das SABs, a SAB de José Pinheiro não elaborou de imediato suas regras estatutárias. Ver GONZAGA, GUERRA, OLIVEIRA, Op. Cit, p. 8



**Foto 1:** Carteira de sócio da Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro. Fonte: Vieira, 1968

A SABJP foi reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei nº 131, de 21 de dezembro de 1965, documento de grande valor para a entidade que assim referenda sua importância dentro do bairro e da cidade, como uma entidade que presta serviço em favor da comunidade campinense. Este reconhecimento nos sugere os vínculos de “cooperação” entre as entidades comunitárias e a administração municipal, que reconhece a entidade como prestadora de benefícios a cidade e, portanto, merecedora de uma recompensa que por vezes se fazia através de concessão de subvenções as entidades, o que as vinculava diretamente ao prefeito em exercício.

Entre as ações de trabalho da SABJP, estão contempladas as referentes aos seguintes aspectos: educacional e cultural, sanitário, social, habitacional, lazer, econômico, entre outros.

No que se refere a questão educacional, a SAB tinha uma preocupação constante na área, mediante a constatação de que haviam poucas professoras primárias que pudesse dar aulas a jovens e adultos no horário noturno. A comunidade se reunia em assembléia na SAB para discutir que soluções podiam ser tomadas, assim procuravam deliberar uma comissão que se articularia com as demais entidades do bairro para procurarem ajuda na Secretaria de Educação. Uma das soluções encontradas de primeira ordem foi a ajuda financeira para o pagamento de professoras da própria comunidade que se dispusessem a lecionar para esse público, utilizando-se das salas de

aulas do Circulo Operário.<sup>170</sup> Sobre tal realidade, apresentamos um editorial veiculado por um jornal da cidade:

José Pinheiro, com o maior índice de miséria, possuindo cortiços e diversas favelas, naturalmente haveria de matricular o maior número de candidatos, como ocorreu. Cento e quarenta analfabetos foram matriculados, e cinco classes começaram a funcionar, ensinando a ler aqueles que não haviam tido oportunidade, por falta de condições financeiras ou motivos outros não pesquisados, de freqüentar um banco escolar.<sup>171</sup>

Outra ação nesse sentido foi a criação da biblioteca no espaço da SAB, fruto das discussões da necessidade e valor da educação para a população. Esta entidade inicia uma campanha para captar livros para dispor a comunidade. O nome escolhido da biblioteca pela comunidade foi Campos Sales, como consta em ata da entidade datada de 13 de dezembro de 1965.<sup>172</sup>

A inauguração contou com a presença de autoridades da Igreja Católica e das entidades da comunidade, como do poder público. Vejamos um registro fotográfico desta solenidade, que marcou a ação da entidade nesse aspecto educacional na tentativa de contribuir para o acesso a leitura, um instrumento primordial na educação de crianças, jovens e adultos. Esta foto sugere a importância da solenidade, cujo o traje usado no momento retrata o significado desta realização social para a SAB e para a comunidade.

---

<sup>170</sup> Ver Vieira, Op. Cit, 1968.

<sup>171</sup> Diário da Borborema. Serviço Comunitário VII. 17/05/1966.

<sup>172</sup> Ata da SAB de José Pinheiro. 13/08/ 1965.



**Foto 2:** Solenidade da entrega da Biblioteca Campos Sales na SAB de José Pinheiro. Fonte: Vieira, 1968.

Com a assessoria das estagiárias de serviço social, a SAB passou a desenvolver um plano de ações em diversas áreas como, por exemplo, educação, saúde, habitação, lazer, assistência entre outras.

Na área da saúde, o bairro necessitava de uma prática sanitária onde a educação com relação a limpeza do bairro, no que se refere ao lixo e doenças ocasionadas pelo seu acúmulo; outro aspecto da questão é a higiene pessoal que carecia de melhores esclarecimentos da importância de uma prática constante de limpeza para a saúde individual e da coletividade. Assim, a SAB foi despertada neste sentido, e passou a integrar nos seus planos, palestras e outras ações na perspectiva de conscientizar a população sobre a eficácia e necessidade da higiene.

Este trabalho foi direcionado pela equipe de estagiárias de Serviço Social, que tinham em sua grade curricular as disciplinas relacionadas a higiene, bem como a raiz histórica do curso é ligada a questão da saúde onde os Assistentes Sociais compõem o quadro técnico em equipes médicas.

Uma das práticas desenvolvidas pelas estagiárias nos bairros era no sentido de realizar atividades de cunho higienista. Outra questão importante é que esta prática higienista obedecia a uma política de ordenamento e controle dos habitantes dentro de uma lógica de governo que tentava modificar os hábitos dos moradores cultivando a idéia de prevenção de doenças e que consequentemente ocasionava a diminuição de gastos públicos com atendimentos hospitalares, ou seja, a prevenção tornava uma prática de contenção de gastos em saúde tendo uma diminuição de profissionais da prefeitura para a realização destas atividades de assessoria no bairro, utilizando-

se, portanto, de voluntários da própria comunidade como “apoio” na execução de atividades eminentemente de responsabilidade do município, como podemos ver o relato abaixo:

Apercebendo-se cada vez mais da realidade higiênica sanitária da área, sentiu a entidade que precisava estender o seu raio de ação a outros locais, onde o problema mais se afetava. Dessa maneira, foi descentralizada as citadas promoções para as “malocas”, “bêcos”, Avenida Canal, etc. [...] Aproveitando-se recursos humanos da comunidade, bem como materiais, (audio-visuais) a Equipe promoveu uma série de palestras, filmes educativos, cartazes, aulto-falantes [...] preocupados com a série de problemas existentes nesta área – promiscuidade, inexistência de rêde de esgoto, lixo nos termos devolutos e no canal, terraplanagem, serviços preventivos à saúde bem como médicos – a Equipe vem trabalhando com denodo junto aos poderes competentes.<sup>173</sup>

Lenira Gomes Vieira foi estagiária na SAB de José Pinheiro no ano 1968, onde realizou atividades junto a comunidade propagando idéias de “ordenamento social” a partir da intervenção na área, desenvolvendo atividades de assessoria na formação e formulação de demandas requeridas ao poder público municipal. Os participantes das SABs aprendiam com essas estudantes as regras de organização comunitária como, por exemplo, comportamento diante de autoridade políticas, a feitura de documentos como: ofícios, registro em atas, realização de eventos na comunidade entre outras atividades onde aos poucos os participantes das SABs foram aprendendo e assumindo com mais segurança a direção da entidade.

Uma das formas de participação e atuação de estagiárias na SAB foi no tocante a formação educacional dos seus participantes. Se defendia a tese de que a percepção de que não só seriam necessárias ações do governo municipal para mudar a vida dos habitantes do bairro, mas uma mudança consciente da cooperação na comunidade em ações cotidianas de hábitos em que a noção de participação e engajamento da vida em comunidade fosse gerada. Com este intuito, muitos encontros de formação e conscientização sanitária onde a higienização pessoal, da casa, da família, das vias públicas foram pautas tratadas na SAB.

Com o desenvolvimento das discussões higienistas no bairro, a comunidade foi identificando seus problemas de saúde que envolvia em grande medida seus hábitos higiênicos. A maioria da população não obtinha recursos adicionais, sendo por vezes prejudicados na

---

<sup>173</sup> VIEIRA, Ob. Cit, p: 48



assistência médica que dependia exclusivamente da via pública, o que levava um desestímulo por parte da população que ficava sem a cobertura de uma assistência médica básica.

Para solucionar tal situação, a SAB procurou uma parceria com médicos e dentista particular que firmando a parceria com a comunidade, via SAB, dava o abatimento de 50% nos procedimentos médicos aos sócios da entidade. Vejamos o que vinculou sobre esta atividade no Jornal Diário da Borborema:

Celebramos, recentemente, um convenio com o Dr. João Ferreira de Farias, dentista de todos conhecido, para poder nos oferecer assistência aos nossos familiares sobretudo porque José Pinheiro é um bairro pobre e poucos são os que podem pagar uma extração dentária ou contratar outros serviços de recuperação. A SAB, por este convênio, facilita ao seu associado o atendimento de que necessita, conquanto que o beneficiado pague a irrisória importância de quinhentos cruzeiros por atendimento.<sup>174</sup>

Esta prática apresenta a ausência de políticas e saúde direcionadas para os populares que vivendo a mercê desprovidos de recursos encontram alternativas paliativas para resolução do problema exercendo por vezes o papel que a prefeitura deveria realizar.

A seguir, podemos ver a imagem propagada nos veículos de comunicação da cidade, como forma de prestar conta a comunidade de ações desenvolvidas em favor dos populares e na mesma medida promover o nome do médico e de seus serviços profissionais.

A imagem, que segundo Cabral Filho (2007) apresenta uma grade de sentidos que sobremaneira obtém uma intencionalidade de ser. Neste caso vemos uma imagem produzida por um jornal local que pressupõe a escolha do procedimento médico a ser fotografado bem como a preparação dos sujeitos fotografados, principalmente o médico que estava tentando divulgar suas ações no bairro, portanto, escolheu o procedimento para a fotografia. Na imagem o médico em pleno atendimento em seu ambulatório no bairro de José Pinheiro atendendo não só os moradores do bairro mais aos habitantes da região leste.

Outro parceiro da SAB foi o Dr. Kival Gorgônio, dentista que instalou um consultório no próprio bairro onde atendia a comunidade, atendendo na rua principal do bairro, a Campos Sales. Sobre a qualidade do atendimento um usuário do serviço fez a seguinte explanação:

---

<sup>174</sup> Diário da Borborema. Padre faz oposição à SAB de José Pinheiro. 15/05/1966.

[...] o tesoureiro, encarregado de entregar a ordem médica aos interessados, afirmou que 47 pessoas haviam sido atendidas o Sr. J.A disse ser uma dessas pessoas e que os médicos recebem o sócio com muita atenção. Em seguida falou o Sr. J.A que levou sua esposa e duas crianças para extrair os dentes e ficou muito satisfeito com o atendimento.<sup>175</sup>

Dentre as ações nessa área também se enquadram a busca por vacinas, ofertadas pelo poder público municipal à população, a retirada do lixo de rua e vielas do bairro, terraplanagem e limpeza do canal.<sup>176</sup>

No bairro de José Pinheiro, em épocas de inverno, era comum o alagamento da localidade, visto que parte de seu território em tempo posterior era encoberto das águas do Açude Velho e tinha em seu território a lagoa dos canários, o que com as modificações no seu território e a ocupação humana esses espaços foram tomados por construções sendo soterrados e de certa maneira, o canal Piabas, mantido para viabilizar a passagem da água era por vezes entupido de lixo, produzido pela própria comunidade, o que levou a SAB do bairro a desenvolver um plano trabalho em longo prazo nessa questão. Dessa forma, registros dessa realidade são trazidos por Vieira (1968), em quem nos aportamos para pensar tal questão:

O lixo das residências próximas eram colocados no seu leito, proibindo a passagem das águas, causando verdadeira inundação. Houve casos em que as águas penetravam em residências atingindo aproximadamente 50cm de altura. Sempre que chovia o problema era repetido e recorria-se aos serviços dos bombeiros para evacuarem – com o uso das bombas motoras – atenuando a situação [...] Depois de uma campanha intensiva com duração de uma semana, convidamos o Sr. Prefeito por meio de ofício o qual compareceu e tomou imediata providência.<sup>177</sup>

Para ter uma maior visibilidade do problema observemos a foto abaixo:

---

<sup>175</sup> Estatuto da Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro, apud Vieira, 1968, p: 51.

<sup>176</sup> VIEIRA, Op. Cit, p. 49

<sup>177</sup> Ibidem.



**Foto 3:** Frente do Estádio Municipal, em José Pinheiro, junho de 1966. Fonte: APMCG

A foto em destaque foi tirada no ano de 1964, em época de chuva, em frente ao Estádio Municipal, em José Pinheiro, as famílias ali residentes tiveram que abandonar suas casas, pois a água tomava conta, inclusive, do vasto campo. Analisando a foto, vemos as residências com umas barras escuras o que indica que as águas chagaram até aquela altura. Destacamos que nessa localidade existia em tempos de outrora a lagoa dos Canários, um motivo a mais para as águas se estabelecerem neste local. Este era um problema recorrente entre os moradores de José Pinheiro que solicitavam o aterramento do local para evitar o problema.

Outra fotografia nos possibilita verificar como os populares viviam no bairro em épocas de chuvas, o que levou aos moradores a solicitarem aterramento de vários locais do bairro:



**Foto 4:** Rua Silva Jardim, também em José Pinheiro, totalmente coberta pelas águas, junho de 1964. Fonte: APMCG

A foto mostra justamente uma visão a partir do canal existente na rua Silva Jardim, em José Pinheiro, esta se refere ao caminho em direção ao Estádio Municipal que se localiza no fim da imagem no lado direito. As águas pedem passagem em direção a zona leste e o caminho percorrido pela água termina na então Cachoeira, uma região localizada entre os bairros de Monte Castelo e José Pinheiro.

A partir desses problemas a presença do prefeito na comunidade revela a força da mobilização popular em conjunto com assessoria do Serviço Social na década de 1960. A distância entre a população e seus problemas com o poder público através de seu executor, o prefeito, era mediada por uma entidade social de caráter popular. Estabelecendo desta forma, um laço de compromissos em que a luta popular existia mediante as reclamações e pedidos de resoluções por parte da prefeitura e em contrapartida a presença política do prefeito dentro da SAB apresentava sutilmente o bom relacionamento das lideranças comunitárias com a política local.

Evidentemente que as reclamações eram feitas a autoridade municipal e ações públicas de limpeza eram realizadas, mas o problema não se extinguia, visto que parte da população voltava a jogar o lixo em vias impróprias, o que dificultava a resolução definitiva do problema, levando a SAB a retomar frequentemente as campanhas de conscientização sanitária.

Por atuação da SAB e da campanha por ela iniciada na comunidade ações por parte de muitos moradores foram sendo modificadas e ao término das atividades foi feito um pedido ao

prefeito Williams Arruda, que se prontificou em ordenar a coleta de lixo duas vezes por semana, levando a população a criar o hábito da coleta semanal.<sup>178</sup>

Outro problema vivenciado em épocas de inverno diz respeito às ruas que não obtinham calçamento, o que ocasionava um desnível e lamaçal em épocas chuvosas. As ruas eram transformadas em verdadeiras lagoas, visto a falta de esgoto e um planejamento urbano na área. O convívio dessa realidade pela população se tornava algo perigoso, visto a exposição diária a doenças e demais problemas ocasionados pela falta de estrutura. Vejamos a imagem a seguir de parte dessa realidade:



**Foto 5:** Viela no bairro de José Pinheiro. Fonte: Vieira, 1968.

Na foto acima temos uma visão dos fundos da Paróquia de São José, em José Pinheiro. Na imagem vemos uma ruela com casas estreitas, rua esburacada com lama e lixo e esgoto correndo em “céu aberto”, o que demonstra a falta de estrutura do bairro e as péssimas condições em que viviam os seus habitantes.

Na imagem seguinte, temos uma visão de como o problema de alagamento de ruas era constante em tempos chuvosos e assim nos indica a falta de uma política pública coerente para os bairros dos trabalhadores. Esta foto também proporciona a reflexão de como as políticas higienistas eram de fato necessárias, porém ineficazes se não houvesse uma contrapartida efetiva por parte da prefeitura na resolução de tais problemas.

---

<sup>178</sup> Idem.



**Foto 6:** Rua da mangueira, em José Pinheiro, junho de 1964. Fonte: APMCG

Esta é uma foto de 1964, da rua da Mangueira, em Monte Castelo, porém foi registrada pela Prefeitura Municipal como pertencente ao bairro de José Pinheiro. Na imagem, momento em que a máquina caterpilha da Secretaria de Serviços Urbanos - SURBAN, abre uma galeria para passagem da água. Esta decisão foi tomada pelo prefeito em exercício, João Jerônimo da Costa, que esteve a frente da prefeitura entre 15 de julho de 1964 a 30 de novembro do mesmo ano, isto por conta da transição política vivida no país com a implantação do regime militar. No momento de abertura da vala estavam no seu entorno os moradores da rua e do bairro observando o serviço realizado. Na ocasião temos a presença de inúmeras crianças descalças, o que denota a vulnerabilidade existente na aquisição de doenças pelo contato com detritos, larvas e demais formas de contágio em épocas de inverno.

As lagoas criadas nessa época formavam focos de insetos e doenças ocasionadas pela água parada. Diante dessa realidade, a SAB do bairro se organizou e solicitou ajuda da Prefeitura na resolução do problema conseguindo, portanto, o serviço de terraplanagem de 8 ruas que possuíam essa realidade.<sup>179</sup>

Uma área de atuação da entidade bastante interessante é no setor moral, que não era desconectada dos valores religiosos que influenciavam as ações da entidade, bem como de seus

<sup>179</sup> Idem, p. 50.

participantes e líderes, mais de uma prática efetivamente cultural e firmada pelas instâncias educacionais da época. Um área ou tema amplamente disseminado nas escolas e fortemente imposto pelo Regime Militar que governava as instâncias de poder do país.

Nas escolas, a disciplina Moral e Cívica delineava um perfil de conduta social que a população deveria ter no convívio social. As ressonâncias dessas práticas educativas e sociais tinham reflexos na atuação de profissionais qualificados e de estudantes, como o caso da assessoria da Faculdade de Serviço Social no bairro em associação com os valores religiosos. O que os levava a tentativa de “moralizar” a população do bairro.

Tal indicativo foi expresso através de denúncia à polícia local sobre uma casa considerada suspeita, conforme podemos ver no texto abaixo:

A primeira delas foi o fechamento de uma casa suspeita que a mais de dez anos funciona no bairro de José Pinheiro, em meio a residência familiares. Numa das ruas transversais que fica bem próximo ao abrigo e ao Comissariado da Polícia local. Nêsse caso o major Junior agiu em atendimento a um abaixo assinado endereçado ao Presidente da Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro, que por sua vêz o encaminhou para à Delegacia de costumes. Logo após receber aquela denúncia, o major-delegado procurou inteirar-se da procedência da mesma e depois de verificar a veracidade do fato denunciado, ordenou aos seus auxiliares imediatos, que já a partir de hoje, aquele recinto de “encontros” e bebedeiras tivesse suas portas cerradas.<sup>180</sup>

O combate a “promiscuidade” se fazia presente de forma a conduzir a comunidade a uma moral religiosa, visto que a relação da Igreja com a comunidade era de formar indivíduos dentro de um padrão moral que restringia as práticas sexuais aos moldes pregados na Igreja Romana que seria o seu consumo realizado apos o casamento e que o adultério era algo condenado.

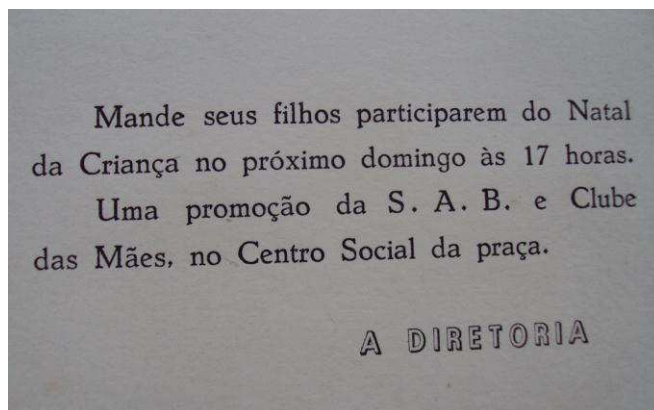
A SAB também realizava momentos de descontração, como forma de lazer e entretenimento dos populares e associados da entidade. A aglutinação e parceria com as Equipes Sociais do bairro eram por vezes realizadas como, por exemplo, festas comemorativas do dia das mães, dos pais, festas juninas, natal, entre outras. Como formalidade as entidades distribuíam convites para a comunidade e associados participarem dessas realizações. A programação

---

<sup>180</sup> Diário da Borborema, 14 de setembro de 1967, p. 08



contava com distribuição de brindes, lanches e baile infantil, segue o convite<sup>181</sup> distribuído na época abaixo:



**Foto 7:** Convite: Ação integrada entre as entidades do bairro. Natal das crianças. Fonte: Vieira, 1968.

Em 13 de março de 1967 a SAB de José Pinheiro completou quatro anos de existência e para marcar tal data a entidade patrocinou uma solenidade de comemoração, onde recebeu apoio das entidades do bairro que além de ajudarem na organização participaram da solenidade.

Nesta ocasião, a reunião comemorativa foi assim organizada:

19,00 horas – Missa em Ação de Graça  
 20,00 horas – Início das Solenidades com uma palestra proferida pela Assistente Social Lindaura Pereira dos Santos – ‘A SAB e suas realizações’  
20,30 horas - Cortado pelo Presidente o Bolo Simbólico  
 22,00 horas – Show dançante.<sup>182</sup> (*grifo nosso*)

Como apresentado na programação, as 20h:30m seria cortado o bolo. Na ocasião estiveram presentes os sócios da entidade e demais moradores como os representantes das demais instituições do bairro e demais autoridades. Em destaque na foto o quadro na parede com a foto do prefeito Williams Arruda, o que sugere a presença constante deste político dentro da SAB bem

<sup>181</sup> Com relação da data precisa de tal procedimento participativo não tivemos conhecimento, porem essas atividades eram realizadas pela SAB com freqüência e fazia parte do calendário de ações da própria entidade e de maneira mais abrangente das entidades sociais do bairro.

<sup>182</sup> Ver: VIEIRA, Op. Cit, p. 53



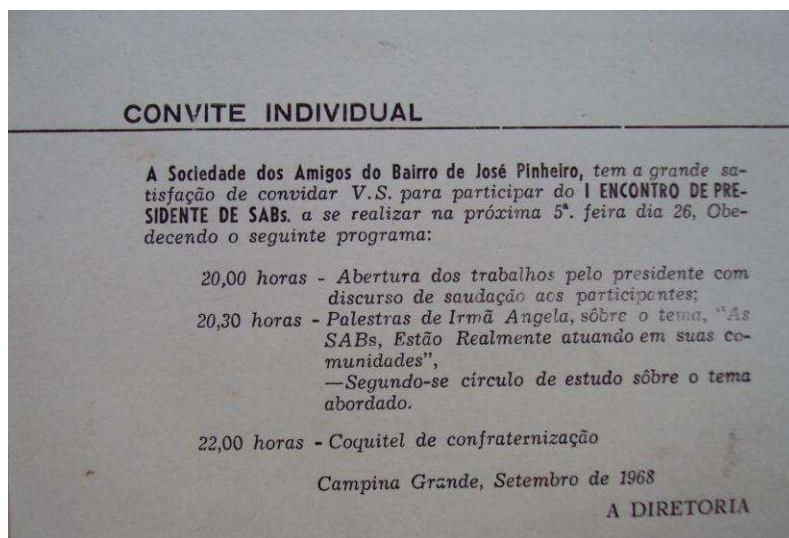
como a relação de compadrio entre o prefeito e a diretoria da entidade. Podemos analisar através da imagem fotográfica este momento de confraternização da comunidade através de sua SAB.



**Foto 8:** Comemoração dos quatro anos de existência da SABJP. Fonte: Vieira: 1968.

No ano de 1968 a SABJP organizou um encontro entre as SABs existentes na cidade para discutir o seguinte tema: “As SABs, estão realmente atuando em suas comunidades,” ministrada pela Irmã Ângela Beleza, que orientava o trabalho de estágio nas SABs da cidade, bem como coordenava juntamente com a população o movimento comunitário desde sua fundação.

Lembremos que nesse ano o Brasil vivia uma das fases de maior repercussão da ditadura militar e no caso de Campina Grande as entidades de bairro estavam preocupadas em avaliar se seu trabalho estava sendo realizado nas comunidades, o que indica que o mapeamento das ações desenvolvidas não perpassava as discussões contra o regime militar vigente nem suas ressonâncias na cidade e no seio popular, mas garantir que este “mal” não chegasse a se expandir dentro das comunidades e em especial entre os participantes das SABs. Abaixo segue o convite distribuído dentre as SABs, Clube de Mães, Circulo Operário e autoridades políticas.



**Foto 9:** Convite: I Encontro de Presidentes de SABs. Fonte: Vieira, 1968.

Na ocasião se fizeram presentes várias personalidades da comunidade e políticos locais. Observemos a foto abaixo que registra a passagem desta solenidade:



**Foto 10:** I Encontro de Presidentes de SABs. Fonte: Vieira, 1968.

No centro da mesa, proferindo palestra, a Irmã Ângela Beleza, seguida dos representantes da SAB de José Pinheiro e demais personalidades políticas e sociais da cidade. Na foto abaixo,

temos a vista panorâmica do encontro no momento de confraternização, o que indica o fim do evento que contou com vários representantes das SABs em Campina Grande.



**Foto 11:** I Encontro de Presidentes de SABs. Fonte: Vieira, 1968.

Uma das conquistas da entidade e da população do bairro foi a construção da Praça Joana D'Arc, que comportaria um espaço de lazer para a população bem como em seu território foi construída a sede da SAB de José Pinheiro, como reivindicação da comunidade associada e das entidades parceiras. Este empreendimento foi realizado pela Prefeitura Municipal na administração do então prefeito Dr. Williams Arruda e entregue a comunidade em 28 de janeiro de 1968.



**Foto 12:** Momento de assinatura do termo de compromisso da realização da obra da Praça Joana D'Arc. Fonte: Vieira, 1968.

Assim, a Praça Joana D'Arc virou lugar de lazer e referência na comunidade de José Pinheiro. Com as obras realizadas a praça foi entregue desta maneira, como na foto abaixo:



**Foto 13:** Visão da Praça Joana D'Arc em José Pinheiro. Fonte: Vieira, 1968, anexo s/n

Com essas atividades, a SAB do José Pinheiro iniciou as atividades comunitárias no município, servindo de exemplo de organização na luta pela comunidade. Logo o trabalho foi divulgado e outras SABs foram surgindo nos bairros da cidade.

### **2.3 União dos Moradores do Bairro de Monte Castelo – UMBMC**

O bairro de Monte Castelo se localiza na zona leste de Campina Grande. É um bairro que se limita com José Pinheiro, Santo Antonio, Nova Brasília, Castelo Branco e Mirante. Podemos dizer que é um bairro localizado no centro da zona leste, porém, seu traçado territorial sofreu alteração até a sua atual delimitação.

A segunda metade do século XX proporcionou a essa região uma alavancada ocupação territorial. As suas definições espaciais são fruto da ocupação humana e suas demarcações obedecem a uma discussão e prática política administrativa do município para fins de governabilidade e manutenção de serviços públicos.

Na década de 1950 e 1960 a sua proximidade com o baixo de José Pinheiro fez com que este bairro mantivesse um contato estreito com a sua dinâmica social, visto que José Pinheiro já possuía um desenvolvimento e Monte Castelo de forma coadjuvante e cooperada contribuiu e participou desse desenvolvimento, passando a constituir uma extensão da área de sociabilidade do bairro de “Zé Pinheiro”.

Os moradores de Monte Castelo, como o de José Pinheiro, tinham muito em comum, partilhavam de realidades parecidas, muitos eram trabalhadores e pequenos comerciantes da feira central, operários, costureiras, pedreiros, oleiros, biscateiros, criadores de animais, entre outras funções exercidas pelos moradores da localidade.

Até 1966, Monte Castelo contava com 13 ruas e apenas uma delas era calçada e possuía galeria, a rua que tinha por nome Monte Castelo e essa era a rua que delimitava os dois bairros, José Pinheiro e Monte Castelo. As demais ruas do bairro não tinham meio fio, os esgotos em



épocas de inverno corriam pelas ruas levando assim toda sorte de detritos orgânicos e inorgânicos.<sup>183</sup>

Em 1960 o bairro de Monte Castelo apresentava um quadro social que o colocava como um bairro precário de condições sociais adversas e de grande índice de problemas estruturais e humanos. Assim, o bairro foi caracterizado pela estagiária de Serviço Social como um lugar propício ao acompanhamento do Serviço Social prestado pela Faculdade, pois possuía “alta natalidade, alta mortalidade infantil, carência de alimentos, mínimos recursos higiênicos, uma grande percentagem de desempregados e alto índice de analfabetismo.”<sup>184</sup>

Iracema de Oliveira foi estagiária na SAB de Monte Castelo no ano de 1966 onde realizou um diagnóstico da região como requisito para a titulação de Assistente Social. Seu trabalho como de todas as demais estagiárias do período faz um relatório da região observando e caracterizando locais e seus habitantes na procura de identificar índices de problemas sociais, o que interessava sobre medida, ao trabalho do Serviço Social com seu princípio interventivo. Desta maneira, Oliveira (1966) nos apresenta indicativos interessantes sobre o bairro em questão.

O analfabetismo possibilita para o assistente social uma visão de precariedade social, onde as ações assistenciais são oportunas, elevando assim a uma intervenção especializada para uma “melhor” convivência com a realidade social.

Na mesma medida em que era alta a taxa de natalidade, também na mesma proporção a taxa de mortalidade infantil era grande, pois a falta de suprimentos mínimos para a manutenção alimentar e nutricional das crianças era uma realidade da família, e a isso era associada a precária condição de vida das famílias que moravam em casas em péssimas condições, falta de assistência médica, o convívio com doenças provocadas pelo contato com esgotos e falta de higiene pessoal e na manipulação dos alimentos e a própria estrutura do ambiente, das moradias e do bairro influenciavam a vida e sobrevivência humana.

A grande maioria dos habitantes do bairro não possuía escolaridade mínima adequada, o que eram expressas nas ocupações trabalhistas em que a população estava inserida.

O bairro detinha na década de 1960 uma escola primária que comportava em seu espaço duas unidades educacionais: Sevy Cuentro e Liliosa Barreto, a primeira situada na rua Mato

---

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Iracema. **A comunidade de Monte Castelo e o Serviço Social**. Monografia de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, 1966. 42 p.

<sup>184</sup> Idem, p. 3

Grosso e a segunda na Chile. As escolas possuíam quatro salas de aulas respectivamente para comportar as crianças do bairro, o que não correspondia a demanda existente, sendo necessária a busca nos bairros vizinhos como em José Pinheiro e Santo Antônio, escolas que comportassem a demanda educacional existente na redondeza.<sup>185</sup>

Ainda em Monte Castelo existia uma Capela – Escola que funcionava no turno da noite com duas turmas com aulas para adultos.<sup>186</sup> Mesmo assim, desempenhava sua função de forma precária com poucos recursos, e convivendo com o problema de desistências motivadas frequentemente pelo trabalho, falta de estímulo, por vezes carência de professores e outras impossibilidades dos alunos.

Na área econômica, Monte Castelo possuía um quadro de habitantes sem profissão definida, conforme dados de uma pesquisa realizada em 1965 pela Companhia de Habitação Popular<sup>187</sup> que “sondava” os moradores da localidade em seus diversos aspectos de sociabilidade.

Muitos dos habitantes do bairro se dedicavam ao trabalho em fábricas de calçados, de doces, bebidas, olaria, bastante desenvolvido na região se estendendo, por exemplo, ao bairro de Nova Brasília, que à época era menos habitado e detinha em sua área olarias.

Outras atividades eram desenvolvidas pelos populares como forma de sobrevivência, principalmente de atividades advindas de “bicos” por eles realizados, o que denota a falta de uma profissionalização específica se enquadrando em um perfil profissional de um faz tudo.<sup>188</sup>

Um dos problemas partilhados pelos habitantes do bairro diz respeito ao lixo. Era constante a presença de lixo em vias públicas, principalmente em épocas de chuva esse problema era evidente e incomodava boa parte da população que sofria com alagamentos decorridos de entupimento da passagem da água por conta do lixo, o mau cheiro proveniente de animais mortos, detritos humanos orgânicos correndo a céu aberto pela falta de um sistema de esgoto. Vejamos a matéria do Diário da Borborema:

Os bairros de Monte Castelo e Santo Antônio, populosos subúrbios de nossa cidade, têm sido duramente atingidos pelos violentos aguaceiros

---

<sup>185</sup> Ver: OLIVEIRA, Op. Cit, 1966.

<sup>186</sup> Idem, p. 3

<sup>187</sup> Sobre esta pesquisa não obtivemos dados mais profundos, mas apenas referência a esta atividade desenvolvida no bairro.

<sup>188</sup> OLIVEIRA, Op. Cit.

caídos nos últimos dias sobre Campina Grande. Várias ruas daquele setor encontram-se inundadas, verificando-se desabamentos de diversas casas residenciais cujas famílias ficaram inteiramente desabrigadas.<sup>189</sup>

[...] a autoridade competente tem ciência, dos prejuízos causados pelas águas neste início do ano, destruindo logradouros e derrubando casas, valendo salientar que apenas duas ou três máquinas é com que conta, para tais serviços, a municipalidade, não sendo possível, como se vê, um reparo urgente em toda a cidade. Na tarde de ontem, quando a reportagem dava um ligeiro passeio pelos bairros de José Pinheiro, Conceição, Palmeiras, Monte Castelo e Bodocongó, teve oportunidade de ser advertida e receber apelos dos seus moradores, no sentido de que se falasse sobre tais situações. Vimos, em diversas ruas e avenidas, que o trânsito está quase interrompido devido à imensidade de buracos existentes, deixados por lembrança pelas águas caídas durante este mês [...]<sup>190</sup>

Com relação a os alagamentos e formação de poças de água Monte Castelo, como inúmeros bairros da cidade, apresentava tal dificuldade para os moradores da localidade. Em texto apresentado pelo jornal Diário da Borborema, a população apresenta um ponto de recorrente alagamento no bairro:

Entre as ruas São Luiz e Mato Grosso, no leito da rua Obdedon Licarião, no bairro de Monte Castelo, existe um terreno baldio, onde as águas paralisam o seu curso, devido a falta de escoamento. Os moradores reclamam da Prefeitura urgentes providências. As águas estão, inclusive, impedindo o acesso a certas casas daquela artéria.<sup>191</sup>

Esses fatores contribuíam para o alastramento de mosquitos e de maneira efetiva a incidência de transmissão de doenças infecciosas provenientes do contato humano, principalmente das crianças que brincavam nesse ambiente, sendo contagiadas por doenças que por vezes as levavam a morte, acentuando os índices de mortalidade infantil.

Sobre esta questão, o ano de 1966 foi de grandes chuvas na região, o que ocasionou em regiões do bairro alagamento e desabamento de casinhas que eram de formação precária e com as enchentes e a má localização desabaram, deixando inúmeras famílias desabrigadas. Em matéria

---

<sup>189</sup> Diário da Borborema. Inundadas várias ruas dos bairros de Santo Antônio e Monte Castelo. 24/01/1961

<sup>190</sup> Diário da Borborema. Esburacadas pelas águas das chuvas várias ruas nos bairros. 24 /01/ 1961.

<sup>191</sup> Diário da Borborema. A cidade e seus problemas. 30 de maio de 1963.



do Diário da Borborema, a diretoria da SAB de Monte Castelo se reúne com a secretária de Serviço Social para a entrega de um documento relatando os focos do desastre em Monte Castelo e na Cachoeira, lugar de moradias com grandes problemas devido a sua localização em uma área imprópria para construção de moradias visto os índices de desmoronamento, para tanto foi solicitada as devidas providencias, assim foi relatado tal ocasião:

[...] a Srta. Maria Auxiliadora recebeu das mãos dos citados da diretoria, um relatório das pessoas que se encontram desabrigadas em virtude das recentes enchentes, ocasionadas pelas constantes chuvas recentemente caídas na cidade. Na ocasião a secretária da prefeitura forneceu o material necessário para ser distribuído com os necessitados dos bairros de Monte Castelo e Cachoeira.<sup>192</sup>

No plano habitacional, Monte Castelo apresentava inúmeras ruelas, com casinhas pequenas e precárias. A presença de inúmeros becos com casinhas ou quatinhos proporcionava a população uma ausência de privacidade, bem como de equipamentos sanitários insuficientes para suprimir a necessidade de cada família, o que ocasionava a utilização coletiva de equipamentos sanitários, bem como pequenas lavanderias coletivas nesses espaços.

As instalações sanitárias são por demais insuficientes. Encontramos um grande número de residências que não possuem sanitários, sendo os poucos existentes compartilhadas entre diversas famílias.<sup>193</sup>

A própria noção de privacidade se entrelaça com a de coletividade, onde a vivência em espaços populosos e de compartilhamento de equipamentos coletivos ocasiona a interferência sem limites de uns na vida dos outros. Essa efervescência do convívio coletivo levava a intromissão da vizinhança em assuntos particulares dos habitantes desse ambientes e assim cresciam os boatos e fofocas bastante disseminados entre os moradores da localidade, que faziam dessa prática um lazer e divertimento.

O saneamento básico era insuficiente e não possibilitava a população o acesso a esse bem público. Com relação a manutenção de água existia um chafariz e a população adquiria água através da compra de carros pipas e armazenando em cisternas. O preço se tornava elevado

---

<sup>192</sup> Diário da Borborema, Ajuda aos Flagelados de Monte Castelo. 26/07/1966.

<sup>193</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, p. 05

principalmente em épocas de estiagem quando a seca alavancava o preço desse bem necessário a vida.

Monte Castelo apresentava na década de 1960 poucos elementos de lazer, onde o futebol se apresentava como um desses elementos, possuindo dois times o Remo Sport Club e o Canário Futebol Clube, reunindo os jovens meninos da região que se deslocavam para outros bairros vizinhos para treinar, pois o bairro não disponibilizava de um campo para a prática futebolística.

Um desses espaços utilizados como campo para prática do esporte se localiza em um terreno localizado ao leste, entre os bairros de Santo Antônio (que era mais conhecido como ruinha, denominação feita proveniente pela largura da rua) e Nova Brasília. Esse terreno fica às margens da estrada de rodagem à época que dá acesso a cidade de Massaranduba.

Outra forma de entretenimento era promovida pela Igreja Católica que tinha um Clube Juvenil Católico (CJC), atendendo aos associados e demais jovens da comunidade na prática da formação moral e religiosa dessa faixa etária. Ainda existia o Pavilhão de Danças, que se localizava à Rua Monte Castelo, este realizava aos domingos a noite festas que não eram frequentadas por toda população, pois era considerado um lugar de pouco valor moral para famílias de “bem” da comunidade<sup>194</sup>.

A Faculdade de Serviço Social, desde sua fundação, prestava serviços às comunidades carentes, iniciando seu trabalho de acompanhamento da comunidade a partir de José Pinheiro, bairro considerado problema dentro dos parâmetros sociais e assistenciais. A proximidade geográfica e a identificação social de Monte Castelo à José Pinheiro leva as assistentes sociais no ano de 1964 a iniciarem também uma experiência com a população de Monte Castelo, levando assim seus conhecimentos de intervenção e acompanhamento social, bem como a intencionalidade de criar, acompanhar e fortalecer o trabalho comunitário da região.

A experiência em Monte Castelo se deu a partir da construção da Igreja do bairro com a Sociedade Auxiliadora, fundada em 11 de fevereiro de 1962, somente em 03 de junho de 1963 cria-se a União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo<sup>195</sup>, inspirados na experiência exitosa da SAB de José Pinheiro, fruto da organização popular, das assistentes sociais, da Igreja Católica e das demais organizações sociais existentes no bairro.

---

<sup>194</sup> Ver: OLIVEIRA, Op. Cit, 1966.

<sup>195</sup> Assim como utilizamos uma sigla para tratar da SABJP faremos uso também para a de Monte Castelo onde esta será mencionada pela sigla UABMC, pelo mesmo motivo, a fluência do texto.

A reunião de criação da entidade ocorreu na Casa Paroquial do bairro de Santo Antônio, o que denota a aprovação e cooperação da Igreja Católica com os trabalhos das organizações comunitárias. Neste mesmo espaço em anos posteriores viria a ser instalado a SAB de Santo Antônio.

A diretoria tinha um período de um ano para realizar suas ações e ao término do mandato realizar novas eleições, realizadas através de votação secreta de seus sócios em reunião de Assembléia Geral convocada para esse fim.

Assim como a SAB de José Pinheiro a UAB Monte Castelo, nome escolhido pela própria comunidade, tem por bandeira de luta as reivindicações em torno das dificuldades do bairro e de sua população. Desta forma, a entidade também vai atuar nas áreas de educação, cultura, habitação, questão sanitária, econômica entre outras, objetivando reunir os populares que se encontravam envolvidos em problemas comuns e que desejam resolvê-los através da organização coletiva.

Aos 12 dias do mês de junho de 1964, pouco mais de um ano da fundação da entidade de Monte Castelo, foi convocada uma reunião no Centro Social pertencente a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, localizada a rua Gonçalves Dias com a rua Deputado José Gaudêncio. A reunião foi convocada para apreciação e definição dos estatutos reguladores da entidade, presidida pelo então Presidente da UAB Monte Castelo o Senhor João Basílio da Silva. Na oportunidade foram definidas as seguintes finalidades da entidade social:

Art. 1 A Sociedade “UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DE MONTE CASTELO” fundada em 3 de junho de 1963, é uma Sociedade Civil, com sede nesta Comarca de Campina Grande, Estado da Paraíba.

§ 1. A Sociedade não tem caráter Político nem Religioso e nem preconceitos raciais ou de cor.

§ 2. A duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

§ 3. A Sociedade propoe-se prestar aos habitantes do bairro de “Monte Castelo” Assistência Social em todas as suas modalidades.

Art. 2 São finalidades da Sociedade:

- a) Pugnar pelos benefícios e melhorias do Bairro, a fim de proporcionar aos seus moradores o Bem-estar Social.
- b) Promover a União dos moradores do bairro de “Monte Castelo,” possibilitando a criação de um ambiente fraternal de acordo com os princípios da solidariedade humana.
- c) Defender junto aos Poderes Públicos, as legítimas reivindicações dos habitantes do Bairro.

d) Organizar e desenvolver Atividades Educacionais, Culturais, Artísticas e Assistenciais dos moradores do Bairro.<sup>196</sup>

Com este estatuto a entidade passa a ter um fim jurídico se organizar administrativamente, regulando seus fins e estruturando suas ações. Contudo, em 04 de maio de 1965 foram publicados os Estatutos da UAB de Monte Castelo no Diário Oficial do Estado da Paraíba, podendo agora receber ajuda dos poderes públicos através de subvenções ou convênios. O que na prática desenvolveu uma troca de favores entre os dirigentes das SABs, que desejavam realizar um pleito com serviços prestados à comunidade e o candidato que desejava o apoio político e votos para se manter no poder.

Desde sua fundação, em 1963, a entidade funcionava dentro das dependências da Igreja Católica, no seu Centro Social, ou contava com a colaboração do Clube Juvenil que disponibilizava seu espaço para as reuniões de diretoria e de assembléia.

Em 1966 a UAB de Monte Castelo recebe a doação de um terreno para construção da sede da entidade. Recebe dos bens da Paróquia de José Pinheiro um terreno que em 8 de abril de 1960, a Paróquia havia recebido como doação da senhora Margarida Barbosa de Melo e que na oportunidade esta senhora estaria sendo interveniente e de comum acordo com a doação pela Paróquia em 2 de março de 1966, por parte da Igreja a UAB de Monte Castelo, isto obedecendo a alguns critérios.<sup>197</sup> Observemos o texto abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento de escritura pública de doação virem que, aos dois dias do mês de março, nesta cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, do ano de 1966, neste Cartório, perante mim Escrevente e por me haver sido esta distribuída, compareceram como doadora a PARÓQUIA DE JOSÉ PINHEIRO, representada pelo seu vigário, Pe. ANTÔNIO VAN ROY SCJ, holandês, sacerdote católico, residente nesta cidade, e, como interveniente, Da. MARGARIDA BARBOSA DE MÉLO, brasileira, viúva, doméstica, A UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DE MONTE CASTELO, representado pelo seu Presidente MANOEL FARIAS, brasileiro, casado, radiotécnico, residente nesta cidade, todos meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé [...] adquirido conforme transcrição, sob nº 46.995, de 19.5.60, de Registro de Imóveis desta Comarca; que pela presente escritura doava como de fato ora doado tema a UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DE MONTE CASTELO, toda posse, domínio,

<sup>196</sup> Ata da Fundação da Sociedade “União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo”. Aprovada em 12/06/1964.

<sup>197</sup> Escritura Pública de doação. União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo, 8/03/1966.

diretor e ação que sobre o aludido imóvel acima descrito e confrontado exerciam, para que a outorgada donatária possa dele usar, gozar e livremente dispor como seu que é a fica sendo de hoje em diante por força desta escritura, obrigando-se ela doadora, a fazer esta escritura, figo, a fazer a presente doação, sempre voa, firme e valiosa e que a doação ora feita o é sem é cláusula ou condição. [...] foi doado pela PARÓQUIA DE JOSÉ PINHEIRO, um terreno medindo 29x30 metros de fundos, em 18.2.66 [...] Em tempo: que a presente doação do referido terreno o é com a cláusula, para fins sociais e que o vigário da PARÓQUIA, tem voto ativo, nas reuniões da citada SOCIEDADE.<sup>198</sup> (grifos no original)

Conforme nos aponta a Escritura Pública de Doação, a Paróquia de José Pinheiro obteve papel importante para construção da sede da entidade social de Monte Castelo, bem como demonstra a forte parceria da Igreja com o Movimento Comunitário nascente nesse período. Também aponta para a participação efetiva da Igreja dentro da entidade, disseminando seus valores e dogmas.

A Paróquia de José Pinheiro tinha uma influência na região leste. É no caso da doação e funcionamento da Equipe Social de Monte Castelo, o termo de doação do terreno é bem claro “que o vigário da PARÓQUIA, tem voto ativo nas reuniões da citada SOCIEDADE”. Esta seria, portanto, a condição exigida pela Igreja para efetiva doação e contribuição com a sede da entidade ou podemos dizer com a “independência” da entidade, mas como vimos a prerrogativa religiosa exerce seu poder diante das condições de necessidade da Entidade, referendando assim seu poder e interesse em “participar” das decisões e ações da entidade.

Há de se lembrar que as efervescências políticas proveniente de idéias comunistas pairam sobre a sociedade brasileira, e a Igreja, em grande medida, era aliada desde o governo de Vargas ao projeto Político de estado onde a religião católica se efetivava como oficial pelo estado brasileiro. Assim, vivíamos o “medo” do comunismo e assim a Igreja exercia papel de mediadora, onde acompanhava algumas das organizações sociais tendo vários objetivos e um deles era a defesa do projeto político em curso. Devemos lembrar que este tipo de movimento já era conhecido e presente no Estado de São Paulo desde 1930.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> GONH, Ob. Cit, 1982.

Contudo, a importância do bairro de José Pinheiro e seus equipamentos comunitários, e a sua influência na região foi primordial na disseminação de ações de cunho social, como por exemplo, na organização da comunidade em Sociedade de Amigos de Bairro.

A UAB de Monte Castelo é reconhecida como de utilidade Pública em 22 de dezembro de 1966, na administração do então prefeito Williams Arruda, fato que torna a entidade de relevante prestígio dentro das ações sociais da cidade.<sup>200</sup>

Dentro das ações desenvolvidas pela entidade de Monte Castelo, o aspecto reivindicatório é uma delas. A diretoria da entidade no uso de suas atribuições procurava as autoridades de instâncias públicas e privadas em nome do bem-estar coletivo. Desta maneira, realizavam reivindicações de melhoria no atendimento dos equipamentos públicos e particulares, mesmo sendo o primeiro de maior alcance do destino das reivindicações dos populares.

A questão da iluminação pública era um dos motivos de reivindicação popular, como também a manutenção da Lavanderia Pública que servia a comunidade em geral que se utilizavam desse bem, principalmente as famílias que moravam em cortiços, becos, travessas e ruelas do bairro. Observemos o que dizia a reportagem do Jornal Diário da Borborema:

Em contato, ontem, com a reportagem, os srs. Manoel Farias e Cícero Monteiro da Costa, respectivamente presidente e vice-presidente da União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo, informaram que mantiveram esta semana entendimento com autoridades municipais sobre problemas daquele subúrbio campinense.<sup>201</sup>

Dando seqüência a reportagem, relata a reivindicação da entidade de Monte Castelo com a Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB):

Com os diretores da Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB) foi tratada a necessidade de uma revisão na rede elétrica das ruas Paraná, Mato Grosso e Alice Gaudêncio, tendo ficado acertado que aquela empresa atenderia a solicitação dentro do menor espaço de tempo, providencia que virá resolver o problema do fornecimento de energia elétrica naquelas artérias.<sup>202</sup>

---

<sup>200</sup> Semanário Oficial, 31 de dezembro de 1966. Acervo: União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo.

<sup>201</sup> Diário da Borborema, 14 de junho de 1967.

<sup>202</sup> Idem.

Na mesma matéria o jornal ainda relata outra visita feita pelos representantes da Equipe Social de Monte Castelo a Secretaria de Serviço Social, onde trataram do tema da Lavanderia pública do bairro, destacando as seguintes providências:

Com a senhorita Maria Auxiliadora, Secretária de Serviço Social do Município, foi discutida a atual Lavanderia daquele bairro, tendo a mesma foi discutida para visitar aquele logradouro público, a fim de verificar os serviços que ali urgem seus efetuados, para que aquele próprio município possa cumprir satisfatoriamente suas finalidades.<sup>203</sup>

Com esta reportagem podemos verificar um pouco da mobilização da comunidade na defesa da melhoria de seus equipamentos comunitários, bem como a sua articulação diante das autoridades públicas e de certa forma a cooptação existente entre as Sociedades de Amigos do Bairro com a administração municipal, tornava esse movimento um mediador da comunidade com o poder público, com o caminhar dos anos revelará um caminho fecundo de fazer política partidária cooptando os diretores da entidade a serem simpáticos com alguns candidatos ou mesmo se lançarem candidatos.

Ainda sobre esta questão, no ano de 1958, a comunidade de Monte Castelo já reivindicava do poder público uma ação efetiva com relação aos equipamentos coletivos. Esta atuação popular é anterior a criação da UAB de Monte Castelo, o que nos revela a insatisfação popular diante das dificuldades por eles enfrentadas. No texto abaixo podemos observar o teor da reportagem jornalística sobre a insatisfação popular em Monte Castelo com relação ao telefone público:

Esteve em nossa redação, ontem à tarde uma equipe de moradores do bairro de Monte Castelo a fim de apelar ao prefeito Elpídio de Almeida, no sentido de mandar instalar um telefone público no referido logradouro. As referidas pessoas, em conversa com a nossa reportagem, disseram do desenvolvimento do bairro, um dos mais populosos da cidade, e dos apereios que passam diariamente pela falta do referido benefício, sugerindo ao edil campinense como solução imediata para o problema, a extensão do telefone existente no grupo escolar Dr. Chateaubriand. Somos de opinião que o Chefe do Executivo campinense, sempre tão sensível urgentemente o pedido, presàs reivindicações da comunidade que dirige solucionara tando, assim, um grande benefício aos moradores de Monte Castelo.<sup>204</sup>

---

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Diário da Borborema. Telefone público para o bairro de Monte Castelo, 24 de dezembro de 1958.

Na área de educação, Monte Castelo também passou por um processo de conscientização e sensibilização sanitária promovida pela UAB. Assim como José Pinheiro, Monte Castelo sofria também com as tais mazelas provocadas pelo lixo em vias públicas e pelas chuvas que alagavam ruas e provocava doenças a sua população. No ano de 1967 a entidade, assim como a SAB de José Pinheiro, realizou palestras educativas, como nos aponta a matéria jornalística abaixo:

A União dos Amigos de Monte Castelo desta cidade vai promover, em fins de setembro, uma semana de “educação sanitária”, quando deverá haver uma campanha junto a comunidade.<sup>205</sup>

As ações de caráter educacional podem ser vistas através da realização de palestras sobre temas de higiene e convivência comunitária proferida por médicos e assistentes sociais que trabalhavam na comunidade, conforme podemos analisar no texto a seguir:

Em prosseguimento ao programa de conscientização dos habitantes do bairro de Monte Castelo, o médico Everaldo Lopes proferiu uma palestra na semana, sob o título “higiene e saúde”. Para o dia quatro de setembro está programada outra palestra, cujo tema escolhido em assembléia foi “a vida em grupo” e que será proferida pela assistente social Maria Auxiliadora Bezerra e Silva.<sup>206</sup>

Com a associação de moradores, a população vinculada a esta entidade social tenta encontrar uma solução para o antigo problema do bairro, o analfabetismo. Em reunião de assembléia a UAB tenta encontrar uma saída para dada questão, assim, podemos analisar uma reunião da comunidade registrada em Ata que relata o seguinte:

[...] vários pais de família da comunidade estavam solicitando da equipe uma tomada de posição face ao problema. O senhor Manoel Farias, presidente da União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo, disse que havia falado em comissão com o Dr. Williams Arruda, prefeito municipal, solicitando deste o material para o funcionamento das aulas, o que lhe fora negado [...] Debatido o assunto, um membro presente sugeriu que se cobrasse a importância de R\$. 300 (trezentos cruzeiros), sendo sua

---

<sup>205</sup> Diário da Borborema, 12 de setembro de 1967.

<sup>206</sup> Idem.



sugestão aceita por todos os presentes. Constituiu-se, então uma comissão para falar com a professora da própria comunidade, ficando determinado pela diretoria que a professora seria gratificada.<sup>207</sup>

A solução encontrada para a comunidade desprovida de equipamentos educacionais suficientes para a demanda no setor foi a alternativa de uma prestação dos serviços, a custo de uma “mensalidade” para cobrir as despesas geradas pela iniciativa como energia, material didático e principalmente a remuneração da professora. A questão da educação deveria ser garantida minimamente pelo poder público municipal, que neste caso não oferece condições de existência de escolar para os populares delegando a iniciativa caritativa e voluntária o exercício da formação educacional do povo.

Na questão da educação profissional, a UAB firmou convênio com a Diretoria do Departamento de Serviço Social do Estado, para o fornecimento de cursos de corte e costura, bordado a mão e à máquina, arte culinária entre outros<sup>208</sup>. Estes cursos atingiam de forma direta a comunidade e principalmente as donas de casa que tinham vínculos com a UAB ou através do Clube de Mães, que em muitas ocasiões era parceira da UAB.

Outras organizações da comunidade também exerciam um papel importante dentro da perspectiva organizativa e educacional no bairro. Em conjunto, o Clube de Mães, o Clube de Jovens e a UAB Monte Castelo, realizavam ações que atendiam à comunidade, principalmente em datas comemorativas como festas juninas, natal, festa da Igreja local e trabalhos coletivos que mobilizasse a toda população, como campanhas educativas ou abaixo-assinado referente a ações públicas para o bairro.

Com relação à comemoração religiosa foi realizada entre 15 a 30 de outubro de 1965, contando a festa com pavilhão, quermesses, parques de diversão entre outras. O lucro da festa chegou a R\$ 1. 539.000 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil cruzeiros). Este dinheiro foi invertido na Capela-escola do bairro, conforme relato da estagiária de Serviço Social Iracema Oliveira.<sup>209</sup>

Sobre as festas religiosas do bairro e do apoio prestado pelas entidades, temos notícias através de matéria jornalística veiculada no Diário da Borborema. Vejamos:

---

<sup>207</sup> Ata da UAB de Monte Castelo, 12 de agosto de 1965.

<sup>208</sup> Ver: OLIVEIRA, Op. Cit, 1968.

<sup>209</sup> Idem.

A Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, atreves do Padre Felipe Werter e dos dirigentes da SAB, Clube de Mães e do Clube de Juventude Católica, realizará a partir de hoje a Festa do Sagrado Coração de Jesus, no bairro de Monte Castelo, contando com a realização de novenas (festa interna) e festa externa, composta por pavilhões, barracas e parque de diversão. Dentre as atrações com que contará a Festa do Sagrado Coração de Jesus do bairro de Monte Castelo, destaca-se a promoção do Clube de Mães daquele bairro que promoverão a escolha da Rainha das Bonecas Vivas entre duas garotas do bairro, que movimentarão a cotação do pavilhão da festa.<sup>210</sup>

Como em José Pinheiro, Monte Castelo sofria com a precária assistência da saúde pública, sendo realizadas por iniciativa dos Equipamentos Sociais reivindicações ao poder governo municipal solicitando um ambulatório para o bairro, pedido que não foi concretizado. A partir da negativa, a comunidade se reuniu com as equipes sociais e tomaram a iniciativa de construir um ambulatório para a comunidade, visto que os atendimentos estavam ocorrendo no Salão Paroquial no bairro de Santo Antônio<sup>211</sup>. Vejamos:

[...] os membros da equipe e o pároco da comunidade [organizaram] uma campanha com a finalidade de construir o ambulatório cuja inauguração data de 6 de junho de 1965. O equipamento para o mesmo foi doado pelo poder público estadual. O ambulatório recebeu o nome de “Ambulatório Dr. Natalício Pedrosa”, em agradecimento aos serviços prestados por êste esculápio, a comunidade.<sup>212</sup>

Desta forma, as equipes sociais fizeram parcerias com profissionais da área da saúde para a realização de consultas e atendimentos odontológicos a custos populares para sócios e demais moradores que procuravam a UAB de Monte Castelo.

Abaixo temos uma imagem de um atendimento odontológico realizado na comunidade de Monte Castelo pelo dentista Dr. João Ferreira.<sup>213</sup> Na foto, momento de uma extração dentária de uma criança da região. Os populares como não possuíam poder econômico suficiente para

<sup>210</sup> Diário da Borborema, 5 de novembro de 1967.

<sup>211</sup> Sobre estes relatos as estagiárias de Serviço Social realizaram trabalhos de relatórios de acompanhamento da comunidade por elas assistidas, para mais detalhes sobre as atividades e perspectivas técnicas por elas desenvolvidas ver: Oliveira, 1966.

<sup>212</sup> OLIVEIRA, Ob. Cit, p: 32.

<sup>213</sup> Diário da Borborema, 22 de junho de 1967.

realizar tratamentos dentários, freqüentavam em maior número o consultório para a extração dos dentes.



**Foto 14:** Consultório Médico: momento de um atendimento. Fonte: Diário da Borborema, 22 de junho de 1967.



**Foto 15:** Assistência médico dentária. Fonte: Diário da Borborema, 22 de junho de 1967.

A UAB de Monte Castelo, após a doação do terreno para construção de seu centro social, firmou um convenio para construção da sede da entidade. Este convênio foi firmado entre a

Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a United States Agency for International Development (USAID) e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para tal parceria, foi necessária o preenchimento de questionários minuciosos sobre a entidade.

Este convênio foi solicitado em março de 1966 e firmado e aprovado em junho do mesmo ano, oficializando o valor de R\$ 10.000.00 (dez milhões de cruzeiros). O então presidente da entidade, o Senhor Manuel Farias viajou a Recife em agosto do mesmo ano, a fim de receber a primeira parcela do valor acordado, (2.500,000 – dois milhões e quinhentos mil cruzeiros). O restante do montante acordado será pago em parcelas mediante a prestação e aprovação por parte da SUDENE/USAID/CNBB das contas do dinheiro recebido pela entidade.

Sobre o assunto mencionado, acima o jornal local Diário da Borborema noticiou tal acontecimento que foi uma grande conquista da comunidade, a parceria e financiamento das ações pretendidas pela SAB. Assim segue a notícia:

A organização, ressentindo-se de ajuda financeira para um funcionamento mais objetivo enviou, como colaborador, ao Recife, o universitário Expedito Pequeno, que foi a capital pernambucana sondar junto à USAID, órgão subsidiário da SUDENE, a possibilidade da concessão de uma verba para a entidade de Monte Castelo, verba esta que seria aplicada em benefício da própria comunidade.<sup>214</sup>

Para firmar a parceria foi exigido um preenchimento de um formulário com questões especificando as atribuições da entidade e sua parceria, bem como os trabalhos desenvolvidos por ela e em que desejam aplicar as verbas fornecidas pela SUDENE/USAID. Assim, o texto segue trazendo algumas dessas informações:

A direção da USAID imbuída dos melhores propósitos, da melhor boa vontade, enviou para Campina Grande, um questionário preliminar, contendo as condições exigidas para a possível concessão da verba, documentos que contém, entre outras as seguintes exigências: em primeiro lugar, o questionário exige que o projeto deve vir das necessidades e interesses do povo, estar no campo do desenvolvimento comunitário, vir de uma entidade com personalidade jurídica e o povo local poder entrar com uma participação concreta. Exige ainda: além de perguntar quais as obras do tipo de “desenvolvimento comunitário” que já

---

<sup>214</sup> Diário da Borborema. USAID: Pode colaborar com Amigos dos Bairros. 16/10/1965.

pertencem à organização, pede a descrição breve do projeto, dos objetivos, do tipo de atividade, o modo de funcionamento e organização, etc. Também quantas vão ser atendidas pelo projeto, quantas pessoas serão empregadas no início do Projeto e solicita informações sobre a existência de interesses e iniciativa local pelo projeto. Indaga em seguida quanto custará o projeto, quanto será solicitado a USAID, quanto as outras fontes? E ainda: como será atendida a exigência de que a comunidade local deverá colaborar com as despesas do projeto; como estão pensando em utilizar os alimentos que poderão ser enviados (independente da verba) e quais as entidades municipais, estaduais, federais e particulares que já prestaram assistência às obras de desenvolvimento da entidade [...]<sup>215</sup>

Em resposta os dirigentes da SAB respondem:

[...] Em primeiro lugar, diz que as obras do tipo “desenvolvimento comunitário” já pertencentes à União ao o ambulatório médico-dentário completo, o Clube Recreativo, um serviço de alto falante e um terreno anexo às citadas obras, medindo 19 por 33 metros. Em seguida, esclarece as obras pleiteadas que são: Centro Social composto de uma sala de administração, uma sala para alfabetização de adultos e crianças, uma sala de cursos e artesanato, e uma sala para corte e costura, um auditório, 6 instalações sanitárias e mobiliários para respectivas salas de aulas.<sup>216</sup>

Por exigência do convênio o Estatuto da entidade sofreu um acréscimo que diz respeito a dissolução da sociedade, pois caso a entidade venha a dissolver seus bens teriam que ser direcionados a uma entidade com fins parecidos com a da sociedade, ficando vetada a destinação do patrimônio a entidades religiosas ou políticas. Sobre tal mudança estatutária a emenda foi publicada no Diário Oficial a seguinte nota:

Conforme ata de assembléia extraordinária desta sociedade, do dia trinta do mês de setembro de 1967 ficou alterado o artigo 350, para o artigo 360, e substituído aquele com a seguinte redação: (Artigo 350) - No caso de uma dissolução da sociedade o seu patrimônio será revertido em prol de uma Instituição que tenha os mesmos objetivos ou objetivos semelhantes, tudo de acordo com a deliberação da Assembléia de seus sócios. Campina Grande, 17 de julho de 1967. João Basílio da Silva (Presidente).<sup>217</sup>

---

<sup>215</sup> Diário Oficial. Alteração dos Estatutos da Equipe Social do Monte Castelo. 19 de julho de 1967.

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Diário Oficial. Alteração dos Estatutos da Equipe Social do Monte Castelo. 19 de julho de 1967.

Nesses termos podemos perceber os jogos políticos de atrelamento em que as SABs estavam imersas, com mecanismos de poder político entre instituições criadas pelo poder público como por instâncias religiosas que apoiando as iniciativas populares fortalecem o elo governamental com a comunidade, através de suas instâncias de reivindicação popular.

A aplicação de uma verba pública nesses termos facilita a presença de políticos na entidade e assim a influência perante a comunidade que passa a vê-lo como bem feitor da comunidade onde esta passa manter laços de fidelidade em época de eleição.

A UABMC, como as demais entidades surgidas na década de 1960, é decorrente da conjuntura social, política e econômica da época.

Alguns membros da Equipe Social do bairro por vezes pertenciam e colaboravam com a Igreja Católica, instituição religiosa que apoiava comedidamente a criação de SABs, pois estas eram em sua grande maioria acompanhada pelo serviço social da faculdade e que mantinha por extensão um vínculo religioso. Estas entidades mantinham uma boa “relação” com o as instâncias públicas, para um melhor alcance de suas reivindicações, que muitas vezes era localizada e de teor condizente com as questões de infra-estrutura municipal da cidade.

Nesse sentido, o crescimento contínuo das sociedades culmina na criação de uma instância articuladora das Equipes Sociais da cidade, como forma de agrupar as lutas e assim ganhar forma dentro do município. Ao menos esta foi a intenção da criação da UCES.

## **2.4 A União Campinense das Equipes Sociais - UCES.**

Dentre as características fundamentais das SABs, destaca-se a contribuição para o desenvolvimento da cidade, a luta pelo acesso aos equipamentos modernizantes, educação informal, participação democrática dos populares na definição, manutenção e execução das políticas públicas dos governos, sendo também um elemento de integração de sua comunidade e veículo de comunicação entre a população e os poderes públicos nas três esferas (municipal, estadual e federal- mesmo tendo grande desempenho na esfera municipal), se articulando e experimentando o processo político com a aproximação com o legislativo e o executivo.

Nas SABs as experiências cotidianas entre seus associados proporcionam a vivência da amizade, sociabilidade, entrosamento e contato com dimensões afetivas da vida, proporcionando a discussão de necessidades filosóficas pertinente a própria vida como o aspecto da experiência, da organização e do bem coletivo. Na mesma proporção experimentam a reflexão e questionamentos quanto à política e comunitarismo.

Condizentes com suas finalidades e características, o Movimento Comunitário de SABs enfatiza a cooperação e a inclinação para o pensamento e práticas coletivas. Alguns momentos a prática evidencia conflitos de ordem administrativos, políticos e ideológicos, levando-os ao pragmatismo e inoperância de suas decisões e atitudes perante as dificuldades da comunidade.

A proximidade com a política governamental denota a interferência do poder público em ações e decisões de participação da entidade. Essa aproximação interfere na organização e autonomia do Movimento Comunitário, onde a relação tem princípio a cooperação administrativa, o que ajudava a administração pública e resolvia os problemas da comunidade, porém, ceifava maiores reflexões de atuação e abrangência das SABs e da própria UCES.

Na primeira década de existência desse Movimento Social Urbano o traço de ajuda para a governabilidade municipal se tornou preponderante dentro das ações dos diretores das equipes sociais. O golpe de abril de 1964<sup>218</sup> também proporcionou uma prática apenas reivindicativa, bem como assim eram “ensinadas” pela Igreja e pelas estagiárias de serviço social a atuarem dentro da sociedade apenas para prestar assistência aos carentes, visto a presença vigiada da polícia em Movimentos Sociais.

Com o crescimento das associações e sua organização no entorno de suas finalidades, com a conjuntura política presente no decorrer da década de 1960, 1970 e 1980, a realidade aponta momentos importantes e significativos para o amadurecimento e definição da atuação deste movimento em escala municipal e suas articulações com a organização nacional.

Um ponto comum entre a realidade das SABs em Campina Grande com as demais experiências nacionais está centrada no perfil de seus participantes, ou associados e suas reivindicações e clamores. Desta forma, a experiência de São Paulo, pioneira no Brasil em organizações desta natureza, apresenta características semelhantes as demais entidades desse

---

<sup>218</sup> Em 31 de abril de 1964 o Brasil passou a ser governado pelos militares, o que duraram 20 anos no poder. Durante esses anos inúmeros manifestações provenientes de várias organizações sociais e populares participaram do processo de redemocratização do país onde seu símbolo culminante é a Constituição Federal de 1988.

porte. Assim nos apresenta Escodro (2000) em sua análise sobre a experiência educacional das SABs em São Paulo:

Em decorrência das inúmeras visitas que fizemos às SABs, percebemos que os segmentos formadores dessa comunidade constituem-se basicamente, de indivíduos de classes populares: o aposentado, o pedreiro, o eletricitista, o encanador, o metalúrgico, o guarda-noturno, o síndico, o operário, as donas-de-casa, ali ou acolá o médico, o militar, os quais, na maioria das vezes, tentam agir em comum, diante dos problemas coletivos e básicos do bairro, como: falta de condições mínimas de infra-estrutura (água, energia elétrica, esgotos, calçamento, escolas, posto médico, transporte coletivo, telefone público, etc.)<sup>219</sup>

Os trabalhadores recebem por seus salários quando não estão desempregados uma quantia que não condiciona uma vida com regalias, mas sim uma vida regrada com poucos recursos e levando-se em consideração que muitos não obtinham casa própria e viviam de alugueis, o que restringia ainda mais suas possibilidades de conforto. Muitos só viam uma vida “luxuosa” nos locais onde passavam, o que se tornava em objeto de desejo, um sonho quase irrealizável. Vejamos:

Só entram em carros novos quando lavam os dos patões ou “fazem bicos” nos “lava-jatos”, em casas confortáveis, porque nelas trabalham. Só vêem roupas bem arrumadas, quando passam diante das vitrines e de “ônibus circular”, como muitos trabalhadores, que se levantam às quatro ou cinco da manhã e voltam às sete ou oito horas da noite, lutando com grandes esforços para vencerem as tarefas árduas do dia-a-dia que lhes são importas pela estrutura social capitalista.<sup>220</sup>

A grande maioria dos bairros periféricos de Campina Grande tem pouca infra-estrutura para acomodar seus moradores. O movimento comunitário de SABs surge ou é criado na cidade diante dos problemas dos populares em contraposição ao ordenamento privilegiado do centro da cidade e bairros criados para comportar a elite campinense que obtém infra-estrutura e equipamentos de conforto. Como pertencentes a população da cidade, os populares dos bairros

---

<sup>219</sup> ESCOBRO, Jane Shirley. As Sociedades de Amigos de Bairro (SABs). In: **A participação das SABs (Sociedade de Amigos de Bairro) na educação do município**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 64-65.

<sup>220</sup> Idem, 65



periféricos reclamam atitudes políticas para condicionar a população melhores formas de sobrevivência.

A presença de organizações políticas e sindicais na cidade fomentava, em certa medida, parcela de seus moradores a se indignarem com suas realidades coletivas de sobrevivência. A experiência da organização operária foi um dos dispositivos de compreensão da coletividade, a presença de idéias comunistas advindas das organizações políticas e sindicais da cidade e as organizações religiosas e privadas criadas para dar suporte à classe trabalhadora também contribuíram para a organização popular no município<sup>221</sup>. Não podemos perder de vista o período populista vivido nos idos das décadas de 1940 a 1960, período de crescimento e desenvolvimento do país em termos capitalistas e de promessas de melhoria social para a população.

É na perspectiva de contribuir para superação das dificuldades coletivas que as SABs são criadas e disseminadas pelos bairros da cidade, tornando-se veículo de luta social para a ampliação e consolidação da participação popular nas decisões políticas, bem como de reclamação aos elementos modernos e em grande medida, aos bens públicos e coletivos que frequentemente são delegados a elite cidadina.

O movimento comunitário tem um elemento contraditório de sua concepção, visto as raízes de sua criação fundadas do aspecto caritativo, porém, a experiência cotidiana elabora formas de atuação social de forma dinâmica mediante as necessidades de seus participantes ao longo do processo de atuação na entidade.

Com a criação da primeira SAB de Campina Grande em um bairro de extrema necessidade e um dos mais populosos e problemáticos em termos sociais da cidade, a configuração territorial e humana tende a ter uma notoriedade e uma frequente mudança. Essas mudanças ocorrem pelo fato de inúmeras intervenções no bairro.

De certa forma, é uma presença enviesada do poder público na área. Certamente este olhar do poder público se centra na perspectiva de que as instituições de profissionalização técnica para trabalhar com a *questão social* é de necessidade do Estado e do sistema político e econômico capitalista. As tensões provocadas pela relação de trabalho e o acentuado problema social e, por

---

<sup>221</sup> Sobre as organizações criadas pela Igreja Católica referendada pelo Estado, especificamos melhor no I capítulo: Campina Grande e as tramas da questão social. Sobre as atuações e contribuições de idéias comunistas na experiência popular, indicamos a leitura do livro: AUED, Bernadete Wrublewski. **O sapateiro militante**: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEPB, 2006.

consequente, a valorização da vida na cidade ocasiona problemas de diversas ordens no entorno da *Urbe*, esta agora como elemento de análise e tensões da vida moderna.

As SABs surgiram em Campina Grande na década de 1960 através de um processo de organização da comunidade e de agentes externos que assessoravam as comunidades carentes da cidade.

A primeira instituição desse porte foi a Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro, no bairro do mesmo nome, no ano de 1962. A segunda surgiu no bairro da Vila Cabral, também no ano de 1962. A terceira experiência surgiu no ano de 1963, a SAB de Santa Rosa, localizada no antigo bairro da Moita, outra surgiu no mesmo ano sendo denominada de União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo. Por último e não menos importante foi criada a SAB do Monte Santo Sul (divisão do atual bairro do Monte Santo que a época se subdividia ente Monte Santo Norte e Monte Santo).

Essas cinco SABs antecedem a União Campinense das Equipes Sociais, entidade criada a partir da experiência dessas cinco SABs para coordenar o trabalho desenvolvido por elas na cidade e na mesma proporção desenvolver um trabalho de expansão da experiência para outros bairros da cidade que precisavam de um trabalho semelhante ao desenvolvido pelas SABs, que com a UCES passaria a ter um órgão articulador do Movimento em Campina Grande.

Esta entidade tem caráter peculiar desse tipo de organização, sendo a sigla UCES utilizada apenas na experiência do movimento na cidade de Campina Grande se diferenciando e particularizando de toda realidade brasileira.

Em seus 48 anos de história, passaram pela entidade inúmeras pessoas e várias administrações que acabaram por não preservar a documentação produzida pela entidade desde sua fundação até 1960, restando, portanto, documentos a partir da década de 1970 sem nenhuma sequência cronológica, o que dificulta a compreensão mais profunda das atividades e linhas de defesa da instituição e sua atuação na cidade. Para demonstrar tal prerrogativa trazemos o documento da ata de fundação retrocedente, datada de 17 de agosto de 2008, que relata a conjuntura de criação da UCES. Vejamos um trecho:

Aos dezessete dias do mês de Agosto do ano civil de dois mil e oito, nesta cidade, na sede da UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS – UCES, as nove horas e trinta minutos, reuniram-se representantes das diretorias de diversas Associações de Amigos de Bairro

de Campina Grande, para mas uma Assembléia Ordinária, onde nesta comemorou-se os quarenta e quatro anos de fundação desta entidade, nesta data aproveitou-se para fazer a homologação da ata de constituição desta entidade visto que na data em que a mesma foi fundada não era necessário o registro da ata em cartório, sendo necessário apenas o registro do Estatuto [...]<sup>222</sup>

Como apresenta o trecho acima, o registro em cartório da ata de fundação não se fazia necessário na época da fundação da UCES. Porém, esta informação não procede, pois esta mesma instituição e suas filiadas tinham registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, o que para ser feito fazia necessária a apresentação de documentos que seriam a Ata de Fundação e os Estatutos. Desta forma, acreditamos que o motivo da retroatividade do documento tenha outra origem que não seja a explicação dada neste momento, datado em 2008, pois na seqüência da redação o relator da Ata diz que na época, em 1964, foi gerada uma Ata, a qual não se encontra sob o poder da entidade e que não se sabe o destino que teve o documento.

Assim, refletimos que possivelmente a Ata de fundação em 1964 não tenha tido o registro devido e se cadastrou por vias ilícitas através de apadrinhamento no CNAS, ou a UCES em suas administrações anteriores deram um destino escuso a tal documento da instituição.

[...] aos vinte e três dias do mês de março de 1966 mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade, no salão nobre da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, ás vinte horas, reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença; com o fim de constituírem a União Campinense das Equipes Sociais – UCES – Orgão orientador e coordenador das Sociedades de Amigos de Bairro que funcionam na cidade e que foi fundada no dia dois de Agosto de 1964 (mil novecentos e sessenta e quatro). Os trabalhos foram coordenados pelo presidente da Junta Governativa da entidade, o Srº Enedino Ferreira e contou com a presença de delegados de várias Equipes Sociais dos bairros, além de grande numero de Assistentes Sociais e estagiárias de Serviço Social, discípulas de Irmã Ângela Beleza diretora da Faculdade de Serviço Social, além do Srº José Epaminondas Braga, representante do SENAI, que designou a mim, Manoel Farias, para secretariar.<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> Ata de Constituição da Sociedade “UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS – UCES”, 17/08/2008

<sup>223</sup> Idem.

Surgida em 02 de agosto de 1964, decorrida da junção das SABs existentes na cidade de Campina Grande, é criada com o objetivo de coordenar as atividades das SABs, bem como proporcionar a criação de outras entidades em bairros que ainda não a tivessem.

Em seus dois primeiros anos de existência é dirigida por uma Junta Governativa composta por integrantes das SABs existentes e contando com o apoio de várias instituições da cidade, sendo o nome de Enedino Ferreira escolhido para o cargo de coordenador provisório da Junta Governativa, que era oriundo da SAB de José Pinheiro.

Na assembléia ocorrida em 1966, foi escolhida sua primeira diretoria da UCES, tendo por escolha unânime a apreciação positiva da chapa pelos presentes a reunião que a diretoria ficou assim composta:

Foram assim eleitos e empossados como membros do Conselho Diretor – CD e Conselho Fiscal – CF as seguintes pessoas: presidente – João Basílio da Silva, Vice- presidente – Luíz Gonsalves de Dias, Primeiro Secretário, Dourival Gonsalves da Lima, Segundo – Secretário, Manoel A. Oliveira, Primeiro – tesoureiros Geraldo Barbosa e segundo-tesoureiro – Elias Josias, Conselho Fiscal ficou composto por José Farias de Castro, José Virginio e Antônio Gomes [...] <sup>224</sup>

Novamente a representatividade da zona leste foi primordial para a ocupação do cargo de primeiro presidente da UCES, o senhor João Basílio da Silva, advindo do bairro de Monte Castelo.

No ano de 1972 a cidade contava com 20 equipes comunitárias que em grande maioria recebiam assessoramento de estagiárias de Serviço Social.

Conforme princípio de criação, a UCES tem por finalidade coordenar as SABs e para tanto tem por objetivos os seguintes pontos, de acordo com Gonzaga, Guerra e Oliveira (1972):

- a) Coordenar as atividades das Sociedades de Amigos de Bairro filiadas;
- b) Representar seus filiados junto aos poderes constituídos;
- c) Fazer reivindicações de interesse geral da UCES e das filiadas;
- d) Promover movimentos sócio – econômicos de caráter educacional, visando o bem estar em geral;
- e) Prestar assistência técnica e financeira aos seus filiados;
- f) Criar veículos de publicidade;

---

<sup>224</sup> Idem.

g) Cooperar e receber cooperação de outras entidades, visando a melhor consecução de seus objetivos.<sup>225</sup>

Essa nomenclatura desenvolvida e disseminada entre as SABs, que elaboraram seus Estatutos de funcionamento a partir de tais pontos serviu de base, sendo incorporado pela UCES que na elaboração de seu Estatuto afirma muitos dos pontos presentes nos Estatutos das SABs e que a UCES toma como princípio de organização e assim define sua atuação, finalidade e abrangência. Um destaque do trecho acima diz respeito ao recebimento de cooperação de outras entidades, uma entre elas e do sistema S como o caso do SENAI, que desde o início do movimento esteve presente cedendo seu espaço físico bem como, a apoio técnico.

No que se refere ao Estatuto, o documento original, assim como a ata de fundação, foram perdidos pela entidade, ou melhor, pelos seus gestores. A segunda via do documento foi a forma encontrada pela entidade para poder prosseguir seu funcionamento. O que dispomos para análise data do ano de 1996, 2006 e 2011, momentos de reformulação estatutária em assembléia extraordinária. Nesse momento utilizamos o de 1996, onde a entidade se define da seguinte maneira:

Art. 1º - A União Campinense das Equipes Sociais – UCES, fundada em 02 de Agosto de 1964, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social e se regerá pelo presente Estatuto e pelo Regimento Interno.<sup>226</sup>

A definição de sua denominação refere-se a sua caracterização diante da sociedade de Campina Grande. Neste mesmo documento temos a definição de suas finalidades o que chamamos a atenção para a semelhança de finalidades apresentadas pela entidade desde 1972, como apresentamos anteriormente e que ainda em 1996 permanece como objetivo da entidade e ganha algumas modificações pertinentes as mudanças históricas do tempo.

Art. 5º - A UCES tem as seguintes finalidades:

**I** – Coordenar e orientar as atividades das Equipes Sociais a ela filiadas;

---

<sup>225</sup> GOZAGA, GUERRA E OLIVEIRA, Op. Cit, [s/d]

<sup>226</sup> Estatutos da União Campinense das Equipes Sociais- UCES. Aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de novembro de 1996. Publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em, 28/11/96.

- II** – Promover reuniões com as Equipes Sociais e zelas pela consecução de seus objetivos;
- III** - Fazer reivindicações e promoções em favor da UCES e das filiadas;
- IV** – Criar quando possível veículos de divulgação;
- V** – Defender a criança, o adolescente, o idoso e o meio ambiente e se necessário, recorrer à ajuda da Curadoria competente, solicitando providências;
- VI** – Pleitear junto aos poderes públicos e demais autoridades e a outras instituições em favor do melhor funcionamento da UCES e das filiadas;
- VII** – Contribuir para a melhoria das condições das comunidades e servir de instrumento de luta em sua defesa e contra qualquer forma de exploração política e social;
- VIII** – Participar da administração municipal, conforme disposto na Lei Orgânica do Município, nos termos do Regimento Interno;
- Parágrafo Único** – As Sociedades de Amigos e Bairro e as Associações de Moradores são consideradas as Equipes Sociais de que trata este artigo.<sup>227</sup>

O inciso VIII de que trata o artigo referente à Lei Orgânica do Município onde garante a participação popular em órgão de conselhos municipais como forma de participação popular garantida pela constituição de 1988, garante que a UCES, como uma entidade representativa de caráter popular, tem direito a participação nesses órgãos de formulação e decisão das políticas públicas.

Mediante esses objetivos de criação, a UCES tem por campo de atuação o município de Campina Grande. Nos primeiros anos de sua fundação, em 1964, a UCES teve acompanhamento assistencial do curso de Serviço Social e nos primeiros momentos de sua existência teve por sede provisória a Faculdade de Serviço Social, até seu deslocamento para a Rua Padre Ibiapina, 144 – Centro (antigo beco do açúcar). Este prédio foi adquirido com recursos vindos de verbas federais como forma de doação para o movimento comunitário campinense, que deveria ser dividido entre as SABs, porém, em assembléia ordinária da entidade foi por consenso aprovada a doação para aquisição da sede da entidade articuladora, a UCES. Essas são as palavras de um dos mais antigos participantes do movimento Comunitário de Campina, o Senhor Agripino, morador do bairro de José Pinheiro e fundador da SAB do mesmo bairro onde atua desde a sua fundação.

---

<sup>227</sup> Estatutos da União Campinense das Equipes Sociais- UCES. Aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de novembro de 1996. Publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em, 28/11/96. Após 15 anos, em 02 de abril de 2011 o estatuto sofre uma reforma estatutária em reunião de Assembléia Geral Extraordinária.

A fundadora do trabalho foi Irmã Ângela Beleza...ele (o presidente da UCES- Oswaldo Trigueiro Castelo Branco) juntou as sociedades para mostrar que tinha vindo esse 12 contos e ele desceu um dia aqui nessa rua que era chamada de beco do açúcar e viu uma placa nesse prédio pra vender, ai ele reuniu as sociedades e pediu pra gente abrir mão dos doze contos de reis e ele comprou esse prédio por doze contos de reis. Foi dinheiro fruto das sociedades que os deputados encaminharam ele comprou e graças a Deus é por isso que temos um prédio desses porque teve a coragem de Oswaldo Trigueiro Castelo Branco.<sup>228</sup>

A aquisição do prédio foi realizada no mandato do senhor Oswaldo Trigueiro Castelo Branco na década de 1970, que assume seu mandato em 19 de setembro de 1970, porém, a verba para construção e aquisição do prédio da entidade é proveniente das subvenções do ano de 1969 do Ministério da Educação e Cultura para as SABs e para a UCES. Sobre este aspecto os jornais noticiaram nota referente à previsão orçamentária destinada a UCES e a aquisição de sua sede.

Encontra-se na agência do Banco do Brasil desta cidade a importância de 12.000 cruzeiros destinada à UCES. Trata-se de uma verba ordinária destinada pelo Ministério da Educação e Cultura, referente ao exercício de 1969. Tal importância será destinada ao início da construção da sede própria da UCES, e a compra de materiais destinados as SABs. A diretoria da UCES enviou recentemente telegrama aos representantes da bancada paraibana na capital federal solicitando aos mesmos incluírem no orçamento de 1970 verbas federais destinadas aquela entidade coordenadora.<sup>229</sup>

Com relação a subvenções de verbas destinadas a UCES, o registro em Ata da instituição quando na ocasião de reunião na UCES os seus participantes decidiram por adquirir a sede da entidade na Rua Padre Ibiapina no centro de Campina Grande, momento de grande congratulação dos participantes da UCES, haja vista a necessidade de um espaço próprio destinado às atividades comunitárias.

[...] os senhor vice-presidente que tendo chegado a poucos dias uma verba no valor de CR\$ 8.000,00, os quais junto as saldo Bancário, daria para comprar a sede própria da UCES a qual a entidade muito precisa para que haja mais organização. Em seguida passou a palavra ao senhor presidente

<sup>228</sup> Entrevista de Agripino Batista Oliveira, 20/01/2010.

<sup>229</sup> Diário da Borborema. UCES vai construir sede própria. 20/05/1970.

o qual disse que tendo visitado o prédio situado a Rua Padre Ibiapina nº 150 achava conveniente oferecer pelo menos dez mil cruzeiros, e o senhor proprietário estava oferecendo pelo menos por doze mil cruzeiros [...] depois de uma pequena pausa a assembléia votou por unânime na compra do edifício citado.<sup>230</sup>

A entidade em seus primeiros anos de vida constituía-se da seguinte maneira: assembléia geral, conselho diretor e conselho fiscal, alguns departamentos, como o de relações públicas, assistência técnica e de revisão. Tem no início o mandato por período de um ano e só na década de 1970 passa a ser de dois anos e os seus diretores têm que estar ou provir das entidades filiadas.<sup>231</sup>

Cada SAB tem três membros representativos na UCES, com direito a voz e voto, conforme Estatuto aprovado em assembléia para funcionamento da entidade.<sup>232</sup> Os recursos financeiros são oriundos das anuidades das Equipes Sociais e doações dos Poderes Públicos e entidades privadas. Sua aplicabilidade é definida em assembléia geral.

A UCES, exercendo o papel de articuladora das SABs na cidade, passa a incorporar e criar essas sociedades e assim fiscalizar todo o processo de eleição, administração e ou gestão das entidades. Desta maneira, as assembléias na UCES passam a ter um caráter reivindicativo por parte dos consócios que levam os clamores dos bairros para serem deliberados em conjunto, uma forma de resolvê-los, como tem um caráter de reclamação da vida ordinária das instituições desde as dificuldades de reunir a comunidade de cada bairro em suas respectivas SABs, bem como a falta de pagamento das mensalidades e a ausência de união entre a diretoria da entidade. Esses são problemas corriqueiros narrados em Atas de reuniões da UCES.<sup>233</sup>

Outra forma de participação e discussão nesses momentos de integralidade do Movimento de SABs é o envio de ofícios solicitando a presença ou agradecendo aos Interventores do governo federal. Inúmeras vezes vamos encontrar a narrativa de explicações por parte da diretoria da

---

<sup>230</sup> Ata de Reunião da UCES. 07/02/1971

<sup>231</sup> Ata de Reuniões da UCES. 12/01/1971.

<sup>232</sup> Este pressuposto foi modificado com a Reforma Estatutária de 2011, no que corresponde ao processo de eleição, o que caberia aos três membros votarem para a escolha da nova diretoria, com as mudanças cada SAB passou a ter direito a um voto (um representante que seria o presidente da SAB ou um nome por ele indicado pertencente a diretoria ou eleito em assembléia).

<sup>233</sup> Ata de Reunião da UCES. 12/01/1971.



UCES em nome das SABs aos representantes das Forças Federais sobre as atividades desenvolvidas nas comunidades, como também era comum a presença em reuniões das entidades sociais representantes do governo como forma de “Vigília” do Movimento Comunitário à ordem política vigente: a ditadura.

Inúmeras formas de cooptação foram sendo delineadas pelos presidentes de SABs e os Militares que, procurando eliminar a presença comunista, incentivava e financiava iniciativas que mantivesse de acordo com as prerrogativas do regime militar. Desta maneira apresentamos dois casos específicos; um diz respeito a solicitação de doação de um terreno para construção do centro social do Catolé e o outro retrata o presidente da UCES em 1968 justificando as atividades das SABs para os generais militares. Vejamos:

Respeitando uma decisão tomada recentemente pelos componentes da SAB do Catolé, na próxima semana a diretoria daquela entidade manterá contatos com o general Manoel Paz de Lima, solicitando a doação de um terreno existente nas proximidades do Grupo Escolar Centenário, situado naquele bairro. Caso seja feita a doação do terreno, a construção do Centro Social da SAB do Catolé terá início brevemente, tomando por base que aquela entidade já conta com uma boa parte de material de construção e uma determinada importância em dinheiro liberada pelo Ministério da Educação e Cultura, através da UCES.<sup>234</sup>

Aproveitando a estada do Sr. Nilson Siqueira, chefe do Pessoal da Censura Federal na Paraíba, o Sr. Manoel Farias, Presidente da UCES, entrou em entendimento com aquele senhor acerca de um ofício circular enviado às diversas SABs solicitando o envio àquela repartição de documentos estranhos às entidades promotoras de Assistência Social nos subúrbios campinenses. No contato, o Sr. Manoel Farias explicou ao representante da Polícia Federal as finalidades das SABs, ficando acertado para o próximo mês de março a realização de uma reunião com os representantes das entidades para melhor esclarecimentos, podendo as SAB's promoverem suas festas carnavalescas.<sup>235</sup>

A importância da UCES se verifica no plano cultural e político, em que a entidade sempre foi consultada e convocada pelos gestores municipais em ocasiões que se procurava realizar uma

---

<sup>234</sup> Diário da Borborema. Telefones públicos nos bairros campinenses. 23/05/1970.

<sup>235</sup> Diário da Borborema. SAB's poderão fazer carnaval. 22/02/1968.

ação social nos bairros. Desde Nilton Rique, João Jerônimo da Costa, passando por Williams Arruda, Ronaldo Cunha Lima, Orlando Almeida, Manuel Paz de Lima, Luiz Motta Filho, Evaldo Cruz, Enivaldo Ribeiro e Cássio Cunha Lima, todos tiveram uma relação por vezes mais próximas outras mais conflituosas, mas a entidade sempre perto das decisões políticas no que concerne aos interesses da cidade e de forma especial dos bairros e de seus habitantes.

Foi diante da problemática em torno da cidade que a UCES foi crescendo e fortalecendo o Movimento Comunitário em Campina Grande, bem como disseminando nos bairros a experiência comunitária e assim criando novas associações. No ano de 1972, Campina Grande contava com 20 SABs que realizavam trabalhos em comum e representavam junto ao poder público local as necessidades dos respectivos moradores. As SABs estavam distribuídas da maneira, conforme mostra o quadro abaixo:

### QUADRO 1

#### Lista das SABs existentes até o ano de 1972

Nº	NOME	DATA DE FUNDAÇÃO	Nº DE SÓCIOS MATRICULADOS	PARTICIPANTES
1	SAB de José Pinheiro	13/05/1962	118	20
2	SAB da Vila Cabral	15/11/1962	048	20
3	UAB de Monte Castelo	03/06/1963	093	72
4	SAB de Santa Rosa	10/02/1963	065	40
5	SAB de Monte Santo Sul	22/01/1964	040	30
6	SAB do Alto Branco	20/01/1965	090	10
7	SAB do Catolé	15/08/1965	120	20
8	SAB do Jeremias	01/07/1965	056	70

9	SAB de Monte Santo Norte	31/05/1965	065	35
10	SAB do Centenário	22/06/1965	150	70
11	Sociedade Pró-Melhoramento de Bodocongó	11/09/1965	100	35
12	SAB da Liberdade	11/10/1965	350	70
13	SAB do Cruzeiro	09/05/1967	105	25
14	SAB da Palmeira	26/08/1967	120	20
15	SAB Sandra Cavalcante	30/08/1967	063	34
16	SAB da Bela Vista <sup>236</sup>	20/08/1968	070	30
17	SAB de Santo Antonio	21/08/1968	065	40
18	SAB Jardim Paulistano	25/07/1969	070	50
19	União dos Habitantes da Vila Castelo Branco	10/03/1969	300	50
20	SAB de São José <sup>237</sup>	-	-	-

FONTE: GONZAGA; GUERRA; OLIVEIRA, Op. Cit, [s/d]

Segundo o quadro acima, temos 20 SABs no município até 1972. Porém, os autores afirmam ter em Campina Grande até 1972, 19 SABs, desconhecendo a existência da SAB de São José. Afirmamos, contudo, que esse número era superior. O que conseguimos identificar a existência da SAB de São José que não aparece em atas da UCES da década de 1970, porém,

<sup>236</sup> Esta entidade não obteve acompanhamento de estagiárias de Serviço Social.

<sup>237</sup> Temos o indicativo de sua existência através de uma notícia de reunião veiculado pelo Diário da Borborema de 19/06/1965, com o título da matéria Prefeito encontrou-se com amigos de São José e construirá Capela, porem a ausência de documentação de sua fundação e da narrativa oral sobre tais aspectos não foi possível obter maiores informações, porem acreditamos que deveríamos incluí-la no quadro de SABs existentes no período.

temos referência a ela em notícias de jornais do Diário da Borborema dos anos anteriores a 1970, o que nos leva a crer que a entidade não prosseguiu em seus propósitos comunitários no período, só voltando à ativa anos depois.

Nesse sentido, podemos verificar que as SABs foram se disseminando na cidade, principalmente após a criação da UCES, como também apresenta em quase todas um número maior de associados, porém, um número reduzido dos que freqüentam ativamente as reuniões e as atividades desenvolvidas pelas SABs. A atuação e o trabalho desenvolvido pelas entidades apontam para a centralidade do movimento através de seu comprometimento e aproximação com as instâncias governamentais da época que financiavam os trabalhos comunitários, bem como a atuação da Igreja Católica e do Serviço Social na cidade e sua presença nas organizações dos bairros.

Dentro da cidade as SABs e a UCES exercem uma representabilidade dos bairros, porém, pela tabela acima, identificamos que o número de habitantes era superior em relação ao número de participantes das SABs, que em muitos casos chegava a ser irrisório com relação a população local. Um exemplo é o caso da SAB de José Pinheiro, que apresenta uma população maior que 18 mil habitantes e que destes apenas 118 eram sócios da SAB; outra questão é com relação ao número de participantes ativos na entidade que caía para um número de vinte pessoas que regulamente participavam da vida orgânica da equipe social do bairro.

Este é apenas um caso, o que sugere que outros bairros também vivenciavam esta realidade, salvo os casos que aconteciam o contrário, como a SAB do Jeremias, onde os participantes superavam o número de sócios. Um dos condicionantes para a baixa participação era o medo estabelecido dentro de organizações sociais onde a população olhava com medo esse movimento. Muitas ligadas a sindicatos e lutas sociais foram presas, sugerindo, portanto, a apreensão popular em participar de grupos associativos.

Como a composição da UCES é advinda da união das SABs da cidade, a filiação de novas instituições se dá mediante aprovação da diretoria e da assembléia da entidade. Pelo surgimento de conflitos referente a criação de mais de uma instituição por bairro que a UCES inclui em seu Regimento Interno a prerrogativa de que cada bairro tem direito a criação de uma entidade filiada a UCES, e que só destoia da regra os bairros que tem uma grande dimensão territorial e populacional que dificulta a administração e atuação da entidade, levando o bairro a obter mais de uma SAB.

Este tipo de situação foi vivenciada pelos bairros do Catolé e Alto Branco, visto que a aceitação da criação de uma SAB no conjunto Sandra Cavalcante nas imediações do Catolé possibilitou o debate no que tange a regularização de entidades em conjuntos habitacionais, como é o caso do conjunto do Castelo Branco, no entorno do bairro do Alto Branco, que na oportunidade havia conseguido um terreno para a construção da sede da SAB. Esta situação foi relatada pelo Diário da Borborema do ano de 1969, que traz o seguinte:

O terreno conseguido pela Companhia de Habitação Popular para os moradores da Vila tem a sua localização privilegiada, sendo de dimensões amplas e arejadas. Os componentes da SAB conseguiram também uma melhor iluminação para a rua central daquele núcleo. Por outro lado, os moradores daquele conjunto estão no firme propósito de substituir a SAB pela União dos Habitantes da Vila Castelo Branco – UHVICAB – caso o Sr. Manoel Farias, presidente da UCES, continuar no propósito de não registrar aquela nova sociedade, sob a alegação de que não poderia haver duas no mesmo bairro, esquecendo-se que existe a SAB do Catolé e, no mesmo, local, a SAB da Vila de Sandra Cavalcanti.<sup>238</sup>

Com relação a esta área, a existência das SAB do Alto Branco dificultava a aceitação por parte da UCES de uma entidade semelhante em um conjunto habitacional em uma área que a SAB do Alto Branco poderia comportar sua atuação. Porém, com a mobilização dos moradores, a União dos Habitantes da Vila Castelo Branco foi aceita pela UCES e depois de tais conflitos e discussão a UCES cria um dispositivo que regulamenta em seu Regimento Interno sobre tais questões.

Para facilitar o trabalho da UCES foi adotada a forma de administração distrital, algo que já era experimentado antes da existência da entidade, com alguns propósitos semelhantes; porém, com a criação desta entidade, o trabalho foi incorporado para um melhor acompanhamento e assessoria nos bairros. A 1º zona distrital era composta pelos bairros de José Pinheiro, Monte Castelo, Catolé e Vila Cabral, a 3º era composta pelas SAB da Bela Vista, Santa Rosa, Monte Santo (norte e sul) e Bodocongó. Esses eram os que estavam em pleno funcionamento no ano de

---

<sup>238</sup> Diário da Borborema. Terreno para Centro Social da Vila Castelo Branco. 22/03/1969.

1966. O primeiro funcionava nas instalações do Circulo Operário em José Pinheiro e o outro no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, no bairro da Prata.<sup>239</sup>

Porém, este tipo de administração foi desfeita três meses depois, em agosto de 1966, sob a alegação de que haveria um mau funcionamento dos distritos ocasionado, por consequente, uma falha na própria condução da UCES. Portanto, em reunião de assembléia da entidade, foram extintos os distritos:

Por decisão da UCES, foram extintos todos os distritos sociais, criados, como se sabe, em princípios desse ano e quem pela impraticabilidade de seu funcionamento, vinha impedindo o bom funcionamento da própria UCES. O ato atingiu, por consequente, os 2º e 4º distritos que funcionavam, respectivamente, com as equipes de José Pinheiro, Monte Castelo e Vila Cabral, Catolé, Liberdade, São José e Três Irmãs e o 4º Alto Branco e Jeremias. Agora todas as equipes passarão a se unir com o 3º Distrito, transformando em “distritão” da Prata, para melhor coordenação da UCES do trabalho social nos diferentes bairros da cidade, onde as equipes poderão contar como trabalho dos assessores Everaldo Lopes, Dr. Pereira, Stênio Lopes, José Epaminondas Braga, entre outros.<sup>240</sup>

Essas foram as palavras destinadas aos populares de Campina Grande através do jornal local, como forma de explicar as mudanças administrativas da coordenadoria do movimento comunitário de SABs na cidade. Com essa descentralização do movimento, a UCES não conseguia realizar um dos seus princípios fundadores: “acompanharem” de maneira igual todas as entidades existentes visto o maior número de reuniões e deslocamentos dos diretores da UCES que também tinham obrigações trabalhistas a cumprir.

A decisão de centralizar o movimento proporcionou a maior integração das entidades e um acompanhamento único a todas filiadas de maneira que juntas poderiam tomar decisões e posicionamentos em conjunto em um mesmo momento, o que não ocorria com as reuniões distritais que exigia um processo mais longo nas decisões do movimento.

Pela falta de sede própria, inúmeras reuniões da UCES aconteciam na Faculdade de Serviço Social, isto pelo apoio fornecido as Equipes Comunitárias e pela tutela em sua criação e

<sup>239</sup> Diário da Borborema. Serviço Comunitário VII. 17/05/1966. Este era um editorial escrito pelo Jornalista Ismael Marinho que na década de 1960 participou da diretoria da SAB de José Pinheiro.

<sup>240</sup> Diário da Borborema. UCES extingue todos os distritos sociais. 19/08/1966.

desenvolvimento na cidade. As reuniões ordinárias da entidade objetivavam reunir os representantes das SABs, que, por sua vez, representavam os bairros campinenses. Nessas reuniões eram discutidos os problemas dos bairros e os caminhos para as soluções; como o mais comum tem a solicitação de uma ação efetiva da Prefeitura da Cidade de Campina Grande, seja diretamente no contato com o Prefeito em exercício, seja através de seus representantes, os secretários e funcionários.

Observemos o texto abaixo, que descreve um desses encontros da entidade e suas filiadas:

Hoje no auditório da Faculdade de Serviço Social haverá mais uma reunião ordinária da UCES sob a presidência de Manoel Farias. Na ordem do dia da reunião será dado destaque aos assuntos dos habitantes dos subúrbios campinenses. Serão apresentados os relatórios dos problemas que atingem estas populações. Segundo os diretores da UCES, os problemas apresentados pelos diretores destas sociedades filiadas a UCES serão estudadas minuciosamente no decorrer da reunião. Os considerados de urgente necessidade, como a construção de galerias, a abertura de valetas para facilitar o escoamento das águas estagnadas, terão então os mais aprofundados estudos a eles dedicados. Os diretores da UCES manterão contato com o secretário de obras e urbanismo, José Siqueira, a fim de que sejam logo solucionados estes problemas da comunidade. Será solicitada a retirada de entulhos nos diversos bairros da cidade e aos serviços de terraplanagem nos bairros mais atingidos pelas últimas chuvas que caíram na cidade.<sup>241</sup>

Após esta deliberação da assembléia, no dia 08 de março de 1969, a diretoria da UCES se reúne com o secretário de Obras e Urbanismo, conforme acordado, e leva a conhecimento da secretaria as principais reivindicações dos bairros.<sup>242</sup>

É diante dos problemas dos bairros e da cidade que a UCES aglutinava suas forças no engajamento e diálogo com as mais variadas organizações como sindicato, Clube de Mães, de jovens, entre outros. Na segunda metade da década de 1960 a cidade passou por um período de constante alteração dos valores comerciais de produtos alimentícios que, entre outros, tinham na feira livre seu maior representante e de grande importância dentro da cidade. A falta de

---

<sup>241</sup> Diário da Borborema. UCES reúne-se hoje e trata das inundações dos subúrbios. 06/04/1969.

<sup>242</sup> Diário da Borborema. Secretário de Obras e Urbanismo com representantes das SABs. 08/04/1969.

fiscalização dos preços ocasionava as alterações livres dos valores feitas pelos proprietários dos estabelecimentos.

Diante desta realidade, a UCES resolve reunir as diversas entidades interessadas no assunto para juntas reivindicar uma solução para tal problema. Uma das propostas foi o envio de um ofício conjunto a Superintendência Nacional de Abastecimento, solicitando a implantação de uma agência fiscalizadora para assim obter o controle dos preços dos gêneros alimentícios que são considerados de primeira necessidade para toda população, principalmente as menos abastadas da cidade.<sup>243</sup>

Esta solicitação não obteve resultados positivos, pois mesmo com o pedido de uma solução para o problema de abastecimento alimentício e sua instabilidade de preços, a agência não foi instalada na cidade; assim, a comunidade campinense não estava conformada com a situação existente. Mediante a continuidade do problema, a UCES procurou manter outros contatos, como reuniões com representantes da prefeitura na perspectiva de resolver tal situação. Outra ação de grande importância diz respeito as Unidades Sanitárias, que deveriam ser inauguradas uma em José Pinheiro e outra na Liberdade, porém, o impedimento para tal obra estaria na falta de pessoal habilitado para as devidas funções da unidade.

Desta forma, a UCES se reuniu nas dependências do Teatro Municipal da cidade com a finalidade de discutir esses assuntos que afligiam os populares da cidade. Na ocasião estiveram presentes não só os dirigentes da UCES, mas também as estagiárias de Serviço Social que prestavam assessoria às comunidades filiadas a UCES.

Na reunião os presentes procuraram discutir sobre as possibilidades de contatos com o Secretário de Saúde do Estado e do Município para a tomada de uma decisão sobre o assunto, bem como para o problema da fiscalização dos preços dos produtos alimentícios vendidos em Campina Grande.<sup>244</sup>

Assim como nas SABs, a UCES tinha em sua pauta reivindicativa aspectos semelhantes dos existentes em suas filiadas. Os aspectos são apenas organizados de uma forma ampla que contemplava vários bairros onde existisse Sociedade que lutasse pelos direitos aos bens coletivos.

---

<sup>243</sup> Diário da Borborema. UCES que sucursal da SANAB em Campina Grande. 18/04/1969.

<sup>244</sup> Diário da Borborema. UCES vai reivindicar inauguração das Unidades Sanitárias: Reunião. 01/07/1969.



Desta maneira, a UCES coordenadora e sistematizadora das SABs procura reunir no seu entorno as necessidades apresentadas pelas entidades filiadas em assembléia e a partir disso buscava-se uma solução para as demandas. Sendo assim, as temáticas de habitação, saúde, educação, trabalho e aquisição de bens e serviços, entre outros, são alvo de constantes reclamações pela entidade e também motivo de luta e organização social.

Em 1968 a UCES, imbuída do compromisso com suas filiadas, procura se articular com o governo municipal para cobrar a implantação de telefones públicos para diversos bairros da cidade. Uma demanda advinha de várias sociedades de bairro como pedido originário dos populares, que sentido a falta de tal equipamento de comunicação recorre a entidade do bairro na perspectiva de aquisição desse equipamento de necessidade da comunidade e é também uma forma da SAB ter sob sua guarda e fiscalização o aparelho. A entidade cobrava um taxa de trinta centavos pelo uso do equipamento, obtendo, portanto, um verba para investir na manutenção da própria SAB e do Movimento Social.<sup>245</sup>

Essa solicitação se processa mediante o compromisso do prefeito em exercício, o Senhor Willians Arruda, que se comprometeu em atender as comunidades de Campina e, desta maneira, os populares, observando a demora no cumprimento da promessa começam a cobrar da prefeitura uma atitude efetiva.

Recorda-se que o sr. Prefeito prometeu instalar telefones públicos nos bairros campinenses, telefones estes que ficariam nas sedes das SABs, recebendo sua fiscalização. A inquietação de seus habitantes dos subúrbios campinenses, baseia-se na promessa realizada pelo SS. Williasn Arruda que estipulou até dia 30 de novembro passado o prazo para instalação dos telefones. Decorridos quase 60 dias do marcado para a instalação dos prometidos telefones e tendo recebido varias solicitações dos presidentes das sociedades, Manoel Farias dirigiu-se por ofício ao edil campinense solicitando seu pronunciamento.<sup>246</sup>

Como prosseguimento de atuação da entidade no seio da sociedade campinense, o constante envio de ofícios para as diversas secretarias se torna hábito da prática administrativa da entidade social. Essa forma de atuação da UCES e sua confraria demonstra a sua concepção de

---

<sup>245</sup> Ata de reunião da UCES. 07/02/1971.

<sup>246</sup> Diário da Borborema. UCES reivindica telefones públicos para os bairros. 13/01/1968.

atuação dentro da sociedade, uma entidade de cunho social onde a atuação reivindicativa junto ao poder público se torna rotina de participação diante das demais formas de mobilização da sociedade no enfrentamento das dificuldades de sobrevivência diante do sistema social, econômico, político e cultural vigente.

É através da mobilização no entorno das questões apresentadas acima que em fevereiro de 1968 a UCES consegue uma reunião com o secretário de saúde do Estado, que na época era o Dr. Manoel Alceu Gaudêncio. A referida reunião aconteceu na Faculdade de Serviço Social, lugar onde frequentemente a UCES se reunia com sua confraria. O presidente da entidade no mesmo período contactou o então Deputado Vital do Rego, com a intenção de solicitar a organização dos documentos para solicitação junto ao Conselho Nacional de Serviço Social para o credenciamento da referida entidade, só com este credenciamento junto ao órgão que a entidade poderia receber verbas federais.<sup>247</sup>

Tendo por base os indicativos acima, a UCES, dentro de seu plano de atuação, reivindica da administração municipal soluções para os diversos bairros, porém, o grande número de reclamações originárias dos bairros da zona leste da cidade nos possibilita um questionamento: será que a representatividade da UCES, por ser em grande medida originária desta região, as reivindicações desta localidade são mais enfatizadas, ou são mais publicizadas no jornal do que as reclamações dos demais bairros? Para tais questionamentos, encontramos matérias jornalísticas de diversas localidades, porém conseguimos em número significativo matérias relacionadas aos problemas da zona leste, em especial de José Pinheiro e Monte Castelo.

Um dos exemplos dessa constante exposição de necessidades destaca-se o envio de um ofício a Secretaria de Obras e Urbanismo solicitando a inclusão de vários serviços para o bairro de José Pinheiro, Monte Castelo e Santo Antônio. Convém lembrar que o presidente da entidade nessa época era oriundo da SAB de Monte Castelo, o senhor Manoel Farias e talvez a atuação de presidentes dessas respectivas SABs contribuam para o favorecimento de solicitações para a região.<sup>248</sup>

A realidade de Campina Grande aponta que vários bairros da cidade não possuíam calçamento, algo presente em áreas centrais e algumas ruas principais dos bairros da cidade, bem

---

<sup>247</sup> Diário da Borborema. União Campinense reivindica construção de ambulatórios. 13/02/1968.

<sup>248</sup> Diário da Borborema. UCES pede ao município que olhe para os bairros. 04/01/1968.

como fazia parte de uma gradativa adoção de planejamento de saneamento e calçamento administrativo obedecendo uma previsão orçamentária da prefeitura destinada a secretaria responsável pela feitura das obras.

Com isto, as inúmeras solicitações de abertura de ruas e avenidas decorrentes do crescimento dos bairros e da ocupação humana dos mesmos, como também da manutenção das ruas que necessitavam de terraplanagem para alinhamento, são pedidos constantes das SABs ao município. Tais atividades possibilitam o tráfego de pessoas e de veículos, como um maior conforto aos moradores do lugar.<sup>249</sup>

Para exemplificar tais necessidades, temos o caso do Jeremias, que reuniu uma comissão com o apoio da UCES para solicitar a regularização de ruas do bairro como forma de melhorar o tráfego. Na ocasião o prefeito se mostrou solícito a tal necessidade e se prontificou na resolução do problema, visto que esses serviços de manutenção são com mais freqüência oferecidos pela prefeitura.<sup>250</sup> Outras solicitações enviadas à Secretaria de Obra e Urbanismo diz respeito ao assentamento de meio fio nas ruas dos bairros e a construção de banheiros sanitários públicos na feira central como forma de fornecer uma condição mínima para os trabalhadores ambulantes e demais populares que dela necessita.<sup>251</sup>

Outros aspectos de bastante preocupação da população dizem respeito à falta de abastecimento de água potável e o acúmulo de lixo nas vias públicas, o que ocasionava epidemias, visto os inúmeros insetos e doenças oriundos deste amontoado de detritos.

A UCES, juntamente com as SABs, buscavam soluções por vias do poder público a melhoria da qualidade de vida, principalmente no quesito do lixo, cujo o acúmulo nas ruas, associado a poças de lamas e lagoas em momentos de chuvas, acentuava o problema. Crianças corriqueiramente brincavam “soltas” pelos bairros e ficavam mais vulneráveis a toda sorte de doenças. Desta maneira, as SABs que apresentavam tais problemas elencaram como prioridade a melhoria desta realidade, solicitando da prefeitura o recolhimento sistemático do lixo e a disseminação de chafarizes pelos bairros da cidade, visto a grande necessidade de água para os moradores.

---

<sup>249</sup> Atas de serviços da Secretária de Obras de Campina Grande. Ano de 1950 e 1960. APMCG

<sup>250</sup> Diário da Borborema. Willians recebe moradores do Jeremias e toma conhecimento dos problemas daquele bairro. 08/05/1968.

<sup>251</sup> Diário da Borborema. UCES reivindica melhoramentos para as ruas de Campina. 04/02/1968.

Em contrapartida a essa reivindicação, as Sociedades de Bairros deveriam promover uma sensibilização nos seus respectivos bairros no intuito de conscientizar a população dos males causados pelo lixo em vias públicas. Essa ação objetivava também a transformação dos hábitos dos populares para uma percepção do espaço do bairro como pertencente a comunidade e, portanto, os próprios moradores deveriam cuidá-lo.

No aspecto da educação, devemos levantar a seguinte questão: desde a criação das primeiras SABs os bairros apresentavam déficit educacional e as entidades de bairro, juntamente com a assessoria de estagiárias de Serviço Social, procuravam alternativas junto ao município, em conjunto com as equipes sociais existentes na comunidade ou apelavam para a boa vontade do voluntariado em oferecer salas de aulas para crianças e adultos que quisessem ou pudessem estudar.

Esta é uma prática que vem do aspecto da caridade de instituições que tinham por valor e princípio o auxílio aos “pobres e oprimidos”. Desta realidade as SABs absorveram tal prática, desenvolvendo entre suas atividades e atuações a preocupação com a educação dos populares. Desta forma, funcionaram em várias SABs ou por elas eram apoiadas iniciativas de instituir na comunidade salas de aulas. Depois da criação da UCES o acompanhamento dos bairros e de suas filiadas, a partilha de informações dessa prática era constante, o que ajudava na disseminação das experiências entre os bairros. Em 1967 o governo instituiu o MOBREAL<sup>252</sup>, programa que visa fornecer educação para a população que não teve acesso a educação no tempo devido e as SABs vão ser parceiras desse projeto.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Criado e mantido pelo regime militar, durante anos jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBREAL, cujo objetivo era proporcionar alfabetização e letramento a pessoas acima da idade escolar convencional. A recessão econômica iniciada nos anos oitenta inviabilizou a continuidade do MOBREAL, que demandava altos recursos para se manter. Seus programas foram assim incorporados pela Fundação Educar. No ano de 1961 verifica-se o Movimento de educação de base – MEB, que se baseava no método do educador brasileiro Paulo Freire, que segundo Gohn o “movimento voltado para a educação popular de adultos, fez uma adaptação original de uma metodologia francesa, da experiência de alfabetização colombiana e do método criado pelo educador brasileiro Paulo Freire”, que serviu de espelho para a implantação do MOBREAL, continuando Gohn explica que “trata-se de um processo educacional desenvolvido por escolas usando o rádio numa abordagem que relaciona o processo de aprendizagem ao cotidiano vivenciado pelas pessoas. O MEB se desenvolveu mais no Nordeste [...] tornou-se conhecido em várias regiões do mundo.” Para maiores detalhes ver: GOHN, Maria da Glória. Lutas e Movimentos Sociais. In: **História dos movimentos e lutas sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 98

<sup>253</sup> Ata de Reunião da UCES. 07/03/1971.

Com relação a formação de adultos, iniciativas na cidade foram realizadas dentro da perspectiva de educação empreendida pelo governo militar para com os brasileiros. Em Campina Grande, em 1970, o Diário dos Associados, através da TV Borborema, começou uma campanha de educação via televisão que pretendia erradicar o analfabetismo, o que parece um objetivo ilusório e pretensioso, visto as condições de execução e a falta de estrutura educacional adequada, bem como do próprio funcionamento da mesma nos bairros. As SABs foram parceiras nesse projeto. Vejamos:

Na próxima semana, a TV Borborema estará iniciando a apresentação do programa “Educação de base”. O programa que já é um sucesso em todo o Brasil pretende, no prazo de 30 dias, alfabetizar toda e qualquer pessoa. Para que as aulas na TV alcancem as camadas mais humildes da população, onde existe um maior número de analfabetos, os Diários Associados mantiveram contato com a assessoria do Interventor Paz de Lima e, posteriormente, com o Secretário da Educação, oportunidade em que foi solicitada a colaboração do poder público nesta campanha para alfabetização de adultos, traduzindo no empréstimo de televisores pertencentes ao município as SAB’s. A idéia foi recebida pela Secretaria de Educação com o maior entusiasmo e dois televisores foram cedidos para a Sab de São José e Liberdade. De um modo geral, os presidentes das SAB’s e da UCES demonstraram a maior boa vontade possível no sentido de caminhar com os Diários Associados nesta campanha pela alfabetização de adultos.<sup>254</sup>

Isto era o que queriam os componentes do poder municipal, que a parceria entre comunidade e governo fosse para além da ação de mostrar onde a prefeitura deveria funcionar e de unir a comunidade em laços de sociabilidade e superação das dificuldades, mas a própria comunidade deveria assumir em alguns casos a resolução dos problemas, como por exemplo, tampar um buraco na rua, ação em que a comunidade se reuniria voluntariamente para isso. Tanto o poder público incentivava tal perspectiva quanto a opinião pública reforçava isso através do jornal Diário da Borborema, em algumas matérias do seu editorial.

[...] O abastecimento d’água, a retirada do lixo, serviços contra a erosão ou contra os alagamentos, são, ao que parece, os três problemas mais

---

<sup>254</sup> Diário da Borborema. “Educação de base” terá postos de recepção nos bairros. 30/01/1970.

sérios com que se defrontam as aludidas sociedades. Não se pense que a solução desses problemas depende somente dos poderes públicos. Justamente se esta tentando na cidade, junto as Sociedades de Amigos de Bairros, criar e fortalecer nas comunidades o sentimento e a convicção de que a solução desses problemas esta dependendo de dois esforços conjugado: os das próprias populações e o das autoridades. No caso do abastecimento d'água, por exemplo, é preciso que as Sociedades de Amigos de Bairros encontrem o local onde poderão ser instalados os chafarizes e cuidem da fiscalização desses próprios chafarizes [...]<sup>255</sup>

A representação das SABs e da UCES enquanto Movimento Comunitário em Campina Grande sempre foi marcada por marcas efetivas de uma prática e uma lógica da reivindicação e colaboração com os poderes públicos.

Desde a fundação o Movimento é tutelado por um agente financiado pelo Estado, ou seja, a aliada imediata é a religião, que neste caso é representada pela Igreja Católica, a qual, agenciada pelo governo, partilha da lógica de desenvolvimento estatal e institucionaliza a prática caritativa e benemérita, como uma solução a necessidade social de um Estado que responda pelas mazelas sociais produzidas pelo desenvolvimento industrial e das cidades, onde a mão de obra excede e o mercado absorve gradativamente ao longo do tempo menos contingente humano. Assim, como sugere Gohn (1982), “criaram-se instituições mediadoras entre os indivíduos e o Estado, visando, na maioria das vezes, atenuar ou camuflar o conflito de classes”.<sup>256</sup>

Na mesma proporção que este Movimento Social nasce sob prerrogativas de uma condição de necessidade estrutural, é inegável a sua contribuição para a melhoria da vida dos populares na cidade. Com isto, é importante apresentar a sua participação efetiva nas mudanças da cidade requeridas muitas vezes pelos próprios habitantes, que vendo as possibilidades de desenvolvimento da elite e seu conforto advindo das transformações da ciência e tecnologia, os populares inclusos na população da cidade requerem tal direito de usufruto dos equipamentos de conforto, lazer e bem estar, produzidos em grande medida utilizando a mão de obra dos próprios populares.

Parece-nos que tudo não foge às tramas da lógica de poder em que os populares encontram formas de sobrevivência e superação, articulando os espaços criados pelo sistema

---

<sup>255</sup> Diário da Borborema. Esforços comunitários. 01/05/1965.

<sup>256</sup> GOHN. Op. Cit, p. 19.

vigente os transformado em lugares de luta pela sobrevivência e bem estar coletivo. Ao referir-se a experiência de São Paulo, Gohn (1982) chama atenção para a seguinte questão:

Elas não representavam apenas o morador de um bairro qualquer da grande cidade, mais representavam principalmente a classe trabalhadora, ao reivindicarem melhorias da qualidade de vida da mesma. Elas agiam como órgão de pressão e denúncia das más condições de vida dos trabalhadores em seus ambientes de moradia e espelhavam, através de suas reivindicações, toda uma situação de classe. Espelhavam também como foi si configurando o processo de urbanização em regiões de grande penetração e desenvolvimento capitalista.<sup>257</sup>

Conforme expresso na citação acima, a representatividade de uma instituição como essa é ampla e diversificada, apresentando inúmeros problemas vividos pelos populares nos bairros, demonstrando inclusive as contradições presentes na administração local com relação aos bairros populares, onde as ausências de conforto e bem estar impulsionam suas lutas.

Desta forma, concordamos em dizer que a experiência deste tipo de Movimento Social em Campina Grande experimenta uma fase já caracterizada ou sistematizada pela cientista social Gohn (1982) sobre a característica minimamente reivindicativa desse Movimento Social. Ao mesmo tempo divergimos da análise sugerida por Gurjão (1999), quando estuda movimento no bairro de José Pinheiro Gurjão (1999), afirmando que a história do movimento comunitário em Campina Grande possui duas fazes distintas, o que tentamos desmistificar nesse trabalho, mostrando os laços de cooptação e cooperação do governo desde a fundação da entidade, apresentando os agentes externos envolvidos na formação e assessoria da organização popular nos bairros, bem como este tipo de movimento nasce com a dicotomia entre luta social popular e agenciamento político governamental. Contudo, vamos ao texto:

Sua história é marcada por duas fazes bem diferenciadas. De sua implantação até a década de oitenta, exerceu, sobretudo, o papel de intermediária junto aos poderes públicos, reivindicando melhoria das condições de vida do bairro. A partir dos anos oitenta, infelizmente, sua atuação foi desviada no sentido de favorecer seus presidentes com empregos na administração municipal, bem como promovê-los a cargos político-eleitorais.<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> Idem, p: 39.

<sup>258</sup> GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje**. João Pessoa: SEC, 1999.

O contexto histórico deste movimento na cidade se torna relevante na sua análise e no protagonismo de seus participantes, o que em grande medida interferiu em decisões e práticas das entidades sociais na cidade. Desta forma, compreendemos que nas décadas que seguem a 1970 este movimento segue por uma linha de maior liberdade, visto que passa a ter certo distanciamento da assessoria prestada pela Faculdade de Serviço Social, porém, teremos um maior índice de vínculos de cooptação dos seus dirigentes em favor da política local, que em grande proporção estava ligada a grupos de direita e que só com a abertura política é que seus dirigentes passam a pleitear cargos públicos na cidade.

Nesse sentido, a UCES ganha maior projeção de atuação diferenciada dentro do quadro dos Movimentos Sociais, com mudança da conjuntura política, em que os direitos sociais vão ficando cada vez mais restritos e os diversos Movimentos Sociais se articulam com a sociedade na busca pela liberdade e democracia. É a partir dessa experiência que vamos ter grandes saltos de compreensão da atividade política que uma organização pode ter diante das necessidades da população local, bem como da respectiva dimensão nacional.

## **2.5 A experiência dos Clubes de Mães em Campina Grande.**

O Movimento Comunitário em Campina Grande comporta outras instituições para além das Sociedades de Amigos de Bairro. Neste caso, a criação e a presença articulada dos Clubes de Mães denotam uma participação e parceria de grande valor reivindicativo na sociedade campinense.

Estas instituições têm por objetivo reunir as mães presentes nos bairros onde estes órgãos existem, procurando dar condições de sociabilidade, valorizando a mulher em seu aspecto familiar e sobremaneira possibilitando uma educação informal e participativa na vida comunitária.

Sobre tais aspectos, Giulani (2006) nos apresenta as condições de mobilizações dos populares que abancaram para além da esfera sindical, se mobilizando em diferentes movimentos populares onde a mulher também vai redefinindo seu papel e sua atuação diante da realidade

---



vivida coletivamente e repensando os limites de seu papel social sendo gradativamente modificado pela atuação, organização e luta social das mulheres na busca de emancipação social a partir dos entraves e estigmas históricos relacionados a seu gênero.

Desta maneira, afirma que seu engajamento social se manifestas de diversas formas como um processo histórico de experiência social compartilhada e enraizada ainda com agentes que permanecem no seio de sua organização popular como forma de “podar” o protagonismo feminino. Contudo, a participação da mulher vai para além de temas ligados ao papel que tradicionalmente a ele foi vinculada, mas com a articulação no coletivo social e a conjuntura, as ações vão sendo experimentadas produzindo novas práticas e papéis relacionados a mulher. Assim, apresenta que:

A participação nos grupos comunitários organizados pela Igreja Católica, nas dioceses ou nas paróquias, resgata as práticas educativas no seio da família e na comunidade, onde a mulher é considerada o mais importante artífice de solidariedade. Os temas de reflexão se apóiam na leitura de textos bíblicos e evangélicos interpretados pela doutrina da Teologia da Libertação na ótica da mulher, uma perspectiva que evidencia a contribuição ativa e positiva das mulheres e encontra no Brasil adeptos tanto entre religiosos como laicos. [...] Os Clubes de Mães e os Grupos de Mulheres Trabalhadoras nascem como uma espécie de instrumento de denúncia da ausência ou da precariedade dos serviços coletivos municipais. Das longas e animadas reuniões – ensino e saúde estão no centro dos debates – saem abaixo-assinados, manifestações, organização de encontros municipais, áreas em que as situam as reivindicações – educadoras, enfermeiras, médicas, assistentes sociais – e os aportes da reflexão feminina contribuem para que o debate temático consiga a articulação de dimensões da vida social e individual antes impensável: mulheres-saúde-cidadania.<sup>259</sup>

Em uma época em que o papel feminino por vezes se restringia ao lar, esta instituição procura, no específico da condição feminina, promover para as mulheres uma melhor qualidade de vida e de cidadania dentro da sociedade de valor machista e capitalista vigente no período.<sup>260</sup>

Vejamos o que diz Oliveira (1966) sobre sua análise interventiva em grupos comunitários:

<sup>259</sup> GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 646-647.

<sup>260</sup> GONZAGA, Tereza Neuma; GUERRA, Gélia Neves; OLIVEIRA, Valmira Leandro. Clube de Mães. In: **Intervenção do Serviço Social Junto aos Grupos Comunitários**. Universidade Regional do Nordeste, Faculdade de Serviço Social, [s/d], p. 15-29.

O Clube de Mães, a Equipe Social e o Clube de Jovens dão uma boa colaboração, dentro de suas possibilidades, despertando o sentido de uma vida comunitária [...] Clube de Mães: -Formação educativa no lar; Clube de Jovens: - Formação moral e religiosa dos Jovens; Equipe Social (como eram chamadas as SABs pelas estagiárias de Serviço Social): - Coordenação e execução das demais providências - visando a melhoria e bem-estar da comunidade.<sup>261</sup>

Na busca por oferecer melhores formas de envolvimento social entre as mulheres dos bairros, os Clubes de Mães estabeleciam um ambiente de convívio e troca de experiências da realidade familiar de cada uma das integrantes. Porém, para além do objetivo de sociabilidade de trocas de informações do lar e da família, o ambiente propiciava formação sobre cidadania, participação popular e política.<sup>262</sup>

O movimento de SABs em São Paulo é uma referência no tocante ao início de experiências desse tipo de organização social no país. Os Clubes de Mães eram um tipo de extensão das Sociedades de Amigos de Bairros, onde a intenção primeira era de reunir as mulheres das famílias para uma formação sobre o lar e obter formação profissional ligada a referência do papel da mulher estabelecido na época, já que os cursos de corte e costura, crochê, macramê, culinária, noções de limpeza, de moda, beleza, entre outros, eram vinculados ao papel feminino. Este tipo de concepção remonta ao papel social referente a mulher onde apresenta uma noção estereotipada de seu gênero e seu lugar social dentro de uma sociedade predominantemente machista.

O engajamento das mulheres em discussões políticas era tido como algo de segunda ordem, sem grandes aberturas para a atuação e discussões dessas temáticas. Porém, com o passar do tempo, principalmente após a década de 1960 e a experiência de organização, assessoramento das técnicas da assistência social, as mulheres passaram a discutir e participar de ações de cunho político. No caso da atuação profissional em Serviço Social, era exercido majoritariamente por mulheres, socialmente tinha-se um estigma sobre o exercício da profissão pelo sexo oposto<sup>263</sup>.

---

<sup>261</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, p. 8.

<sup>262</sup> Idem.

<sup>263</sup> Sobre a profissionalização do Serviço Social ver: CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América latina**. Editora Cortez, CELATS, 1988. Para aprofundamento das questões indicamos: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez: CELATS, 2009.

Há de se fazer uma observação para explicar que a profissão de Assistente Social é uma derivação técnica da prática benemerita advinda da caridade cristã, o que secularmente era em grande proporção executada pela mulher. Assim, as damas da sociedade sempre realizavam caridade, prática comumente direcionada ao papel feminino.<sup>264</sup>

A partir de experiências de participação comunitária as mulheres dos bairros, as mães de família, vão se entrosando com os próprios problemas do ambiente onde moram e se associavam junto com seus maridos, filhos, amigos e vizinhos em SABs e no caso das mulheres que participavam dos Clubes de Mães e também das SABs.

Durante grande parte da história dos Clubes de Mães esta entidade utilizava-se do mesmo espaço da SAB para realizar suas atividades. Este entrelaçamento e cooperação possibilitaram o exercício da participação cidadã e qualificação de tais experiências na luta pela qualidade de vida e cidadania.

Com as discussões do movimento feminista em curso no Brasil desde 1922 com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), onde esta instituição lutava pelos direitos políticos da mulher, ocasionando a emergência de outras instituições que defendiam os direitos das mulheres bem como, a aproximação de movimentos simpatizantes com a causa feminista.

Estes tipos de organização são em grande proporção relativas às mulheres de elite que tinham escolaridade: através da arte, poesia, literatura se inspiravam e se fortaleciam na organização em torno das questões que dizem respeito as mulheres. Desta forma, as ramificações desta causa foi se disseminando entre as camadas populares que particularizadamente apresentaram respostas as questões em curso no que diz respeito ao gênero feminino. As expressões mais nítidas dentro das camadas populares vão sendo expostas na segunda metade do século XX no Brasil, onde as organizações populares passam do pólo de participação sindical para o de mobilização popular em bairros e movimentos sociais que perpassam outras formas de reivindicação social para além das questões trabalhistas.<sup>265</sup>

A Constituição de 1934, que regula o voto feminino em eleições para cargos políticos no Brasil, referenda a causa, luta e pressão das organizações feministas no país.<sup>266</sup> Sobre a

---

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> GIULANI, Op. Cit, p. 643.

<sup>266</sup> Para maiores esclarecimentos ver. SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). **São Paulo**: o povo em movimento. Editora Vozes em co-edição com CEBRAP, 1983.

organização da luta feminista no Brasil temos que entender suas conexões com as demais realidades e agentes. Assim, podemos analisar o que Paul Singer (1983) descreve sobre a questão.

Vejamos:

O feminismo não é, na verdade, a única alternativa de mobilizar mulheres. Tanto partidos políticos, sobretudo os de esquerda, quanto a própria Igreja desde há muito organizam pessoas do sexo feminino tendo em vista contribuir para determinados objetivos gerais, aos quais se subordinam algumas reivindicações específicas. É sabido que leigas têm tido participação particularmente intensa nas atividades da Igreja, desenvolvendo atividades assistenciais e litúrgicas. Na Europa, surgiu também um movimento feminista católico que, ao lado das demais organizações feministas, se engajou na luta pelo direito de voto, nas primeiras décadas do século XX. Não há indícios, porém, que este movimento tenha sido organizado também no Brasil. A Igreja tem enfatizado fortemente a necessidade de ‘defender’ a família como instituição, atribuindo à mulher papel essencial à sua manutenção. A mobilização feminina no âmbito da Igreja se deu, conseqüentemente até há alguns anos, tendo em vista preparar e apoiar a mulher no desempenho de suas funções de esposa e mãe. É no quadro das mudanças que a Igreja tem operado, na última década, que se abriu espaço para uma transformação de sentido, que começa a se esboçar em partes, do movimento feminino católico no Brasil e mais particularmente em São Paulo.<sup>267</sup>

A participação das mulheres se constituía pouco usual, visto o peso social do papel das mulheres, que frequentemente se reuniam no entorno de mobilizações que envolviam o aspecto da caridade e as ações que tinham como pano de fundo a defesa do lar, da família. Boa parte das mulheres se reunia no entorno de entidades ligadas a Igreja Católica onde se engajavam em Ligas de Senhoras Católicas e em entidades de prestação de caridade aos pobres abandonados e doentes.<sup>268</sup>

No caso dos Clubes de Mães em Campina Grande a história é bem semelhante, porém, específica da realidade local. A tutela da Igreja e da assessoria de estagiárias de Serviço Social no movimento comunitário, seja ele de SAB e de Clube de Mães, é presente. A aproximação dessas duas instâncias de organização social possibilitou uma maior abrangência de mobilização e atuação deste movimento na cidade.

---

<sup>267</sup> Idem, p. 115.

<sup>268</sup> Idem, p. 109.

Concordamos com Singer (1983) quando afirma que os resultados de participação são percebidos e discutidos em reuniões de SABs e Clube de Mães onde se faz presente o crescimento do número de sócias interessadas na prática da mobilização política, “reuniões que propiciam o alargamento da base social do Centro, mediante a mobilização de mulheres ativas nestas entidades dos bairros populares”.

As mulheres utilizaram esses espaços de convívio comunitário para sua formação, afirmação e qualificação profissional, bem como para lutarem por dignidade, contra a desigualdade social, a discriminação e pela qualidade de vida.

A história dos Clubes de Mães em Campina Grande está enraizada com a própria história das Sociedades de Amigos de Bairro, a partir da experiência absorvida dos Clubes de Jovens<sup>269</sup>, que era um grupo parceiro das SABs, porém ligadas à Igreja Católica, cujo público era a juventude católica. Com a presença de estagiária de Serviço Social nos bairros a disseminação destas espécies de grupos é parte constitutiva do método de estudo interventivo do Serviço Social, o método de Comunidade, que entende o trabalho em grupo como benéfico para as superações das barreiras sociais e da integralidade comunitária e reinserção dos indivíduos na sociedade.

Aqui em Campina Grande, de início essa assessoria se propôs a ser um canal de comunicação no qual a população era convidada a formar grupos sociais de bairros, com o objetivo de buscar a melhoria da condição de vida de suas comunidades. Dentre esses grupos faziam parte as Sociedades de Amigos de Bairros, Clubes de Mães, Clube de Jovens e Movimentos da Igreja.<sup>270</sup>

A intenção das estagiárias de Serviço Social era promover as comunidades com grupos sociais e, permanentemente, promover a integração dos grupos como elos de participação conjunta no enfrentamento das questões que fossem de interesse de todos, o que de certa maneira não ocorria com tanta facilidade, visto as intrigas e concorrências existentes entre alguns equipamentos sociais já existentes nos bairros como, por exemplo, o bairro de José Pinheiro que possui o Círculo Operário que frequentemente se desentendia com a diretoria da SAB, porém

---

<sup>269</sup> Este tipo de organização era enraizado na Igreja Católica que tinha por finalidade reunir os jovens para participar da formação religiosa baseada nos dogmas religiosos. Conforme: OLIVEIRA, Op. cit, 1966.

<sup>270</sup> MELO, Op. Cit, [s/d].

com o processo de mediação estabelecidos entre ambas as instituições em muitos casos formaram parceiras em lutas e ações no bairro.

No depoimento do senhor João Basílio fica expresso a participação e integração dos equipamentos sociais do bairro onde as “SABs também se subdividiam em Clubes de Mães e de Jovens, os quais seriam um capítulo a parte”<sup>271</sup> da vida orgânica do Movimento Comunitário na cidade.

Integradas às atividades desenvolvidas pelas SABs e tendo seu crescimento nos bairros assim como ocorrerá com as SABs que devido o seu crescimento e necessidade de uma coordenação central cria a UCES, os Clubes de Mães a partir de sua presença em diversos bairros cria no ano de 1969 a Coordenação dos Clubes de Mães, que tem a tarefa de reunir e integrar as atividades das filiadas e assim ganhar certa “autonomia” diante as organizações sociais e dentro do Movimento Comunitário.

Logo em seguida da sua criação o município organiza uma assessoria para esta instituição, sob os cuidados da Secretaria Municipal da Assistência Social (SEMAS), o que supõe a presença governamental em instâncias de participação popular como forma de imprimir os planos de governo, bem como restringir a atuação dos populares em suas lutas.

Porém, ao longo de sua consolidação enquanto espaço de experiência social, os Clubes de Mães participaram de várias reivindicações junto as SABs. Um exemplo da atuação conjunta de entidades na reivindicação de melhorias da qualidade de vida dos moradores dos bairros, diz respeito a uma solicitação junto à prefeitura de Campina Grande com relação aos equipamentos de lazer. Após dois meses da inauguração da praça Joana D’Arc, em José Pinheiro, a PMCG retira os balanços colocados para divertir as crianças dos bairros e como forma de revolta por tal ato os populares, através das suas instituições representativas, enviaram solicitação de reposição dos equipamentos, como mostra a matéria jornalista veiculada na época:

Com apenas dois meses de utilização os carrosséis foram recolhidos ao depósito da Prefeitura Municipal. Daquela data até o presente, inúmeras solicitações foram feitas pelos diretores da SAB de José Pinheiro a administração municipal, reivindicando a reposição dos carrosséis no Parque Infantil mencionado. Na próxima semana, uma comissão composta por diretores da UCES, SAB de José Pinheiro, Clube de Mães e

---

<sup>271</sup> Entrevista do senhor João Basílio da Silva em 30/03/2011.

do Clube da Mocidade Campinense, solicitará ao titular da Secretaria de Serviços Urbanos uma solução para o problema.<sup>272</sup>

Para além da preocupação com a sociabilidade dos moradores dos bairros, as entidades trabalhavam em conjunto na busca de melhorias de outras esferas que servia de um lado para a melhoria da vida da população e, por outro, obedecia aos planos de governo e assim a participação das entidades fortalecia, contudo, os laços de cooptação da sociedade com o poder público. Podemos perceber tais benefícios conjuntos a partir da seguinte notícia:

Seramente preocupados com a permanência de 90 cortiços localizados nas proximidades do Estádio Municipal Plínio Lemos estiveram reunidos extraordinariamente no Centro Social da SAB de Santo Antônio, mais de 200 pessoas, entre elas, o titular da pasta de Serviços Urbanos, representante da Secretaria de Serviço Social do Município, vice-presidente da UCES, presidente do Círculo Operário, representante da Secretária de Trabalho de Serviço Social do Estado e diretores dos Clubes de Jovens e de mães [...] Após ouvirem os proprietários dos cortiços situados na Maloca, no bairro de Santo Antônio, representantes das secretarias de Serviços Urbanos e Serviço Social do Município, esclareceram que a Prefeitura Municipal dispõe de terrenos no bairro de Bodocongó, os quais poderão ser doados às pessoas que residem em cortiços para construção de ‘sua casa própria’.<sup>273</sup>

Esse problema era recorrente nos bairros da cidade. As mobilizações das entidades representativas que compunham as Equipes Sociais de cada bairro se reuniam em suas assembleias e posteriormente se organizavam em comitiva para discutirem com o poder municipal soluções para tais problemas. De maneira freqüente a prefeitura, através de sua secretaria específica para o tratamento da *questão social* da cidade, se manifestava interessada na resolução dos problemas de precariedade em que viviam inúmeros moradores dos bairros periféricos de Campina Grande, não de forma despreziosa, mas como propósito de ajustamento e alinhamento social dos moradores e também dos bairros como uma espécie de “monitoramento” feito pela instância pública. Desta maneira, as proposituras por parte do poder municipal representadas pelas Secretarias apresentavam duas realidades por demais convenientes ao poder público.

---

<sup>272</sup> Diário da Borborema. Parque Infantil. 23/05/1970.

<sup>273</sup> Diário da Borborema. Entidades suburbanas interessadas no problema dos cortiços. 30/05/1970.

Em primeiro lugar temos o fim de um problema que aflige não só os populares, mas também a própria administração municipal, que com as denúncias freqüentes na mídia jornalística perde prestígio político, aumenta a popularidade adquirida diante dos olhos do povo, que muitas vezes desconhecendo os seus direitos, acha que o Prefeito está fazendo uma caridade e assim ganha afeto da população refletidos em apoios políticos pelo eleitor. Por outro lado, com a resolução do conflito, o município organiza de uma maneira mais administrativa as formas de controle social e vigilância do crescimento da cidade, bem como do acompanhamento e ordenamento da vida comunitária da população.

As organizações do bairro também recebem o reconhecimento pela luta em prol da necessidade dos seus moradores não só reivindicando em nome dos seus confrades mais de todos os moradores. Há de se perceber que tais elos de responsabilidade política estabelecidos pelas Equipes Sociais com o poder público possibilita o exercício e a aprendizagem sobre a política como também restringe o protagonismo social na medida em que os líderes se deixam envolver por laços de cooptação, se tornando pelegos dentro do movimento, o que compromete a luta social, bem como o agenciar dos populares nas formulações de experiências de participação e intervenção dentro das políticas públicas.



**Capítulo III:**

**As tramas políticas e a fundação do Movimento Comunitário em Campina Grande**

### 3. As tramas políticas e a formação do Movimento Comunitário em Campina Grande

#### 3.1 A Política na Paraíba de 1945 a 1964

Após a participação da Paraíba na “revolução de 30”, com a morte de João Pessoa, entra em cena o nome do principal aliado que participou diretamente de sua gestão, o senhor José Américo de Almeida, que foi um dos articuladores do movimento de 1930 no estado. No entanto, sob os laços políticos advindos do apoio a Vargas exerce por poucos mais de um mês o governo como interventor, sendo chefe do executivo estadual.

Com estes acontecimentos dá-se início a uma nova roupagem na política Paraibana, tendo em José Américo de Almeida seu principal expoente. Com a presença de interventores no poder iniciava um período de centralização administrativa, bem como renunciava mudanças no quesito federativo da República, onde as províncias (depois Estados) tem poder de mando restrito ou subserviente ao governo central, cujo cargo de administrador estadual é a critério do Presidente em exercício como forma de garantir a lealdade e homogeneidade da vitória do movimento de 1930.<sup>274</sup>

José Américo de Almeida passa a compor a pasta ministerial de Viação e Obras. Desta maneira, passa o cargo de Interventor Estadual para Antenor Navarro, que governa o estado de 1930 a 1932, sendo seguido por Gratuliano de Brito de 1932 a 1934. Na sequência, vamos ter a eleição da Assembléia Legislativa para o primeiro mandato de 1935 a 1937 o nome de Argemiro de Figueirêdo, que após o golpe de estado<sup>275</sup>, dado por Getúlio Vargas, permaneceu no governo por mais um período, de 1937 a 1940.<sup>276</sup>

---

<sup>274</sup> GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba republicana: (1889 – 1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da (org), **Estrutura de poder na Paraíba**. Editora Universitária, João Pessoa, 1999, p. 53-74.

<sup>275</sup> No campo historiográfico há divergências conceituais entre golpe de Estado e Revolução. Com relação a estes termos achamos apropriado no nosso entendimento o temo de golpe, visto a ausência de transformações estruturais de base da sociedade brasileira. Para maiores reflexões ver: BORIS, Fausto. **A revolução de 1930**: historiografia e história. Companhia das Letras, 1997.

<sup>276</sup> Idem.

No período de 1945, após a II Guerra Mundial, a Paraíba se reconfigura democraticamente visto a efervescência política decorrido do fim da Ditadura de Vargas e assim os partidos políticos e as práticas eleitorais voltam a cena no Estado. Nesse momento de instauração democrática, teremos o nascedouro de partidos políticos que congregam no seu seio a ressonância das grandes famílias oligarcas e com elas sua trajetória de governo que se circunscreve na prática coronelista e a crescente organização de comerciantes que articulavam seu comércio com produtos vindos de outros estados para a região.<sup>277</sup>

Nesse processo em que a democracia se fazia a palavra do dia a agitação partidária no estado crescia. Temos a criação do Partido Social Democrático – PSD, que congregava os aliados de Getúlio Vargas, sendo composto por representantes da oligarquia rural, por industriais e comerciantes. Reuniu então parte mais conservadora de apoio a Vargas.<sup>278</sup>

Em 1940 na Paraíba vamos ter a ascensão de Ruy Carneiro como interventor do estado e Vergniaud Wanderley para prefeito de Campina Grande. O primeiro no lugar de Argemiro de Figueiredo e o segundo no posto de Bento Figueiredo. Ambos pertenciam ao mesmo lado político, porém, divergiam em suas formulações ideológicas. Vejamos o que nos diz Arruda Mello (2008):

Assim, pertencentes ao mesmo bloco histórico, Figueiredo e Carneiro significavam frações distintas daquele. Enquanto o primeiro representava as oligarquias agrárias, a Igreja do Arcebispo Dom Moisés e o mundo rural, Ruy representava a burocracia estatal, as Forças Armadas e o urbanismo de inspiração populista. Ao tempo que o primeiro Interventor recolhera apoios dos Círculos Operários Católicos, um dos quais localizados em Campina Grande, Carneiro chegou à Paraíba com auxiliares de fora e recrutados à burocracia federal.<sup>279</sup>

Com isto temos a tentativa de incorporar administradores estaduais com os mesmos propósitos da política nacional, integrando, portanto, o Estado na conjuntura política exigida.

---

<sup>277</sup> ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. O processo político na Paraíba: 1945 – 1964. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da (org), **Estrutura de poder na Paraíba**. Editora Universitária, João Pessoa, 1999, p. 97-109.

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> ARRUDA MELLO, José Octávio de. Campina Grande – uma cidade do Estado Novo à Guerra Mundial (1937/45). In: **Revista de História Alpharrábios**. EDUEP, 2008, p. 4.

Teremos a União Democrática Nacional – UDN, que reunia os opositores do Governo Vargas e congregava a tradicional elite agrária vinculada ao algodão, de raízes fecundas no aspecto rural, bem como representava os que eram favoráveis ao capital estrangeiro, a iniciativa privada sendo radicalmente contrários a qualquer tipo de reforma no campo, onde defendiam o latifúndio. No início apoiaram dois dos líderes paraibanos, que são Argemiro de Figueirêdo e José Américo de Almeida.<sup>280</sup>

O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB era composto por aliados de Getúlio, onde seus participantes eram advindos dos trabalhadores urbanos. Este partido tinha forte impacto nos sindicatos, onde até 1964 tinha características de esquerda dentro da política nacional. Era constantemente acusado de comunista, visto sua ligação com as organizações trabalhistas e defendiam a reforma urbana, reforma agrária e demais mudanças políticas no país. Nacionalmente um de seus expoentes foi o João Goulart, presidente do Brasil que como vice Janio Quadros, que representava a ala conservadora nacional, eleitos em chapas separadas - como era realizada o pleito eleitoral da época- juntos governaram o país antes da implantação do golpe de abril de 1964.<sup>281</sup>

Outro partido de pouca participação representativa dentro da política paraibana, não conseguindo eleger nenhum candidato foi o Partido Comunista do Brasil – PCB, que foi fundado no Brasil em 1922, tendo a base ligada ao comunismo e a III Internacional Comunista e em 1935 no Brasil foi responsável pela Intentona Comunista, fracassando. Na Paraíba, este partido foi criando com o nome de União Socialista da Paraíba. Tinha, portanto, participantes oriundos da pequena burguesia e de populares em sua maioria trabalhadores envolvidos nas lutas sindicais e operárias.<sup>282</sup> Este partido foi responsável por inúmeras organizações de cunho popular, participando de forma expressa no apoio, organização, assessoria e participação de pessoas influenciadas por idéias comunistas.

A articulação da política nacional com os partidos políticos paraibanos é notória e ao mesmo tempo reserva-se a peculiaridade do estado paraibano, que conforme expressões do próprio nordeste, respiram ares advindos do tradicionalismo oligarca e conseqüentemente do

---

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> Idem.

<sup>282</sup> ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. O processo político na Paraíba: 1945 – 1964. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da (org), **Estrutura de poder na Paraíba**. Editora Universitária, João Pessoa, 1999, p. 97-109.

coronelismo, cuja prática de mandonismo no processo de modernização e desenvolvimento se chocava, demonstrando divergências ideológicas, principalmente no tocante ao projeto desenvolvimentista em curso, que necessitava de avanços industriais o que deveria ser desvinculado da área da agricultura.

A grande expressividade da política local era de base tradicional do período anterior a Vargas, o que pressupõe a tentativa da permanência do poder do coronel oligarca aos avanços urbanos e industriais, sendo assim representada politicamente pela UDN. Contudo, a realidade industrial brasileira necessitava da consolidação de uma política que valoriza-se os interesses econômicos vinculados ao capital. Desta maneira, a inserção da Paraíba nesse projeto se fazia mediante a necessidade política desse estado em participar do projeto político nacional e assim seria necessário se desvencilhar das bases rurais e adentrar ao campo cada vez maior da industrialização de base burguesa em favor do capital.

As condições efetivas para tal realização passava constantemente pela tradição da região de bases ruralistas profundas, o que acarretou o desenvolvimento e aprofundou a concentração de terras e com isto ocorreu a expulsão dos trabalhadores rurais de suas moradias e da terra. Esse processo denota as contradições regionais dentro do sistema capitalista que se sustentava efetivamente pela base burguesa o que pressupõe a vida industrial, porém na realidade brasileira as relações de trabalho mesmo com a divisão social ocupacional do trabalho estas diferenças regionais ligadas as raízes históricas denotam especificidades. O Nordeste, região predominantemente marcada pelo aspecto rural, se reconfigura suas bases, mantendo traços tradicionais e procurando se ajustar a corrente político econômico e social presente na sociedade. Sobre a realidade da Paraíba neste cenário, Monique Cittadino (1998) nos proporciona a seguinte reflexão:

[...] essa fragilidade intrínseca dos partidos populares na Paraíba, também reflete a própria constituição das classes trabalhadoras no estado. Inseridas em uma economia predominantemente agro-pastoril, na qual as relações de trabalho ainda se caracterizavam por serem marcadamente pré-capitalistas, com a utilização de mecanismos de dominação baseados na coerção extra-econômica e onde o setor industrial era extremamente incipiente, não é de se estranhar a pouca participação política daquelas classes [...] A economia paraibana, eminentemente agro-exportadora,

viveu, a partir da década de 40, a decadência da cultura algodoeira que, entre os anos de 20 e 30 constituíram-se no seu sustentáculo.<sup>283</sup>

No texto acima, fica expresso a peculiaridade da Paraíba que respirava os laços rurais em um momento de introdução do capital no país, as relações políticas perpassavam pelo mandonismo local arraigado a elite agrária, os populares quase não tinham uma representação e participação política considerável.

É a partir da realidade camponesa na região que o Movimento Social Rural começa a se organizar em ligas desde o início do século XX. Na Paraíba, de forma especial, esta realidade se deu na década de 1950, mais precisamente em 1954, na tentativa de organizar as Ligas Camponesas, tendo o nome de João Pedro Teixeira seu representante, que já havia participado de movimentos de cunho trabalhista em Pernambuco e que agora contribuiria com o movimento de cunho rural. Em 1958 o movimento ganha proporções maiores e ocorre uma integração dentro do Nordeste, que reivindicava direitos, principalmente relacionados à terra. Decorrente do movimento rural João Pedro Teixeira e outros militantes são assassinados, o que leva a reflexão da causa dos camponeses e assim começa a aceitação de uma possível Reforma Agrária no país.<sup>284</sup>

Paralelamente à organização no campo, tem a organização urbana, na qual os trabalhadores de várias categorias se reúnem para propor maiores abrangências legais no que se refere a relação trabalhadores e indústria. Outros tipos de organizações se davam nos bairros onde estes residiam na busca por resolutividade para questões mínimas de sobrevivência.

Em 1960 o papel da Igreja se acentuou de maneira mais efetiva na vida de movimentos sociais de procedência do campo e da cidade. Esta mesma Igreja ficará no início do golpe em abril de 1964 ao lado dos Militares.

---

<sup>283</sup> CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Univesitária / Idéia, 1998, p. 67-68.

<sup>284</sup> Idem.

### 3.2.1 PCB em Campina Grande: presença nas organizações sociais

Na Paraíba a presença política de partidos de características de base agrária se fez presente em sua história, passando desde início o período do século XX, quando os coronéis donos das terras também exerciam o poder de justiça. Nesse sentido, as conjunturas nacionais promoveram alterações sistemáticas na política local, bem como promoveu a elite surgida no período. É fato que a elite da Paraíba era enraizada em pilares agrários, porém, não correspondia a uma totalidade, mediante o curso do tempo. A partir da década de 1940, uma das cidades mais importantes da Paraíba, Campina Grande, passa a liderar o desenvolvimento do estado comportando uma grande influência no Nordeste.

No plano político essa elite era representada por partidos que asseguravam os princípios de um desenvolvimento baseado nos interesses locais articulados com as prerrogativas nacionais.

A classe trabalhadora em grande medida era desprestigiada dentro dos interesses das elites. Porém, com as lutas sociais decorridas desde o início do século XX no Brasil de caráter efetivamente ligado a conjuntura internacional, onde o capitalismo crescia como modelo econômico, a necessidade de organizações que defendessem os interesses dos trabalhadores vão surgindo.

Em Campina Grande a influência do PCB se faz presente nos bairros periféricos da cidade. Bairros como José Pinheiro, desde a década de 1940, já possuía uma movimentação de moradores que se preocupavam com a qualidade de vida dos habitantes do bairro, o que os levava a um tipo de organização para prestar assistência aos mais carentes.

Nesse sentido, foi criada uma espécie de Liga de defesa do bairro, que exercia um papel parecido com o que as SABs vão desenvolver posteriormente, em fins da década de 1950 e após 1960, reivindicando melhorias em saúde, moradia e infra-estrutura para a região. Este tipo de organização estava mais vinculado a luta operária que o partido participava, onde a extensão da causa dos trabalhadores incluía a sua vida comunitária. Assim, Silva (1985) nos fornece dados sobre a questão:

[...] dirigidas e/ou influenciadas pela política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, no pós guerra, adotou como estratégia prática o estímulo ao trabalho de massas, no sentido de se criarem novas entidades

populares, objetivando engrossar e fortalecer o movimento social urbano e rural que, por força do progresso de redemocratização atravessa uma fase fértil de mobilização, tanto no mundo como no Brasil.<sup>285</sup>

Em depoimento prestado a Silva (1985) José Peba Pereira, comunista militante do PCB, diz que o que estimulou a organizações desses movimentos foi a “profunda necessidade de melhoria das condições de trabalho e higiene do matadouro municipal [...] caracterizando-se uma reivindicação geral da população”, bem como a “construção de pontes de acesso a áreas de José Pinheiro, Santo Antônio e o calçamento da área compreendida pela localização da feira do mercado central”,<sup>286</sup> essas eram reivindicações feitas pelos populares dos bairros nas décadas de 1940 e 1950 que tinham como participantes e entusiastas pessoas ligadas ao PCB e que estendiam suas ações para além das fábricas em lugares da vida cotidiana dos populares. O PCB se autodenomina como:

Um organismo social formado por militantes e quadros revolucionários que se destacam nas lutas que são responsáveis por transformar as massas trabalhadoras em sujeitos de sua própria história, fazendo afirmar a hegemonia política do proletariado e a construção do Bloco Histórico de forças sociais que conduzirá a revolução socialista [...]<sup>287</sup>

Campina Grande, em fins da década de 1930 e início de 1940, tinha uma área sindical organizada, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores de Calçados, sendo este mais ativo que o sindicato da construção civil. No primeiro caso temos a representação de José Peba Pereira, líder e ativista do sindicato envolvido com o comunismo.<sup>288</sup>

Mediante a efervescência partidária na Paraíba a acentuada presença do PCB nas organizações sociais, o medo comunista pairava sobre os demais partidos que imbuídos dos valores que defendiam enquanto grupo ideológico, a presença destes partidos se fazia na busca de aliados políticos nas comunidades como forma de garantir apoio nas candidaturas a os cargos

---

<sup>285</sup> SILVA, Eronildo Barbosa. A origem do movimento comunitário em Campina Grande. Monografia em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Sociologia e Antropologia. 1985, p: 18-19.

<sup>286</sup> SILVA, Op. Cit, 1985

<sup>287</sup> PCB- Partido Comunista Brasileiro. Manual de Organização Partidária. Disponível em [www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br). História, resoluções e estatuto do PCB, partido fundado em 1922.

<sup>288</sup> ARRUDA MELLO, José Octávio de. Campina Grande – uma cidade do Estado Novo à Guerra Mundial (1937/45). In: **Revista de História Alpharrábios**. EDUEP, 2008, p. 1-10.



políticos. É o caso do PSD que circulava entre os sindicatos de várias categorias na busca de parcerias e apoio para campanhas.<sup>289</sup>

A importância que o PCB no contexto que atribuímos nessas páginas está intrinsecamente relacionada a sua participação efetiva em articulações de cunho comunitário, que colocava em questão a política empreendida no estado da Paraíba que frequentemente atribuía poder às antigas oligarquias e jogos de poder em que o interesse governista passava longe dos interesses dos populares, da coletividade.

Desta maneira propomos ver por um olhar que passe a contemplar os nomes poucos conhecidos do cenário político paraibano. Seria uma história da política que articula os nomes dos populares em co-associação aos “grandes” nomes da política tradicional da Paraíba. Nesse sentido reforçamos nossas palavras a partir da fala de Aued (2001) “pelo avesso, inserimos novos personagens e novos aspectos são revelados da trama social com muitos detalhes”<sup>290</sup>, sendo assim, a peculiaridade dos sujeitos populares denotam a inferência política que articulava seu cotidiano de forma a mediar práticas sociais.

Com a grande representatividade do PCB dentro das organizações populares a influência majoritária deixa claro o comando do partido dentro desses movimentos, em muitos casos particularizados e localizados como os de bairro e de forma mais sistemática os de cunho sindical.

As diversas lutas populares que foram travadas em Campina Grande, no período de 1945 até a segunda metade dos anos 50, na sua expressiva maioria foram dirigidas pelas Associações de Bairro<sup>291</sup>, Associações de Donas de Casa<sup>292</sup> e diversos sindicatos, sendo estas entidades interpretes

---

<sup>289</sup> Idem.

<sup>290</sup> AUED, Bernadete Wrublewski. Acerca da identidade coletiva do sapateiro militante. **Cadernos de pesquisa**, nº 09. 29 de setembro de 2001, PPGSP/UFSC, p. 17.

<sup>291</sup> Essa nomenclatura é utilizada pelo autor para se referir a organizações do bairro que vinculadas as lutas sindicais expressavam insatisfações dos populares que muitas vezes eram em sua maioria operários ligados a sindicatos. Para uma melhor compreensão ver: SILVA, Eronildo Barbosa da. **A Origem do Movimento Comunitário em Campina Grande**. Monografia em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 1985.

<sup>292</sup> Esta nomenclatura é o que o autor chama de entidade antecedente dos Clubes de Mães, pois atua no papel assistencial, bem como na formação famílias de donas de casas, porem estas também se envolvida em algumas lutas sociais que de certo modo vinculava o seu lugar social na sociedade da época. Para detalhes ver: SILVA, Op. Cit, 1985

da política do PCB, que de certa forma manipulava o movimento popular, por ter o controle das associações e entidades de massa.<sup>293</sup>

Podemos perceber a influência do PCB nas comunidades através do relato do senhor Manoel Farias, que foi morador do bairro de Monte Castelo onde lá desenvolveu sua militância na SAB do bairro e na UCES, na década de 1960. Assim ele destaca:

Quando (...) oficializou a revolução em 31 de março de 1964 as sociedades em um número mais ou menos de sete já existiam e na época. Antes de criar as SABs, existia um grupinho de pessoas por ai que era Comunista até o mocotó, era Comunista de brigar com todo mundo, então eles tentaram fazer um movimento parecido com as SABs, começando logo por Nova Brasília e José Pinheiro antes de ser criadas as SABs, ai apareceu em pessoal assim, mais esclarecidos, não rapaz esses caras vão criar um movimento aqui e vai é ter “negô” preso aqui que só o diabo. Ai foi quando sentiram a necessidade de criar a SABs baseada “nunha” associação de bairro que já existia em Fortaleza, numa favela que tinha “pó lá”.<sup>294</sup>

Este depoimento é demasiadamente rico quando analisamos a relação do PCB com os populares nos bairros da cidade. Inúmeros participantes de associações existentes nos bairros tinham relação direta ou indireta com idéias comunistas. Neste trecho, percebemos que o depoente fala de “pessoas esclarecidas” que concluímos que sejam pessoas ligadas a Igreja e a Faculdade de Serviço Social, bem como aqueles que se contrapunham ao comunismo e que participaram de forma decisiva na constituição das SABs na cidade como o caso de Epaminondas Braga, Stênio Lopes, entre outros.<sup>295</sup>

Sobre o envolvimento de populares com o PCB temos o depoimento do senhor Agripino Batista, morador de José Pinheiro que exerceu cargo político na câmara de vereadores na Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Ele afirma que conhecia pessoas ligadas ao comunismo, como relata no texto abaixo:

---

<sup>293</sup> SILVA, Op. Cit, p. 20.

<sup>294</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2012

<sup>295</sup> Ata de Fundação da Faculdade de Serviço Social em 08/10/1957 e Ata de Fundação da UCES 17/08/2008. (este é um documento retroativo visto o desaparecimento do documento da época)

Eu tinha o Ronaldo lá de Monte Castelo que era do Partido Comunista, que se dava muito bem comigo e nós conversávamos e ele procurava sempre a minha tendência e eu mostrei a ele o seguinte q minha tendência eu mostrei a ele a minha tendência eu sou socialista eu não sou comunista, sou socialista eu queria que tivesse todo mundo tivesse o direito de sentar nunha mesa, tomar café, almoçar e jantar. Todo brasileiro mas nunca pode fazer isso.<sup>296</sup>

Como exemplo da influência do PCB nos bairros vamos ter o emblemático caso de José Pinheiro que dentre tantos problemas sociais a população criou em início da década de 1950 a Sociedade de Assistência Funerária – SAF, e em Monte Castelo que recebeu do nome de Sociedade Beneficente de Amigos do Bairro, com a finalidade de ajudar os indigentes e carentes dos bairros com a doação de ataúdes, visto a pouquíssima condição dos moradores para pagar o enxoval funerário de seus mortos. Esta atitude se fazia presente principalmente em um momento que a família do morto se encontrava em um estado de extrema carência, não só econômica, mas emocional. Assim, Lima (1950) descreve sobre este fato da seguinte maneira:

Muito antes do surgimento das SABs, por volta de 1958, foi detectada a formação de entidades beneficentes em alguns bairros: em José Pinheiro chamava-se ‘Sociedade de Assistência Funerária (SAF)’, já em Monte Castelo recebeu o nome de ‘Sociedade Beneficente de Amigos do Bairro’, além da Vila Cabral do qual não tem-se informações mais consistentes. Estas entidades foram criadas com a finalidade de auxiliar as pessoas mais humildes com a doação de ataúdes; com a educação e o lazer dos moradores dos bairros. Por falta de verbas e apoio do poder local, estas entidades enfraqueceram-se. Algumas de seus líderes preocupados com seus próprios interesses abandonaram o movimento em busca de novos horizontes e, fatalmente, estas entidades desapareceram.<sup>297</sup>

Com a desarticulação política empreendida nos bairros, as instituições que tinham por base o predomínio do PCB enfraqueceram suas bases organizacionais, centrando a luta em sindicatos dentro da conjuntura política nacional. Em épocas de acentuado populismo, onde a efervescência das lutas no campo e na cidade se acentuava dentro de um panorama favorável, as

---

<sup>296</sup> Depoimento de Agripino Batista. 20/01/2010.

<sup>297</sup> LIMA, Eliane Oliveira de. **Movimento de bairro e a política partidária**: o caso das SAB's em Campina Grande. Monografia em História. UFCG. 1995, p: 1- 45.

reformas de base no Brasil, o PCB sofria perseguições, visto sua constituição de base comunista e sua presença entre os populares.

Na Paraíba, para se compreender a política populista, esta deve ser considerada dentro de padrões analíticos específicos dentro da conjuntura local. Monique Cittadino (1998) nos proporciona a análise de que populismo no estado estava associado as relações estabelecidas pela base agrária da região. Assim, destaca que:

[...] o populismo na Paraíba não foi movido, como nos estados do centro-sul, pelo avanço do processo de industrialização que atraía uma ampla massa de trabalhadores para os centros urbanos. Aqui, onde a participação da população trabalhadora em atividades industriais ao longo dos anos 40-60 praticamente não sofre alterações, o populismo só pode ser entendido a partir das transformações processadas no campo que impulsionaram o êxodo rural levando, desta forma, à constituição de núcleos urbanos periféricos e marginalizados.<sup>298</sup>

Todo o sonho de mudança política vai a baixo quando em março de 1964 os Militares tomam o poder e derrubam o projeto de base populista prometido pela candidatura de Jânio Quadros e João Goulart, quando se fariam reformas na política brasileira. Contudo, o PCB viveu na ilegalidade durante 60 anos desde sua fundação em 1922 até em tempos da Ditadura, retornando as cenas políticas por volta de 1980, na legalidade sobre nova designação reestruturando em 1962, quando houve uma cisão no PCB e este foi fragmentado, surgindo duas bases partidárias: o PC do B, que se proclamava legítimo herdeiro do Partido Comunista e outra parte constituiu o PMDB que foi fundado em 1966, nascido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).<sup>299</sup>

---

<sup>298</sup> CITTADINO, Op. Cit, p. 74.

<sup>299</sup> O PC do B originou-se de uma cisão no PCB que mantinha características de uma linha dura e radical. Do contrário ocorria com o PC do B que se caracterizava por uma linha mais maleável. O PMDB fundado oficialmente por integrantes do MDB em 1966 só na década de 1980 é batizado pelo nome de PMDB, desde sua fundação passando pela época de redemocratização é caracterizado por uma ideologia nacional liberal. Maiores informações podem ser encontradas acessando [www.historialivre.com](http://www.historialivre.com) ou: [www.pmdb.org.br/historia.php](http://www.pmdb.org.br/historia.php).

### 3.2 Anos de chumbo e o Movimento Comunitário campinense: as SABs e a UCES

Desde 1962 vamos ter na cidade de Campina Grande o surgimento de Sociedades de Amigos do Bairro – SABs, com a finalidade de promover os bairros localizados a margem do município. Os acontecimentos estão imersos em contexto histórico que nos remete as efervescências no campo da luta social por uma transformação política e social no país.

Essas lutas estavam sendo travadas no campo e na cidade. No que se refere ao campo, vamos ter a presença da luta das Ligas Camponesas, que têm seu surgimento ligado as disparidades de relações sociais e trabalhistas entre os camponeses e fazendeiros, onde a atribuição de valor ao campo mantém um rigoroso traço coronelista.<sup>300</sup> A presença do movimento popular no campo também foi acompanhado pelo agente religioso através da Igreja Católica, que assustada com a perda de seu público adentra as questões referentes à terra promovendo o papel por vezes de mediadora dos conflitos rurais.<sup>301</sup>

Com relação a cidade, vamos encontrar inúmeros Movimentos Urbanos derivados das questões referentes a nova divisão do trabalho e por consequência a acentuada contradição existente entre os interesses da sociedade e do capital.

As organizações dos populares representam os interesses de um contingente de trabalhadores das mais diversas áreas e funções que diariamente vendem sua mão-de-obra em troca de um salário. O capital representado por uma elite que detém em suas mãos o poder de compra da mão-de-obra e dos equipamentos de trabalho. Contudo, esta relação caracterizada pelo sistema capitalista acentuou os conflitos sociais gerando movimentos populares que de forma acentuada reclamam uma melhor cobertura do Estado dentro das relações trabalhistas e suas derivações mediante as reivindicações de acesso a cidade e seus equipamentos modernizantes. O caso do Movimento comunitário partilha a idéia de uma reivindicação social para acesso popular

---

<sup>300</sup> Para maiores informações indicamos a leitura de: CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa, Editora Universitária/Idéia, 1998.

<sup>301</sup> Com relação a este quesito podemos encontrar uma reflexão sobre a atuação da Igreja Católica no interior dos estrados nordestinos, como forma de manutenção de sua influência como também de manter a população enraizada no campo, onde a aceitação religiosa Católica era bem mais forte que na cidade. Assim indicamos a leitura de: MARTIN, Cipriano Calvarro. **“Deus não nos fez Bispos de almas desencarnadas”**: Campina Grande e a nova filosofia social da Igreja Católica para o Nordeste. João Pessoa: Imprell, 2006.

de bens produzindo pela tecnologia moderna que representam o “conforto” em morar e viver na cidade.

As associações de moradores que acompanharam esse processo buscavam junto à comunidade local sancionar problemas que eram negligenciados pelo poder público. Em 31 de Março de 1964 no Brasil os militares chegaram ao poder. Depois de um processo conturbado João Goulart foi deposto pelos militares. Torturas, prisões, assassinatos e desaparecimentos de opositores, proibição de partidos, intervenção em sindicatos, movimentos sociais, censura à imprensa etc., tudo isso fez parte do cotidiano da Ditadura Militar. Lembremos que a Ditadura não se restringiu apenas ao eixo São Paulo – Rio de Janeiro, e sim a vários recônditos do Brasil. A Ditadura atingiu assim as cidades do Nordeste, estas acostumadas às influências dos coronéis e à política atrelada ao campo e feita por um sistema de favores, a chamada política coronelista ou dos governadores. Assim podemos analisar o que nos propõe Silva (1985):

No plano político, econômico e social, o Brasil convivia com uma política populista herdada de Getúlio Vargas que encontrava em João Goulart, seu mais fiel continuador e discípulo. A política tinha como base uma dura centralização nos recursos do país. Isso estimulava o movimento popular a exigir mudanças, conquistando na luta uma consciência nacional popular e o engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estruturação. O processo de conscientização e politização atingiram operário, camponeses, estudantes e intelectuais.<sup>302</sup>

Com o golpe militar de 1964 e amparado na ideologia da ‘Segurança Nacional’, é instituído o Plano Nacional de Habitação (PNH), através da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários. Com a implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com a criação do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a política habitacional ganha diretrizes nacionais. Eram duas as fontes de recursos do SFH: a) a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, ou seja, o conjunto da captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança; e b) o Fundo de

---

<sup>302</sup> SILVA, Op. Cit, p. 23.

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), as contribuições compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia.<sup>303</sup>

Portanto, essas são estratégia do governo federal para administração ampla da questão habitacional efervescente ocasionada pelo crescimento urbano e as tensões geradas pela falta de moradia e por conseqüência o surgimento de movimentos reivindicatórios no entorno dos problemas da cidade de uma forma geral.

Em Campina Grande a Companhia de Habitação Popular – COHAP, na década de 1960, teve uma presença nos bairros, organizando diagnósticos que mapeavam a situação das moradias dos populares e, em grande medida, se utilizava da parceria com as SABs para obtenção dos dados necessários. No ano de 1965 a COHAP realizou um diagnóstico entre setembro e novembro para constatar os aspectos sociais da comunidade de Monte Castelo. A SAB teve participação na pesquisa como elo entre os populares. Nesse sentido, por exemplo, a remoção de moradores do bairro de José Pinheiro para o então bairro do Catolé foi conduzida a partir deste órgão que na oportunidade construiu 200 casas populares.<sup>304</sup>

Podemos verificar tais aspectos de colaboração com relação a construção de casa populares. Um exemplo torna-se oportuno: moradores da zona leste se mostram envolvidos com a questão dos cortiços existentes na área, tratado como lugar de perigo e de vadiagem. Neste sentido, a realocação destes moradores, além de proporcionar uma possibilidade de vida nova em uma residência com mais conforto, provoca um embelezamento e um planejamento adequado do bairro, onde até demolições e ampliações de ruas podem ser realizadas. No entanto, a oportunidade de vigilância e ordenamento social torna-se possível diante de um planejamento urbano onde o conjunto habitacional tem amplas ruas dando acesso a rondas policiais.

Outra análise possível no trecho jornalístico abaixo, é a expressa contribuição financeira dada pelo município às SABs, apresentando a relação de dependência das entidades ao município. Vejamos:

Anotando na explanação feita pelo sr. Zacarias Araújo (proprietário de 10 quartos localizados na Maloca) os diretores da UCES, da SAB de Santo

---

<sup>303</sup> PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. TABOADA, Kleyd Junqueira. **Diagnóstico Social**. In: **Trabalho social em habitação de interesse social**. Curso à distância. Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Ministério das Cidades. 2010.

<sup>304</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 1966

Antônio e do Círculo Operário, sugeriram aos representantes da administração municipal que é o Interventor Manoel Paz de Lima, poderia firmar convênio com o Banco Nacional de Habitação no sentido de construir em Campina Grande Casas Populares de tamanho médio por preços acessíveis, para beneficiar os operários. Por outro lado, discordam os líderes suburbanos da remoção dos cortiços do bairro de Santo Antônio para o bairro de Bodocongó. O Sr. João Bosco considerou importante a sugestão apresentada pelos amigos dos bairros, prometendo participar de uma outra reunião no Centro Social da SAB do Santo Antônio, devendo comparecer ao encontro o engenheiro José Vasconcelos Costa, titular da pasta de Obras e Urbanismo do Município. Todos os presidentes de SAB's dessa cidade, filiada à UCES, em reunião extraordinária, receberão do tesoureiro da UCES a importância de Cr\$ 500 cada, destinada a compra de material para construção ou mobiliários para centros sociais das entidades suburbanas.<sup>305</sup>

Vários grupos e associações contribuía de certa forma com a ideologia do regime militar com ações de subserviência a Ditadura e na assessoria nos bairros para ações de ordenamento social que pela comunidade era recebida como benefício o que compreendemos a melhoria das condições estruturais de moradia, mas, por outro lado, analisamos a perda dos laços comunitários existentes entre os moradores, o que com a realocação deixa uma ruptura considerável na convivência social do grupo, além de ser uma política de limpeza das áreas suburbanas, seguindo a lógica de fiscalização dos populares em seu âmbito privado e coletivo.

A falta de planejamento urbano anterior ao período do regime militar proporcionou, em grande medida, o assentamento da população de baixa renda de forma desordenada e o surgimento de aglomerados urbanos que deram origem aos bairros da cidade, como é o caso do bairro de José Pinheiro, na zona leste. O mesmo ocorre em outros bairros.

A população urbana continuava a crescer, embora lentamente, no início do século XX, e mais intensamente na metade do século, observando evidentemente as peculiaridades históricas da cidade, sem que, no entanto, fossem oferecidos serviços básicos de infra-estrutura para tal acontecimento. Faltava um sistema de políticas públicas capaz de garantir à população equipamentos sociais básicos, eficazes e modernos, que assegurassem a qualidade de vida, tais como saneamento, abastecimento de água, transporte, saúde, educação, moradia entre outros.

---

<sup>305</sup> Diário da Borborema. Entidades suburbanas interessadas no problema dos cortiços. 30/05/1970.



Toda a organização até 1964 é acompanhada pela Igreja Católica que mantinha geralmente sob sua guarda a assessoria das equipes sociais e também a sua trajetória histórica de assistência aos carentes e com movimentos religiosos, visto o medo das subserviências associadas ao comunismo presente na sociedade.

Outra forma de participação e acompanhamento é a presença da Igreja em sua instância técnica, onde estagiárias de Serviço Social, profissão estritamente ligada, em seu processo de profissionalização e até esse momento, aos aparatos institucionais do Estado, e por meio desta estava a garantia da defesa da mediatização dos interesses do Estado e da elite sobre grupos organizados nos bairros.

Nesse período, nota-se a presença marcante do Partido Comunista Brasileiro [embora clandestino na época] ligado às lutas sociais. Em Campina Grande o PCB dividia com Faculdade de Serviço Social e a Igreja Católica o papel de fomentadores dos moradores das periferias da cidade em suas tentativas de se organizarem.<sup>306</sup>

De início, os aparatos institucionais dentro dos bairros apontavam uma organização social em grupos, o que envolvia de certa maneira a comunidade que se articulando poderiam melhorar os aspectos do bairro. Com a mudança política imposta em 1º de abril de 1964, o que caracterizava o movimento como reivindicativo, acaba de selar tal perspectiva dentro da organização. Nesse momento a intervenção governamental se fazia presente nas bases do movimento.

O acompanhamento ofertado pela assistência social da Faculdade de Serviço Social, para além de exercer papel de articulador do movimento de bairro, fazia também uma espécie de “inspetoria” das ações desenvolvidas pelo movimento na cidade, bem como dos populares envolvidos e também prestava depoimento das suas atividades junto a comunidade, o que, em certa medida, deixava expresso a não veiculação do papel do movimento comunitário associado com as lutas empreendidas por militantes do PCB.

Para tanto, trazemos abaixo alguns trechos extraídos da pesquisa sobre a história da Faculdade de Serviço Social que nos oferece alguns depoimentos de pessoas que vivenciaram essa experiência junto às comunidades da cidade:

---

<sup>306</sup> LIMA, Op. Cit, p. 18.

A ditadura foi difícil para todo mundo e a gente sofreu, mas a gente encontrava uma saída por um lado, de outro, íamos resolvendo. Não atrapalhou, não prejudicou o andamento (Ent.03, DOCENTE).

[...] houve o golpe do governo, aí queria chamar para ser entrevistada e tal, mas aí Irmã Ângela foi e disse não [...] e pediu que fizesse um relatório do congresso [...] e ela mandou um relatório para o quartel e tudo ficou resolvido. [...] a coisa ficou apertada, porque a gente, todo mundo ficou com medo e era muita assistente social chamada no quartel [...] era uma fase que se tivesse uma reunião tinha que ver o que ia falar [...] quer dizer, repercutiu muito entre as colegas assistentes sociais, que eram tachadas de comunistas e tavam trabalhando em prol da comunidade (Ent.03, DISCENTE).

[a ditadura] teve de reprimir um pouco esses movimentos que já vinham em andamento, no ponto de vista político-ideológico, porque a Juventude Universitária Católica (JUC) tinha uma proposta mais de esquerda, então o movimento de 64 reprimiu [...] [mas a Faculdade de Serviço Social] como era uma entidade religiosa, meio isolada, não sofreu tanta repressão (Ent.02, DISCENTE).<sup>307</sup>

Como exposto acima, as estagiárias de Serviço Social eram intuídas de que o melhor caminho a seguir dentro de sua profissionalização era estar de “bem” com o poder estatal, o que pressupunha um viés prático dentro das políticas de governo. Não é de se estranhar, portanto, que dentro de um perspectiva de centralidade administrativa o movimento na cidade passe a fundar em 2 de agosto de 1964 a UCES, um órgão centralizador do movimento comunitário da cidade, que este deveria centrar as ações de todas as SABs existentes. Entretanto, a criação de um órgão semelhante a esse foi criado em época diferente em São Paulo, isto, segundo Singer e Brant (1983) e Gohn (1982), que na experiência relatada apresentam a existência de Confederação das SABs no Estado, isto anterior a 1960, o que provavelmente condicionou o Estado a tentar controlar as demais experiências em outros Estados.

O engajamento político proporcionado pelas SABs é evidente, onde, por vezes, acabava se tornando reduto eleitoral cuja a presença de políticos se tornava rotina nas reuniões das assembleias das mesmas, participando freqüentemente de solenidades de entrega de benefícios na região. Sendo assim, estabelecida uma relação de trocas de favores, à medida que o movimento se solidificava na cidade a presença política tornava-se hábito. Há alguns casos que diretorias de

---

<sup>307</sup> FREITAS, Op. Cit, p. 30.

SABs permaneciam no poder durante vários anos em uma espécie de rotatividade entre os membros da diretoria que se revezavam entre os cargos.<sup>308</sup>

Em outros casos a permanência da diretoria a frente da instituição por longos períodos se dá pela falta de pessoas que quisessem ocupar um cargo a frente da entidade, como podemos ver o caso do bairro do Castelo Branco, em 1971:

A SAB do Castelo Branco não realiza eleições desde o ano passado porque ninguém quer candidatar-se para dirigi-la. A escolha de uma nova diretoria deveria ter-se realizado desde o mês de junho do ano passado. As tentativas do atual presidente nesse sentido fracassaram.<sup>309</sup>

Esta situação se verifica em várias comunidades associadas, onde outros motivos também contribuem para tal situação, como a repressão aos movimentos sociais, em que a vigilância permanente dos militares ofuscava a presença dos habitantes com medo de serem reprimidos.

Quando nós iniciamos o trabalho nós encontramos uma dificuldade muito grande o povo era cismado principalmente com a e revolução. O povo tinha medo de ir, isso é negócio de comunista, você ta entendendo [diziam os populares].<sup>310</sup>

Nesse sentido, procuramos trabalhar com a História Oral que nos permite dar a palavra às pessoas comuns que vivenciaram os acontecimentos aqui narrados. Aos que a historiografia oficial sobre Campina Grande os faz esquecidos da história, aos que não escreveram suas histórias em livros acadêmicos e comerciais, mas em textos práticos onde ações humanas e experiências compartilhadas em coletivo escreveram páginas da história da cidade relatando vida em todas as linhas e letras, mesmo aqueles que não tinham ou possuíam o hábito da escrita.

As pessoas comuns de um bairro que estavam em estado de vulnerabilidade social, mas que ao mesmo tempo foram capazes de intervir, participar em um governo que representava a força do Estado repressor, onde os prefeitos indicados pelos militares que estavam no poder cediam a muitas reivindicações e pressões das SABs concedendo benefícios. Assim, Pollak

---

<sup>308</sup> Depoimento de Agripino Batista. 20/01/2010

<sup>309</sup> Diário da Borborema. Problema da SAB de Castelo Branco é a falta de candidatos. 07/02/1971.

<sup>310</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010

(1989) afirma que “a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação”. Ao conhecermos as memórias do movimento comunitário, por intermédio dos relatos orais de integrantes e participantes a época das SABs, estamos tornando historicamente visível as múltiplas formas pelas quais este grupo e sujeitos, em seus comportamentos e práticas, lidam com o poder no momento de mudança política no Brasil com a implantação da Ditadura Militar. Desta forma, nos conduz Pollak (1989):

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à "memória oficial", no caso a memória nacional.<sup>311</sup>

Para responder a esta questão, buscamos trazer parte da história política e social vivida por alguns dos participantes. Buscamos explicitar, a partir dos relatos orais, as tramas políticas estabelecidas no movimento comunitário com as ressonâncias da Ditadura Militar. O elo estabelecido com o Estado tinha a presença da direita política regulando e imprimindo nas SABs e na UCES suas estratégias de condução política, onde o aspecto reivindicativo e harmonioso com o poder central do governo se mantivesse firme.

Porém, encontramos focos da esquerda principalmente vinculada ao PCB. Contudo, todas as tentativas por parte de diretores na condução da UCES foram tomadas com a finalidade de afastar o “mal”, a influência comunista, do movimento comunitário. Portanto, torna-se importante verificar quais os tipos de negociação direta ou indireta foram realizadas entre os moradores e os grupos políticos de direita locais a fim de afastá-los do partido de esquerda.

Para compreender as tramas ocorridas no cenário campinense envolvendo as SABs e a UCES da cidade, procuramos conversar com os populares que participaram desta realidade e promoveram em certa medida ações colaborativas com a administração municipal para a manutenção da ordem e da boa relação entre os populares e o governo principalmente em época de plena ditadura militar.

Um desses populares é o senhor Manoel Farias que, natural de São Mamede, na Paraíba, vem para Campina da década de 1950 onde serve ao exército de 07 de fevereiro de 1955n a 29 de

---

<sup>311</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

junho de 1960, no 7º Batalhão de Engenharia e construção em Campina Grande, como soldado rádio-operador até 28 de dezembro de 1958, quando foi promovido a Cabo e transferido para o 3º Batalhão ferroviário, pertencente ao 1º grupamento de engenharia e construção na cidade de Caicó no Rio Grande do Norte, ficando na cidade até 1960.<sup>312</sup>

Retornando a Campina após cumprir suas atividades militares no ano de 1962, faz o curso de Rádio Técnico e passa de 1962 a 1970 a consertar rádio e televisão, como atividade paralela passou a comprar e vender terrenos na cidade de Campina Grande.<sup>313</sup>

Em 03 de junho de 1965 foi eleito presidente da Sociedade de Amigos do Bairro de Monte Castelo, bairro que morava na década de 1960; foi reeleito em 1966, permaneceu até 03 de junho de 1967, e em 02 de agosto de 1967 foi eleito presidente da UCES (no aniversário de 3 anos da entidade), coordenado a entidade até 1969.<sup>314</sup>

Nessa perspectiva, o senhor Manoel Farias nos depõe com uma fala que remonta as tramas políticas envolta da vida orgânica das SABs na década de 1960 com o golpe militar, bem como a criação da entidade central do movimento, a UCES:

Tinha uma associação de bairro antes da revolução ai então, Irmã Ângela sugeriu que fosse feito o movimento [...] um movimento que podia entrar prefeito sair prefeito ninguém ta nem ai. Você ta entendendo? O trabalho da sociedade não tinha nada a ver com a prefeitura, não era subordinada a prefeito, não era subordinada ao governo do Estado, nem subordinado ao governo Federal. Nosso trabalho era trabalho de conscientização, entendeu? Demonstrar a comunidade, demonstrar ao pessoal, os associados o direito e seus deveres, ta entendendo? É tanto que quando explodiu mesmo a revolução teve umas sociedades, ai da liberdade, por exemplo, [baixinho] tinha umas SABs, que tinha uns secretários, tinha um presidente que o negócio dele era resolver na hora não sei o que, ai quando oficializou mesmo a revolução esse pessoal foi procurado e ele desapareceu, mas isso foi só na SAB da Liberdade, as demais sociedades continuaram normalmente o pessoal da revolução do exército vinha a paisana, ouvi o que era, o que tava se passando, pedia os Livros de Atas. [A] Monte Castelo mesmo pediram o Livro de Atas, porque o Livro de Atas tinha tudo. Não. Aqui não tem nada não [dizia o diretor da SAB]. Então as SABs não sentiram peso nenhum permaneciam no mesmo trabalho de solicitar ao prefeito melhoramentos para o bairro realizações de cursos. Em seguida criamos os Clubes de Mães, certo? Os Clubes de

---

<sup>312</sup> Dados fornecidos por Manoel Farias a UCES.

<sup>313</sup> Idem

<sup>314</sup> Idem

Mães realizavam cursos para as mulheres. Tudo assim, os trabalhos não sofreram nada com a revolução sabe? Não foi perseguida, até hoje ta ai. Que se ele tivesse tendência só para o lado do comunismo ela tinha fechado par balanço, naquela época, e muito negô tinha sido preso, mas ninguém foi preso. Ta entendendo? E o trabalho graças a Deus não sofreu nada, continuou normalmente até hoje, graças a Deus.<sup>315</sup>

A parte em destaque se refere a criação da UCES, que seria a oportunidade de aglomerar as SABs e assim poder controlar suas atividades e atuações, bem como poder instruí-las a não participação em partidos clandestinos e que deveria harmonizar as relações com o governo, ou seja, deveriam sim colaborar com a poder instituído através de seus representantes que em escala municipal é o prefeito. Quando o depoente se refere a atuação junto ao poder público, ele ressalta uma espécie de liberdade nas relações políticas, mas o que se percebe na sua fala é a exaltação do medo de aproximação com comunistas e assim uma repressão ao nascente movimento na cidade e ao mesmo tempo os laços políticos de cumplicidade com a administração local e os benefícios ou trocas de favores em favor da cumplicidade política.

No mesmo depoimento, ressalta que algumas SABs tinham influência de comunistas, o que ocasionava medo aos demais participantes que sempre mantinham uma forte ligação com a administração municipal, ou seja, em grande medida eram subordinados as diretrizes municipais na implantação das demandas dos bairros, o que os levava a colaborarem de forma intensa com os projetos de governo e um deles é a supressão de influências comunistas nas comunidades populares.

Contudo, em seu relato, afirma que a SAB não tinha nenhum tipo de subordinação com o governo em suas três esferas governativas, enfatizando os trabalhos de conscientização social da comunidade para com os direitos e deveres dos populares, o que na realidade isto é um aspecto de ação desenvolvida na comunidade e que em grande medida é proporcionada a partir de elos de cooperação entre a Igreja da comunidade, o poder público municipal, com a ajuda técnica e por vezes financeira e da Faculdade de Serviço Social, com suas estagiárias que fomentavam os trabalhos colaborativos na comunidade.

Outra explicação dada pelos antigos dirigentes da UCES sobre a necessidade de sua existência é o fato de articular conjuntamente as demandas dos bairros que geralmente tinham

---

<sup>315</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/10/2010

uma identificação parecida e como os presidentes das entidades tinham acesso ao prefeito e o procuravam com frequência; assim, por vezes, as queixas eram as mesmas. E o que demonstra a informação o senhor Manoel Farias:

O que acontecia era o seguinte, as vezes um representante das SABs ia falar com o prefeito para pedir o benefício quando aquela sociedade saia chegava outra, ai não, tem que ter o órgão coordenador, né isso.<sup>316</sup>

Para solucionar o problema da SAB da Liberdade que tinha diretores com os ideais comunistas, a UCES tomou uma posição política que de certa forma serviria de exemplo para as demais. Foi tomada a seguinte atitude, de acordo com seu Manoel Farias:

Na SAB da Liberdade nós procuramos um cidadão que era coronel da polícia, coronel Luiz Gonzaga de Melo, ai ele foi pra uma reunião, ai ele aceitou ser presidente. A gente fazia uma reunião na SAB, a própria SAB da Liberdade, e uma outra reunião na rua tal, na casa de fulano de tal, chegava a reunião a gente mandava preparar o bolo preparar o café e o pessoas discutindo o assunto de interesse da comunidade. Isso a gente fez em várias SABs, ai o movimento subiu.<sup>317</sup>

A presença do coronel militar nos aponta a intervenção, a infiltração dos aparatos de poder dentro das instâncias organizacionais de base do movimento. Estando à frente da direção da entidade, aos olhos dos militares estaria descartada a possibilidade de aproximação e mobilização da comunidade com as idéias comunistas. Não negamos, portanto, que qualquer morador com uma profissão militar possa adentrar o movimento, visto que ele também é um dos interessados nas questões dos bairros, mas na conjuntura da Ditadura Militar este fato é bastante questionável e digno de análise, principalmente no caso acima em que isto se deu em resposta a um convite, demonstrando, portanto, a participação efetiva, colaborativa e silenciosa das SABs e da UCES ao regime governamental.

A presença de figuras políticas dentro das reuniões nas SABs nos bairro se tornava uma constante, era o que para muitos a SAB se comparava a “pequenas prefeituras”, visto que colaboravam com a administração do poder executivo através de diagnósticos sociais dos

---

<sup>316</sup> Idem.

<sup>317</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010

problemas; como símbolo do laço entre ambas era hábito o prefeito comparecer a assembléias de SABs ou na sua ausência ser representado por seus secretários. Com tais acordos políticos a população passa a dar credibilidade às organizações populares pela presença do chefe do executivo no bairro, que segundo Manoel Farias, sua primeira experiência no movimento se deu mediante um momento desses, e o mais interessante é que se deu em pleno dia do pronunciamento da eclosão da Ditadura. Vejamos:

Eu me lembro muito bem que no dia 31 de março, dia da revolução, no dia 31 de março de 1964, 20hs da noite foi realizada uma reunião no Grupo Escolar Dr. Chateaubriand visinho ao colégio Estadual José Pinheiro, no dia 31 de março e por volta das 21hs tava presente na reunião o Dr. Nilton Rique que era o prefeito da cidade, foi a primeira reunião que eu fui quando eu vi o prefeito na reunião, Nossa Senhora, esse negócio é forte, o Prefeito vim “praqui” pro bairro ele elogiou demais a SAB e lá pras 21hs a gente ouviu a notícia de que o presidente da República tava no Rio Grande do Sul, tinha ido pra Portugal, tinha cassado o mandato dele então ali naquela hora ia ser uma revolução e Nilton Rique que era o Prefeito da cidade foi cassado, né. Passou poucos dias [e] foi cassado o mandato dele.<sup>318</sup>

O movimento comunitário começa a se disseminar na cidade pouco antes de eclodir a ditadura, porém, com menos de dois anos de existência, a ditadura é uma realidade no país. Contudo, dentro das prerrogativas da época e do engajamento políticos de vários participantes do movimento envolvidos com tendências comunistas é que por indicação da Irmã Ângela Beleza e o apoio dos presidentes de SABs da época em criar a UCES e, por conseguinte, a UCES passaria a se fazer presente em várias SABs.

Assim, podemos dizer que a fundação da UCES obedece a uma necessidade política para além de suas finalidades presentes objetivamente em seus estatutos, ou seja, tem uma segunda intenção que aparece como clara para seus idealizadores e se apresenta despreziosa para seus participantes nas bases, como por exemplo, os sócios das SABs que também comportavam famílias que não eram envolvidas com o PCB.

---

<sup>318</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010. Destacamos que o depoente destaca em sua fala que no momento do pronunciamento da implantação da Ditadura Militar o presidente em exercício foi para Portugal. Desta forma, como se recomenda para o trabalho com relatos orais de memória deve-se preservar a originalidade da informação prestada pelo depoente. Assim mantivemos a informação fornecida em entrevista.



Antes de criar a UCES tinha muito presidente que queria se meter com partido comunista ai disse rapaz, tem que correr tem que prestar socorro a esse pessoal para ter um órgão coordenador se não [silêncio] queria desviar a atenção, mas graças a Deus até hoje segurou a peteca na mão e não se meteu com o comunismo.<sup>319</sup>

Convergindo no mesmo sentido, outro depoente nos presta a seguinte fala:

[...] quando cresceu o movimento, que cresceu muitas SABs algumas começaram a se desvirtuar das finalidades entrando nas questões de acordos políticos essa não é a nossa praia, nossa praia é fazer com que o povo se responsabilize né, com seus próprios problemas procure soluções para ele. Ai nós resolvemos, ai nós conversamos eu e Assistente Social Irmã Ângela, nós tínhamos que fazer uma entidade para supervisionar as SABs.<sup>320</sup>

Assim, o entrevistado afirma que o movimento comunitário não “incomodou” o andamento dos trabalhos das entidades. A partir da sequência de seu depoimento, vemos que este “incômodo” se dava mediante a condução política da entidade, que na época era recém criada e, portanto, estava sob medo do início da Ditadura visto que o senhor Enedino Ferreira, Gráfico em Campina Grande, foi o primeiro coordenador da junta governativa da UCES, desde sua criação em 1964, até 1966 advindo da zona leste onde. Assim destaca:

Nós estávamos em plena ditadura e praticamente não incomodaram a gente, eu não sei por causa do comportamento da gente e tal, não fazia campanha política pra ninguém quando tinha uma sociedade fazendo a gente ia chamar atenção que não era essa a nossa finalidade. E a UCES não perturbou e eu tinha outra vantagem eu era sindicalista do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica e me “pegaram” fotografia minha e levaram para o Teatro João Caetano ao lado de Peba. Prenderam Peba, prenderam José Pereira e a mim não fez nada acho que eles fazem um levantamento. Pois a verdade é que as sociedades cresceram tanto que tomaram uma dimensão tão grande.<sup>321</sup>

---

<sup>319</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

<sup>320</sup> Depoimento de Enedino Ferreira. 30/08/2008.

<sup>321</sup> Depoimento de Enedino Ferreira. 30/08/2008

Neste mesmo relato, o senhor Enedino aponta um fato marcante dentro da conjuntura política da época, principalmente quando relata um momento peculiar dentro da história dos acontecimentos ocorridos, como, por exemplo, quando prenderam José Pereira dos Santos<sup>322</sup>, o famoso ativista comunista conhecido por Peba, preso pela repressão militar presente na cidade. E ainda nos relata a sua proximidade como sindicalista, o que nos indica a multiplicidade de atividades sociais dos participantes do movimento comunitário na cidade. Outra questão é a repulsa pelo comunismo, visto as constantes repressões e avisos promovidos pelo exército para com todos os movimentos sociais.

Tomando por base as falas acima citadas, Silva (1985) já nos fornece a sistematização analítica de que as SABs em Campina Grande nascem sob uma ideologia de controle popular, o que ganha maior notoriedade com o a instalação do golpe militar que controla com mãos de ferro a sociedade brasileira, principalmente as organizações de cunho social. Portanto, o autor afirma que:

O motivo principal que desencadeou o ressurgimento do movimento comunitário não foi, na verdade, o povo organizado, mas, a criação da Escola de Serviço Social. Representando o pensamento da classe dominante e a preocupação do poder local, aquela instituição educacional, enviou professores e estagiários de Serviço Social à comunidade, objetivando criar as condições materiais para o surgimento das SABs, ceifando desta forma, no nascedouro, a possibilidade da entidade independente das instituições burguesas, que interessadas no controle dos movimentos sociais [...] <sup>323</sup>

De 30 de novembro de 1964 a 31 de janeiro de 1969 estive a frente da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG, o Bacharel Williams de Souza Arruda<sup>324</sup>, este esteve

---

<sup>322</sup> Para saber detalhes da vida deste popular, sindicalista e militante do PCB indicamos a leitura do livro: AUED, Bernadete Wrublevski. **O sapateiro militante**: José Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEP, 2006.

<sup>323</sup> SILVA, Op. Cit, 1985, p. 23

<sup>324</sup> Sobre o prefeito temos a seguinte biografia: “O Bacharel em Direito WILLIAMS de Souza ARRUDA nasceu na cidade de Campina Grande, na Paraíba, em 10 de fevereiro de 1922. Filho do casal Sr. Juvêncio José de Arruda e Sra. Auta de Souza Arruda, estudou no Colégio Pio XI, lugar em que concluiu o antigo “ginásial”. Fez vestibular no Rio de Janeiro para Ciências Sociais e Jurídicas, concluindo na Faculdade de Direito do Recife. Foi casado com a Sra. Joana D’arc Ferreira Arruda, falecida, com quem teve dois filhos (além de três filhos do segundo casamento). Iniciou a vida como advogado militante, Delegado de Polícia de Campina Grande e, depois, Delegado Regional de Polícia na gestão do Governo José Américo. Foi Professor universitário da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Vice-Reitor da Fundação Regional do Nordeste - FURNe. Eleito vereador em 1959, foi Presidente da Câmara Municipal. Eleito na Chapa de Newton Rique no ano de 1963, foi vice-Prefeito,

presente em momentos importantes das SABs e da UCES na cidade. Frequentemente o prefeito ia às reuniões de assembléia das SABs e UCES, quando era solicitado ou recebia em seu gabinete os presidentes das entidades. Desta maneira, este prefeito estava a frente do governo municipal e de certa maneira conviveu com a fase efetivamente reivindicatória do movimento comunitário, que se resumia em solicitar serviços da prefeitura, realizar festas e entretenimento nos bairros e contribuir de forma decisiva para a realização dos planos de governo. Vejamos o depoimento a seguir:

O Prefeito da Cidade na época era o Williams Arruda, pelo trabalho que as SABs realizavam, assim de solicitação ao prefeito para a construção de galerias, para a implantação de calçamento, de meio fio, limpeza do bairro, coleta do lixo e tudo mais. O prefeito da época considerava as SABs como as pequenas prefeituras colaborando com a prefeitura central isso ai deu uma força muito grande ao movimento porque as SABs sempre convidavam o prefeito Williams Arruda e os secretários do município para participarem de reuniões nos bairros então a comunidade acreditava, passou a acreditar nas sociedades porque ela tinha força de levar o Prefeito para conversas com o povo, ouvir o povo, aqueles problemas prioritários, e o Prefeito prometia, cedia e a maioria dos pedidos eram atendidos[...] os pedidos das SABs, ai por isso o Prefeito da época o Dr. Williams Arruda, considerava as sociedades assim como (pensamento) pequenas Prefeituras colaborando com a prefeitura central, porque... Que as SAB constituía as Comissões, por exemplo, uma reunião quinta-feira, ai na quinta-feira olha nós estamos precisando agora constituir uma comissão para verificar problemas prioritários do bairro que seja ligada a prefeitura, não é negócio que seja ligado ao governo estadual ou federal. Negócio que pode ser resolvido pela prefeitura ligada as diversas secretarias então a comissão composta por fulano, fulano, agora na próxima quinta-feira nos queremos vocês aqui para dar o

---

assumindo a Prefeitura de 1964 a 1966. Williams Arruda fundou a empresa Telecomunicações de Campina Grande S/A - TELINGRA, a Companhia Energética da Borborema - CELB e a Universidade Regional do Nordeste - URNe, hoje UEPB. Construiu o núcleo popular no bairro do Santo Antonio e edificou 24 escolas primárias, ou seja, duas por mês. Reformou as praças do bairro do São José, onde construiu uma moderna Igreja, substituindo a antiga construção, e a praça do bairro de José Pinheiro, onde fica a sede da Sociedade de Amigos do Bairro - SAB. Com remanescentes de verbas, construiu, em Santa Luzia, Paraíba, um núcleo popular, o que fez na mesma época da edificação do núcleo do Santo Antonio, nesta cidade. Arruda foi uma figura das mais respeitáveis no âmbito político de sua época. Homem exemplar, tanto na vida pública como na vida familiar e teve como um dos objetivos na sua trajetória administrativa, a luta incansável pela melhoria da educação em nosso município. Administrador austero, com seriedade e certa visão para o futuro, deixou exemplo de como se pode gerir os destinos de um município, desse modo, sem pensar em carreirismo político. Preocupado em governar o município e por isso governou bem. Faleceu em 2001 aos 79 anos". Ver em OLIVEIRA, Thomas Bruno; RODRIGUES, José Edmilson. **Biografias dos prefeitos de Campina Grande**. No prelo manuscrito. 2012.

resultado dessa comissão para depois a gente convidar o prefeito através de ofício e o prefeito vem aqui para conversar com a gente, com o povão, ai foi isso ai.<sup>325</sup>

No depoimento acima fica exposto o envolvimento com a esfera pública municipal: a figura do líder do executivo se locomovia para os bairros populares não só em reuniões, mas em outras ocasiões escutava as necessidades do povo e deliberava muitas vezes ali mesmo, as providências por parte da prefeitura. E assim se tornava um elemento agraciado pelo povo. Porém, nem todos os pedidos eram atendidos prontamente, alguns se alastravam por um longo período, outros nem se resolviam, ficavam no campo da promessa. O Jornal Diário da Borborema registrou em suas páginas inúmeros desses acontecimentos em vários bairros de Campina. Vejamos alguns:

O prefeito Williams Arruda esteve na rua Martins Júnior, na liberdade, local onde funciona uma indústria de trituração de minérios que, há muito vem prejudicando a saúde da população residente em sua periferia. [...] Até então nenhuma resolução concreta havia sido tomada por aquele setor tendo a direção da SAB solicitado a intervenção do Prefeito que compareceu juntamente com o secretário de saúde na manhã de ontem, para tomar conhecimento do problema [...]<sup>326</sup>

A SAB de José Pinheiro estará reunida amanhã, a partir das 20:30hs na sede social do Flamengo Futebol Clube, naquele subúrbio, para receber o prefeito Williams Arruda, que, convidado pela diretoria da entidade, comparecerá ao encontro a fim de debater problemas de interesse daquela comunidade[...]<sup>327</sup>

O prefeito Williams Arruda irá conceder do dia dez vindouro audiência as diretorias das Associações de Amigos de Bairros às 10hs da manhã no salão nobre da Prefeitura, ocasião em que será a apresentação oficial do seu plano de trabalho para o ano 1965-1966 no setor de saúde, o qual deverá contar com a participação de todas as Associações de Bairro. Neste sentido está sendo dirigido o convite a todas as associações para se fazerem presentes.<sup>328</sup>

---

<sup>325</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

<sup>326</sup> Diário da Borborema. Trituração de minérios será transferida da liberdade. 08/12/1967.

<sup>327</sup> Diário da Borborema. Amigos de José Pinheiro receberão prefeito amanhã. 06/02/1966.

<sup>328</sup> Diário da Borborema. Prefeito vai receber Amigos dos Bairros. 08/10/1965.

Essa presença política dentro das SABs proporcionava um elo de conhecimento e apadrinhamento político entre os diretores das entidades, que viam no viés político a saída para muitos problemas na comunidade. A atuação das instituições sociais em época de Ditadura permitia um acesso restrito a participação popular, uma vez que muitas vezes as divergências políticas entre as SABs/ UCES e governo municipal eram ocasionadas pelo não cumprimento das solicitações das demandas dos bairros por parte da Prefeitura, o que denota a falta de uma ampliação no horizonte de atuação desse movimento comunitário na cidade nas décadas de 1960 e início de 1970, em que a presença militar condicionava a atuação popular. Porém, a participação se dava no caráter de execução do planejamento político. A Prefeitura obtinha a contribuição e cooptação das SABs e UCES, para a implementação dos seus projetos para a cidade.

Assim verificamos que as SABs e UCES tinham uma atuação no plano da execução e não de planejamento dentro da política do governo municipal. Estas estratégias de governo convergem para a prática de trocas de votos e de uma “paz” na relação entre governo e populares. Essas organizações sociais, por muitas vezes imbuídas no discurso político de ajuda e reconhecimento do trabalho comunitário, deixando-se controlar a atuação e o desenvolvimento interno das instituições que assim não avançam para além do seu aspecto reivindicatório. O que, contudo, era o objetivo de política do regime militar: o controle da sociedade.

Sobre o papel exercido pelas SABs dentro da atuação social e seu relacionamento com a política, Singer e Brant (1983) nos indicam o seguinte:

As SABs funcionavam como elos de ligação entre a população carente de serviços básicos e o poder público, que tinha possibilidades de atender, pelo menos em parte, às reivindicações assim apresentadas. Tratava-se, no fundo, de trocar as obras e os serviços, financiados pelo erário público, pelo voto dos beneficiários.<sup>329</sup>

Com relação a participação e relacionamento entre as SABs e UCES com o poder público e a participação de políticos dentro das entidades, observemos o que nos relata o senhor Liberato Vidal, que foi diretor da UCES advindo da base do movimento, ou seja, da SAB da Palmeira.

---

<sup>329</sup> SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis, Vozes, 1983.

O movimento, você sabe que é apolítico, mas também não condenamos nenhum político que queira participar do movimento não como diretor porque o estatuto já diz, o cidadão que ingressar na política partidária ficará isento de qualquer cargo dentro da diretoria ou dos bairros e da UCES, muito embora isso não se venha cumprindo porque democracia é democracia você sabe [riso]. Mas de qualquer forma a gente procura não aceitar o político com cargo de diretoria aceitando ele como pessoas, como político, como cidadão, respeitamos, mas é completamente diferente o político partidário e a política comunitária tem que ser diferente.<sup>330</sup>

Com relação a fala acima, um fato que nos chama atenção diz respeito ao regulamento estatutário que afirma que as SABs, bem como a UCES, tem fins apolíticos. Desta forma, não deveria ter caráter político e muito pouco se envolver em questões políticas partidárias.

Contudo, segundo a própria fala, esta prerrogativa não se cumpria, visto a presença contínua de políticos dentro das instituições e porque não dizer o engajamento político de muitos dirigentes das instituições que aproveitavam os elos para favorecer seus pleitos com benefícios advindos da Prefeitura em troca de apoio político da entidade e, conseqüentemente, da comunidade. Esses favores se davam principalmente na manutenção da ordem, da “paz” em pleno momento de Ditadura Militar.

Com relação a tais aspectos, um caso peculiar nos permite uma análise. Em conversa com o senhor Agripino Batista, que em 1966 foi vereador em Campina Grande, e participou da votação para construção da Praça Joana D’Arc em José Pinheiro, que foi entregue pelo poder municipal no ano de 1968, e que também foi vice-prefeito de Lagoa Seca por duas vezes. Ele nos fala sobre experiência, quando começou a participar do Movimento Comunitário, de maneira especial iniciando na SAB de José Pinheiro.

Após a experiência política em cargo público, este cidadão resolveu adentrar ao movimento comunitário através da SAB de José Pinheiro, lugar em que residia na época. Porém, segundo suas informações ele gostaria de se candidatar ao cargo de Presidente da SAB, o que pelo estatuto não poderia, visto a cláusula que versa sobre o não envolvimento de políticos em cargos de diretoria da entidade.

---

<sup>330</sup> Depoimento de Liberato Vidal. 09/01/2010.

Este não foi o empecilho para tal proposição. Em discussão com membros da entidade e de uma reunião na UCES, que aconteceu no auditório do Centro de Saúde Francisco Pinto, visto que a UCES não tinha sede própria na época, os participantes afirmavam que ele tinha tendência política e estes aconselharam que o senhor Agripino conversasse com a Irmã Ângela, que supervisionava e acompanhava, em grande medida, todo o movimento em Campina grande. Assim o fez. Procurou a Irmã no São Vivente de Paula, onde conversaram. Na ocasião o senhor Agripino expôs sua vontade em ser presidente da SABJP. Desta forma, ele afirma que a Irmã lhe concedeu o direito de ser presidente da SAB ou de qualquer outra instituição, visto o seu conhecimento sobre o social. Observemos o depoimento:

Determinadas pessoas acharam que eu não devia ser candidato porque disseram que eu tinha tendência política, que eu já tinha vindo de mandato de vereador em Campina Grande e vice-prefeito de Lagoa Seca por duas vezes, ai a UCES não tinha prédio e se reuniu no Centro de Saúde na Venâncio Neiva. E toda direção se reuniu pra vê se me dava o direito de ser candidato [...] e se reuniram me deram meio hora para justificar porque eu queria ser presidente as SAB de José Pinheiro e eu expliquei porque eu queria ser presidente. Quando eu terminei ninguém votou contra mim, só um rapaz lá do Cruzeiro. Pra eu ser candidato eu tinha que conversar com a Irmã Ângela Beleza e eu fui no colégio São Vicente de Paula. Cheguei lá disse que queria falar com a Irmã e a Irmã saiu lá eu não conhecia falei com ele e ela se sentou. Irmã meu nome é Agripino Batista de Oliveira, ela disse: é? De nome eu já lhe conhecia muito agora pessoalmente nunca tinha lhe vi. Vamos conversar um pouquinho, ai mandou eu falar, eu falei um pouco, quando terminou ela disse: você pode ser presidente da SAB de José Pinheiro de qualquer SAB, da UCES do que você quiser, conte com meu apoio. Ai pronto fui candidato.<sup>331</sup>

Com o consentimento da Irmã Ângela, o senhor Agripino Batista se tornou presidente da SAB de José Pinheiro, onde, por mais de quarenta anos, permaneceu presente em cargos da diretoria, seja como presidente ou com qualquer outro cargo. Este é um exemplo de pessoas que permaneceram em cargos da entidade por períodos longos, quase que durante toda a história desse movimento na cidade de Campina Grande. Também nos remete ao entendimento da força que tinha a Irmã Ângela dentro das SABs e da UCES, como uma das idealizadoras deste movimento na cidade.

---

<sup>331</sup> Depoimento de Agripino Batista de Oliveira. 20/01/2010

Tendo por base a situação acima, podemos indagar: o que motivou a aceitação de um político para exercer um cargo na diretoria da SABJP, se isto iria de encontro aos dispositivos estatutários? Uma hipótese nos vem de imediato. Talvez a influência política do senhor Agripino, que exerceu mandato de vereador na Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), tenha contribuído para a decisão da Irmã Ângela Beleza, visto que o São Vicente de Paula recebia uma subvenção da referida prefeitura para seu funcionamento e a atitude da Irmã tenha sido no sentido de retribuir o apoio do poder público através do que estivesse ao seu alcance como, por exemplo, o seu poder de representatividade diante dos participantes do movimento comunitário. Caso esta possibilidade tivesse sido confirmada, ficaria ainda mais claro os laços de apadrinhamento e barganha da força política diante da organização popular.

O próprio momento político também nos indica a possibilidade de intervenção: a figura de políticos envolvidos com a proposta política do governo militar nos aponta para uma inclinação na aceitação de tais sujeitos para cargos de dirigentes das SABs. Porém, não temos indícios concretos que comprovem tal indagação, ficando, portanto, no plano hipotético.

No que diz respeito as contribuições financeiras ofertadas pelo poder público municipal ao instituto, podemos comprovar tal deliberação através do seguinte decreto, assinado pelo prefeito da época, Dr. Elpídio de Almeida:

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições e de acôrdo com a autorização contida na Lei nº 60, 15 de dezembro de 1958,

DECRETA:

Art. Único – Fica aberto o Crédito Especial de .....60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), para cumprimento da Lei nº 60, de dezembro de 1959, que aumenta a subvenção do Azilo de Mendicidade São Vicente de Paula. Campina Grande, 23 de novembro de 1959.<sup>332</sup>

Com relação a questão da intervenção política, o senhor Liberato Vidal, a partir de sua experiência e participação à frete do movimento comunitário de SABs, expõe seu entendimento sobre a política, dizendo:

---

<sup>332</sup> Prefeitura Municipal de Campina Grande - PMCG. Secretaria de Administração. Decreto nº 73, de 23 de novembro de 1959. Acervo do APMCG.



Você sabe, nós vivemos em função de política pra isso a gente tem política na própria casa da gente né. Então nós não vamos dizer que o político não deve ter acesso ele é quem nos ajuda. Se nossas reivindicações que fazemos a prefeitura precisamos passar por um vereador, ou no governo tem que passar por um deputado e federal mesma coisa. Até mesmo essas verbas que nós recebemos do MEC vinha através de políticos nós fazíamos as reivindicações ao político e ele lá ai botar pra conseguir essa verba, que era uma verba pessoal, né. E vinha essas verbas para as SABs pra UCES, como que é política a gente tem que aceitar ela dessa forma né. Como ajuda até para nosso pleito, né.<sup>333</sup>

Com a eclosão da Ditadura brasileira em 1964, as SABs em Campina Grande passaram a ser vigiadas e um medo pairou sobre todos que estavam envolvidos em organizações populares, bem como dos demais que a partir do golpe se esquivavam de participar de reuniões com medo de serem pegos e assim presos por subversão ao regime. Após o I Ato Institucional, que foi uma das primeiras medidas do golpe, que suspendia os direitos constitucionais, cassava, prendia e suspendia os direitos políticos da população é que o medo tomou grandes proporções dentro dos grupos associativos.

Desta maneira, inúmeras prisões aconteceram na cidade de Campina Grande envolvendo participantes do PCB, como o caso de José Pereira dos Santos – Peba, e demais pessoas envolvidas com o movimento no campo, e muitos simpatizantes e militantes de esquerda. A partir de tais atitudes os militares tentavam amedrontar e assim acabar com as agitações de cunho reformista de base popular, para um reformismo estratégico baseado no capital, ou seja, sem grandes pretensões de mexer na estrutura social.

Com a finalidade de atrelar e atrair os movimentos sociais, os militares montaram um quadro político de alinhamento e enquadramento das instâncias populares a sua proposta de governo, cooptando seus líderes e de certa forma pressionando as organizações através da imposição da presença e da força. Muitos dos participantes, principalmente os que tinham uma simpatia pela esquerda, se viram condicionados a permanecerem calados e se submeterem as diretrizes impostas pelo governo em vigor.

Nesse sentido, tanto as SABs quanto a UCES surgem de uma cadeia de necessidades contraditórias, onde se inserem em uma determinada conjuntura sendo cooptadas gradativamente mediante o andamento da política, cujo aspecto de luta social se restringe a realização de

---

<sup>333</sup> Depoimento de Liberato Vidal. 09/01/2010.

solicitações de melhorias estruturais para os bairros e colaboração com projetos idealizados pelo governo. Este é o quadro de atuação social do movimento comunitário que já nasce sobre a prerrogativa da contradição entre luta social e atrelamento político.

Assim, sob as aspirações do poder local e o jogo político de cooptação das lideranças comunitárias, a frequência com que essas figuras administrativas apareciam nas SABs estava para além de demonstrar proximidade entre a administração local e os populares. Os laços reais de tais envolvimento se apresentavam claramente em acordos de ajuda nos pleitos das direções das SABs, através de subvenção financeira em troca de cooperação. Estes eram elos importantes entre 1964 até inícios de 1970. Assim, nos fornece informação o senhor Manoel Farias:

[...] já a prefeitura tava doando aqueles [...] era 500 cruzeiros que a prefeitura também passou sabe [a dar] além do prefeito dizer que considerava as SABs como pequenas prefeituras, o prefeito também passou a colaborar anualmente com 500 cruzeiros para aquelas associações já existentes, no caso [para] suas sedes.<sup>334</sup>

Não só da prefeitura de Campina Grande que as subvenções advinham, mas de outras esferas governativas, como é o caso de verbas estaduais e federais. A distribuição de verbas para as entidades populares obedeciam à lógica de atrelamento político que restringia a participação social onde os dirigentes das entidades passavam a defender os políticos e seus projetos de governo sem uma crítica pertinente sobre o destino de verbas públicas pelas administrações governamentais, como também proporcionava a presença destes políticos no interior do movimento como forma de trampolim para as candidaturas e fortalecimento de grupos políticos que geralmente representavam a elite campinense.

Com a destinação de uma verba para o movimento comunitário os políticos afirmavam estar contribuindo para o desenvolvimento deste movimento nos bairros e conseqüentemente fortalecendo duas lutas na cidade. Aparentemente os recursos viabilizavam as atividades da entidade, mas, por outro lado, comprometia a luta e a liberdade de atuação dos mesmos. Vejamos a matéria vinculada no Jornal Diário da Borborema:

---

<sup>334</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

A direção da UCES acaba de receber comunicado da Secretaria Extraordinária de Trabalho e Serviço Social do Estado dando conta da inclusão de uma verba de mil cruzeiros novos no orçamento do Estado para o corrente ano destinada àquela entidade. Como a finalidade de discutirem diversos assuntos de importância para o desenvolvimento das entidades comunitárias da cidade, os diversos membros das SAB's se reunirão no próximo domingo. Em sua pauta estão, entre outros assuntos, a avaliação dos contatos mantidos pelos representantes das entidades com o coronel Renato Macário de Brito, delegado da SUNAB na Paraíba, ocasião em que foi abordado o problema da fiscalização de preços, pesos e medidas nesta cidade. Será estudada a possibilidade de um encontro dos dirigentes das entidades suburbanas com o General Manoel Paz de Lima, "com a finalidade de se conseguir um maior entrosamento entre o Interventor e os líderes das equipes" [...]<sup>335</sup>

Fruto desse engajamento político que na administração do senhor Manoel Farias a UCES começou a receber verbas federais. O atrelamento se tornava cada vez mais profundo mediante a destinação de verbas para as SABs e UCES. O senhor Manoel Farias foi um dos responsáveis pelo atrelamento político e subserviência do movimento comunitário ao estado militar, visto talvez por sua formação militar, o que o tornou mais próximo dos políticos do regime. Por sua profissão como rádio técnico em sua gestão sempre procurou noticiar os feitos de sua gestão no jornal local escrito, o que deduzimos que no falado também, porém, obtivemos os dados precisos apenas do escrito. A partir de sua gestão a frente da UCES e sua aproximação política com Vital do Rego, conseguiu uma verba para as SABs e para a UCES, como relata a matéria abaixo:

O deputado Vital do Rêgo, no ano passado, por ocasião de discussão e votação do Orçamento da União para o corrente exercício, apresentou emendas, todas aprovadas, subvencionando a UCES com o montante de 31 milhões de cruzeiros antigos. Entretanto, surgiu um entrave de ordem legal ao recebimento desses recursos pois a UCES, não era reconhecida pelo Conselho Nacional de Serviço Social, órgão subordinado ao Ministério da Justiça, fato este que estava a reclamar urgente solução afim de se evitar que as subvenções destinadas à UCES, para distribuição aquitativa com todas as equipes sociais, tivessem sua liberação obstaculada. O deputado Vital passou a cuidar da solução desse problema, retornando ontem de Brasília trazendo o atestado do competente registro da UCES naquele conselho, pelo que poderá receber agora os recursos

---

<sup>335</sup> Diário da Borborema. UCES terá verba da Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais. 04/06/1969.

federais que lhe foram destinados assim que ocorra sua liberação por parte do governo da União.<sup>336</sup>

Nesta mesma conjuntura, as SABs procuravam convênios para obtenção de recursos, como ocorreu com Monte Castelo. A SAB de Monte Santo, em 1966, firmou parceria com a SUDENE/USAID/CNBB, para aquisição de uma verba destinada a construção da entidade no bairro e mantimentos a serem distribuídos entre os populares e trabalhadores da obra. Vejamos:

A Equipe Social de Monte Santo, presidida pelo Sr. Severino Francisco de Souza, recebeu, antetom, no Recife, a importância de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, como parte da verba conseguida através do convênio SUDENE – USAID- CNBB Nordeste, de dez milhões de cruzeiros. A verba destina-se à construção do Centro Social daquela entidade. O presidente Severino Francisco de Souza conseguiu, ainda, grande remessa de gêneros alimentícios que serão distribuídos com os operários da construção.<sup>337</sup>

Sobre este momento, o senhor Manoel Farias tece os seguintes comentários:

Eu fui eleito presidente da SAB de Monte Castelo e naquela época eu como presidente da SAB de Monte Castelo e Baiano que também foi presidente da UCES como presidente da SAB do Monte Santo, através do Dr. Stênio Lopes que era diretor do SENAI nos preparamos um documento bem feito para SUDENE, USAID e CNBB (...) solicitando dez milhões chamava assim dez milhões de cruzeiros pra construção da SEDE própria de Monte Castelo, onde seria construída em salão para a juventude, uma área para o posto médico para a sociedade, um salão recreativo e tudo mais. E nós sonsequimos lá pra Monte Castelo esses dez milhões, dada em quatro parcelas de sois e meio e conseguimos ale de conseguir em dinheiro dez milhões nós conseguimos também pra ajudar na construção para distribuir com pedreiro e servente, óleo, carne de charque, arroz, tudo isso ales de dez milhões. [...] Ao mesmo tempo que eu estava construindo , que a comunidade de Monte Castelo tava fazendo este trabalho em Monte Castelo o Baiano estava fazendo o Centro Social de Monte Santo. Ai isso ai, minha filha, foi o estopim do negócio, né. Todo mundo começou a acreditar nas SAB que muita gente não acreditava quando nós preparamos a documentação. Dentro da própria sociedade tinha gente que levava a gente na piada, na brincadeira nós

<sup>336</sup> Diário da Borborema. Vital volta trazendo registro da UCES no Conselho Nacional de Serviço Social. 21/07/1968.

<sup>337</sup> Diário da Borborema. Equipe recebe verba. 20/08/1966.

tinha com que pegar dez milhões ai o resultado, veja bem, nós conseguimos construir lá em Monte Castelo e o Baiano conseguiu construir em Monte Santo. Veio uma comissão do Recife da SUDENE, os engenheiros, os técnicos lá, vinheram olhar o dinheiro que foi investido lá que eram os dez milhões. Eles chegaram lá olharam assim, rapaz é brincadeira, o que vocês construíram aqui com dez milhões a prefeitura não faria com vinte e o Estado não faria com 30 ao ficou todo mundo assim, vocês empregaram honestamente, dinheiro de Prefeitura você já sabe como é que é dinheiro do Estado pior. Ai todo mundo ficou acreditando nas sociedades de amigos de bairro.<sup>338</sup>

Com esses projetos, várias SABs foram criadas e os moradores dos bairros conseguiam se aproximar timidamente das reuniões, pois mesmo que anos já se estivessem passado desde o início do regime militar, a fiscalização e repressão aos “desviantes” da ordem permanecia constante. Contudo, a presença de militares nas reuniões nas SABs e UCES e o bom relacionamento dos dirigentes com os militares davam certo alívio para aqueles que desejavam participar das SABs, mas não queriam se aproximar de grupos com idéias comunistas ou tendência de esquerda. Assim destaca a matéria jornalística sobre o caso da SAB da Palmeira:

Todas as providências estão sendo tomadas pelos diretores da SAB da Palmeira no que se refere a construção do Centro Social daquele bairro. Os moradores estão trabalhando voluntariamente, contribuindo com material de construção e mão-de-obra. Os trabalhos serão reiniciados após o recebimento de uma verba federal destinada àquela entidade, através da UCES.<sup>339</sup>

Sobre os entrelaçamentos dos dirigentes da UCES e SABs com os militares na década de 1970, o senhor Liberato Vidal nos relata o seguinte:

Nessa época exatamente a época da política militar e a gente como convivia com a comunidade tinha que ter um bom relacionamento com o exército né, na época né. Então a gente se reunia com o comandante eu pelo menos me reunia varias vezes com o comandante na época que veio essa verba do Ministério da Educação e Cultura (MEC) eu fui no quartel do exército

---

<sup>338</sup> Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

<sup>339</sup> Diário da Borborema. UCES vai construir sede própria. 20/05/1970.

comuniquei ao comandante, convidei ele pra vim assistir a distribuição das verbas inclusive exigindo de cada presidente que recebia aquela verba que ficasse na responsabilidade de montar o plano de aplicação em que foi aplicado, uma prestação de contas né. Na presença dele exatamente era aquilo que a gente era as instruções que a gente recebia dele. Eu trabalhava muito ligado ao comandante daqui da época do 30º Batalhão. A verba já vinha designada, por exemplo, se a SAB tal solicitasse uma verba do MEC, então antes de tudo ele tinha que mandar um plano, uma exposição porque tava precisando daquele, ia utilizar aquela verba, vinha devidamente especificada, cada SAB vinha a importância já designada pelo próprio MEC. SAB tal recebia dois mil, dois mil, dois mil. Então cada uma SAB daquela recebia dois mil, nenhuma recebeu mais nem menos. Dois mil. Então nos entregamos o dinheiro a eles, o cheque a eles, e recebia dele essa obrigação dele dizer em que aplicava uma prestação de contas, também no ano seguinte não teve direito a verba porque a obrigação era essa só teria direito a nova verba se ele fizesse uma prestação de contas ao MEC não era nem a UCES ao MEC. Coordenamos o movimento assistindo, acompanhando de perto cada trabalho das associações cobrando deles principalmente que eles dissessem as reuniões e nos enviassem uma cópia da ata da reunião o que foi discutido e aprovado naquela reunião.<sup>340</sup>

A fiscalização exercida pela UCES as suas filiadas remonta a discussão de colaboração e ceifamento das ações para além da prática reivindicativa em âmbito municipal. Em grande medida tornava-se uma rotina nas assembleias, onde, por vezes, as discussões perpassavam os mesmos roteiros de reclamações e formas de resolução das demandas, para muitos populares se tornava algo cansativo, desmotivando-os a participar com tanta frequência das reuniões.

Evidenciando os laços de cooptação do movimento comunitário, Liberato Vidal destaca que havia um bom relacionamento com o poder público municipal, o que para eles era algo imprescindível para o “movimento” de seus pleitos, caso contrário, ficaria inviável conseguir realizar algum trabalho, visto que tudo dependia de verbas governamentais e da vontade política dos gestores municipais no atendimento das necessidades dos bairros. Como o movimento, desde sua fundação, é atrelado ao governo municipal, suas formas de gestão permaneceram sempre dentro deste percurso, ou seja, sem o atrelamento era impossível pensar outra forma de participação social dentro do município. Assim, destaca:

---

<sup>340</sup> Depoimento de Liberato Vidal. 09/01/2010.

Nós éramos bem relacionados com o município até porque esse movimento era muito ligado a prefeitura então nós tínhamos mais esse cuidado desse bom relacionamento com a Prefeitura. Então eu não diria o seguinte vocês têm que vestir a camisa do prefeito, nem do governador nem do presidente. Vocês, nós temos que vestir a camisa da comunidade, essa é a nossa camisa. Se for preciso brigar com o prefeito para bem dos bairros que brigamos. Eu diria o seguinte: nunca houve nenhum problema entre poderes e a UCES, não nem entre militar nem de forma nenhuma. Todos os poderes a gente tinha um relacionamento muito bom, como ainda hoje tem né. Eu não assisti nenhum atrito entre poderes nem na UCES nem nas SABs. Sempre é uma harmonia, bem acentuada (risos).<sup>341</sup>

Com relação o atrelamento político evidenciado nas SABs e na UCES, o senhor João Basílio, em depoimento relata os impactos que ele considera negativos dentro de um movimento social que deveria reunir os populares para reivindicar ações governamentais. Porém, este movimento deveria ser livre de comprometimento político partidário.

Era um movimento sadio gostoso que devia ter continuado só que quando Williams Arruda perdeu, saiu da prefeitura ai fizeram um trampolim político que esse povo de Cunha Lima que dominou a política, a Paraíba por 20 anos não quer saber de nada pra frente só quer saber de afilhado de subserviente e de família. Esse povo ta pra eles e o resto ta para o diabo.<sup>342</sup>

Contudo, as SABs e a UCES desenvolveram nos bairros atividades relacionadas ao cotidiano popular vinculada às necessidades vivenciadas pelos populares, como o aumento dos gêneros alimentícios, festividades e campanhas de saúde, além dos problemas relacionados a habitação, educação, lazer, trabalho, entre outros. Contudo, o movimento comunitário em Campina Grande participou das mudanças ocorridas nos bairros desde 1960, contribuindo com as obras empreendidas pela prefeitura, bem como solicitando benefícios que os populares identificavam diante de suas realidades. Com as contradições inerentes a este tipo de movimento social o município abriga esta particularidade de organização em seu seio, em sua história.

---

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Depoimento de João Basílio. 09/04/2011.

## 5. CONCLUSÃO

**Em geral quando termino um livro encontro-me numa confusão de sentimentos, um misto de alegria, alívio e vaga tristeza. Relendo a obra mais tarde, quase sempre penso ‘Não era bem isto o que queria dizer’.**<sup>343</sup>

(Érico Veríssimo)

A epígrafe acima nos possibilita uma reflexão sobre a elaboração deste trabalho apresentando as indagações e angústias e um misto de sensações boas proporcionadas pelo encerramento desta etapa junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Campina Grande - PPGH/UFPG que aprovou esta pesquisa dentro da linha de Cultura e cidades para o biênio de 2010/2012. Os caminhos percorridos para a feitura desta dissertação proporcionam uma compreensão da cidade de Campina Grande a partir da organização popular em um movimento social, que neste caso se apresenta como movimento comunitário se definindo como Sociedades de Amigos de Bairro (SAB) e a União Campinense das Equipes Sociais (UCES).

Este trabalho se preocupou pela escrita historiográfica de uma parcela significativa da história da cidade de Campina Grande, especificamente mostrando uma parte da história pouco explorada dentro do campo historiográfico local, no que se refere aos movimentos sociais e suas experiências organizativas dentro do cenário da cidade. Considerando a relevância desse tema para a compreensão da história do município, bem como para a memória dos próprios populares que no processo de organização social partilharam experiências coletivas, destacamos a relevância e o prazer de escrever sobre este objeto tão desafiador.

Desta maneira, não podemos dizer que concluímos as possibilidades de análise sobre o objeto, mas com toda certeza afirmamos que aqui se encontra um olhar sobre um problema científico e que este não ceifa as possibilidades de pesquisas sobre o movimento comunitário.

---

<sup>343</sup> Érico Veríssimo em O escritor diante do espelho, s/d.



Destacamos, contudo, que as considerações aqui tecidas são apenas elementos que ao contrário do próprio título do tópico (CONCLUSÃO) se pretende fazer.

Este trabalho se apresenta como uma possibilidade de análise feita a partir das fontes que chegaram até nós no período da pesquisa. Desta forma, afirmamos que não foi fácil concluir tal proposta, visto os entraves correspondentes as fontes, mas perseveramos e persistimos na possibilidade de escrever sobre o início desta experiência organizativa na cidade.

Neste momento, tentamos traçar, partilhar os limites, possibilidades e avanços que nós trilhamos durante a feitura desta pesquisa que hoje resulta em um trabalho dissertativo.

Entre as principais considerações acerca desse trabalho, de imediato destacamos que as decisões tomadas foram parte de um momento de reflexão, diálogo e pretensão de conhecer a “gênese” deste tipo de organização social na cidade. Para tanto traçamos um percurso de pesquisa que desde o início se mostrou desafiador para sua execução. Nesse sentido, torna-se interessante historicizar os passos desta decisão.

Ao adentrarmos ao programa redefinimos alguns aspectos da pesquisa e a temporalidade pretendida inicialmente era de trabalhar 1970 e 1980, o que a partir de sugestões recebidas por colegas e professores da linha de pesquisa I decidimos refletir sobre possibilidade de retroceder temporalmente para conhecer o início deste movimento social na cidade, pois pouco se tinha escrito sobre este tipo de organização popular em sua “gênese”.

Nos primeiros encontros de orientação, decidimos aceitar o desafio e redefinimos a temporalidade de nossa pesquisa que ficou circunscrita entre a década de 1950 a 1970, como se apresenta neste trabalho. Esta decisão teve um custo que nós assumimos com muita responsabilidade mesmo correndo o risco de deixarmos algumas lacunas, visto as poucas fontes que poderíamos encontrar. Contudo, não desistimos. Persistimos desde o primeiro momento, pois vimos a necessidade e importância em lançar um olhar sobre o início deste movimento social no município.

Durante os caminhos da pesquisa, e a partir da experiência adquirida, pudemos perceber no término (por hora) deste trabalho a infinidade de possibilidades analíticas que podem ser lançadas a este objeto de pesquisa. Na mesma proporção com que pesquisávamos também identificávamos as inviabilidades da pesquisa, já que os limites que as fontes apresentaram foram pontuais, o que nos levou a explorar as fontes de acordo com o que elas possibilitavam ler/analisar.

A nossa escolha de temporalidade nos proporcionou a busca “arqueológica” de pista e indícios que nos levasse a compreender o processo de organização do movimento comunitário.

Para tanto, recorreremos aos arquivos do Jornal Diário da Borborema, onde encontramos uma fonte de pesquisa imprescindível para este trabalho; buscamos dentro das reuniões do movimento comunitário, bem como com os dirigentes da entidade, contatar pessoas que participaram do movimento nas décadas aqui estudadas para que nos concedesse um depoimento de sua inserção e atuação dentro da história do movimento, o que conseguimos apenas algumas pessoas que estão em uma fase avançada da idade e que gentilmente nos presentearam com sua disponibilidade e disposição em falar sobre sua experiência individual e coletiva dentro do movimento social de SAB.

Outra fonte de pesquisa foi uma série de documentos encontrados a partir de uma busca árdua e instigante dentro do curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Encontramos monografias do curso da década aqui estudada que nos serviram como fonte, visto que sua estrutura se apresenta na forma de relatórios de estágio interventivo supervisionado em alguns bairros da cidade como forma de campos de estágio. Encontramos, portanto, documentos como atas de fundação do curso de Serviço Social.

Na UCES, pesquisamos alguns documentos da entidade, como as atas de reunião e demais documentos, como o de doação de terreno para construção da SAB de Monte Castelo. Outro local de pesquisa foi o Museu da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) e, por extensão, o seu arquivo. Utilizamos também imagens fotográficas como fonte de análise dentro da pesquisa que nos possibilitou analisar imageticamente, segundo os ensinamentos de Cabral Filho (2007) e entre outros tantos escritores, os momentos importantes da vida cotidiana dos populares, seja na exposição de suas dificuldades ou em momentos de engajamentos comunitário na SAB.

Contudo, todo este processo de captação de fontes nos levou a compreender que esta pesquisa é apenas um olhar sobre a história desses populares na cidade e, portanto, temos a consciência de que muita coisa ficou por ser dita, mas temos a certeza que este trabalho é um ponto de partida e uma contribuição para o registro de tais atividades sociais dentro da história de Campina Grande, onde em uma temporalidade e conjuntura histórica específica se desenvolveu um movimento comunitário que desde sua fundação participa de forma efetiva na construção da história local.

No decorrer do trabalho caminhamos pela trajetória do movimento comunitário na cidade observando seu laço com a Igreja Católica que, através de sua prática caritativa, promove a profissionalização da assistência social, bem como promove e subsidia a formação de organizações populares na cidade mesmo que estas fossem submetidas a sua tutela e os seus dogmas; os populares agenciavam suas práticas no decorrer da experiência organizativa, se aproximando cada vez mais da política municipal, cujas as tramas de cooptação se tornaram evidente, principalmente em uma época de Ditadura Militar, influenciando a participação reivindicativa de um número significativo dos participantes. Contudo, muitos dos debates no entorno das questões de melhoria dos serviços públicos prestados a população passou pelo movimento em suas instâncias organizativas, as SABs e a UCES.

Finalmente, consideramos esse trabalho como uma contribuição à história de Campina Grande, mesmo com as dificuldades existentes no percurso de realização do mesmo. Nossos anseios e experiências não cessam com a escrita destas linhas, mas este trabalho nos instiga a dar uma continuidade à pesquisa sobre este tema onde o se melhor conhecer, problematizar, historicizar e analisar o movimento popular através de suas organizações e assim, compreender a história local, ou seja, a história de Campina Grande através de seus populares.

## 6. REFERÊNCIAS

AGRA DO Ó; SOUZA; SOUSA, [et al]. **A Paraíba no império e na república**. Estudos de história social e cultural. João Pessoa, Idéia, 2003, p. 79-132.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a.

\_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010b, p. 155 - 202.

AMORIM, Leonília Maria de. Urbanização de Campina Grande: o caso particular do bairro de José Pinheiro. Monografia de especialização em Formação Urbana do Nordeste pela Universidade Regional do Nordeste. s/a. 27 p.

ANDRADE LIMA, Elizabeth Christina de. **A Fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano. Campina Grande: EDUFC, 2008.

ANDRADE, Marta Denise Pereira de. **O curso de Serviço Social em Campina Grande – PB**: trajetória e desafios. Monografia do Curso de Serviço Social. 2008.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa; AGOSTINO, Carlos Gilberto Werneck; [et al]. **Sociedade brasileira**: uma historia através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2011. 992p.

ARANHA. Gervácio Batista. **Trem e empório do algodão em Campina**: notas para a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. Campina Grande: UFPB, 1993, mimeo.

\_\_\_\_\_. Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas. In: AGRA DO Ó; SOUZA; SOUSA, [et al]. **A Paraíba no império e na república**. Estudos de história social e cultural. João Pessoa, Idéia, 2003, p. 79-132.

\_\_\_\_\_. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande, EDUFCG, 2006.

ARAÚJO, Silveira Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960). Dissertação de Mestrado pela PPGH/ UFCG, 2010.

ARRUDA MELLO, José Octávio de. Campina Grande – uma cidade do Estado Novo à Guerra Mundial (1937/45). In: **Revista de História Alpharrábios**. EDUEP, 2008

ASFORA, Anna Maria. **O serviço social de grupo**: valioso colaborador na realização do ser humano. Monografia apresentado a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 1964.

AUED, Bernadete Wrublewski. **O sapateiro militante**: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEPB, 2006

\_\_\_\_\_. Acerca da identidade coletiva do sapateiro militante. **Cadernos de pesquisa**, nº 09. 29 de setembro de 2001, PPGSP/UFSC.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Tradução de Heindrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito e Tânia Jatobá. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª edição, 2000.

BORIS, Fausto. **A revolução de 1930**: historiografia e história. Companhia das Letras, 1997.

BOSI, Antônio Pádua. História urbana. In: **Revista Territórios e Fronteiras**. PPGH-UFMT, v. 4, nº2, junho – dezembro de 2003, p. 79-100.

BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. In: **Revista de estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, nº 2, 2004, p. 9.

\_\_\_\_\_. A descida aos infernos. In: **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 25.

\_\_\_\_\_. História e historiografia das cidades, um percurso. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258.

CARVALHO, Amanda Peixoto de. **As reinvenções das religiões afro-brasileiras em Campina Grande – PB (1920-1980)**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da Universidade Federal de Campina Grande, 2011, 148 p.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América latina**. Editora Cortez, CELATS, 1988.

CÂMARA, Epaminondas. Assistência Social. **Evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravelas, 2000.

\_\_\_\_\_. Síntese histórica. In: **Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico – social d povoado e da vida (1697 a 1864)**. Livraria Moderna, Campina Grande, p. 09

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Univesitária / Idéia, 1998

COSTA, Emilia Viotti da. Estruturas versus experiência. In: **Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha**. BIB, Rio de Janeiro/ANPOCS (29), 1990.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In: **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial, 1996**.

ESCOBRO, Jane Shirley. As Sociedades de Amigos de Bairro (SABs). In: **A participação das SABs (Sociedade de Amigos de Bairro) na educação do município**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 64-65. 223 pgs.

FICO, Carlos. **A crise do movimento operário e as novas manifestações sociais**. LPH. Revista de Historia. Mariana. UFOP. v. 2, n.1.1991

FILHO: Lino Gomes da Silva, **Síntese Histórica de Campina Grande 1670-1963**. João Pessoa. Editora Grafset, 2005.

FREITAS, Paloma Ribeiro. **Resgate histórico do curso de Serviço Social no município de Campina Grande: surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário**. Relatório - PROINCI/UEPB. 2008, 41 p.

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernização e modernidade: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970)**. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Carlos. São Carlos, 2010.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: **Crítica marxista**. Revista semestral de difusão e discussão da produção intelectual marxista em sua diversidade. Editora da UCESP. nº32 – 2011.

]

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 646-647.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. 3. ed Companhia das Letras, 1989.

GONZAGA, Teresa Neuma; GUERRA, Gélia Neves; OLIVEIRA, Valmira Leandro. **Intervenção do Serviço Social junto aos grupos comunitários**. Universidade Regional do Nordeste/ Faculdade de Serviço Social [S/D].

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **História dos Movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. O movimento das Sociedades Amigos de Bairros em São Paulo: histórico. In: **Reivindicações populares urbanas**: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje**. João Pessoa: SEC, 1999.

IAMAMOTO, Maria Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. São Paulo, Cortez: CELATS, 2009.

LIMA, Eliane Oliveira de. **Movimento de bairro e a política partidária**: o caso das SAB's em Campina Grande. Monografia em História. UFCG. 1995.

LUCHERSE, Terciane Ângela. **História Oral e memória**: possibilidades para a compreensão do outro. Estudos Leopoldenses. Série História, 2000, p. 39-45

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 2**. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 37-42.

MARTIN, Cipriano Calvarro. “**Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas**”. João Pessoa: Imprell, 2006.

MATTOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MEDEIROS, Mário Vinícius Carneiro. Um ano de grandes jogos: Treze x Flamengo do Rio e o primeiro “Clássico dos Maiorais”: 1955. In: **Treze Futebol Clube: 80 anos de história**. João Pessoa: União, 2006, p. 118-120.

MELO, Clodoaldo Oliveira. **História do surgimento dos Clubes de Mães em Campina Grande**. Monografia de História. Universidade Estadual da Paraíba. UEPB [S.D].

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

NIEBUHR, Marlus. **História e memória: breve relato sobre o cotidiano do trabalhador têxtil, na cidade de Brusque – SC, na década de 50**. Estudo Leopoldenses, Série História: 2000, p. 47/53.

OLIVEIRA, Liélia Barbosa. **Experiência e memória do movimento comunitário em Campina Grande: a trajetória da União Campinense das Equipes Sociais – UCES- (1990/2006)**. Relatório de pesquisa de projeto de iniciação científica. UEPB, cota 2008/2009, 53 p.

\_\_\_\_\_. **Experiência e memória do movimento comunitário em Campina Grande: um olhar sobre a União Campinense das Equipes Sociais nos seus 45 anos de história**. Monografia em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande, 2009, 56 p.

OLIVEIRA, Iracema. **A comunidade de Monte Castelo e o Serviço Social**. Monografia de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, 1966. 42 p.

OLIVEIRA, Thomas Bruno; RODRIGUES, José Edmilson. **Biografias dos prefeitos de Campina Grande**. No prelo manuscrito. 2012.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. TABOADA, Kleyd Junqueira. **Diagnóstico Social**. In: **Trabalho social em habitação de interesse social**. Curso à distância. Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Ministério das Cidades. 2010.



PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania In: **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-107.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A construção da diferença: cidadania e exclusão social. In: **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Editora nacional, 2001, p. 7-123.

\_\_\_\_\_. **Os pobres da Cidade**. Porto alegre: universitária/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. ANPUH, São Paulo, vol.27, nº 53, jan-jun, 2007, p. 11-23.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A. Tentando aprender um pouquinho sobre historia oral. In: **Projeto História**. São Paulo. Educ. nº. 15, abril. 1997.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 197.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em cena**. Experiências e Lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo. 2 ed. Paz e Terra.1995.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTOS, João Marcos Leitão; RODRIGUES, Cláudio José Lopes; RODRIGUES, Inês Caminha Lopes *et al* . **1930: a revolução que mudou a história do Brasil**. Campina Grande, UEPB, 2007.

SILVA, Eronildo Barbosa. **A origem do movimento comunitário em Campina Grande**. Monografia em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Sociologia e Antropologia. 1985.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da (org), **Estrutura de poder na Paraíba**. Editora Universitária, João Pessoa, 1999.

SIMMEL, Georg. **Psicologia do Dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Edições de Texto & Grafia, 2009.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Editora Vozes em co-edição com CEBRAP, 1983.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930-1945)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2003, v. 23, nº 46, p. 61-92

\_\_\_\_\_. **Territórios de confronto: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006, p. 146

\_\_\_\_\_. Lugares de diversão e lazer: festas, bares e prostíbulos. In: **Territórios de confronto: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006, p. 146

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado. História do Brasil: UFPE, 2002.

SOUZA, Luiz Gonzaga de. A formação das Sociedades de Amigos de Bairro. In: **Movimentos da Vida**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996, p. 156-158.

THOMPSON, E. Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria - ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. n. 10, v. 1 (Coleção Textos Didáticos).

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

UCHÔA, Boulanger. Paróquia de São José. In: **Subsídios para a história eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro, 1964, p. 413-414.

VIEIRA, Lenira Gomes, **Intervenção do Serviço Social na comunidade “José Pinheiro”** (Monografia de Serviço Social – FURNE), 1968.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços**, Florianópolis, n. 12, p. 25-36, 2004.